

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO E CIÊNCIAS DO ESTADO**

Raul Salvador Blasi Veyl

**RETÓRICA E POLÍTICA EM COLUCCIO
SALUTATI**

A TIRANIA ENTRE A REPÚBLICA E A MONARQUIA

BELO HORIZONTE

2021

RAUL SALVADOR BLASI VEYL

**RETÓRICA E POLÍTICA EM COLUCCIO
SALUTATI**

A TIRANIA ENTRE A REPÚBLICA E A MONARQUIA

Dissertação de Mestrado apresentada, no âmbito do Projeto de pesquisa Macrofilosofia, Direito e Estado e da Linha de pesquisa Estado, Razão e História, ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre, sob a orientação da Profa. Dra. Karine Salgado.

BELO HORIZONTE

2021

V595r Veyl, Raul Salvador Blasi
Retórica e política em Coluccio Salutati: a tirania entre a república
e a monarquia / Raul Salvador Blasi Veyl. — 2021.

Orientadora: Karine Salgado.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Direito.

1. Direito – Teses 2. Direito – História – Teses 3. Retórica – Teses
4. Salutati, Coluccio, 1331-1446 5. Renascença – Teses I. Título

CDU(1976) 34(091)

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Junio Martins Lourenço - CRB 6/3167.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

UFMG

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO RAUL SALVADOR BLASI VEYL

Realizou-se, no dia 08 de junho de 2021, às 15:00 horas, via plataforma virtual, a defesa de dissertação intitulada **RETÓRICA E POLÍTICA EM COLUCCIO SALUTATI: A TIRANIA ENTRE A REPÚBLICA E A MONARQUIA**, apresentada por **RAUL SALVADOR BLASI VEYL**,

número de registro 2019659314, graduado no curso de DIREITO, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em DIREITO, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Karine Salgado - Orientador (UFMG), Prof(a). Arno Dal Ri Junior (UFSC), Prof(a). Fabrina Magalhães Pinto (Universidade Federal Fluminense), Prof(a). Pedro Parini Marques de Lima (UFPE).

A Comissão considerou a dissertação:

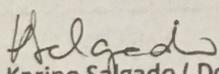
Aprovada

Reprovada

Com a nota 100 (cem)

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Comissão e pelo aluno.

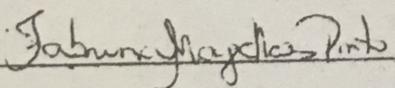
Belo Horizonte, 08 de junho de 2021.


Prof(a). Karine Salgado (Doutora)

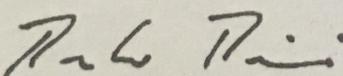


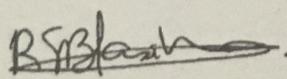
Documento assinado digitalmente por
Arno Dal Ri Junior
Data: 09.06.2021 09:30:41 -0300
CPF: 454.230.419-63
Se quiser saber mais detalhes, clique aqui

Prof(a). Arno Dal Ri Junior (Doutor)


Prof(a). Fabrina Magalhães Pinto (Doutora)

Prof(a). Fabrina Magalhães Pinto (Doutora)


Prof(a). Pedro Parini Marques de Lima (Doutor)


Aluno

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Raul Salvador Blasi Veyl

**RETÓRICA E POLÍTICA EM COLUCCIO SALUTATI: a tirania
entre a república e a monarquia.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito.

O candidato foi considerado _____ pela Banca Examinadora.

Profa. Dr^a. Karine Salgado (orientadora)

Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte, ____ de junho de 2021.

*Quid enim dicere potest orator aut dictator
scribere, si non sit inveniendi doctissimus?*
(Coluccio Salutati, *Epst.* XIII, 3)

*“O passado não abre a sua porta
e não pode entender nossa pena.
Mas, nos campos sem fim que o sonho corta,
vejo uma forma no ar subir serena:
vaga forma, do tempo desprendida.”*
(Cecília Meireles. *O Romancieiro da Inconfidência*).

Para meus pais,
Pela fortaleza de seus abraços,
E pela ternura do seu amor.

AGRADECIMENTOS

Reviver a trajetória do mestrado importa, inexoravelmente, em reviver os muitos caminhos que se inter cruzam dentro dos muros da academia e, também, fora deles. É percorrer, com o distanciamento e a maturidade que só o tempo pode proporcionar, as muitas razões pelas quais ser grato, a despeito dos árduos desafios impostos nestes dois anos. Nas próximas linhas, esboço o que de melhor posso fazer para retribuir a todos aqueles que fizeram do período uma experiência menos solitária e mais prazerosa, na certeza de que as palavras jamais alcançam a imensidão do sentimento.

Agradeço, primeiramente, à minha família. Aos meus pais, pela confiança e por não medirem esforços pela minha felicidade. Por representarem o exemplo de carinho, cuidado e afeto, bem como de força, seriedade e justiça. Aos meus irmãos, pelo amor imensurável, pela saudade diária e pela certeza de que os laços que nos unem ultrapassam esta vida. Aos meus primos e tios, na pessoa de minha avó, Nilda, por todo o companheirismo. Por fim, à recém-chegada Helena, sobrinha e afilhada, por ressignificar o sentido do amor.

Agradeço aos meus amigos: Isadora, Larissa Reis, Ana Letícia, Larissa Seixas, Jader, Letícia, João Victor, Lucas e Beatriz, por partilharem comigo alegrias e angústias nas veredas da vida. E por representarem a minha família fora de casa.

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Karine Salgado, pela temperança, seriedade, paciência e, sobretudo, pelo exemplo de profissionalismo acadêmico que não dispensa o cuidado. Obrigado por me ajudar a forjar a armadura que hoje carrego convicto e orgulhoso. Os seis anos de cumplicidade na trajetória acadêmica só fazem crescer a admiração e a certeza de que o magistério não se limita à sala de aula.

Ao Professor Philippe Oliveira de Almeida, pelas provocações, inspirações e, especialmente, por despertar em mim o interesse pelo Renascimento. Seu brilhantismo incontestemente marca, de forma indelével, o meu olhar pela academia e pela pesquisa.

À Professora Fabrina Magalhães Pinto, pela generosidade e pelo auxílio sempre tão marcantes na hercúlea tarefa de se desbravar o Renascimento.

Agradeço imensamente ao Professor Alexander Lee e à Dra. Letícia Dias Schirm, pelo auxílio direto com as fontes e pela fluída interlocução, que possibilitaram ao presente trabalho colher frutos imensamente mais robustos do que os inicialmente previstos.

Agradeço imensamente ao Gabriel, por partilhar comigo a trajetória de mestrado, de Representação Discente e da Academia. As trocas acadêmicas e filosóficas inspiram o presente trabalho. Ao Vinícius, pelas conversas e pelo ombro amigo nos momentos decisivos da minha caminhada universitária.

Agradeço ao Álvaro e ao Arthur, pelo zeloso cuidado e pela profícua ajuda no processo de redação da presente dissertação.

Agradeço, na pessoa da Desa. Jaqueline Calábria Albuquerque, aos colegas de ofício junto à 10ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. O apoio de vocês foi fundamental para a elaboração da presente dissertação. À Karen e à Thais, em particular, a minha profunda gratidão, pela leveza da convivência diária e, bem assim, pela parceria sincera.

Agradeço, ainda, aos colegas da equipe do grupo de pesquisa *Direitos Humanos Raízes e Asas*, Cezar, Maria Laura, Lucas, Victor e Marcos, por elevarem o nível da pesquisa acadêmica na *Vetusta* e por despertarem em mim o desejo de aprimoramento pessoal e profissional constantes.

Por fim, agradeço à Roberta, pelo amor incondicional e pela companhia que, mesmo à distância, faz-se presente na força que me move, diariamente, a edificar os meus sonhos. Obrigado pelas concessões, pela paciência e por me mostrar tudo o que sou e tudo o que posso ser.

RESUMO

O humanismo italiano do século XIV possibilitou um novo olhar para a Antiguidade e, especialmente, para a retórica, que, em consonância com a consciência de distanciamento para com o passado, possibilitava um fazer epistolar que integrava política e a construção discursiva da história. Coluccio Salutati, chanceler da República de Florença, imerso em um contexto de disputas entre os poderes locais e a Igreja Católica, é um dos principais responsáveis por defender os interesses da comuna e, bem assim, por preservar a estabilidade local, ameaçada pela confluência de desígnios conflitantes sobre os rumos da política florentina. O presente trabalho busca compreender, a partir do cenário esboçado, o pensamento político de Coluccio Salutati, no que tange à sua defesa da república ou da monarquia como a melhor forma de governo. Por meio de uma análise das cartas públicas e privadas do notário de Stignano e, sobretudo, da missiva *Contra maledicum et obiurgatorem qui multa pungenter adversus inclitam civitatem Florentie scripsit*, popularmente conhecida como *Invectiva contra Antonio Loschi da Vicenza*, e do tratado *De tyranno*, o estudo aqui apresentado encontra na tirania o principal contraponto em face do qual as considerações sobre a república e a monarquia serão esboçadas. A revalorização do passado romano, ora para ressaltar as origens republicanas de Florença, ora para saudar o período imperial do governo de Júlio César, soma-se à defesa da liberdade (tanto de uma *libertas florentinae* quanto de uma *libertas Italiae*) e passa a criar, nos trabalhos do autor, um cenário de sincera defesa de uma república e de uma monarquia. Entendemos, portanto, a despeito daqueles que veem em Salutati um relativista ou alguém despreocupado com a melhor forma de governo, que o autor se vale do fazer retórico na criação de imagens da política que refletem, de forma coerente e sincera, a defesa de ambas as formas de governo como as melhores. Em evidente consubstanciação da encruzilhada que vive o século XIV, entre Idade Média e Renascença, Coluccio Salutati, um homem de seu tempo, vale-se do contraponto à tirania para esboçar uma das mais complexas defesas da monarquia e da república no humanismo nascente.

PALAVRAS-CHAVE: Renascimento Italiano; Coluccio Salutati; Retórica; Monarquia; República.

ABSTRACT

The 14th century Italian humanism stimulated a new sight at Antiquity and, especially, at rhetoric, which, in line with the awareness of distancing from the past, enabled an epistolary work that integrated politics and the discursive construction of history. Coluccio Salutati, Chancellor of the Republic of Florence, immersed in a context of disputes between local authorities and the Catholic Church, is one of the main responsible for defending the interests of the commune and, as well, for preserving local stability, threatened by the confluence of conflicting designs on the direction of Florentine politics. The present work aims to understand, from the sketched scenario, the political thought of Coluccio Salutati, especially regarding his defense of the republic or monarchy as the best form of government. Through an analysis of the public and private letters of the notary of Stignano and, chiefly, of the missive *Contra maledicum et obiurgatorem qui multa pungenter adversus inclitam civitatem Florentie scripsit*, also known as *Invective against Antonio Loschi da Vicenza*, and the treatise *De tyranno*, the study finds tyranny as the main counterpoint against which Salutati's considerations about the republic and monarchy will be outlined. The revaluation of the Roman past, to highlight the republican origins of Florence or to greet the imperial period of Julius Caesar's government, adds to the defense of freedom (both of a *libertas florentinae* and a *libertas Italiae*) and starts to create, in the author's works, a scenario of sincere defense of a republic and a monarchy. Therefore, in spite of those who see in Salutati a relativist or someone unconcerned about the best form of government, we understand that the author uses rhetoric to create images of politics that reflect, in a coherent and sincere way, the defense of both the forms of government as the best. In an evident consubstantiation of the crossroads of the 14th century, between the Middle Ages and the Renaissance, Coluccio Salutati, a man of his time, uses the counterpoint to tyranny to outline one of the most complex defenses of monarchy and republic in nascent humanism.

KEYWORDS: Renaissance; Coluccio Salutati; Rhetoric; Monarchy; Republic.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	2
PARTE I – CENÁRIO	22
1. A RETÓRICA NA AURORA DO HUMANISMO RENASCENTISTA ITALIANO	23
1.1. O fazer retórico no humanismo do <i>Trecento</i>	23
1.2. Retórica, invenção e imitação no século XIV	49
2. INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E A CHANCELARIA NA FLORENÇA DO <i>TRECENTO</i>	72
PARTE II – COLUCCIO SALUTATI, TIRANIA E RETÓRICA NA AURORA DO RENASCIMENTO	97
3. A CHANCELARIA DE SALUTATI E OS INFLUXOS DE PODER DO IMPÉRIO E DA IGREJA.....	98
3.1. Salutati, Império e Monarquia.....	103
3.2. Igreja e Liberdade em Salutati: a Guerra dos Oito Santos	120
4. TIRANIA, RETÓRICA E POLÍTICA NO PENSAMENTO DE COLUCCIO SALUTATI.....	142
4.1. A tirania no <i>De tyranno</i> : entre a Virtude e o Direito	143
4.2. Liberdade e tirania: a Invectiva contra Antonio Loschi e Missivas de 1376.....	170
5. TIRANIA ENTRE REPÚBLICA E PRINCIPADO: RETÓRICA E CONSISTÊNCIA DO PENSAMENTO DE COLUCCIO SALUTATI.....	195
CONCLUSÕES.....	216
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	225

INTRODUÇÃO

Se é verdade que o desenvolvimento político e cultural do Renascimento italiano vem sendo estudado em seus mais diversos influxos com a filosofia, cosmologia, história e economia, é também verdade que a atenção de estudiosos do período tem se voltado, especialmente desde a publicação dos trabalhos de Hans Baron, na segunda metade do século XX, ao dualismo desenvolvido entre a defesa da república ou da monarquia pelos pensadores do período. Embora a contraposição destes conceitos seja objeto de críticas por autores como James Hankins e Alexander Lee¹, a verdade é que ainda assim a sua adoção como chave de leitura para os estudos das histórias das ideias políticas na Renascença em muito pode contribuir para o aprofundamento das investigações jusfilosóficas sobre a formação do pensamento político do período na Itália.

E é neste debate que o presente trabalho estanca suas raízes, com o objetivo de explorar o posicionamento político de Coluccio Salutati² nos escritos em que se debruça sobre a tirania. A partir da pergunta “*Coluccio Salutati defende a república ou a monarquia como melhor forma de governo contraposta a tirania?*” pretendemos explorar os escritos políticos do chanceler da República de Florença e, a partir das lentes da

¹ As sobreditas críticas serão oportunamente trabalhadas no desenvolvimento do presente trabalho, contudo, desde já recomendamos: HANKINS, James. Exclusivist Republicanism and the Non-Monarchical Republic. *Political Theory*, vol. 38, n. 4, ago. 2010, p. 452–482, doi:10.1177/0090591710366369; LEE, Alexander. *Humanism and Empire: the Imperial Ideal in Fourteenth-Century Italy*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

² Coluccio Salutati (1331-1406) foi um dos principais representantes do humanismo na Itália do Trecento. Nasceu em 1331, na vila de Stignano, território florentino, próximo à divisa com Lucca. Foi criado e educado em Bologna, sob a proteção de Taddeo de' Pepoli, a quem seu pai serviu em vida. Formou-se em estudos notariais (*ars notaria*) em 1350, em Bologna, onde estudou a arte da retórica com Pietro da Moglio, discípulo de Petrarca. Serviu na chancelaria de Stignano e Todi. Serviu, ainda, a Francesco Bruni, secretário apostólico no papado de Urbano V. Com a ajuda de Francesco Bruni, Salutati, alcançou, em 1370, a chancelaria de Luca, momento em que a comuna havia recém-saído do domínio de Pisa. Em 1375, foi eleito chanceler em Florença, cargo que ocupou até sua morte, em 1406. Foi o responsável pelo convite a Manuel Chrysolaras a Florença, para ensinar grego ao círculo humanista que se formava em Florença. Para mais notas biográficas sobre o autor, sugerimos: HANKINS, James. Coluccio Salutati e Leonardo Bruni. In: CLERICUZIO, Antonio (dir.), RICCI, Saverio (dir.). *Il Contributo Italiano alla Storia della Cultura - Filosofia*. Rome: Treccani, 2012. p. 1-10; MARZI, Demetrio. *La cancelleria della Repubblica fiorentina*. Rocca S. Casciano, 1910; NOVATI, Francesco. *Epistolario di Coluccio Salutati*. *Bullettino dell'Istituto Storico Italiano*, n. 4, 1888a, p. 64-107; WITT, Ronald G. *Hercules at the crossroads: the life, works, and thought of Coluccio Salutati*. Durham: Duke University Press, 1983.

retórica, formular uma interpretação possível ao dualismo que, ainda que aparente, perfaz o olhar daqueles que buscam estudar o pensamento político do autor.

Contudo, para que seja possível alcançar a finalidade do presente trabalho, algumas considerações são necessárias não apenas sobre o próprio *Salutati*, mas, antes de tudo, sobre o Renascimento, mormente porque paradigma a partir do qual as discussões sobre a melhor forma de governo passarão a ser desenvolvidas. Mostra-se necessária, pois, uma pequena digressão a respeito do modo como a presente dissertação entende o período histórico em comento.

“O que é o Renascimento?” – É com esta pergunta que Miguel Ángel Granada³ coloca em evidência uma das maiores dificuldades que os pesquisadores tendem a encontrar quando tomam a Renascença como objeto: a sua delimitação. A discussão, que remonta às primeiras críticas aos trabalhos de Jules Michelet⁴ e Jacob Burckhardt⁵, mantém-se uma constante para os estudiosos que, até a contemporaneidade, debruçam-se sobre esse momento histórico. Tal percepção importa ao trabalho enquanto pano de fundo para as discussões que se busca desenvolver, haja vista que, tal como será apresentado, a concepção histórica tradicional, que pretende abarcar o Renascimento, reduz-se ao seu didatismo e não comporta o aporte jusfilosófico e histórico que o presente trabalho intenta evidenciar.

Como demonstra Granada, historicamente, Petrarca⁶ (1304-1374) e Lorenzo Valla⁷ (1407-1457) desabrocharam no pensamento filosófico do *Trecento* e do *Quattrocento* uma consciência da distância entre seus próprios tempos e a Antiguidade, o que poderia explicar o início e a disseminação não apenas do uso do termo “Renascimento”, mas também da própria noção do homem que se via deslocado das

³ GRANADA, Miguel A. *El umbral de la modernidad*. Barcelona: Herder, 2000.

⁴ MICHELET, Jules. História da França, Tomo IV – Livros VII, VIII e IX (anos 1380 a 1422). Rio de Janeiro: Luiz Fernando Serra Moura Correia, 2014.

⁵ BURCKHARDT, Jacob. A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

⁶ Francesco Petrarca (Arezzo, 1304 – Arquà, 1374) foi um intelectual, poeta e humanista italiano, famoso, principalmente, devido ao seu romanceiro. É considerado o inventor do soneto, tipo de poema composto de 14 versos. Pesquisador, filólogo, divulgador e escritor, é tido como o “pai do humanismo”.

⁷ Lorenzo Valla (Roma, 1407 – 1457) foi um escritor, filólogo, filósofo e professor especialista em retórica e oratória. Um dos mais importantes humanistas italianos de sua época e célebre por sua aplicação dos novos padrões histórico-filológicos para análise de documentos e obras clássicas.

conexões com a Antiguidade Clássica e a Idade Média⁸. Isso porque o Medievo gestou em todo o seu processo de formação histórica uma noção de tempo e de pertinência dos escritos clássicos à sua realidade que parecia pouco palpável aos pensadores renascentistas⁹.

Petrarca, conhecido como o primeiro humanista e figura de grande relevância na formação dos pensadores renascentistas, deixa claro, na passagem de seu poema épico *África* (1338-1343), esse senso de distanciamento, ilustrando bem a nova feição do movimento intelectual que começava a ensaiar seus primeiros passos.

*at tibi fors tassis si – quod mens sperat et optat –
es post me uictura diu, meliora supersunt
secula: non omnes ueniet Letheus in annos
iste sepor! Porterunt discussis forte tenebris
ad purum priscumque inbar remare nepotes.
Tunc Elicon a noua reuidentem stirpe uidebus,
Tunc lauros fondere sacras; tunc alta resurgent
Ingenia atque animi dociles, quibus ardor honesti
Pyderidum studii ueterem geminabit amorem.*¹⁰

⁸ Eugenio Garin, por sua vez, apontará, por exemplo, à própria maleabilidade da linha cronológica que liga as críticas renascentistas à Idade Média a uma noção de século das trevas. Tal como afirma, a controvérsia acerca das trevas que recaiam sobre a ignorância e que obstavam a “ascensão das luzes do saber” remontava mesmo ao século XII. Segundo o historiador italiano, “la polémica abierta en el siglo XII contra los modernos que avanzaban cual nuevos bárbaros sacrificando la humanitas en eras del tecnicismo científico anticipa paso por paso la revuelta que se desencadena en el siglo XIV”. Garin vai, inclusive, mencionar a dificuldade da periodização que se estabelece entre os próprios autores de época, de modo que, embora seja certa a busca pelo estabelecimento de um chamado “obscurantismo medieval” em detrimento à valorização do tempo em que viveram os renascentistas, não havia concordância quanto ao início ou estabelecimento do que deveria ser valorizado ou lido enquanto uma fonte alheia a essas trevas medievais que se impunham. Eugenio Garin diz: “Por extraño que parezca, no se ha insistido como sería de desear en que para todos los diversos autores ‘renacentistas’ la duración de la tenebrosa noche medieval llega a oscilar entre el siglo y el milenio. Para Domenico di Bandino, la luz se extingue e Occidente con Alano de Lilla, con el Anticlaudianus para ser más exactos, y vuelve a refulgir con Dante (...) Para Filippo Villani, el abismo de tinieblas se abre, por culpa u avaricia de los césares, con la muerte de Claudiano, cierrándose con la aperición de Dante. Para Leonardo Bruni la noche medieval se prolonga durante siete siglos, desde la caída del Imperio, si ben el período más lóbrego a sus ojos será precisamente la era imperial, que entra en crisis al renacer las autonomías ciudadanas. Para Matteo Palmieri la edad de las Tinieblas se habría prolongado ochocientos años, para Giannozzo Manetti novecientos (...) Para Valla, quien más en las artes y la poesía fija su atención en la teología, el punto que se estalla la crisis lo marca Boecio. Nos es raro que se extienda el período oscurantista hasta alcanzar el milenio, y Biondo intentará encerrar en los mil años que van del 412 al 1412 un período histórico completo.” (grifos do original). GARIN, Eugenio. *La revolución cultural del Renacimiento*. Tradução: Domenec Bergada. Barcelona: Editorial Crítica, 1984, pp. 51 e 52.

⁹ Não nos cabe, aqui, aprofundar na complexidade do tempo na Idade Média. Para tanto, recomendamos: LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. Tradução: Marcos de Castro. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

¹⁰ “Mas talvez, se – como minha mente e minhas esperanças desejam – viveres muito depois de mim, tempos melhores o aguardarão. O sono le teu não irá afligir os anos. Nossos descendentes, talvez, estarão aptos a dissipar as sombras e retornar à pura luz do antigo. Então verás o Hélicon brotar

Percebe-se, pois, historicamente, uma noção de Renascimento que não apenas enxergava a Antiguidade distante de si, mas que, também, vivia a retomada de seus valores em detrimento do imaginado “obscurantismo” – para usar a expressão evidenciada por Eugênio Garin¹¹ – que representava o período medieval. Como Erwin Panofsky ensina, os estudiosos, a partir do século XIII, passaram a perceber que os textos escritos na Antiguidade se referiam a problemas típicos de sua época e não tratavam, como objetivo central, de prescrever mensagens ao tempo presente, embora fosse possível uma eventual correlação ou pertinência. Nasce na consciência dos autores do século XIII e, de maneira mais sólida, para os filósofos do século XIV, a ideia de que os trabalhos da Antiguidade deveriam ser lidos como frutos de seu tempo, ou seja, como trabalhos tipicamente dos Antigos. O princípio da “disjunção”¹², como Panofsky chama a turva visão do Medievo para com o seu distanciamento da Antiguidade, parece, portanto, perder forças no emergir do Renascimento, o qual assume para si a volta aos Antigos, mas, agora, com o olhar de quem entende as particularidades do período histórico antecessor e, ainda assim, busca revivê-lo no momento presente, diante de eventuais contribuições que poderiam ser extraídas do passado.

Essa perspectiva de retomada dos valores clássicos encontra expressão, ainda, nos escritos de Lorenzo Valla, especialmente em seu *Elegantia linguae latinae*, em que exprime a necessidade de retomada do uso do latim e do aprendizado das leis romanas, principalmente em função do desprestígio dos valores cristãos e do mau uso que a Idade Média fez de sua herança clássica a partir das invasões bárbaras.

novamente, louros de glória tornarem-se folhas; então, sublimes espíritos levantar-se-ão novamente e mentes prontas para aprender, nas quais a paixão pela virtude irá redobrar o antigo amor pela busca das Musas.” (tradução nossa). PETRARCHAE, Francesco. *Africa*. Prefácio e Notas: L. Pingaud. Paris: Apud Ernest Thorin editorem. 1871, IX, 453-457.

¹¹ GARIN, Eugenio. *La revolución cultural del Renacimiento... Op. Cit.*, p. 51 e 52.

¹² Nas palavras de Quentin Skinner, o princípio da disjunção corresponderia a “uma disjunção entre o emprego das formas clássicas e a insistência em que elas portem mensagens de significado para o tempo presente”, o que se verificava principalmente na arquitetura e nas artes do período, mas que também não deixava de apresentar grandes marcas na forma de se fazer filosofia. Cf. SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 106; PANOFSKY, Erwing. *Renacimiento y renacimientos en el arte occidental*. Tradução: Maria Luisa Balseiro. Madrid: Alianza, 1975.

¿Qué amante de las artes y del bien común podrá contener las lágrimas a verla [a língua latina] en el mismo estado que en otro tiempo estuvo Roma cuando fue tomada por los galos? Todo echado por tierra en llamas, destruido de modo que apenas así quedó en pie la ciudadela capitolina. Pues hace ya muchos siglos que no sólo nadie ha hablado en latín, ni siquiera entiende las leyes latinas [...] ¿Hasta cuándo consentiréis que vuestra ciudad, no digo ya el domicilio del imperio, sino la madre de las letras, este dominada por los galos? ¿Consentiréis que la latinidad siga oprimida por la barbarie?¹³

Tal clamor pela retomada da língua latina e das leis romanas evidencia, já mais adiante, no século XV, o distanciamento ensaiado nos séculos passados, demonstrando, ainda, a necessidade de desvencilhar-se de uma Idade Média que em pouco contribui para o estudo das fontes clássicas. “A latinidade oprimida pela barbárie” talvez seja uma das frases que represente, de maneira mais fidedigna, o sentimento de rechaço em face do medieval que perpassa pela cosmovisão renascentista italiana. Mesmo que tal sentimento tenha ganhado espaço gradativamente no paradigma do Renascimento¹⁴, deve-se ressaltar que ele passa a figurar como elemento constante no período, o que se mostra, também, com a popularização dos *studia humanitatis*¹⁵, talvez um dos mais abertos ataques ao Medievo,

¹³ “Qual amante das artes e do bem comum poderá conter as lágrimas ao vê-la [a língua latina] no mesmo estado que em outro tempo esteve Roma quando foi tomada pelos gállos? Tudo acabado, em chamas, destruído de modo que apenas restou em pé a cidadela capitolina. Pois já faz muitos séculos que ninguém fala latim e nem mesmo entende as leis latinas. [...] Até quando consentireis que vossa cidade, não apenas o domicílio do Império, mas também a mãe das letras, esteja dominada pelos gállos? Consentireis que a latinidade seja oprimida pela barbárie?” (tradução nossa). VALLA, Lorenzo, *et. al. Humanismo y Renacimiento*: selección de Pedro R. Santidrian. Tradução: Pedro R. Santidrian, Madrid: Alianza Editorial, 2007, pp. 40 e ss.

¹⁴ É importante que destaquemos que o próprio Petrarca representa, na historiografia, uma figura de contrastes. Peter Burke, por exemplo, mostra como o considerado “primeiro humanista” flertava com ideais conhecidos como clássicos. “El mismo Petrarca, por ejemplo, era en muchos sentidos una figura medieval. Sus meditaciones sobre la fortuna eran tradicionales. Y lo era su entusiasmo por san Agustín. San Bernardo era otro de sus modelos. Y también Dante: los poemas del Canzoniere constituyen una narración como la de la Vita Nuova, con la amada Laura de Petrarca en lugar de Beatriz. (...) Si bien le desagradaba la letra gótica manuscrita, Petrarca admiraba algunos edificios góticos como la catedral de Colonia de la que decía que era un templo extraordinariamente bello.” BURKE, Peter. *El Renacimiento Europeo: centros y periferias*. Tradução: Magdalena Chocano Mena. Barcelona: Editorial Crítica, 2000, p. 32.

¹⁵ Acerca da caracterização do humanismo, são importantes as considerações de Nicholas Mann: “The term itself [humanism] owes its origin to the Latin *humanitas*, used by Cicero and others in classical times to betoken the kind of cultural values that one would derive from what used to be called a liberal education: the *studia humanitatis* constituted the study of what we might now think of as ‘arts’ subjects – language, literature, history and moral philosophy. (...) Humanism is that concern with the legacy of antiquity – and in particular, but not exclusively, with its literary legacy – which characterizes the work of scholars from at least the ninth century onwards. It involves above all the rediscovery and study of ancient Greek and Roman texts, the restoration and interpretation of them and the assimilation of the ideas and values that they contain.” MANN, Nicholas. KRAYE, Jill (Ed.).

orgulhoso e substancialmente calcado em sua tradição escolástica-aristotélica da educação.

Vale destacar, aqui, que a própria concepção de filosofia estudada nos *studia humanitatis*, para além de distanciar-se do método escolástico da Idade Média, afastava-se substancialmente da forma de se conceber o pensamento filosófico no período anterior. Como afirmam Paul Kristeller e John Randall Jr., tratava-se, sobretudo, de uma filosofia ética, que se aproximava de maneira mais contundente das obras de Platão, em detrimento às questões de cunho cientificista que permeavam a visão dos neoaristotélicos quanto aos problemas da moral ou da imaginação religiosa¹⁶. Essa filosofia que ainda ficava, em diversas situações, relegada a segundo plano¹⁷, especialmente quando confrontada com os estudos de filologia, retórica ou literatura, em pouco se aproximava da filosofia medieval, que se destinava aos escritos de lógica ou de filosofia da natureza.

Entretanto, conquanto seja perceptível a necessidade de reafirmação constante da desvinculação para com a Idade Média, não se pode deixar de lado a perspectiva que sobressalta as aproximações entre o Renascimento e o Medieval, tensionando, em certa medida, a defesa de um distanciamento abissal entre os dois momentos da história. Essa questão pode ser observada nas obras de Nicolau de Cusa¹⁸ ou de Marsílio Ficino¹⁹ – tido como líder da filosofia platonista na Academia de Florença –, os quais não só ainda estão arraigados a alguns dos autores que serviram de base

The Cambridge Companion to Renaissance Humanism. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 1-2.

¹⁶ CASSIRER, Ernst et al. *The Renaissance philosophy of man*. Chicago: University of Chicago Press, 1956, p. 6.

¹⁷ Deve-se destacar, tal como seguem afirmando Kristeller e Randall Jr., mesmo que tenham contribuído, diretamente, de maneira módica à filosofia, indiretamente, seja em tratados de literatura, história ou nas artes, os pensadores do Renascimento trouxeram grandes contribuições à filosofia da modernidade, seja pela formulação de novos conceitos ou ainda pela habilitação de novos textos filosóficos ao acervo de época. CASSIRER, Ernst et al. *The Renaissance philosophy of man... Op. Cit.*, 1956, p. 5.

¹⁸ Nicolau de Cusa ou Nicolau Krebs ou Chryppffs foi um cardeal da Igreja Católica Romana, um dos primeiros Filósofos do humanismo renascentista e autor de inúmeras obras, sendo a principal delas *Da Doutra Ignorância*, publicada em 1440.

¹⁹ Marsílio Ficino (1433-1499) foi um filósofo italiano, um dos maiores representantes do Humanismo florentino e um dos maiores representantes do platonismo renascentista.

fundante para a Idade Média, mas também às preocupações que desenvolvem em seus trabalhos²⁰.

Tal como aponta parte da historiografia moderna e contemporânea, ainda que o Renascimento tenha como legado uma série de novas perspectivas no que se refere aos aportes filosóficos ou às demandas socioculturais e políticas quando comparado à Idade Média, é imprópria a afirmação de ruptura total. Isso se dá sob dois aspectos: o primeiro deles refere-se à originalidade do movimento enquanto momento de “renascimento” ou de “retomada” de valores no início da Modernidade, e o segundo refere-se às rupturas substanciais, no cerne da filosofia, que o movimento renascentista e a parcela da historiografia tendem a sustentar. A dialética que se desenvolve entre ambos os aspectos pode ser entendida, ainda que artificialmente – mas didática – em uma leitura historiográfica dos principais trabalhos desenvolvidos como forma de se entender o período histórico em voga.

O Renascimento foi, desde o século XIX, objeto de inúmeros estudos. Podemos destacar, logo a princípio, dois grandes marcos da tradição da filosofia política no período, quais sejam, *A cultura do Renascimento na Itália* (de 1860) de Jacob Burckhardt e também Jules Michelet com seu *História da França*, Tomo IV, Livros VII, VIII e IX (de 1840). Tanto Burckhardt quanto Michelet foram tomados como expoentes da literatura historiográfica e filosófica sobre o Renascimento. O primeiro, por representar um marco nos escritos acerca das contribuições do Renascimento enquanto elemento de ruptura para como o ideário medieval, trazendo à baila autores, conceitos e uma detida análise das instituições políticas e sociais da Itália, que elevam o seu trabalho a uma das fontes mais ricas sobre o tema. O segundo, enquanto um dos pioneiros a definir o Renascimento como um período histórico. Ainda que se referissem à França, não à Itália, as contribuições de Michelet aos estudos do Renascimento são indeléveis e não poderiam deixar de ser mencionadas na presente revisão, especialmente considerando os influxos e reverberações do período na cultura moderna.

²⁰ Nicolau de Cusa, por exemplo, em seu *Da Doutra Ignorância*, aborda temas classicamente tratados por autores da Idade Média. As preocupações com a providência divina, com o máximo e mínimo absoluto ou ainda com a trindade e eternidade da unidade (Deus) evidenciam – para tratar apenas do Livro I de *Da Doutra Ignorância* – a forma como as questões religiosas ainda eram marca dos escritos de época.

O século XX, por sua vez, movido pelas leituras realizadas por Bruckhardt e Michelet, representou, sem dúvidas, um giro na tradição da hermenêutica do Renascimento e, mais especificamente, do Renascimento Italiano. A obra de Hans Baron, intitulada *The crisis of the early Italian Renaissance*, de 1955, talvez tenha se mostrado como um dos grandes legados das visões dos dois autores. Nela, é possível verificar uma perspectiva forte de ruptura entre o Renascimento e a Idade Média que a precedeu. A obra de Baron, preocupada com a questão do *humanismo cívico* – nome que, inclusive, é atribuído ao autor – e com a intensificação da perspectiva política no Renascimento do *Quattrocento*, em razão das disputas de Florença com os Visconti, fornece-nos um panorama também de extrema riqueza no que concerne à ambientação política da Itália de época, bem como às concepções de tirania no período.

Uma postura crítica às questões desenvolvidas por Baron, Burckhardt e, em certa medida, por Michelet, passou também a ganhar força nos estudos sobre o Renascimento, também no século XX. Em especial, a postura de Paul Oscar Kristeller com seu *Renaissance thought and its sources* de 1979, *Medieval aspects of Renaissance learning* de 1969 e, ainda, com *Italian Humanism*, em que capitaneia a tese de uma continuidade entre as preocupações e problemas do Renascimento e do Medievo imediatamente anterior. Tal tese é desenvolvida também por Quentin Skinner em *As fundações do pensamento político moderno*, obra que aponta uma linearidade das tradições de estudo do pensamento medieval ao desenvolvimento dos estudos liberais das *studia humanitatis*. Ressaltam-se, ainda, nessa mesma linha de valorização da continuidade, os trabalhos de James Hankins, em especial aquele intitulado *Renaissance civic humanism: reappraisals and reflections*.

Os escritos que, em certa medida, antevêm uma linhagem dialética entre ruptura e continuidade no Renascimento popularizaram-se no século XXI, entretanto, não sem beber diretamente de fontes do século XIX, como em Eugenio Garin – com seus *Italian Humanism* de 1988, *Storia della filosofia italiana* de 1959, e *Ciência e vida civil no Renascimento* de 1996 –, John Pocock – em *The Machiavellian Moment* de 1975 –, e Erving Panofsky – com *Renaissance and Renascences* de 1944. Tais autores contribuíram sobremaneira para a desmistificação de um Renascimento envolto apenas em rupturas ou em tradições, lançando luzes sobre diversas perspectivas

intercomunicantes que se mostram de vital importância para o florescimento da Modernidade, tanto em aspectos medievais quanto em suas facetas renascentistas.

Ainda nesse sentido, podemos citar as inúmeras obras de Newton Bignotto, Helton Adverse e Carlo Gabriel Kszan Pancera que, sob a luz da academia mineira, empreenderam inúmeros esforços para a disseminação dos estudos renascentistas no Brasil, destinando um cuidadoso olhar para a filosofia, a historiografia e a história do período em questão. Trabalhos como *Origens do republicanismo moderno* (2001) de Newton Bignotto, *Maquiavel Política e Retórica* (2009) de Helton Adverse, ou ainda *Maquiavel entre repúblicas* (2010), de Carlo Gabriel Kszan Pancera, constituem riquíssimas fontes para se entender as instituições políticas e as cosmovisões de época. Neste mesmo sentido, os trabalhos de Fabrina Magalhães Pinto e Flávia Benevenuto, com a obra *Filosofia, política e cosmologia ensaios sobre o renascimento* (2017), também trazem importantes discussões sobre o próprio Renascimento. Philippe Oliveira de Almeida, por sua vez, em seu *Crítica da Razão Antiutópica* (2018) fornece-nos não apenas uma das mais ricas contribuições à filosofia renascentista, mas também os meios de utilização da experiência vivida no período para a filosofia política contemporânea.

Diante de toda a construção desenvolvida na tensão estabelecida entre continuidade e descontinuidade, o presente trabalho tem por objetivo buscar um olhar por meio do qual ambas as perspectivas converseem entre si. Tendo em vista o peso das rupturas e das continuidades, para a história do Renascimento e para a filosofia de época, é sob o paradigma dessa concepção, de relativização das fronteiras da história e de afastamento dos conceitos hermeticamente fechados de Renascimento, que o presente trabalho deve ser lido. Sem perder de vista a contribuição didática da periodização, são pertinentes ao trabalho as palavras de Peter Burke, para quem “es imposible oponer un Petrarca ‘moderno’ a un Dante ‘medieval’”²¹. Vale, como síntese, o pensamento de Newton Bignotto, que retrata a definição de Renascimento enquanto “dialética entre continuidade e descontinuidade”²² que o trabalho pretende abordar.

²¹ BURKE, Peter. *El Renacimiento Europeo... Op. Cit.*, 2000, p. 31.

²² BIGNOTTO, Newton. *Origens do republicanismo moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, p. 29.

Realizada a breve digressão acerca dos limites do conceito de Renascimento e das interpretações sobre ele desenvolvidas pela literatura ao longo dos séculos, tem-se por situado o trabalho neste movimento dialético entre as rupturas e as continuidades.

O questionamento acerca da escolha de Coluccio Salutati pela melhor forma de governo também se insere em um debate caro ao Renascimento – e à filosofia política como um todo – qual seja, o debate sobre o bom governo.

Valendo-se das concepções da Antiguidade Latina, os autores renascentistas passaram a preocupar-se com a organização do poder político e com as maneiras de se amenizar corrupções ou de dirimir a presença de governantes pouco virtuosos, principalmente em razão de um contexto de iminente instabilidade na península itálica ao longo dos séculos XIV a XVI. O debate sobre formas de governo – e, em especial, sobre o que se deveria entender como melhor forma de governo –, torna possível antever e explorar as raízes clássicas do pensamento humanista, que toma como fonte, a partir da qual espelhar-se, o ideal romano.

Esta forma de conceber a política teve forte sedimentação entre os autores latinos, especialmente Cícero. E foi através do resgate de seus textos – juntamente com as obras de Salústio, Sêneca, Quintiliano, Tito Lívio, entre outros, e também o *Digesto* compilado no período de Justiniano – que a tradição do bom governo se solidificou na Península Itálica. Tais autoridades eram mobilizadas notadamente como alicerces para a legitimação do autogoverno nas pequenas repúblicas, contra as pretensões centralizadoras do Sacro Império.²³

Como se vê, a estabilidade política e a legitimação do poder na península Itálica eram problemas de primeira ordem para a o Renascimento. De acordo com Hankins, para os renascentistas três eram as formas de se assegurar a obediência a um governante: a primeira delas pelo reforço ao medo e a expedientes coercitivos; a segundo pelo apelo aos interesses materiais e provisões de benefícios; por fim, o apelo à justiça, como fundamento de persuasão para justificar a subserviência ao governo. Este último era, em maioria, a forma preferida pelos humanistas de se alcançar a

²³ TEIXEIRA, Felipe Charbel. O melhor governo possível: Francesco Guicciardini e o método prudencial de análise da política. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 50, n.2, pp. 325-349 2007, p. 330.

subserviência dos governados²⁴. Em termos de Direito Romano, uma das principais fontes do direito no imaginário tardo-medieval e renascentista, vai dizer Hankins, também três eram as fontes jurídicas de legitimação do poder: a primeira, o direito divino; a segunda, o costume (*inveterata consuetudo*); e, por fim, o consenso popular²⁵.

Diante deste cenário, é importante que se percebam não apenas os influxos do direito romano, mas uma preocupação maior do Renascimento para com a organização política local. Mais do que justificar determinada forma de governo em consonância com os preceitos da cristandade – elemento que ainda estava presente para os pensadores do Renascimento, em especial para aqueles, como Salutati, que se veem em um período de influxo mais significativo de orientações e cosmovisões medievais – o momento era de se pensar a política como instrumento apto a salvaguardar os interesses locais e q possibilitar a manutenção da própria cidade frente aos jogos de poder que se desenvolviam sob os olhos dos pensadores de época.

E, em razão dos estudos humanistas, Hankins destaca que a visão dos autores do período estava eminentemente marcada por uma visão do passado romano como ideal a ser alcançado. Para Hankins, o importante do passado de Roma para os renascentistas é que ele não se assemelhava politicamente ao falho Medieval. De acordo com o autor, “if the humanist concept of the state was ‘the subject of contestation and debate’, that debate took place within boundaries set by the defining humanist assumption that ancient Rome should be the model for modern Italy”²⁶.

De qualquer forma, é no debate sobre a melhor forma de governo e a partir do debate que remonta ao humanismo e aos usos de fontes romanas de filosofia e política – especialmente de Cícero e Quintiliano – que o pensamento de Coluccio Salutati e, precipuamente, o seu uso retórico da política e da história, ganham espaço privilegiado.

²⁴ HANKINS, James. *Virtue Politics: soulcraft and statecraft in renaissance Italy*. Cambridge, Massachusetts and London: Harvard University Press, 2019, p. 33.

²⁵ Hankins vale-se da máxima de Ulpiano (Digesto 1.4.1): “*Quod principi placuit, legis habet vigorem: utpote cum lege regia, quae de imperio eius lata est, populus ei et in eum omne suum imperium et potestatem conferat*”. “A vontade do príncipe tem força de lei, visto que, por lei regia promulgada sobre sua autoridade, o povo lhe confere, a ele e para ele, todo o seu poder e soberania”. CUNHA, Edilson Alkmim (Coord.). *Corpus iuris civilis: Digesto: livro I*. - Brasília: TRF1, ESMAF, 2010, p. 56.

²⁶ “se o conceito humanista de estado era ‘assunto de contestação e debate’, esse debate ocorreu dentro dos limites estabelecidos pela definidora suposição humanista de que a Roma antiga deveria ser o modelo para a Itália moderna” (tradução nossa). HANKINS, James. *Virtue Politics: soulcraft and statecraft in renaissance Italy... Op. Cit.*, p. 33.

O chanceler de Florença e notário natural de Stignano foi um dos principais autores, sob a influência de Petrarca, Boccaccio, Dante e Cícero, a explorar os embates entre a monarquia e a república. Imerso em um contexto institucional – e por que não histórico – sob o qual a política era inevitável, Salutati consegue sorver aquilo que há de mais controverso no período de transição entre Idade Média e Renascimento e, por meio do contraponto retórico ao conceito de tirania, esboçar, ao longo de sua vida, defesas ferrenhas da monarquia e da república. Como é possível, pois, antever uma consistência no pensamento político do autor? Os trabalhos de Salutati devem ser entendidos como uma defesa insincera de seu real posicionamento político? Como meros exercícios retóricos? Ou haveria de fato um posicionamento estanque e efetivo acerca de um governo republicano ou monárquico? Afinal de contas, qual deve ser o contraponto estabelecido à tirania?

A hipótese que se esboça à resposta perpassa pela ideia de que, como sinédoque do humanismo nascente, as formulações acerca da tirania, por Coluccio Salutati, não refletem uma congruência inequívoca ao republicanismo ou ao regime monárquico, o que, por outro lado, não significa inconsistência política no pensamento do chanceler florentino. Pelo contrário, deve-se aceitar a proposição de que as respostas por ele dadas em contraposição ao regime tirânico são elementos constitutivos de um alinhamento político mais preocupado com a ideia de liberdade e de sobrevivência da comuna do que, necessariamente, com a defesa de um regime específico.

Neste sentido, é por meio da tópica da tirania no pensamento salutatiano, desenvolvida especialmente nas cartas públicas e privadas por ele escritas enquanto chanceler de Florença (no *Contra maledicum et obiurgatorem qui multa pungenter adversus inclitam civitatem Florentie scripsit*, popularmente conhecida como *Invectiva contra Antonio Loschi da Vicenza*²⁷) e no tratado político *De tyranno*, que se torna possível, a um só tempo, antever a encruzilhada política do humanismo nascente – “república ou monarquia?” – e entender que a sua coerência política encontra-se, sobretudo, na

²⁷ Para fins de evitar a repetição dos títulos, optamos por utilizar, no decorrer do presente trabalho, tanto os termos *Invectiva contra Antonio Loschi da Vicenza* (ou *Invectiva* e *Invectiva Contra Antonio Loschi*) quanto a abreviação do título *Contra maledicum et obiurgatorem qui multa pungenter adversus inclitam civitatem Florentie scripsit*, representado pela expressão “*Contra maledicum...*”.

percepção dos usos retóricos do conceito, a despeito de uma aproximação monárquica ou republicana como resposta à tirania.

Insta salientar que a ideia de tirania, para os fins a que se pretende chegar com o presente trabalho, passa a funcionar como uma espécie de espelho necessário para que se possa vislumbrar as formulações políticas de Salutati acerca da república ou da monarquia. Não se tem por objetivo, ressalta-se, explorar, especificamente, o conceito e a miríade de relações a partir da qual se circunscreve o olhar de Salutati sobre o tirano, mas antes, utilizar o conceito – e as obras nas quais a tirania é abordada pelo chanceler –, para que se possa esboçar o contraponto entre república e monarquia. Veja-se, se o elemento tirânico não é o objeto de estudo central do presente trabalho, esta dissertação, por outro lado, não pode dele prescindir, porque é na abordagem do tema da tirania – especialmente na contraposição a ela – que o autor ora estudado desenvolve com maior profundidade e complexidade a defesa da melhor forma de governo – seja ela republicana ou monárquica.

É por esta razão que não se pode deixar de mencionar a existência de alguns escritos ligados ao tema em específico. Newton Bignotto, na década de 90 debruçou-se com especial cautela sobre o tema, produzindo obras como *O tirano e a Cidade* e, ainda, *Origens do Republicanismo Moderno*, o qual, a despeito de não tratar especificamente do tema da tirania, aborda lateralmente a discussão. Tais obras, para são alguns dos principais escritos em língua portuguesa que se preocupam em entender a contribuição do Renascimento para o estudo da tirania.

No mesmo sentido, já no século XXI, destacam-se os trabalhos de Mario Turchetti (*Tyrannie et tyrannicide de l'antiquité a nos jours*, 2013) e Andrea Zorzi, sobretudo o seu *Tiranni e tirannide nel Trecento italiano*, 2013. As obras mencionadas têm em comum não apenas o cuidadoso olhar histórico para as fontes de época, mas também a tentativa de encontrar na virada do *Trecento* ao *Quattrocento* o que de original o pensamento humanista legou à história da tirania. Nota-se, com especial distinção, a coletânea por Zorzi, o qual, mesclando uma análise histórica da política cidadina com os escritos filosóficos sobre a tirania, constrói uma importante narrativa da transição dos governos comunais para as senhorias, destacando os usos retóricos da tirania tanto para as defesas externas, quanto como reação a este modo de governo senhorial que se apresentava na Itália do século XIV.

No que tange aos trabalhos de Coluccio Salutati, ainda que se reconheça o meritório estudo realizado por Ephraim Emerton (*Humanism and Tyranny*, 1964) na tradução do *De tyranno* para o inglês, acredita-se que o trabalho mais cuidadoso, em versão bilíngue latim-inglês, seja o desenvolvido por Stefano U. Baldassarri que, em coletânea intitulada *Coluccio Salutati Political Writings*, traz não apenas o *De tyranno*, como também a *Invectiva* e cartas selecionadas. De mais a mais, não se pode deixar de notar os primorosos trabalhos de Ronald Witt, que se dedicou sobremaneira aos estudos salutarianos tanto em seu *Coluccio Salutati and his public letters* (1976), quanto em *Hercules at the crossroads: the life, works, and thought of Coluccio Salutati* (1983) e em *In the footsteps of the ancients: the origins of humanism from Lovato to Bruni* (2000). Tais trabalhos até os dias atuais apresentam-se como principais fontes para os estudos sobre Coluccio Salutati, tendo em vista a vasta pesquisa biográfica realizada por Witt em torno do chanceler, bem como das inúmeras missivas e cartas produzidas por Salutati, também em comunhão com uma detida revisão de fontes histórico-administrativas da política comunal. Na mesma linha do trabalho de Ronald Witt mencionam-se os escritos de Daniela De Rosa, notadamente o livro *Coluccio Salutati: il cancelliere e il pensatore politico* (1980), e, em um contexto mais histórico do desenvolvimento da chancelaria florentina, o texto de Demetrio Marzi *La cancelleria della Repubblica fiorentina* (1910).

Em língua portuguesa, já após a primeira década do século XXI, os estudos relacionados a Coluccio Salutati ganham destaque nos trabalhos de Letícia Schirm e Renato Ambrósio. A tese intitulada *Le città d'Italia tutte piene son di tiranni: tirania, bem comum, cidade e governo na península itálica da segunda metade do século XIV e início do século XV* (2018), de autoria de Schirm, trabalha não apenas a comparação entre os textos de Salutati e de Bartolo da Sassoferrato, mas a vinculação da noção de tirania em cada um dos autores com a dos conceitos de bem comum, cidade e governo. Por sua vez, a tese de Renato Ambrósio, nomeada *Política e retórica no Humanismo Florentino entre os séculos XIV e XV: em torno do Humanismo Cívico* (2014), busca identificar a retórica na obra de Salutati e de Leonardo Bruni como elemento constitutivo da realidade política e cultural da qual participaram entre os séculos XIV e XV.

É interessante notar, dos trabalhos até aqui apresentados, que, a despeito dos perenes estudos sobre o Renascimento Italiano, ainda são poucos os trabalhos que se dedicam, em língua portuguesa, incisivamente, ao estudo da tirania no pensamento de

Coluccio Salutati e de suas correlações com uma defesa republicana ou monárquica da melhor forma de governo. O presente trabalho, pois, busca desenvolver uma contribuição efetiva às discussões relacionadas ao pensamento de Salutati e aos seus reflexos na formação da cultura jurídica e política ocidental.

Trata-se, pois, de uma pesquisa de cunho histórico e filosófico, inserida dentro da perspectiva metodológica da história das ideias políticas do Renascimento e que tem como figura central a análise da melhor forma de governo a partir do contraponto com a tirania, sob as lentes da retórica.

Neste sentido, mostra-se relevante sublinhar que os marcos metodológicos de qualquer investigação científica, a um só tempo, delimitam e dão alguns traços do que se pretende alcançar com o trabalho final, o que leva autores como Umberto Eco a afirmarem que “o tema é secundário relativamente ao método de trabalho e à experiência que dele se tira”²⁸. A despeito da divergência sobre a preponderância do tema ou da metodologia adotada, fato é que não se podem olvidar as pluralidades do objeto de pesquisa que se apresentam aos diversos pesquisadores, o que implica, em última instância, a adoção de particularidades metodológicas para cada objeto e para o fim que se busca dar à pesquisa. Percebe-se, pois, que uma pesquisa de cunho histórico e filosófico impõe cuidados e opções peculiares à tônica que se procura abordar.

Ademais, como nos ensina Paolo Grossi, os pesquisadores que se debruçam sobre os momentos de transição – como é o caso da passagem do *Trecento* para o *Quattrocento* – devem manejar seu objeto de estudo com especial cuidado. Vale a pena a transcrição da passagem:

Compreender as experiências históricas na sua descontinuidade como expressões de distintas maturidades dos tempos não afeta aquele *continuum* diverso que deve sempre se instaurar entre os olhos do observador, entre seu presente espiritual e a realidade observada, aparentemente distante, talvez até temporalmente remota, e que consiste em apanhar o fio que hoje corre de maneira segura e ininterrupta, em sentido contrário, em busca de raízes espirituais: um *continuum* eu é continuidade espiritual e nunca irá se referir nem ao pó nem ao barro do passado (sobre o qual, com mérito e dignidade, irá aventurar-se o zelo do sapientíssimo erudito), mas aos

²⁸ ECO, Umberto. *Como se faz uma tese em ciências humanas*. Tradução: Ana Falcão Bastos e Luis Leitão. Queluz de Baixo: Editorial Presença, 2007, p. 32.

grandes problemas, aqueles ligados à vida que flui ininterruptamente na história, mas que toda a civilização vive ao seu modo.²⁹

Com efeito, mostra-se importante tangenciar, em termos metodológicos, a opção do trabalho quanto à própria noção do que representa o Renascimento, sobretudo na dialética da continuidade e descontinuidade que, ao longo da história dos estudos renascentistas, mostrou-se ponto fulcral na definição do tom e das conclusões a que se chegam sobre o movimento político do período.

O que se destaca, pois, é que a opção metodológica do presente trabalho, seja pela autopercepção de autores do Renascimento, ou ainda, pelos estudos contemporâneos que tangenciam as inovações do pensamento renascentista, é a de valorização da ideia de ruptura, em especial de inovação do pensamento político humanista a partir das considerações acerca da tirania empreendidas por Coluccio Salutati. Nesse sentido, conquanto seja perceptível, na estrutura política comunal da Itália Renascentista, a presença de estruturas símiles àquelas vislumbradas na organização medieval e, ainda, a coexistência de pensadores vinculados ao paradigma de estudos medievais, o presente estudo busca ressaltar a contribuição de Coluccio Salutati à formação de um pensamento político humanista eminentemente diferente daquele vislumbrado pelos pensadores medievais, mormente no que tange à contraposição entre república e monarquia, e aos usos retóricos da história e da política.

Superada, pois, esta primeira consideração metodológica, frisa-se que o estudo que se pretende realizar nesta dissertação é eminentemente teórico e hermenêutico, tendo em vista a sua perspectiva histórico-filosófica e as contribuições que pretende fornecer à história das ideias. Com efeito, entende-se que é por meio da revisão bibliográfica que a pesquisa encontrará seus mais frutíferos resultados. Tais análises deverão comungar tanto o acesso às fontes de época e obras dos próprios autores renascentistas, quanto à leitura de comentadores do período.

Deve-se advertir, ademais, que não se trata apenas de uma apresentação estática do conceito de tirania em Salutati, mas, antes de tudo, da expressão de seu movimento dentro do fenômeno do Renascimento, e das comunhões com elementos

²⁹ GROSSI, Paolo. *A Ordem Jurídica Medieval*. Tradução: Denise Rossato Agostinetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014, p. 14.

políticos, sociais e culturais na perspectiva da representação de um período significativamente plural e decisivo na formação da Modernidade ocidental. Assim, não se pretende apenas “apresentar” historicamente o conceito de tirania empregado por Salutati, mas também identificar os influxos filosóficos e culturais para a formação do conceito em consonância com o humanismo de época e, bem assim, com a teoria da melhor forma de governo.

Para que seja possível alcançar os objetivos que o presente trabalho pretende explorar, optamos por dividir a dissertação em dois distintos momentos.

A primeira parte do presente trabalho tem por escopo apresentar não apenas a maneira como as ideias de retórica e invenção se entrecruzam no horizonte político e filosófico da transição entre Idade Média e Renascimento, mas, bem assim, desenvolver uma aproximação substancial acerca da organização político-institucional de Florença no período em que Salutati esteve à frente da Chancelaria. Sob a ótica geral do problema trabalhado na dissertação, este capítulo inicial contém uma tentativa de expor, a um só tempo, a noção e a valorização da retórica nos moldes como trabalhados pela Antiguidade Clássica e o Medievo – que permeia o paradigma renascentista no século XIV – e, igualmente, evidenciar aquilo que peculiar o humanismo trouxe para a concepção do próprio fazer inventivo da retórica. Da mesma forma, identificar os limites institucionais da atuação política do chanceler na comuna torna possível um olhar mais cuidadoso acerca da consistência dos expedientes políticos lançados pelo notário de Stignano em suas cartas públicas e privadas.

Trata-se, em verdade, de um sobrevoo por entre as fundações da retórica e da política comunal no Renascimento nascente, da qual participa como agente e como parte integrante o autor objeto do estudo proposto e por meio do qual serão enfatizados alguns contrastes importantes à dissertação, tendo em vista a miríade de novas matrizes do pensamento político humanista. Este olhar panorâmico, possibilitado por uma aproximação macrofilosófica³⁰ do tema, combinada à atenção

³⁰ De acordo com Gonçalo Mayos, peca a filosofia contemporânea ao deixar de lado as tensões político-institucionais, históricas, ou até mesmo sociais, que serviram como faísca para a chama que queima no farol e ilumina os caminhos da filosofia. Assim, o olhar macrofilosófico entende como de vital importância a busca por aquilo que integra, delimita e concorre substancialmente para a formação do conceito, aquilo que manifesta as cosmovisões e as perspectivas filosóficas agregadas

que se pretende dar à ideia de retórica no pensamento florentino do início do século XIV, funciona como uma espécie de paradigma sobre o qual se fundarão a análise do pensamento detido de Salutati e, por conseguinte, as conclusões que o presente trabalho buscará apresentar.

Para tanto, será necessário apresentar a ideia de retórica na perspectiva medieval, consubstanciada na *ars dictaminis*, como forma de estabelecer um parâmetro de comparação para com a retórica renascentista, em atenção à absorção que será empreendida pela cultura humanista do *Trecento* de ambos os influxos. Assim, em uma aproximação entre o fazer inventivo da construção da verdade na retórica, poder-se-á, com os trabalhos de Albertino Mussato, Boccaccio e Petrarca, entender de que modo o humanismo nascente lidou com a retórica e como esta nova perspectiva humanista passou a integrar a construção textual e discursiva em favor da eloquência.

Neste mesmo sentido, acredita-se que uma análise histórica das principais instituições políticas florentinas é necessária para a completude do entendimento das obras do autor, tendo em vista o teor estratégico e politicamente consciente das manifestações salutarianas acerca de determinados fatos que integram o seu horizonte. Com esta perspectiva, busca-se infirmar, de plano, críticas como as feitas por James Hankins a Paolo Viti³¹ – e a Hans Baron –, no que tange ao anacronismo de algumas aproximações à obra de pensadores do Renascimento. Nesse sentido, é de vital importância que não apenas os jogos de poder, mas as instituições centrais à administração da política florentina estejam abarcadas nesta primeira aproximação do tema, sob pena de se incorrer em uma análise pouco fidedigna às reais nuances do pensamento do chanceler de Florença.

É, então, na consciência de que o pensamento de Coluccio Salutati se desenvolve na intersecção entre a Antiguidade Clássica, o Medieval e o Humanismo nascente, que a primeira parte do trabalho encontra o seu escopo de apresentar ao leitor o cenário no qual as ideias de Salutati sobre a Tirania serão desenvolvidas. E

(mentalidade social, grandes linhas culturais, tradições políticas) e que, ao cabo, representa a marca distintiva, o cerne, de determinado momento filosófico. MAYOS, Gonçal; COLLADO, Francis García; COELHO, Saulo de Oliveira Pinto. *Cultura, Historia y Estado: pensadores en clave macrofilosófica*. Barcelona: La Busca, 2013, p. 14.

³¹ HANKINS, James. 'The 'Baron Thesis' after Forty Years and Some Recent Studies of Leonardo Bruni. *Journal of the History of Ideas*, [S.l.], n. 56, v. 2, pp. 309-338, 1995.

mais, na ciência de que a multiplicidade de influxos torna ainda mais espinhosa a tarefa de se interpretar os escritos políticos de Salutati, esta primeira parte também se presta a demarcar as fronteiras a partir das quais se desenvolverão as leituras empreendidas sobre os trabalhos do autor acerca da tirania. A partir da valorização das ideias de retórica e de invenção na aurora do humanismo nascente, o presente trabalho buscará estabelecer as linhas centrais de análise do fazer discursivo no *Trecento* e, bem assim, o ponto de partida a partir do qual Coluccio Salutati desenvolve suas principais ideias sobre a tirania. Ademais, a conjugação da filosofia com a história também permitirá ao presente trabalho que se enverede pela sinuosidade dos caminhos políticos percorridos por Salutati.

A segunda parte do presente trabalho busca explorar, mais detidamente, as considerações de Salutati acerca da república e da monarquia no contraponto à tirania, como resposta ao problema de pesquisa desenvolvido na dissertação. A partir de uma exposição das conturbadas relações entre Igreja, Império e Florença – mormente no período em que Salutati se tornou chanceler da república florentina – buscar-se-á entender a correlação estabelecida entre o fazer político-retórico de Salutati e o seu posicionamento acerca das formas de governo. Mostra-se de vital importância que não apenas se enverede por entre os influxos de poder tensionados na comunidade política do *Trecento*, mas também que se delimite o papel destes influxos no fazer político de Salutati, especialmente tendo em vista o contexto de disputas com os sobreditos poderes e a ingerência destes na política local. A Guerra dos Oito Santos e também as disputas com Giangaleazzo Visconti permeiam o debate histórico e político desenvolvido nesta segunda etapa da dissertação, na certeza de que um olhar contextualizado permite a formulação de conclusões que conseguem perceber de maneira mais apurada as contradições e dissonâncias próprias do Renascimento.

Após estabelecer, então, o contexto político de Florença, passar-se-á à análise das duas principais obras na qual Salutati aborda o tema da tirania: o *De tyranno* e a *Invectiva contra Antonio Loschi da Vicenza*. A análise de ambos os textos, como contrapontos de uma defesa da tirania republicana e monárquica, perpassará não apenas por se buscar entender qual o conceito de tirania e quais as nuances políticas e históricas deste conceito, mas sobretudo por estabelecer correlações e paralelos com a história de ambas as obras.

Ademais, sob o paradigma histórico, será necessário entender qual a correlação do passado romano para com a formação do conceito de tirania em Salutati, particularmente porque na tradição renascentista o mito da fundação tem importância central na concepção política que os trabalhos escritos na época tinham por intenção veicular.

Por fim, conglobando não apenas os influxos retóricos, mas também o contexto histórico, político e as perspectivas desenvolvidas pelo próprio Salutati em seus escritos políticos, será possível entender como o pensador trabalha os conceitos de república e monarquia e, bem assim, a possível consistência em seu pensamento político. É, então, na conjugação entre história, filosofia e retórica, que o presente trabalho, já munido dos precedentes e paradigmas que permeiam o pensamento de Coluccio Salutati, encontrará, sob as lentes da retórica, o pensamento do chanceler acerca da melhor forma de governo.

PARTE I – CENÁRIO

1. A RETÓRICA NA AURORA DO HUMANISMO RENASCENTISTA ITALIANO

O presente capítulo, para além de exposição do contexto das ideias acerca da retórica e do humanismo no *Trecento*, presta-se à construção do ambiente intelectual no qual Salutati vai desenvolver as suas próprias ideias e, bem assim, tecer suas considerações acerca da tirania em seus principais estudos: o *De tyranno* e a *Invectiva contra Antonio Loschi da Vicenza*. Inseridas no que se pode chamar de cenário de ideias, as perspectivas aqui desenvolvidas, embora não digam respeito diretamente aos textos políticos de Salutati, mostram-se imprescindíveis para a análise do seu pensamento. A retórica, como se pretende mostrar neste capítulo, integra o horizonte dos humanistas no século XIV e é elemento sem o qual um estudo do fazer discursivo por meio das cartas públicas e privadas de Coluccio Salutati torna-se descontextualizada. Neste sentido, seja pelo papel que ocupa na forma de se escrever sobre o momento político vivenciado pelas comunas italianas nos séculos XIV e XV, ou ainda, pela maneira como integra a própria revalorização da Antiguidade Clássica – em diálogo com a herança medieval da qual é legatário o humanismo – desenvolvida pelos *studia humanitatis*, a retórica não pode ser prescindida de um estudo político acerca da consistência da defesa sobre a melhor forma de governo desenvolvida por Salutati.

1.1. O FAZER RETÓRICO NO HUMANISMO DO *TRECENTO*

O termo *humanismo* remonta ao educador Friedrich Niethammer, em sua obra *Der Streit des Philanthropinismus und des Humanismus*, de 1808. Para o autor, o *humanismo* representava a ênfase na tradição grega e latina de educação em face da crescente demanda por uma educação mais pragmática e cientificista das escolas na Modernidade. O termo foi apropriado pela historiografia do século XIX como representativo da revalorização dos estudos clássicos enquanto projeto educacional do Renascimento.

Entretanto, não se pode deixar de notar que, a despeito da alcunha e do significado atribuído por Niethammer e pela historiografia do século XIX, o termo *humanista* já era utilizado pela comunidade renascentista no século XIV. De acordo com Paul Kristeller, *humanista*, em latim ou no vernáculo italiano, inglês e francês, era um vocábulo comumente utilizado para designar o professor ou o estudante de humanidades, ou dos chamados *studia humanitatis*, formadas pelas disciplinas de gramática, retórica, história, poesia e filosofia moral³². Para além da concepção de humanismo atrelado à disciplina dos *studia humanitatis*, também entendemos necessário caracterizá-lo, assim como faz Kristeller, como “the general tendency of the age to attach the greatest importance to classical studies, and to consider classical antiquity as the common standard and model by which to guide all cultural activities”³³.

Tais estudos foram atavicamente vinculados à retomada dos textos da Antiguidade Grega e Latina, bem como à assimilação e reinterpretação de alguns de seus ideais. Nesse sentido, Nicholas Mann afirma:

It involves above all the rediscovery and study of ancient Greek and Roman texts, the restoration and interpretation of them and the assimilation of the ideas and values that they contain. It ranges from an archaeological interest in the remains of the past to a highly focused philological attention to the details of all manner of written records - from inscriptions to epic poems - but comes to pervade, as we shall see, almost all areas of post-medieval culture, including theology, philosophy, political thought, jurisprudence, medicine, mathematics and the creative arts.³⁴

³² KRISTELLER, Paul Oskar. *Renaissance thought and its sources*. New York: Columbia University Press, 1979, p. 22.

³³ “A tendência geral do período de dar a maior importância aos estudos clássicos, e de considerar a Antiguidade Clássica como o padrão comum ou modelo a partir do qual guiar todas as atividades culturais”. KRISTELLER, Paul Oskar. *Humanism and Scholasticism in the Italian Renaissance. Byzantion*, [S.l.], vol. 17, pp. 146-374, 1944-1945, p. 351.

³⁴ “Eles [os *studia humanitatis*] envolvem, sobretudo, a redescoberta e os estudos de textos da Antiguidade Grega e Romana, sua restauração e interpretação bem como a assimilação das ideias e valores que contém. Os estudos abrangem desde um interesse arqueológico nos restos do passado a uma atenção filológica extremamente focada aos detalhes de todos os tipos de registros escritos – de inscrições a poemas épicos – mas vem a permear, como veremos, quase todas as áreas da cultura pós-medieval, incluindo teologia, filosofia, pensamento político, direito, medicina, matemática e artes criativas”. (tradução nossa). MANN, Nicholas. KRAYE, Jill (Ed.). *The Cambridge Companion to Renaissance Humanism... Op. Cit.*, p. 02.

Desta forma, pode-se dizer, nas palavras de Helton Adverse, que o que dá ao Renascimento o seu colorido específico é a relação com o conhecimento, a qual deve se dar em vistas da realidade social e política, e não apenas do viés filosófico-contemplativo³⁵. Para o autor, pois, a manutenção da retórica e do humanismo como “corrente intelectual” adotada por parte expressiva dos autores de época se dá concomitantemente à revalorização da *vita activa*, rechaçada como secundária durante parte significativa da Idade Média.

Nota-se que, antes de tudo, o humanismo italiano foi um projeto cultural e educacional de releitura consciente dos textos clássicos da Antiguidade Latina e Grega, especialmente no que tange às disciplinas veiculadas pelos estudos liberais, com uma veia fortemente política.

Entretanto, como Paul Kristeller aponta, não se pode negar a influência do humanismo em outras searas do conhecimento³⁶ e, principalmente, na filosofia. Isso porque os humanistas também representavam um contraponto às tradições escolásticas e teológicas das Universidades, não apenas no *modus* de ensinar, pautado na valorização da retórica, eloquência e dos usos políticos do discurso, mas também nas próprias fontes utilizadas – tais como Cícero, Aristóteles e Salústio –, que frequentemente recebiam novas traduções pelos humanistas, e nas temáticas abordadas.

Ademais, não se pode deixar de notar, como nos mostra Virginia Cox, que pairava no pensamento renascentista a necessidade de desvincular-se de uma tradição eminentemente cristã-medieval sobre a qual se assentavam as fontes de pensamento desenvolvidas na Itália do século XIII.

The motivating force behind this massive labor of appropriation of ancient wisdom was the same, in essence, as would later fuel the development of humanism: the quest for new and more appropriate cultural models on the part of an increasingly urban and secularizing

³⁵ ADVERSE, Helton. Política e retórica no humanismo do Renascimento. *O que nos faz pensar*, [S.l.], v. 19, n. 27, p. 27-58, may 2010. ISSN 0104-6675. Disponível em: <<http://www.oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/index.php/oqnf/article/view/298>>. Acesso em: 17 de agosto de 2020, p. 02.

³⁶ KRISTELLER, Paul Oskar. Philosophy and humanism in Renaissance perspective. In: O’KELLY, Bernard (Ed.). *The Renaissance Image of Man and the World*. Columbus: Ohio State University Press, 1966, pp. 29-53.

society, whose aspirations were increasingly ill-contained within traditional medieval Christian systems of values³⁷.

Contudo, ainda que tal desvinculação pautasse o horizonte a partir do qual os pensadores humanistas viam a produção do conhecimento, não se pode deixar de reconhecer o legado que os estudos medievais deixam às novas pretensões humanistas, mormente no que tange à retórica. Como se viu na introdução do presente trabalho, Renascimento e Idade Média, conquanto apresentem as suas particularidades, devem ser entendidos em um processo dialético de continuidades e descontinuidades e é justamente na encruzilhada deste movimento dialético que Coluccio Salutati passa a desenvolver seus escritos políticos, razão pela qual entendemos por necessária a elucidação de algumas características da retórica na alvorada da Idade Média, a fim de proceder, sem risco de anacronismos, aos elementos distintivos do fazer retórico no *Trecento*, momento em que grande parte dos trabalhos de Salutati foram produzidos.

É importante ressaltar, a princípio, que a Idade Média esteve cercada por um constante apego à tradição romana, em especial como modo de expressão de seu sistema jurídico-administrativo³⁸. Nada obstante, os autores do período, com frequência, valem-se de conceitos e leituras próximas às formulações gregas, utilizadas

³⁷ “A força motora por trás deste massivo trabalho de apropriação dos saberes clássicos era a mesma, em essência, que mais tarde, iria impulsionar o desenvolvimento do humanismo: a busca por novos e mais apropriados modelos culturais por parte de uma cada vez mais urbana e secularizada sociedade, cujas aspirações estavam cada vez menos abarcadas no tradicional sistema de valores cristão medieval” (tradução nossa). COX, Virginia. Ciceronian Rhetoric in Late Medieval Italy: the Latin and the vernacular traditions. In: WARD, John O; COX, Virginia (Ed.). *The Rhetoric of Cicero in Its Medieval and Early Renaissance Commentary Tradition*. Leiden, The Netherlands: Brill, 2006. v. 02, pp. 109-136, p. 116.

³⁸ Apenas em caráter ilustrativo, pode-se citar uma das soluções encontradas por João de Paris, professor dominicano na Universidade de Paris, para a questão da legitimidade da alegada Doação de Constantino (a qual teria consolidado o primado da Igreja Romana sobre as demais e, bem assim, a primazia do poder temporal sobre o espiritual), valendo-se do conceito de prescrição aquisitiva pelo decurso do tempo. De acordo com Silvio Augusto de Bastos Meira, já era possível encontrar regramentos para a usucapião (até mesmo a chamada *prescrição imemorial* para aquisição da propriedade) “no Digesto, 41, 3; das Institutas de Justiniano, 2.6; do Código 7.30 e 31”. MEIRA, Silvio Augusto de Bastos. A aquisição da propriedade pela usucapião. *Revista de informação legislativa*, [S.l.], v. 22, n. 88, pp. 195-228, out./dez., 1985. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181652/000420293.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em 14 de junho de 2020. Para mais detalhes sobre o tema, cf: ROSA, José Maria Silva. O Rex Pacificus. In: SOUZA, José Antônio de C.R.; AZNAR, Bernardo Bayona. *Igreja e Estado: Teorias Políticas e Relações de Poder no tempo de Bonifácio VIII (1294-1303) e João XXII (1316-1334)*. Braga: Axioma – Publicações da Faculdade de Filosofia, 2016, pp. 83-130.

como fonte de interpretação para problemas de cunho político-filosóficos de época³⁹. Sobretudo a partir do século XI, com a aproximação ensaiada entre a cultura europeia continental e o mundo árabe, o interesse não apenas jurídico para com os clássicos tornou-se mais evidente⁴⁰, ensejando a criação de círculos de leitura destas novas fontes⁴¹. O estudo da *Retórica* de Aristóteles, do *De Inventione* e *De Oratore* de Cícero e, ainda, de fragmentos do *Institutio Oratoria* de Quintiliano – fontes estas que ganham status de *auctoritas antiquitas*⁴² – mantém-se constante durante todo o Medievo.

Nas palavras de John O. Ward, os princípios da retórica clássica foram preservados em duas diferentes formas. Uma, associada à tradição insular da Europa medieval, se deu por meio da tradição gramática. A outra, vinculada à tradição continental da Idade Média, ligada ao estudo das artes liberais, em fragmentos e resumos que cobriam desde a arte da retórica deliberativa até composição geral de prosa e poesia. O esforço carolíngio, assevera Ward, também foi um dos grandes

³⁹ Cf. GILSON, Étienne. *O Espírito da Filosofia Medieval*. Tradução: Eduardo Brandão. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006; DE BONI, Luis Alberto. *A entrada de Aristóteles no Ocidente Medieval*. Porto Alegre: EST Edições/Editora Ulisses, 2010. ; NUNES, Ruy Afonso da Costa. As artes liberais na Idade Média. *Revista de história*, [S.l.], v. 51, n. 101, pp. 1-21, jan-mar, 1975. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/132722>. Acesso em novembro de 2020.

⁴⁰ SALGADO, Karine. SALGADO, Karine. O Direito Tardo Medieval: entre o *ius commune* e o *ius proprium*. *Revista da faculdade de direito da UFMG*, [S.l.], n. 56, pp. 243-264, jan./jun. 2010. Disponível em: <<https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/119/111>>. Acesso em: 14 de maio de 2020.

⁴¹ O presente trabalho não tem por objetivo adentrar, especificamente, nas razões e nas formas pelas quais a Idade Média se aproximou e trabalhou os textos clássicos. Contudo, para tal contexto, sugerimos: LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. Tradução: Marcos de Castro. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006; HESPANHA, Antonio Manuel. *Cultura Jurídica Europeia: síntese de um milénio*. Coimbra: Almedina, 2012.; VILLEY, Michel. *A formação do pensamento jurídico moderno*. Tradução: Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2005; SSOUTHERN, Richard W. *Western society and the church in the Middle Ages*. London: Penguin, 1990; CHENU, Marie-Dominique. *Nature, man, and society in the twelfth century*. Tradução: Jerome Taylor. Toronto: University of Toronto Press, 1997.

⁴² Como nos mostra James Murphy, “The very antiquity of these works gave added weight to their own inherent or natural authority, so that the *auctoritas antiquitatis* – the ‘authority of antiquity’ – had for the medieval mind a special value. (...) Yet it would be unrealistic to assume that the classical works received unqualified acceptance or even unqualified respect in comparison to treatise produced during the middle ages. Rather, it might be more accurate to say that the ancient *artes* are to be seen competing for the attention of the medieval writer and speaker – competing, that is, against the lure of the ‘modern’ and specialized works which sprang up in various fields after about 1050 – but competing with the advantage of *antiquitas*”. MURPHY, James J. *Rhetoric in the Fourteenth-Century* Oxford. *Medium Aevum*, [S.l.], vol. 34, n. 01, pp. 1-20, 1965, p. 89.

responsáveis pela conservação de manuais como *De Inventione* e a *Rhetorica Ad Herennium*.⁴³

Nos primeiros séculos após a queda do Império Romano do Ocidente, mesmo diante de uma arte que estava, de certa forma, expurgada das extravagâncias dos tribunais e da plataforma política que era típica do ambiente retórico romano, o estudo medieval da arte discursiva e oratória ainda se assemelhava, em muito, à maneira como era trabalhada por autores como Cícero⁴⁴. Em verdade, conquanto disforme no escopo final, a prática retórica serviu para suprir a necessidade que a Idade Média avocou para si em quase toda a sua extensão: a de se pensar e escrever pragmaticamente. Assim, seja como instrumento que possibilitava a elaboração da defesa episcopal em detrimento dos poderes monárquicos que faziam frente ao poderio da Igreja, ou ainda, como forma de conferir lastro e legitimidade à autoridade

⁴³ WARD, John. O. Rhetorical Theory and the Rise and Decline of Dictamen in the Middle Ages and Early Renaissance. *Rhetorica: A Journal of the History of Rhetoric*, [S.l.], v. 19, n. 2, pp. 175-223, primavera de 2001, p. 178. Nas palavras de Ricardo da Costa: “Quando Carlos Magno (748-814) incentiva as Letras e impulsiona o Renascimento Carolíngio (com a fundação de escolas, a contratação de professores e a reforma de mosteiros), a gramática é a primeira arte a ser valorizada. Cícero é copiado, comentado, e novos tratados de eloquência são escritos – Alcuíno (735-804) e Rábano Mauro (c. 780-856), além de cartas, homilias e tratados, redigem obras de gramática, de dialética e de retórica;”. COSTA, Ricardo da. A retórica na Antiguidade e na Idade Média. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 42, n. spe, p. 353-390, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010131732019000500353&lng=en&nr_m=iso>. Acesso em 10 jun. de 2020, p. 372.

⁴⁴ SOUTHERN, Richard W. *The Making of the Middle Ages*. New Haven: Yale University Press, 1961, p. 172. Não se descuidava da existência de uma retórica eminentemente cristã, que esteve atrelada aos trabalhos de Santo Agostinho, para quem ela deveria ser instrutiva, popular e religiosa: “instrutiva porque ensinava os apologistas a descobrir e difundir a verdade; popular porque era dirigida a todos, não a um povo ou cultura particular, e religiosa porque encontrava toda a sabedoria necessária para sua missão na Bíblia, não na filosofia”. COSTA, Ricardo da. A retórica na Antiguidade e na Idade Média... *Op. Cit.*, p. 370. Esta perspectiva, contudo, não foi a que teve maior permeabilidade, mesmo durante os primeiros séculos da Idade Média. Nas palavras de Jhon Ward, “The ‘Augustinian’ emphasis in the Graeco-Roman rhetorical legacy did not dominate, even in later antiquity. It has to be paralleled with other traditions: the preceptive tradition of the *Rhetores latini minores*; the Ciceronian tradition of the *De inventione* commentators (Marcommanus through to Grillius), with such attention as antiquity lavished upon the mature Ciceronian oratorical/rhetorical works, the *orationes*, and Quintilian’s *Institutes*; the grammatical-euphuistic rhetorical tradition of the *colores* and the baroque poetic and prose compositions that were dependent upon them; the dictaminal tradition, initially related only in a shadowy fashion to the preceptive rhetorical tradition; and the topical tradition, represented by the *De differentiis topicis* and other works of Anicius Manlius Boethius in the early sixth century, with their emphasis upon the topical elements of the *De inv.* 1.24.34 *et seqq.*, and the *Topica* itself”. WARD, John O. The Medieval and Early Renaissance Study of Cicero’s *De inventione* and the *Rhetorica ad Herennium*: commentaries and contexts. In: WARD, John O; COX, Viginia (Ed.). *The Rhetoric of Cicero in Its Medieval and Early Renaissance Commentary Tradition*. Leiden: Brill, 2006. v. 02, pp. 3-77, p. 12.

da qual emanava determinada tomada de decisão⁴⁵, o fazer retórico passou a ganhar proeminência, sobretudo no que tange à elaboração de documentos e cartas.

Como afirma James Murphy, durante a Alta Idade Média, em especial na Europa Continental, os estudos e o exercício concernentes à epistolografia mantiveram-se sem muita alteração⁴⁶. As práticas que se estenderam dos séculos VII a IX, em parcela de território que hoje corresponde à França, estavam calcadas em uma ideia de transmissão de fórmulas (*formulae*), que tinham por objetivo estabelecer um registro escrito de determinado ato oficial ou, ainda, transmitir determinada mensagem. Com o tempo, as *formulae* passaram a ser utilizadas, especialmente, em relações contratuais, com maior atenção às formalidades para a validade do registro escrito do que, necessariamente, para a própria mensagem que era transmitida⁴⁷.

Entretanto, viu-se a insuficiência dos modelos de escrita já prontos em face das situações plurais que o cotidiano apresentava: as *formulae* não conseguiam albergar, em seu seio, a complexidade das relações sociopolíticas e jurídicas que se colocavam no horizonte do homem medieval. Ao mesmo tempo, surge no ambiente universitário do século XII a demanda por profissionais que, com a formação em Direito ou em estudos notariais, soubessem redigir cartas oficiais e outros documentos análogos, o que moveu, de maneira ainda mais contundente, a orientação para os estudos da retórica e da argumentação em consonância com as fontes clássicas, em especial, as romanas.

Neste contexto, desenvolve-se a *ars dictaminis*⁴⁸ como consolidação de uma alteração no contexto sociopolítico medieval que ensaiava seus movimentos desde o

⁴⁵ WARD, John O. The Medieval and Early Renaissance Study of Cicero's De inventione and the Rhetorica ad Herennium... *Op. Cit.*, p. 18-19.

⁴⁶ MURPHY, James Jerome. Rhetoric in the Middle Ages... *Op. Cit.*, p. 199.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 201.

⁴⁸ A *ars dictaminis* pode ser concisamente definida como a arte de redigir cartas e outros documentos epistolares. É trabalhada por autores como Hanskins e Skinner como produto da retórica ensinada nas Universidades – especialmente em Bologna –, sobretudo entre os séculos XI e XIII. Para autores como James Murphy e George Kennedy, trata-se de uma das mais características expressões da história medieval e da sua correlação com a retórica, tendo em vista o alargado uso das técnicas desenvolvidas pelos estudiosos da *ars dictaminis* na produção de documentos legais, diplomáticos e notariais no período. De acordo com Skinner, foi a partir do fornecimento de modelos de redação em manuais que buscavam ensinar a melhor forma de se produzir cartas e documentos com grande força persuasiva e clareza que, paulatinamente, os *dictatores* passaram a se envolver de forma mais substancial nos assuntos políticos locais. O presente trabalho não tem por objetivo aprofundar-se nos estudos da *ars dictaminis*. Para tanto, cf: SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político*

final do século XI e que passa a evidenciar a importância da eloquência e da argumentação nos textos políticos de época. Ronald Witt, na tentativa de encontrar as raízes do desenvolvimento da *ars dictaminis*, vai associar o crescente uso dos manuais de retórica com alterações no contexto econômico, intelectual e político entre os séculos XI a XII. Para o autor,

The economic revival underway by the second half of the eleventh century necessitated and facilitated increased contact within and between the various regions of Europe. Contemporaneously, an intellectual revival created new respect for literacy and literary achievement at the same time as a process of political consolidation gradually served to define relationships between different political authorities and encouraged the creation of lay and ecclesiastical chanceries at all levels of power. While such changes made letter writing more important in general, the needs of the evolving society especially created a demand for professional writers of official letter.⁴⁹

Sob este mesmo enfoque, Martin Camargo ressalta que, para além da efervescência política e intelectual vivenciada por diversas regiões na Europa do século XI e XII, é na Itália que o clamor pelos usos práticos da retórica ganha maior força. O aparecimento e a consolidação paulatina das cidades-Estado no norte da Itália, com sua burguesia “autossuficiente e, muitas vezes, letrada”⁵⁰, fez surgir a necessidade por constante troca de correspondências entre cidades, o Papado e outros poderes que ameaçavam a independência das comunas italianas. Ademais, o aparato burocrático local fez com que o estudo da retórica ganhasse papel de relevância no

moderno... Op. Cit.; HASKINS, Charles H. *The Renaissance of the twelfth century*. Massachusetts: Harvard University Press. 1927. ; KENNEDY, George Alexander. *A Classical Rhetoric and its Christian & Secular Tradition from Ancient to Modern Times*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1980.

⁴⁹ “O renascimento econômico em andamento na segunda metade do século onze demandou e facilitou o maior contato dentro e entre as várias regiões da Europa. Contemporaneamente, um renascimento intelectual criou um novo respeito pela literatura e pelas realizações literárias ao mesmo tempo em que um processo de consolidação política gradualmente serviu para definir as relações entre diferentes autoridades políticas e encorajou a criação de chancelarias eclesiásticas e seculares em todos os níveis de poder. Enquanto tais mudanças fizeram a escrita epistolar mais importante em geral, a necessidade da sociedade em evolução criou especial demanda por escritores profissionais de cartas oficiais” (tradução nossa). WITT, Ronald. Medieval "Ars Dictaminis" and the Beginnings of Humanism: a new construction of the problem. *Renaissance Quarterly*, [S.l.], vol. 35, n. 1, pp.1-35, primavera, 1982. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2861451>. Acesso em 14 de maio de 2020.

⁵⁰ CAMARGO, Martin. *Ars Dictaminis, ars dictandi*. Turnhout: Brepols, 1991, p. 28.

período, o que também ocorreu nas localidades em que a centralização do poder era mais evidente – como na França⁵¹.

Nesse sentido, se é verdade que as tradições clássicas como fontes jurídicas e interpretativas estiveram constantemente presentes no horizonte do pensamento medieval, é também verdade que a partir dos séculos XI e XII tais fontes passaram a fazer parte integrante da forma como os *dictadores* produziam seus documentos e seus discursos.

Destarte, amparados nas obras atribuídas a Cícero (*De oratione* e *Rhetorica Ad Herennium*) e a Quintiliano (*Institutio Oratoria*)⁵², os *dictadores* dos séculos XII e XIII passaram a produzir seus próprios manuais de *ars dictaminis*, com o intuito de “ensinar a arte de bem escrever cartas aos mais diversos destinatários, que poderiam estar em contato com as comunas da época”⁵³. Como nos mostra James Murphy, em tese também defendida por Ronald Witt, um dos primeiros manuais sistematizados de *ars dictaminis* foi elaborado por Alberico de Monte Cassino⁵⁴, em 1087, o qual teria ganhado proeminência e popularidade na hierarquia da Igreja Católica em razão de seu aluno, Giovanni Gaetani (ou Giovanni da Gaeta), que se tornou chanceler da cúria romana e, mais tardiamente, Papa Gelásio II (1118-1119).

De acordo com Charles Haskins, Gelásio II teria levado os ensinamentos aprendidos com seu mestre para a Santa Sé, onde estes tornaram-se um teste para a aferição da genuinidade dos documentos sob a titularidade da Igreja⁵⁵. A permeabilidade dos escritos se intensificou, como já mencionado, a partir do século

⁵¹ CAMARGO, Martin. *Ars Dictaminis, ars dictandi...* *Op. Cit.*, p. 28.

⁵² James Murphy associa a disseminação das obras de Quintiliano na defesa da retórica ao que vai chamar de *estilo renascentista*, em oposição ao estilo medieval da *ars dictaminis*. Contudo, não deixa de perceber a influência pontual do orador em alguns manuais produzidos pelos pensadores medievais, influência esta também reconhecida por Ronald Witt. Cf. MURPHY, James J. Rhetoric in the Fourteenth-Century Oxford. *Medium Ævum*, [S.l.], vol. 34, n. 01, pp. 1-20, 1965, p. 05; WITT, Ronald. Medieval "Ars Dictaminis"... *Op. Cit.*, p. 7-8.

⁵³ BIGNOTTO, Newton. *Origens do Republicanismo moderno...* *Op. Cit.*, p. 47.

⁵⁴ Alberico de Monte Cassino (1030-1094) foi dos mais proeminentes nomes do Monastério de Montecassino, professor de gramática e retórica. Cf. MURPHY, James J. Rhetoric in the Fourteenth-Century Oxford...*Op. Cit.*, p. 07. Embora Alberico de Monte Cassino apareça como um dos primeiros sistematizadores da *ars dictaminis*, autores como Martin Camargo traçam um paralelo entre Hugo de Bologna, Adalberto Samaritano e Alberico de Monte Cassino para defender a maleabilidade e imprecisão de se trabalhar com a tese acerca da existência de um “pai da retórica”. Cf. CAMARGO, MARTIN. *Ars Dictaminis, ars dictandi...* *Op. Cit.* pp. 31 e ss.

⁵⁵ HASKINS, Charles H. *The Renaissance of the twelfth century...* *Op. Cit.*, p. 141.

XII, com os manuais de Boncopagno da Signa⁵⁶ e, mais adiante, no século XIII, com Mino da Colle e, já no século XIV, Giovanni da Bonandrea⁵⁷.

Não se pode perder de vista, como nos mostra John Ward, que o interesse inicial pelos estudos dos oradores clássicos – como de Cícero e do Anônimo da Retórica a Herênio – não esteve intimamente relacionado com o desenvolvimento de um estudo sistemático e aprofundado das matérias epistolares. Em uma detida análise das glosas encontradas em obras como o *De Inventione* e da *Rhetorica ad Herennium* no século XI e XII, Ward vai dizer que a preocupação central dos comentadores residia nas matérias concernentes ao direito, à dialética, à estrutura interna do pensamento e, ainda, à tentativa de encontrar uma consistência estruturante do pensamento dos autores clássicos. Havia uma separação, para autores como Thierry de Chartres⁵⁸, entre o fazer do orador e o do ditador, e o estudo das obras de Cícero se prestava aos serviços do primeiro⁵⁹.

⁵⁶ Boncopagno da Signa (1165-1175) foi um professor da *ars dictaminis* na Universidade de Bolonha e depois na Universidade de Pádua, escritor, gramático e filósofo medieval. De acordo com Paolo Garbini, foi o responsável por dar à *ars dictaminis* os contornos políticos e institucionais condizentes com a nova realidade das comunas italianas. Segundo o autor, “Com Boncopagno, portanto, a *ars dictaminis* se apropria da historiografia, seja no nível teórico ou prático, em troca fornece à antiga arte aquela nova instrumentação retórica e roatória tão funcional à propaganda do novo aparato institucional representativo do ofício do podestà” (tradução nossa). “Con Boncompagno dunque l’ars dictaminis si apropria della storiografia, sia a livello teorico che pratico, e in cambio fornisce all’antica arte quella nuova strumentazione retorica e oratoria così funzionale alla propaganda del nuovo assetto istituzionale rappresentato dall’ufficio dei podestà”. GARBINI, Paolo. *Ars dictaminis e storiografia*”. In: GRÉVIN, Benoît; TURCAN-VERKERK, Anne-Marie. *Le Dictamen Dans Tous ses États: Perspectives de Recherche sur la Théorie et la Pratique De L’ars Dictaminis (XI-XV Siècles)*. Turnhout: Brepols, 2015, pp. 181-190, p. 183.

⁵⁷ Giovanni di Bonandrea (Bologna, *circa* 1248 – 1321) foi um escritor italiano, professor de retórica na Universidade de Bologna e responsável pela redação da *Summa dictaminis* (1292), um dos mais utilizados manuais de retórica do século XIV. Cf. SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno... Op. Cit.*, pp. 50-51.

⁵⁸ Thierry de Chartres (Teodorico de Chartres ou *Theodoricus Chartrensis*, ... – *circa* 1150) foi um filósofo do século XII, desenvolvendo a sua ação em Chartres e Paris, França.

⁵⁹ Não nos cabe, aqui, aprofundar a tese de Thierry de Chartres. Contudo, vale a menção da passagem de Jorge Teixeira Lopes que expressa parte do que se expõe do pensamento de Thierry: “Cerca de meio século antes, por volta de 1141, o chanceler da escola de Chartres, Thierry de Chartres tinha escrito uma obra que ficaria conhecida como a ‘bíblia das artes liberais’, Heptateuchon, onde exprimira a sua concepção do saber e o papel das *artes liberales* no processo de conhecimento humano. (...) No prólogo, Thierry afirmava que os dois instrumentos básicos do filosofar eram a reflexão – ou compreensão intelectual – e a expressão adequada. A reflexão intelectual seria proporcionada pelo *quadrivium*, que deveria iluminar o intelecto; o *trivium*, por sua vez, seria o meio pelo qual se permitiria a manifestação conveniente do pensamento (Jeauneau 1954, p. 174). Esta era, sem dúvida, a clássica divisão das ciências que fazia parte substancial do curriculum medieval das sete *artes liberales*”. TEIXEIRA LOPES, J. F. La escuela de Chartres y la tradición del Quadrivium. *Cuestiones Teológicas*, [S.l.], v. 41, n. 96, pp. 403-424, 6 ago. 2020, p. 403.

Nada obstante, a Itália dos séculos XII e XIII, embebida nas disputas políticas locais com o Império e com a Igreja Católica, ensaiou uma aproximação mais contundente entre o fazer retórico e o fazer discursivo. Assim, se é verdade que, inicialmente, a *ars dictaminis* esteve muito mais vinculada à preocupação estilística e gramatical da prosa, é também verdade que a nova geopolítica das sociedades comunais – com a crescente consolidação dos serviços jurídicos e notariais – trouxe à baila a necessidade de criação de uma forma mais adversarial e voltada à discursividade do texto, o que se chamou de *stilus rhetoricus*⁶⁰.

Para Stephen Milner, o tratado de *ars dictaminis* intitulado *Candelabrum*, de autoria de Bene da Firenze⁶¹, é um estudo capaz de evidenciar tal perspectiva. Isso porque Bene debruçar-se-ia com especial cuidado nos institutos do *exordium* e *insinuatío*, os quais tinham por função garantir a atenção e simpatia da plateia para quem se discursava. O tratado de Bene, para além da sua inequívoca importância para o estudo da retórica medieval, também seria um marco nas novas formas de se pensar e estudar a *ars dictaminis*, tendo em vista que constitui importante fonte para a matriz de pensamento formada na Universidade de Bologna e em Florença, com Brunetto Latini⁶², por exemplo. Com efeito, conquanto a linha entre a escrita e o discurso não se mostrasse tão estrita quanto as simplificações históricas e didáticas podem parecer, deve-se atentar para o fato de que as preocupações com o discurso e com a adequação dos escritos aos ouvintes se mostraram mais aparentes a partir do final do século XIII⁶³.

Admittedly, the defining lines between the letter and the speech had always been blurred, with most *dictatores* defining the letter as the written expression of the absent speaker's will, an oration manquée where the

⁶⁰ As considerações sobre o *stilus rhetoricus* e sobre suas reverberações no trabalho de Coluccio Salutati serão abordadas a partir do capítulo II, p. 93 e ss.

⁶¹ Bene da Firenze (Firenze, ... – *circa* 1238) foi um professor de *ars dictaminis* em Bologna, responsável pela escrita de diversos manuais de retórica e gramática, sendo a sua mais conhecida obra a *Summa* intitulada *Candelabrum*.

⁶² Brunetto Latini (Florença, 1220 – Florença, *circa* 1294) foi um notário, escritor, poeta e político florentino, autor de obras como *Tesoretto* e *Li livres dou trésor*, sendo conhecido como um dos mais experientes oradores de seu tempo.

⁶³ MILNER, Stephen J. Communication, consensus and conflict: rhetorical precepts, the *ars concionandi* and social ordering in late medieval Italy. In: WARD, John O; COX, Virginia (Ed.). *The Rhetoric of Cicero in Its Medieval and Early Renaissance Commentary Tradition*. Leiden, The Netherlands: Brill, 2006. v. 02.

letter acted as go-between. This was especially the case with diplomatic correspondence, as many letters were actually read aloud in civic meetings or during public *parlamenti*. From the 1260s onwards, however, the adversarial Ciceronian rhetorical paradigm, which was already apparent within the earlier Italian dictaminal tradition, became a central concern of the growing vernacular commentary tradition on both texts [*De Inventione e Rhetorica ad Herennium*]⁶⁴.

Assim, com a efervescência político-intelectual do período e, igualmente, com as novas formas de se fazer política impostas pelo surgimento das comunas italianas no período, o fazer epistolar se mostrou cada vez mais um aparato institucional retórico importante para o jogo político tardo-medieval, entre os séculos XII e XIII.

Sobre este enfoque político, é interessante notar que, para além da veiculação da mensagem que se buscava endereçar por meio das epístolas e documentos oficiais, o estudo da retórica passou a se associar, cada vez mais, com uma ideia de desvelar da verdade que permeia o modo como tais discursos eram recebidos. A exemplo de João de Salisbury⁶⁵, razão e eloquência andam lado a lado, em complementariedade tal que “just as eloquence, unenlightened by reason, is rash and blind, so wisdom, without the power of expression, is feeble and maimed”⁶⁶. Ora, como nos mostra Helton Adverse, é a linguagem que deve figurar como manifestação da beleza do *logos* divino, razão pela qual, assim como “a palavra persuasiva do conselheiro deve estar a serviço da lei divina ao inflamar na alma do príncipe o amor pela justiça, o discurso do retórico tem por função maior trazer à luz da publicidade o que se encontra em

⁶⁴ “Assumidamente, as linhas definidoras entre a carta e o discurso sempre foram opacas, com a maioria dos *dictadores* definindo as cartas como a expressão escrita da vontade do falante ausente, o discurso falhava onde a letra agia como intermediária. Este era especialmente o caso com as correspondências diplomáticas, visto que muitas cartas eram na verdade lidas em voz alta em reuniões cívicas ou durante os *parlamenti* públicos. De 1260 em diante, entretanto, o paradigma da retórica adversarial ciceroniana que já era aparente na tradição inicial da *dictaminem* italiana, tornou-se a preocupação central da crescente tradição vernacular de comentário dos dois textos [*De Inventione e Rhetorica Ad Herennium*]”. MILNER, Stephen J. Communication, consensus and conflict: rhetorical precepts, the *ars concionandi* and social ordering in late medieval Italy... *Op. Cit.*, p. 373.

⁶⁵ João de Salisbury (Old Sarum, Salisbúria, Inglaterra, *circa* 1115 - Chartres, França, 25 de Outubro de 1180) foi um dos mais conhecidos teólogos e filósofos de seu tempo, tendo ocupado o cargo de Bispo de Chartres a partir de 1176. Foi, também, autor de difundidas obras, tais como o *Polycraticus* e *Metalogicon*.

⁶⁶ “Assim como a eloquência, não esclarecida pela razão, é precipitada e cedo, da mesma forma a sabedoria, sem o poder da expressão é fraca e capenga” (tradução nossa). JOÃO DE SALISBURY. *Metalogicon*. Tradução, Introdução e Notas: Daniel D. McGary. Glouceter, Massachusetts: Peter Smith, 1971, p. 10 (I, 1).

segredo no interior do coração: a verdade”⁶⁷. E neste mesmo sentido é que se deve entender que o fazer epistolar carregava consigo não apenas a mensagem, em si, mas especialmente a certeza de que, naquelas linhas, buscava-se a aproximação para com a verdade, nos limites da falibilidade humana⁶⁸. Veja-se, neste mesmo sentido, a correlação entre o *trivium* e o *quadrivium* no *Heptateucon* de Thierry de Chartres:

For there are two chief instruments of philosophical work: understanding [*intellectus*] and its expression in language [*interpretatio*]. The quadrivium illuminates the understanding, and the trivium enables the elegant, rational, and beautiful expression of understanding. Thus it is clear that the Heptateuchon constitutes a single, unified instrument of all philosophy. Philosophy is the love of wisdom, and wisdom is the integral comprehension of the truth of existing things, which no one can attain even in part unless he has loved wisdom. Thus no one is wise who is not a philosopher⁶⁹.

O que se pode perceber é que, assim como a lógica e a eloquência unem-se no pensamento de João de Salisbury, com Thierry de Chartres ambas se mostram essenciais para o que chama de *Heptateuco*, a sua forma de construir a filosofia⁷⁰. Ainda que para João de Salisbury a lógica subordine “as demais artes dialética e retórica”, deve-se entendê-las como unitárias, na tentativa de se aproximar da verdade de Deus. Assim, como elementos indissociáveis, irredutíveis e atavicamente atrelados, o fazer

⁶⁷ ADVERSE, Helton. Política e retórica no humanismo do Renascimento... *Op. Cit.*, p. 09.

⁶⁸ “In God, this virtue [of reason] is absolutely perfect, and in angels it is relatively perfect, according to their [angelic] nature. But in man it is either entirely or for the most part imperfect, although it may be [said to be] “perfect” in a person temporarily or comparatively, in contrast to less perfect reason.⁴⁷⁵ Wherefore man lays claim, not to reason, but to the appetite for reason, as is indicated by the term “philology” [love of reason]”. JOÃO DE SALISBURY. *Metalogicon*... *Op. Cit.*, p. 266 (IV, 38).

⁶⁹ “Pois existem dois instrumentos principais de trabalho filosófico: a compreensão [*intellectus*] e sua expressão na linguagem [*interpretatio*]. O *quadrivium* ilumina o entendimento e o *trivium* possibilita a expressão elegante, racional e bela do entendimento. Assim, é claro que o Heptateuco constitui um instrumento único e unificado de toda filosofia. Filosofia é o amor pela sabedoria, e sabedoria é a compreensão integral da verdade das coisas existentes, que ninguém pode alcançar, mesmo em parte, a menos que ame a sabedoria. Assim, ninguém é sábio que não seja um filósofo” (tradução nossa). THIERRY OF CHARTRES. Prologue to Heptateuchon. In: COPELAND, Rita; SLUTTER, Ineke (org.) *Medieval Grammar and Rhetoric: language arts and literary theory*, AD 300 – 1475. Oxford: Oxford University Press, 2012, pp. 439-443, p. 441.

⁷⁰ Sobre a correlação entre retórica e filosofia no pensamento de Thierry de Chartres, Cf: COPELAND, Rita. Thierry of Chartres and the causes of rhetoric: from the heptateuchon to teaching the ars rhetorica. In: HEYWORTH, Melanie; RUYSS, Juanita Feros; WARD, Jhon O. (Ed.). *The Classics in the Medieval and Renaissance Classroom*. Turnhout: Brepols Publishers, 2013, pp. 81-102, p. 95.

discursivo e a verdade, sobretudo no pensamento do século XII, andaram coligados⁷¹. Desta forma, conquanto o fazer discursivo da retórica estivesse, de fato, mais ligado a uma necessidade histórica e administrativa dos fins da Idade Média, também não se pode desconsiderar o papel que ela ocupou na política do período, precipuamente quando consideradas as reverberações da escrita na persuasão e no convencimento dos interlocutores.

É por meio deste cenário que Giles Constable vai dizer que “Persuasion and consultation were central to effective rule in the Middle Ages, and as the world expanded letters were the principal means of influencing actions and opinions and of communicating with people at a distance”⁷². A exemplo do que preleciona Constable, o uso de encíclicas para a imposição normativa de determinações exaradas pela Igreja Católica – em uma subespécie do que Hespanha chama de constituições pontifícias – é um dos expedientes que ensejou o aumento do poder legislativo dos Papas e possibilitou a legitimação para inovar os ordenamentos jurídicos dos reinos⁷³.

Ademais, uma série de conflitos históricos foram consubstanciados em bulas e documentos epistolares da Igreja Católica, a exemplo da edição das bulas *Clericis laicos*, *Ausculta Fili* e *Unam Sanctam*, por Bonifácio VIII, em seu conflito com Filipe IV, da França⁷⁴. Como expedientes utilizados para a transposição da verdade real, cristã, e, bem assim, como documentos que asseguram a legitimidade do discurso vinculado

⁷¹ Nas palavras de Rita Copeland e Ineke Sluiter: “This notion of spiritual perfection finds some of its most beautiful expressions in twelfth-century thought about the study of grammar. For Thierry of Chartres in his *Heptateuchon*, the language arts have an ethical and not merely decorative role in expressing scientific truths. In a similar vein, William of Conches describes the order of learning at the end of his *Philosophia mundi* (World [or Natural] Philosophy): we come to knowledge through eloquence, the arts of the trivium, into which grammar initiates us”. THIERRY OF CHARTRES. Prologue to *Heptateuchon*. In: COPELAND, Rita; SLUITER, Ineke (org.) *Medieval Grammar and Rhetoric: language arts and literary theory... Op. Cit.*, p. 53.

⁷² “Persuasão e deliberação eram centrais para o efetivo governo da Idade Média e, e conforme o mundo se expandia, as letras eram o principal meio de influenciar ações e opiniões, bem como de se comunicar com pessoas à distância” (tradução nossa). CONSTABLE, Giles. *Dictators and Diplomats in the Eleventh and Twelfth Centuries: Medieval Epistolography and the Birth of Modern Bureaucracy*. *Dumbarton Oaks Papers*, [S.l.], vol. 46, 1992. pp. 37-46, p. 37.

⁷³ HESPANHA, Antonio Manuel. *Cultura Jurídica Europeia: síntese de um milénio... Op. Cit.*, p. 149.

⁷⁴ Embora tal disputa esteja no limiar dos séculos XIII e XIV, entendemos pela relevância política do conflito e pela força que as comunicações escritas tinham à época para exemplificar a forma como a epistolografia se faz politicamente relevante no período. Para um aprofundamento da disputa entre Bonifácio VIII e Filipe IV da França, Cf: STREFLING, Sérgio Ricardo. A disputa entre o Papa Bonifácio VIII e o Rei Felipe IV no final do Século XIII. *Teocomunicação*, Porto Alegre, v. 37, n. 158, pp. 535-536, dez. 2007.

em contraposição ao poderio real, as encíclicas, bulas e epístolas papais são peças-chave no xadrez-político e na constelação jurídica da Baixa Idade Média.

O que se busca evidenciar, pois, é que não se pode perder de vista a importância política e administrativa que o fazer retórico-epistolar ganha nos séculos XII-XIII, o que se reflete tanto na aparição desta maneira de redigir dentro do aparato político-institucional da Igreja Católica, quanto nos desdobramentos filosóficos da eloquência na busca pela verdade no cristianismo.

Noutro giro, deve-se notar no movimento da *ars dictaminis*, para além da sua perenidade e dos seus contornos políticos-jurídicos, a forma como valeu-se das lições clássicas, em particular da obra intitulada *Rhetorica ad Herennium*⁷⁵. A fórmula utilizada pelos *dictatores* na estruturação do discurso em muito pouco se dissociava daquela prevista na obra então atribuída a Cícero. Na *Rhet. Her.*, o autor estabelece que o orador deve possuir a faculdade da invenção [*inventionem*], que consiste na ação de imaginar/inventar [*excogitatio*] a matéria, verdadeira ou plausível, capaz de tonar o caso convincente⁷⁶ – é a invenção, ou preparação do discurso –, bem como a disposição [*dispositionem*], elocução [*elocutionem*], memória [*memoriam*] e pronúncia [*pronuntiationem*]. Este modo de organização do discurso, na *Rhetorica Ad Herennium*,

⁷⁵ Para os fins do presente trabalho, utilizaremos tanto a versão latim-ínglês da obra, traduzida por Harry Caplan, quanto a versão latim-português da obra, em tradução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. Ademais, valer-nos-emos dos comentários e críticas presentes na obra de Gualtiero Calboli e do artigo publicado por Ray Nadeu em 1949, com alguns apontamentos sobre o livro I da *Rhetorica ad Herennium*. Tendo em vista a quantidade de citações do texto, utilizaremos, a partir deste momento, a abreviação *Rhet. Her.* ou a forma em português “Retórica a Herênio”, na medida em que for pertinente, de modo a propiciar ao leitor uma leitura mais dinâmica do trabalho. [CICERO]. *Rhetorica Ad Herennium*. Tradução e Introdução: Harry Caplan. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1999; [CICERO]. *Retórica a Herênio*. Tradução e Introdução: Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005; [CORNIFICI]. *Rhetorica Ad C. Herennium*. Introduzione, testo critico, commento a cura di Gualtiero Calboli. Bologna: Patron Editore, 1993; NADEAU, Ray. *Rhetorica Ad Herennium: commentary and translation of book I. Speech Monographs*, [S.l.], v. 16, n. 01, pp. 57-68, 1949.

⁷⁶ Tradução nossa para: “*Inventio est excogitatio rerum verarum aut veri similitum quae causam probabilem reddant*”. [CICERO]. *Rhetorica Ad Herennium... Op. Cit.* I, 3. p. 06. Embora a tradução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra se utilize do termo “descoberta”, acreditamos que a “imaginação” ou “invenção” traduza melhor o significado e o labor que se quer empregar com o termo “*excogitatio*”. É o que se extrai dos dicionários de Francisco Torrinha e Fernão de Magalhães. Cf: [CICERO]. *Retórica a Herênio... Op. Cit.*, p. 26; TORRINHA, F. Dicionário latino-português. 2 ed. Porto: Gráficos Reunidos, 1942. p. 642; MAGALHÃES, Fernão de. *Dicionário português-latim*. São Paulo: Lep, 1955. p. 178. A tradução em inglês, de Harry Caplan, utiliza-se do termo “*devise*”, associada à ideia de inventar, imaginar. A tradução de Theodor Nüsslein do alemão, traz o termo “*Erfinden*”, também relacionada à arte de inventar/criar. Cf: [ANÔNIMO]. *Rhetorica Ad Herennium*. Tradução: Theodor Nüsslein. Zurique: Artemis und Winkler, 1998; [CICERO]. *Rhetorica Ad Herennium... Op. Cit.*

implica na sua divisão em seis diferentes partes⁷⁷: a introdução [*exordium*], a narração dos fatos [*narrationem*], a divisão [*divisionem*], prova [*confirmationem*], refutação [*confutationem*], e a conclusão [*conclusionem*], cada uma delas com diferentes funções na elaboração do discurso, quais sejam:

*Exordium est principium orationis, per quod animus auditoris constituitur ad audiendum. Narratio est rerum gestarum aut proinde ut gestarum expositio. Divisio est per quam aperimus quid conveniat, quid in controversia sit, et per quam exponimus quibus de rebus simus acturi. Confirmatio est nostrorum argumentorum expositio cum adseveratione. Confutatio est contrariorum locorum dissolutio. Conclusio est artificiosus orationis terminus*⁷⁸.

Insta sublinhar que o *exordium* figura como protagonista na preparação do discurso, tendo em vista que este será o momento em que o orador tentará chamar atenção do interlocutor para a causa que se delinea. Em passagem da *Rhetorica ad Herennium*, o autor deixa claro que é por meio do *exordium* que aquele que faz o discurso capta a sua audiência, fazendo-a atenta, receptível e benevolente⁷⁹, elementos estes que influenciam diretamente a adequação do discurso e o impacto gerado nos ouvintes. De acordo com o autor da obra, é a *Inventio* a parte mais difícil do ensino da retórica⁸⁰.

⁷⁷ Ainda que esta divisão seja trabalhada especificamente quanto ao gênero judicial, não há muita variação quanto aos tópicos necessários à formulação da *inventio* no gênero epidítico e deliberativo. Nos parágrafos 8 a 15 do Livro III da *Rhet, Her.*, o autor da obra perpassa por cada uma das formas de discurso com menor detalhamento. De qualquer forma, a abordagem se dá nos mesmos moldes da divisão em seis partes feita pela *inventio* do gênero judicial. Frisa-se que, embora a abordagem formal seja feita nos mesmos moldes, a adequação do conteúdo é distinta para cada um dos gêneros trabalhados. [CICERO]. *Rhetorica Ad Herennium...* Op. Cit. III, 8-15. pp. 169-185. A desproporção da parcela do texto adotada para o gênero judicial é também notada por Martin L. Clarke. Cf: CLARKE, Martin L. *Rhetoric at Rome: a historical survey*. New York: Routledge. 1996, p. 31.

⁷⁸ “A introdução é o começo do discurso e, por meio dela, a mente do ouvinte é preparada. A narração dos fatos estabelece os eventos que ocorrerem ou que poderiam ter ocorrido. Com a divisão, nós deixamos claro sob quais matérias há acordo e sob quais pairam controvérsias, e anunciamos sobre quais pontos nós pretendemos nos deter. A prova é a apresentação de nossos argumentos, em conjunto com as suas corroborações. Refutação é a destruição dos argumentos adversários. Conclusão é o fim do discurso, formado em concordância com os princípios da arte” (tradução nossa). [CICERO]. *Rhetorica Ad Herennium...* Op. Cit., I, 3. p. 08.

⁷⁹ “*Verum hae tres utilitates tametsi in tota oratione sunt comparandae, hoc est, ut auditores sese perpetuo nobis adtentos, dociles, benivolos praebeant, tamen id per exordium causae maxime comparandum est*”. [CICERO]. *Rhetorica Ad Herennium...* Op. Cit., I, 9-10, p. 20.

⁸⁰ “*Nunc, absoluta a nobis difficillima parte rhetoricae, hoc est inventione perpolita atque ad omne causae genus adcommodata, tempus est ad ceteras partes proficisc*”. [CICERO] *Rhetorica Ad Herennium...* Op. Cit., III, 15, p. 184.

Isso porque, tanto em Cícero quanto no Anônimo da *Rhet. Her.*, a retórica é útil e válida no agir, no imaginar, correlacionada a um fazer que transpassa a simples identificação dos instrumentos de persuasão. Nesse sentido, a retórica deve ser entendida como “instrumento que une razão e linguagem, empregado no campo coletivo para possibilitar a convergência de ideias em direção à decisão mais harmônica, isto é, aquela que dê um passo para a realização do fim do homem”⁸¹. Em um aspecto correlato ao agir humano, é a retórica que possibilita, para Cícero, o consenso e, conseqüentemente, o direito⁸², visão esta compartilhada, em certa medida, pelo autor da *Rhetorica Ad Herennium*, para quem a tarefa central da oratória é discorrer sobre as coisas voltadas para o uso civil⁸³.

Brunetto Latini e Guido Faba, aplicando tal definição de retórica ao contexto e às formas do discurso presentes no século XIII, desenvolveram estudos acerca do *De Inventione* de Cícero e a *Rhetorica Ad Herennium* em seus períodos históricos. As lições de Latini ganham relevância para a retórica a partir do século XIII, em especial porque o autor foi um dos mais populares tradutores da obra de Cícero para o vernacular italiano. Guido Faba, por sua vez, enquanto professor de retórica em

⁸¹ SANTOS, Igor Moraes. *A res publica entre a ideia e a história: filosofia, eloquência e tradição no pensamento político-jurídico de Marco Túlio Cícero*. 2018. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018, p. 214.

⁸² KASTELY, Amy H. Cicero's *De legibus*: law and talking justly toward a just community. *Yale Journal of Law & the Humanities*, v. 3, issue 1, p. 1-31, 1991.

⁸³ É interessante notar, ademais, que a correlação entre o pensamento latino e grego salta aos olhos na própria definição do fazer retórico pelo anônimo da *Rhetorica Ad Herennium* como “*de iis rebus posse dicere, quae res ad usum civilem moribus et legibus constitutae sunt, cum ad sensione auditorum, quoad eius fieri poterit*” [CÍCERO]. *Retórica a Herênio... Op. Cit.*, p. 55. Tal consideração remonta à Aristóteles, que, na *Retórica*, assim asseverou: “Pode-se definir a retórica como a faculdade de observar, em cada caso, o que este encerra de próprio para criar a persuasão”. Pode-se citar, também, Platão, no Fedro: “Em semelhantes casos, o que elogiamos não é a invenção, mas a disposição dos argumentos; ao passo que nos não essenciais e difíceis de encontrar, além da sequência devemos louvar a invenção”. Se por um lado, percebe-se a herança grega – não negada ou escondida pelo autor da *Rhet. Her.* –, por outro lado, verifica-se uma pequena alteração no significado do fazer do orador que se distancia daquele previsto por Aristóteles e Platão em suas considerações sobre a retórica. Em verdade, para estes, a função da retórica não é persuadir, mas diferenciar os meios de persuasão, enquanto que, para o autor da *Rhetorica Ad Herennium*, assim como para Cícero em seu *De Inventione*, a finalidade da retórica ou do orador é a de, efetivamente, persuadir mediante a palavra, mantendo a atenção dos ouvintes pelo maior tempo possível na discussão das coisas que os costumes e as leis instituíram para o uso civil. O que parece, a um só tempo, sutil e tenaz, é a mudança pragmática que o papel da retórica ocupa no mundo helênico em comparação com a forma como era percebida pelos gregos. Cf. [CÍCERO]. *Retórica a Herênio... Op. Cit.*, p. 26; ARISTÓTELES. *Retórica*. Trad. Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2019. p. 42 (1355b25); PLATÃO. Fedro. Tradução: Carlos Alberto Nunes. Belém: Editora Universitária UFPA, 1975; DAYOUB, Khazzoun Mirched. *A Ordem das Ideias – Palavra, Imagem, Persuasão: A Retórica*. Barueri, São Paulo: Manole, 2004. p. 12.

Bologna, foi um dos principais nomes na disseminação do estudo no período. Ambos os autores, ademais, foram responsáveis pela popularização da ideia de que a produção epistolar do período deveria se dar com a saudação, a introdução [*exordium*] (*captatio benevolentiae*), narração, petição e conclusão.

James Banker aponta, nos moldes do que era desenvolvido pela retórica clássica (sobretudo aquela legatária da Retórica a Herênio), que a saudação, geralmente omissa na *inventio* na Antiguidade, passou a ser amplamente utilizada pelos pensadores medievais para fins de persuasão, em uma tentativa de demonstração do poder hierárquico ocupado pelo remetente que endereçava o discurso⁸⁴. O expediente retórico da autoridade em muito serviu à sociedade rígida e estruturada em torno de uma hierarquia consolidada. Em verdade, apontando Guido Faba como exemplo, Banker vai dizer que a *ars dictaminis* já havia se consolidado na estrutura político-administrativa da *res publica cristã* e que justamente na saudação dos documentos se estabelecia uma posição hierárquica no diálogo, em uma formação vertical do discurso que influía, conseqüentemente, na própria persuasão do destinatário da correspondência.

Prior to Faba, *ars dictaminis* had already been synthesized into a coherent doctrine that served the men who ruled the Christian *res publica*. From the early Middle Ages public epistles were the customary means of communicating the decrees, intentions, and demands of the emperor, the pope, bishops, and feudatories. The primary task of the professor of *ars dictaminis* was to teach the men who wrote the epistles of these hierarchs. In the early Middle Ages the first part of the epistle was simply an address indicating the sender and the recipient. Prior to the thirteenth century, however, this salutation had become an integral part of the persuasion of the recipient. In the salutation the writer indicated his place in the hierarchy and his relationship to the addressee, thereby either accepting a subordinate place or assuming a superior role⁸⁵.

⁸⁴ BANKER, James R. Giovanni di Bonandrea and civic values in the context of the Italian rhetorical tradition. *Manuscripta: a journal of manuscript research*, [S.l.], v. 18, n. 01, 1974, p. 06.

⁸⁵ Antes de Faba, a *ars dictaminis* já havia sido sintetizada em uma doutrina coerente que servia aos homens que governavam a *res publica cristã*. Desde o início da Idade Média as epístolas públicas eram os meios costumeiros de comunicação dos decretos, intenções e demandas do imperador, do Papa dos bispos e senhores feudais. A tarefa primária dos professores de *ars dictaminis* era ensinar aos homens que escreviam epístolas a estas autoridades. No início da Idade Média a primeira parte das epístolas era simplesmente um endereçamento indicando o remetente e o destinatário. Antes do século treze, contudo, a saudação teria se tornado uma parte integral da persuasão do destinatário. Na saudação o autor indicava sua posição hierárquica e suas relações com o destinatário, desse modo ou aceitando a posição de subordinação ou assumindo um papel superior”. (tradução nossa).

O prólogo da obra intitulada *Rota nova*, datada de 1225, de Guido Faba mostra como retórica e cristandade estavam vinculadas ainda no século XIII.

Let the heavens rejoice and the earth exult, let the sea be moved and the fullness thereof, and let all rational creatures glory, because the strength of God is affirmed and the divine magnificence reveals itself in commanding that the present day, on which this holy letter is written, be cherished in venerable memory by Christian people. Watching over Latin eloquence, which was abandoned by the purple science of dictamen, the Celestial Piety, in her holy royal chamber on high, mercifully agreed to listen to the prayers of her suppliant servants⁸⁶.

Grande parte da estrutura do discurso desenvolvida por Guido Faba em seu *Summa Dictaminis*, vai dizer Banker, está calcada na noção inicial das posições na hierarquia, o que influenciava inclusive no léxico a ser utilizado pelo escritor. A saudação, parcela do discurso que, segundo Banker, ocupou mais de um terço do seu tratado, dedicava-se sobremaneira a ensinar como identificar e endereçar as ordens de autoridades em cada tipo de carta⁸⁷.

O *exordium*, por sua vez, era utilizado como uma espécie de frase de efeito, denominada *sententia*, geralmente de cunho moral e cristão, que embasava os assuntos a serem tratados na epístola e, ainda, prestava-se à *captatio benevolentiae*, ou seja, a causar no interlocutor a simpatia e a benevolência daquele que produz o discurso. Em seguida, vinham: a constatação dos motivos particulares da carta (*narrationem*), com uma petição que geralmente derivava das premissas maiores e menores desenvolvidas ao longo do *exordium* e da *narrationem*, e, por fim, as frases da conclusão⁸⁸. Trata-se de modelo que se assemelha àquele desenvolvido pelos autores do período clássico, mas

BANKER, James R. Giovanni di Bonandrea and civic values in the context of the Italian rhetorical tradition... *Op. Cit.* p. 05.

⁸⁶ “Que os céus rejubilem e a Terra exulte, que o mar seja movido e toda a sua plenitude, e que todas as criaturas racionais se gloriem, porque a força de Deus é afirmada e a magnificência divina se revela em comandar que o presente dia, no qual esta Santa Carta é escrita, seja estimado em venerável memória pelo povo Cristão. Cuidando da eloquência latina, que foi abandonada pela ciência da *dictamen*, a Piedade Celestial em sua Sagrada Câmara Real nos céus, misericordiosamente aceitou escutar as orações dos seus servos suplicantes” (tradução nossa). GUIDO FABBA. *Rota nova*. preface. In: COPELAND, Rita; SLUTTER, Ineke (org.) *Medieval Grammar and Rhetoric: language arts and literary theory*, AD 300 – 1475. Oxford: Oxford University Press, 2012, pp. 699-706, p. 702.

⁸⁷ BANKER, James R. Giovanni di Bonandrea and civic values in the context of the Italian rhetorical tradition... *Op. Cit.*, p. 08.

⁸⁸ HASKINS, Charles H. The Life of Medieval Students as Illustrated by their Letters. *The American Historical Review*, [S.l.], v. 03, n.02, jan. 1898, pp. 203-229, p. 204.

que, como se vê, ganhou contornos particulares com as novas propostas endereçadas à cultura epistolar no período.

A ausência da saudação na retórica clássica também foi percebida por Brunetto Latini, que em seu *Rettorica* explicita as razões pelas quais a utilização deste expediente se aplicava de forma mais substancial em uma cultura ligada à correspondência epistolar. Para o autor, os escritos de Cícero estavam atavicamente vinculados ao fazer discursivo em uma perspectiva oratória, em que se proclamava o discurso para uma plateia, razão pela qual não se fazia necessária a apresentação do interlocutor. O mesmo não ocorre nas correspondências epistolares, nas quais, sem as devidas apresentações, torna-se inviável saber quem está integrando a interlocução⁸⁹.

Latini vai dizer que, se para alguns a saudação era parte exterior ao texto, para ele a saudação era “the doorway of the epistle, that which illuminates, in an orderly fashion, the names and the merits of the person addressed, and the affection of the sender”⁹⁰. Como se vê, Brunetto Latini entendia a saudação como parte integrante do *exordium*, adaptação necessária a um fazer retórico que não se assemelhava, indissociavelmente, aos fins discursivos que a arte tinha no contexto político de Cícero, por exemplo.

O que se nota, pois, é a importância central da abertura da carta para a retórica, tanto para Guido Faba quanto para Brunetto Latini, porque, se por um lado, era o momento de estabelecer a interlocução em uma posição hierárquica que já continha em si a força persuasiva da posição de diálogo, por outro lado, constituía a maneira de conglomerar uma passagem de cunho ético, a ideia que se queria transmitir e, ainda, captar a atenção e a abertura do destinatário da carta para o conteúdo que se seguia.

Deve-se ponderar, contudo, que, a partir de meados do século XIV, algumas alterações na arte retórica serão observadas, especialmente no que tange à nova roupagem que o humanismo vai fornecer à retórica.

⁸⁹ BRUNETTO LATINI. *La Rettorica*. In: COPELAND, Rita; SLUTTER, Ineke (org.) *Medieval Grammar and Rhetoric: language arts and literary theory*, AD 300 – 1475. Oxford: Oxford University Press, 2012, pp. 757-780.

⁹⁰ “A porta de entrada da epístola, ou seja, aquela que ilumina, de forma ordenada, os nomes e os méritos da pessoa a quem se dirige, e o afeto do remetente” (tradução nossa). BRUNETTO LATINI. *La Rettorica... Op. Cit.*, p. 778-779.

De acordo com Virginia Cox, uma das principais explicações para o reaparecimento da teoria retórica de Cícero nos finais do século XIII e início do século XIV, com o surgimento do humanismo, é a consolidação da premissa de que a arte retórica é uma arte adversarial, paradigma este que se adequou satisfatoriamente à nova engenharia administrativa comunal em amplo florescimento no período. De mais a mais, os fundamentos da retórica ciceroniana também vieram a calhar com a nova realidade sociopolítica do período, a qual, segundo Cox, fez coexistir uma série de grupos sociais emergentes em busca de manutenção do poder, em uma comunidade política extremamente móvel e negociável⁹¹.

A mobilidade e a negociabilidade, insculpidas na tradição ciceroniana do discurso, que ganha frente nos séculos XIII e XIV na Itália, podem ser bem vistas na diferença entre os “*exordium*” trabalhados por Cícero e aqueles desenvolvidos pela *ars dictaminis*. Como se viu, nos escritos de Cícero, o *exordium* era o momento estratégico de “ganhar a audiência”, romper com o momento inicial de hostilidade ou inquietude da plateia – o que pressupõe uma resistência predisposta ao argumento daquele que fala –, por outro lado, o *exordium* da *ars dictaminis* estava atavicamente vinculado à *salutatio*, ou seja, a saudar o interlocutor. O momento inicial da *ars dictaminis* também estava bem mais atrelado a uma ideia estática de proposição geral que antecedia o discurso, proposição esta que denotava uma preocupação menor com as peculiaridades da plateia, mormente porque traduzia exortações genéricas ou frases cabíveis em uma série de diferentes ocasiões. De acordo com Cox:

This detail is profoundly revealing of the distance between dictaminal and classical rhetorical theory: where the Ciceronian speech *incipit* is organic, customized to a particular topic, speaker, and occasion, the dictaminal exordium is modular and recyclable, its ‘correctness’ lying in its formal properties (resonance, authority) rather than its strategic adjustment to a particular occasion⁹².

⁹¹ COX, Virginia. Ciceronian Rhetoric in Late Medieval Italy: the latin and the vernacular traditions... *Op. Cit.*, p. 119.

⁹² “Esse detalhe é profundamente revelador da distância entre a teoria retórica *ditaminal* e a clássica: onde o início do discurso ciceroniano é orgânico, personalizado para um tópico, orador e ocasião específicos, o exórdio *ditaminal* é modular e reciclável, sua ‘correção’ repousa em suas propriedades formais (ressonância, autoridade) ao invés de em seu ajuste estratégico para uma ocasião particular” (tradução nossa). COX, Virginia. Ciceronian Rhetoric in Late Medieval Italy: the latin and the vernacular traditions... *Op. Cit.*, p. 120.

Cox observa, com efeito, a existência de um chamado pela reinvenção da retórica a partir da segunda metade do século XIV, haja vista que, diferentemente do contexto vivido pelos séculos XIII e início do XIV, grande parte das comunas italianas fora da Toscana estavam sob o domínio de governos despóticos. A nova organização política, calcada na eliminação dos espaços públicos de deliberação, trouxe, a um só tempo, uma nova missão à retórica de época e, igualmente, uma nova identificação com o passado romano do qual a cultura italiana era tão orgulhosa⁹³.

Como explicação deste novo cenário, Cox vale-se do argumento de Ronald Witt sobre o desenvolvimento da retórica no período⁹⁴. O autor nota que, em princípio, as influências humanistas estavam inicialmente circunscritas aos círculos de estudo da gramática, até, ao menos, o início do século XIV, sendo que a comunicação na esfera pública se mantinha sob a égide da *ars dictaminis*. Contudo, a partir do século XIV, as aspirações humanistas de imitação do estilo clássico teriam alcançado expressão mais substancial a partir do último quarto do século XIV, momento a partir do qual passaram a influir de mais explicitamente na cultura do discurso público da Itália. A mudança é também sensível na *paideia* das comunas italianas do período, como narra Cox:

Where in fourteenth-century Bologna a text like *Ad Herennium* had been taught to adults at university level and in conjunction with dictamen, within the humanistic curriculum adopted with increasing frequency in Italy from the late fourteenth century onwards, it was characteristically studied by adolescents in school contexts and as an adjunct to the study of classical prose, notably Cicero's letters and orations⁹⁵.

Tais alterações, por sua vez, não podem ser consideradas como uma ruptura substancial e imediata à tradição medieval da *ars dictaminis*. Em verdade, deve-se

⁹³ COX, Virginia. Ciceronian Rhetoric in Late Medieval Italy: the latin and the vernacular traditions... *Op. Cit.*, p. 125.

⁹⁴ WITT, Ronald. Medieval "Ars Dictaminis" and the Beginnings of Humanism: a new construction of the problem... *Op. Cit.*

⁹⁵ "Onde na Bolonha do século XIV um texto como *Ad Herennium* tinha sido ensinado a adultos em nível universitário e em conjunto com a *dictaminen*, dentro do currículo humanista adotado com frequência crescente na Itália a partir do final do século XIV, ele era caracteristicamente estudado por adolescentes na escola contextos e como um complemento para o estudo da prosa clássica, notadamente às cartas e orações de Cícero" (tradução nossa). COX, Virginia. Ciceronian Rhetoric in Late Medieval Italy: the latin and the vernacular traditions... *Op. Cit.*, p. 126-127.

considerar a gradação na escolha pelos métodos de ensino distintos e, também, pelos usos políticos da retórica de Cícero. Nas palavras de Cox, não parece razoável acreditar que figuras como Pietro da Muglio – professor de gramática e retórica com influência direta em Salutati e outros humanistas – não tenham, mesmo antes da segunda metade do século XIV, integrado às suas aulas sobre a *Rhetorica Ad Herennium* as suas “simpatias classicizantes”. Entretanto, enquanto projeto de *paideia* e de aproximação do ideal de eloquência desenvolvida pela Antiguidade Clássica, o fazer retórico, a partir da segunda metade do século XIV, dissocia-se do fundamento a partir do qual se pautava o estudo da *ars dictaminis*. De acordo com as lições de Fabrina Magalhães Pinto:

Reclamava-se para os homens do início da modernidade uma cultura formal e retórica que tornasse possível o cultivo da inteligência e a imitação da tradição antiga, considerada como modelo ideal, superior e inigualável. O caminho para a apreensão mais profunda deste saber era pela palavra, já que a cultura antiga era eminentemente literária e retórica. Portanto, a eloquência, ou seja, a arte da linguagem, se torna a *ars* por excelência entre todas as disciplinas, tanto por proporcionar a leitura dos clássicos quanto por garantir a possibilidade da imitação do que de mais grandioso foi escrito pelo homem. Por essa razão, a educação logo se tornaria uma das preocupações fundamentais na vida intelectual deste período, estabelecendo-se inicialmente por toda a Itália as primeiras escolas voltadas para os estudos liberais, para a leitura dos textos clássicos e para o aprendizado das técnicas retóricas⁹⁶.

Possibilitado pela presença de Chrysolaras⁹⁷ na Itália, o estudo de obras em grego e em latim passou a ser identificado como modo de aproximação – nos moldes humanistas de reviver a Antiguidade, especialmente a Romana – para com os modelos clássicos que eram por eles lidos e estudados. Da mesma forma, para Salutati, o contato com Pietro da Muglio importa no aprendizado do latim e da oratória, em um contato mais próximo com a ideia de uma educação que não podia prescindir dos valores clássicos. E, com o passar do tempo, restou cada vez mais claro ao

⁹⁶ MAGALHÃES PINTO, Fabrina. Retórica e filosofia na formação do pensamento moderno. *O que nos faz pensar*, [S.l.], v. 19, n. 27, pp. 59-91, maio 2010. Disponível em: <<http://www.oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/index.php/oqnf/article/view/299>>. Acesso em: 10 dez. 2020. p. 62.

⁹⁷ Manuel Chrysoloras (Constantinopla, c. 1355 – perto de Constança, 15 de abril de 1415) foi um professor bizantino, pioneiro na reintrodução do estudo da língua e literatura gregas na Europa ocidental durante o Renascimento. Cf. BOLGAR, R. R. *The Classical Heritage and its Beneficiaries: from the Carolingian Age to the Renaissance*. New York, 1964, p. 268.

pensamento humanista que o projeto cultural de aproximação da Antiguidade poderia fornecer aparatos linguísticos e teóricos eminentemente mais poderosos do que os até então trabalhados pela *ars dictaminis* ou pela retórica medieval. De acordo com Fabrina Magalhães Pinto, “iniciar-se à retórica para estes homens é descobrir que a linguagem da emoção possui um poder infinitamente maior que a linguagem seca e crua utilizada pelos teólogos escolásticos”⁹⁸.

Noutro giro, conforme narra Jerrold Seigel, uma das questões capazes de moldar o estudo da retórica a partir do século XIV foi a mudança pragmática na atuação daqueles que integravam os círculos retóricos e literários da época. Para o autor, a mudança dos trabalhos de iniciativa privada para o público, ocasionada em função da intangível alteração de consciência comunal das cidades italianas, propiciou uma sólida mudança nas formas de se conceber e se praticar a arte retórica⁹⁹. Interessa sublinhar, neste sentido, que, como se verá mais adiante, a despeito das diversas obrigações que os chanceleres das comunas, tais como Coluccio Salutati, detêm no dia a dia do exercício de suas funções, a principal delas é a redação de cartas para poderes estrangeiros, em favor dos poderes locais, o que destaca com maior razão a pertinência e a importância do estudo da retórica no fazer epistolar ao longo do século XIV.

Seigel, igualmente, atribui as diferenças na concepção do fazer retórico a partir do século XIV – para além das semelhanças nos institutos das *ars dictaminis*, *ars notaria* e *ars aregandi* – tanto pela retomada dos textos filosóficos e políticos de Aristóteles quanto pela maior valorização da poesia nos ciclos intelectuais da Itália, sobretudo em razão do contato que a classe política e eclesiástica desenvolveu com os franceses, tendo em vista a mudança da corte papal para Avignon. A disputa entre Albertino Mussato¹⁰⁰ e Giovannino da Mantua¹⁰¹ é ilustrativa e ressalta a contraposição entre a

⁹⁸ MAGALHÃES PINTO, Fabrina. Retórica e filosofia na formação do pensamento moderno... *Op. Cit.*, p. 63.

⁹⁹ SEIGEL, Jerrold E. *Rhetoric and Philosophy in Renaissance Humanism*. Princeton: Princeton University Press. 1968.

¹⁰⁰ Albertino Mussato (1261–1329), filósofo e poeta, pupilo de Lovato Lovati, foi um dos principais defensores da retomada dos estudos da poesia clássica latina, sendo conhecido como pré-humanista e como uma das principais influências ao pensamento de Petrarca.

¹⁰¹ Giovannino da Mantua ou da Mantova, foi um frade dominicano, professor em Convento de Pádua. Não se tem registros biobibliográficos do autor, para além da sua contraposição à obra de

escolástica aristotélica e a retórica que, associada à poesia e à literatura clássica, ganhava espaço nos círculos culturais da Itália já no início do século XIV.

Giovannino defendia a percepção segundo a qual a poesia e outras artes liberais mostravam-se perigosas aos cristãos e, bem assim, vazias de valor. A Albertino Mussato, pois, incumbia a tarefa de defender os estudos da poesia em face da tendência estabelecida no período – precipuamente diante das críticas de Giovannino – a considerá-la a última dentre todas as ciências.

Tal percepção já se mostra presente na obra de São Tomás de Aquino, que, ao estabelecer a questão sobre se a Sagrada Escritura deve se utilizar de metáforas, utiliza-se do argumento de que “o emprego de imagens diversas e de representações sensíveis é próprio da poética, que ocupa o último lugar entre todas as ciências”¹⁰². Mussato vale-se, para rebater a sobredita percepção, de um paralelo estabelecido entre a Bíblia e os ensinamentos do poeta. Ambos, para além de terem Deus e as coisas Celestiais como objeto, também buscam transmitir a verdade de Deus. Nas palavras de Ronald Witt:

What distinguished Mussato’s account from earlier Christian defenses of poetry was the thoroughness of the parallels he drew between poetry and Scripture and the degree to which it ignored the unique character of Christian revelation. Divine Providence had employed the poets, truly *vates* or vessels of God, to reveal obscure Christian truths that only later became manifest¹⁰³.

A tentativa de aproximação entre poesia e religião, em resposta às críticas feitas por Giovannino, parece estabelecer uma crítica de pelego, ou uma crítica ortodoxa e pouco disruptiva para com o pensamento medieval. Contudo, não se pode ignorar o fato de que, ao mesmo tempo em que a defesa da poesia nestes termos se mostrava

Giovannino da Mantua. Cf. CURTIUS, Ernst Robert. *European literature and the Latin Middle Ages*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2013, p. 216-221.

¹⁰² *Procedere autem per similitudines varias et repraesentationes, est proprium poeticae, quae est infima inter omnes doctrinas*. In: TOMÁS DE AQUINO. *Summa Teológica*. 3. ed. São Paulo: Edições. Loyola, 2009. v. 01, p. 151 (*S. Th.*, I, q. 01, a.9).

¹⁰³ “O que distinguiu a posição de Mussato as primeiras defesas cristãs da poesia foi a profundidade dos paralelos que ele traçou entre a poesia e as Escrituras e o grau em que ignorou o caráter único da revelação cristã. A Providência Divina empregou os poetas, verdadeiros *vates* ou vasos de Deus, para revelar obscuras verdades cristãs que só mais tarde se manifestaram” (tradução nossa). WITT, Ronald. *The Poeta-Theologus from Mussato to Landino. The European Legacy*, [S.l.], vol. 20, n. 5, pp. 450-461, 2015, p. 452.

pertinente aos olhos de uma sociedade embrincada na ordem Cristã do século XIV, por outro lado, como leciona Eugenio Garin, era o mesmo Mussato quem defendia as ideias revolucionárias de Marsílio de Pádua em versos latinos¹⁰⁴. Mais uma vez, é a tensão entre continuidade e descontinuidade que marca o fazer filosófico do período. É neste sentido que a retórica passa a ganhar espaço significativo na cultura no humanismo do *Trecento* e do *Quattrocento*, o que reflete, como mostra Craig Kallendorf, o seu papel dominante no pensamento humanista como um todo¹⁰⁵.

Com efeito, o que se pode perceber a partir das considerações realizadas no presente tópico é que a Itália do *Trecento* se encontra em um processo de reestruturação geopolítica que demanda um olhar atento ao fazer político no período. Em consonância com o desenvolvimento das comunas, ganham cada vez mais espaço os estudos humanistas, com a revalorização da retórica clássica e, ainda, de um olhar mais atento ao fazer discursivo de uma tradição epistolar legatária da Idade Média.

É esta ebulição de um olhar que associava a retórica ao projeto educacional do humanismo e que abriu portas à percepção da força do estilo na produção de cartas, somada às novas demandas políticas da Itália no *Trecento*, que faz a retórica umbilicalmente atrelada à visão dos pensadores de época acerca dos problemas que lhe são impostos. E a visão de Salutati, neste sentido, não se distancia da visão dos demais humanistas do período. Ora, seja em razão de seus estudos com Pietro da Muglio ou, ainda, da própria necessidade imposta em razão do exercício de seu cargo enquanto chanceler de Florença, fato é que a retórica é elemento de central importância para que se possa conceber o seu fazer político.

Não se descuida – e por isso se fez presente também o estudo da *ars dictaminis* – que Salutati encontra-se em um período de incipiente popularização do humanismo e que a arte notarial ainda tem central relevância na estruturação dos discursos, não sendo possível atribuir ao chanceler uma postura de inequívoca ruptura para com a tradição até então desenvolvida. Assim, tanto em um fazer discursivo mais próximo daquele desenvolvido pela *ars dictaminis* ou, ainda, em um desvelar dos limites da

¹⁰⁴ GARIN, Eugenio. *History of Italian philosophy*. New York: Rodopi, 2008. v. 1, p. 139.

¹⁰⁵ KALLENDORF, Craig. The Rhetorical Criticism of Literature in Early Italian Humanism from Boccaccio to Landino. *Rhetorica: A Journal of the History of Rhetoric*, [S.l.], v. 1, n. 2, pp. 33-59, outono de 1983, p. 35.

retórica que caminha *pari passu* com o desenvolvimento do humanismo no período, Salutati insere-se no cenário que bebe tanto das fontes da Antiguidade Clássica como daquela da Idade Média para a produção de seus escritos políticos, valendo-se, em ambos os casos, da retórica como fio condutor do fazer político.

1.2. RETÓRICA, INVENÇÃO E IMITAÇÃO NO SÉCULO XIV

Discutida a importância do fazer retórico na formação do humanismo, bem como algumas mudanças sensíveis à formação política da Itália e às modificações institucionais que a região enfrenta ao longo dos séculos XII a XIV, importa ao presente trabalho aprofundar um pouco mais o modo como, a partir do século XIV, as figuras da invenção [*inventio*] e da imitação [*imitatio*] passam a ser observadas pelos humanistas do período, porque tais conceitos são relevantes para que se possa entender, com maior sensibilidade, a maneira pela qual Salutati esboça seu posicionamento político. Tais signos – *inventio* e *imitatio* – podem ser úteis, inclusive, para o entendimento do próprio conceito de retórica trabalhada historicamente pela Antiguidade Clássica e, indiretamente, pelo Medievo.

De acordo com Cícero, em contraponto à tradição grega de Aristóteles e Platão¹⁰⁶: “um ensinamento tirado apenas da retórica, de um ponto de vista teórico,

¹⁰⁶ É importante assinalar que não há uma negativa inarredável da retórica grega pelos romanos. Ao contrário, as formulações desenvolvidas na Ática, sobretudo a partir do século IV, mas não exclusivamente, em muito influenciaram na forma de se estudar e fazer retórica em Roma. Contudo, isso não impediu que a cultura romana trabalhasse conceitos por vezes familiares à cultura grega de uma forma distinta. Aristóteles, por exemplo, trata a *inventio* mais como descoberta do que como, de fato, invenção. Nas palavras de Roland Barthes, trata-se de uma “noção mais ‘extrativa’ do que ‘criativa’”, o que se corrobora por uma “designação de lugar (a Tópica), de onde se pode extrair os argumentos e aonde se deve leva-los: a *inventio* é uma caminhada (*via argumentorum*)”. A ideia associada ao termo εὐρεῖν (*heurisko*) é a de encontrar ou descobrir, o que se associa ao movimento do desvelar e não, necessariamente, à ideia de criação. Não se trata de “*ex-cogito*” ou de se pensar para fora, inventar, mas de buscar aquilo que pode ser encontrado, ou que já se encontra no mundo exterior. O movimento no pensamento de Aristóteles é, note-se, de fora para dentro, enquanto que, o *excogitato* do autor da *Rhetorica Ad Herennium* é de dentro para fora. Criação e descoberta, malgrado se interseccionem na ideia de algo que é “novo” – e talvez aí resida a aproximação entre a *inventio* no pensamento de Cícero, do anônimo da *Rhet. Herr.* e de Aristóteles –, se distanciam em muito, tanto nos limites quanto na origem do que se apresenta ao investigador. Para maiores informações sobre o tema, sugerimos: ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução: Quintín. Racionero. Madrid: Gredos, pp. 42-43 (1355b35-1356a1); BARTHES, Roland. A retórica antiga. In: COHEN, Jean *et al.* *Pesquisas de retórica*. Tradução: Leda Pinto Mafra Iruzun. Petrópolis: Vozes, 1975, pp. 147-232; KENNEDY, George A. *Aristotle on Rhetoric: a theory of civic discourse*. New York: Oxford University Press, 1991.

para nada serve, pois demanda uma formação prática aplicada a um espírito bem-dotado”¹⁰⁷. Há, como mostra Salvador Nuñez, no *De Inventione* de Cícero, uma “mistura entre o *officium oratoris* e o *finis*”¹⁰⁸, em que ambos incluem a persuasão, o que não se verifica na Retórica trabalhada por autores como Aristóteles e Platão¹⁰⁹. Na *Rhetorica Ad Herennium*, conquanto não haja menção expressa ao *finis*, o *officium oratoris* alberga em sua definição o dever de assegurar, na medida do possível, a concordância dos ouvintes, o que, em última análise, traduz-se na persuasão.

Tal interpretação resta autorizada não só em função da terminologia empregada no próprio texto, mas também porque a definição da retórica utilizada pelo autor da *Rhet. Her.* remonta, como mostram Gualtiero Caboli e Harry Caplan¹¹⁰, a Hermágoras¹¹¹, para quem, de acordo com Sexto Empírico, “a tarefa do retórico perfeito é lançar a questão política proposta do modo mais persuasivo possível”¹¹². O

¹⁰⁷ SANTOS, Igor Moraes. *A res publica entre a ideia e a história: filosofia, eloquência e tradição no pensamento político-jurídico de Marco Túlio Cícero...* *Op. Cit.*, p. 245.

¹⁰⁸ CÍCERO. *De Inventione*. Cf. *La invención retórica...* *Op. Cit.*, p. 94.

¹⁰⁹ Aristóteles vai empregar a retórica como o estudo analítico daquilo que produz a persuasão. A retórica, em si, para o Estagirita não se confunde com a persuasão, mas, antes, trata-se da forma de se proceder à teorização daquilo que pode produzi-la, ou seja, de investigação daquilo que “é próprio para persuadir”. Já em Platão, a retórica funciona como uma espécie de negativo a partir do qual a forma de se chegar à verdade deve ser contrastada. O escopo da retórica, em verdade, é de dar o contraponto necessário à dialética para que, pela via transversa, esta encontre aquilo que a faz apta a encontrar a verdade. A retórica, pois, deve ser entendida como método, tanto como contraponto à verdadeira educação, como entendia Platão, ou ainda, como objeto de estudo sobre o qual se tornaria possível estudar as formas de persuadir. E é justamente neste ponto que a retórica helênica – tanto na *Rhet. Her.* quanto no *De inventione* de Cícero – sutilmente se distancia das formas como o Estagirita e Platão trabalhavam o tema. Veja-se, não há uma significativa diferença na definição do que seja a retórica, mas sim nos seus usos e no escopo de estudá-la. Para um estudo mais aprofundado do tema, sugerimos a leitura de: CITELLI, Adilson. *Linguagem e Persuasão*. São Paulo: Editora Ática, 2002; PLATÃO. *Górgias*. Tradução: Jaime Bruna. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973, p. 59 (453a); JAEGER, Werner. *Paideia: a formação do homem grego*. Tradução: Artur M. Parreira. 6ª edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013; PLATÃO, *Fedro...* *Op. Cit.*, p. 74 (216a); OLIVEIRA, Lucas Mafaldo. Paidéia, Retórica e Dialética No "Fedro" de Platão. *Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação*, [S.l.], v. 3, n. esp, pp. 71-87, 12 jan. 2011, p. 80.

¹¹⁰ [CÍCERO]. *Rhetorica Ad Herennium...* *Op. Cit.*, p. 4; [CORINIFICI]. *Rhetorica Ad Herennium...* *Op. Cit.*, p. 54.

¹¹¹ Hermágoras de Temnos foi um dos principais retores que atuou em Roma no século II a.C., tendo estabelecido não só importantes considerações sobre tese e hipótese nos estudos retóricos, como também edificado significativa abordagem ao tema da *inventio*. Cf. KENNEDY, George A. *A new history of classical rhetoric*. New Jersey: Princeton University, 1994.

¹¹² SEXTO EMPIRICO. *Contra os retóricos*. Tradução, apresentação e comentários: Rafael Huguenin e Rodrigo Pinto de Brito. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 29.

que se observa é, pois, a presença da persuasão tanto como ofício quanto como finalidade para os romanos, elementos estes que não poderiam se ver dissociados¹¹³.

Assim, é sob o enfoque da retórica como arte de persuadir e de propiciar a discussão de temas importantes para a vida civil, com o intuito de produzir, naquele que escuta, um ímpeto de agir, que a *inventio*, na *Rhet. Her.* ganha contornos peculiares à formação do pensamento retórico no século XIV. A invenção [*inventio*], imaginação, como forma de tornar a matéria convincente, palatável e verossímil para os interlocutores, funciona como preparação do discurso e antever o caminho necessário ao movimento que se pretende induzir à plateia.

Imersos na perspectiva trabalhada pelo anônimo da Retórica a Herênio, os humanistas do século XIV passam a olhar para os próprios limites da retórica no período, desenvolvendo uma aproximação peculiar à concepção da própria *inventio*.

Uma das mais significativas aproximações sobre o tema pode ser extraída do capítulo 07 do Livro 14 do *Genealogia Deorum Gentilium*, de Boccaccio. O compêndio de quinze livros, encomendado, por volta de 1350, por Hugo de Sanseverino, rei de Jerusalém e Chipre, aborda uma interpretação dos mitos clássicos por parte do autor e tem, nos últimos dois volumes, uma das mais conhecidas defesas da poesia escritas no Renascimento italiano. Boccaccio, no início do capítulo VII do Livro XIV, vai

¹¹³ É importante assinalar que não há uma negativa inarredável da retórica grega pelos romanos. Ao contrário, as formulações desenvolvidas na Ática, sobretudo a partir do século IV, mas não exclusivamente, em muito influenciaram na forma de se estudar e fazer retórica em Roma. Contudo, isso não impediu que a cultura romana trabalhasse conceitos por vezes familiares à cultura grega de uma forma distinta. Aristóteles, por exemplo, trata a *inventio* mais como descoberta do que como, de fato, invenção. Nas palavras de Roland Barthes, trata-se de uma “noção mais ‘extrativa’ do que ‘criativa’”, o que se corrobora por uma “designação de lugar (a Tópica), de onde se pode extrair os argumentos e aonde se deve leva-los: a *inventio* é uma caminhada (*via argumentorum*)”. A ideia associada ao termo εὐρεῖν (*heurisko*) é a de encontrar ou descobrir, o que se associa ao movimento do desvelar e não, necessariamente, à ideia de criação. Não se trata de “*ex-cogito*” ou de se pensar para fora, inventar, mas de buscar aquilo que pode ser encontrado, ou que já se encontra no mundo exterior. O movimento no pensamento de Aristóteles é, note-se, de fora para dentro, enquanto que, o *excogitato* do autor da *Rhetorica Ad Herennium* é de dentro para fora. Criação e descoberta, malgrado se interseccionem na ideia de algo que é “novo” – e talvez aí resida a aproximação entre a *inventio* no pensamento de Cícero, do anônimo da *Rhet. Her.* e de Aristóteles –, se distanciam em muito, tanto nos limites quanto na origem do que se apresenta ao investigador. Para maiores informações sobre o tema, sugerimos: ARISTÓTELES. *Retórica... Op. Cit.*, pp. 42-43 (1355b35-1356a1); BARTHES, Roland. A retórica antiga. In: COHEN, Jean *et al.* *Pesquisas de retórica*. Tradução: Leda Pinto Mafra Iruzun. Petrópolis: Vozes, 1975, pp. 147-232; KENNEDY, Geroge A. *Aristotle on Rhetoric: a theory of civic discourse... Op. Cit.*

tratar justamente do papel e dos efeitos da poesia, abordando o papel da invenção (*inventio*) e de outras partes do discurso retórico no fazer poético.

This poetry, which ignorant triflers cast aside, is a sort of fervid and exquisite invention, with fervid expression, in speech or writing, of that which the mind has invented. (...) This fervor of poesy is sublime in its effects: it impels the soul to a longing for utterance; it brings forth strange and unheard-of creations of the mind; it arranges these meditations in a fixed order, adorns the whole composition with unusual interweaving of words and thoughts; and thus it veils truth in a fair and fitting garment of fiction¹¹⁴.

O que releva notar no presente trecho é que Boccaccio aproxima o escopo da retórica com o objetivo da poesia, na medida em que, em ambos os casos, mostra-se necessário que a mensagem transmitida ao interlocutor o provoque, ou que imprima em sua alma o desejo de fazer. Da mesma forma, o autor aproxima retórica e poesia na medida em que trata dos efeitos desta nos moldes e divisões daquela. Na passagem, Boccaccio aborda a criação da mente, o arranjo e a ordenação dos pensamentos e o embelezamento das palavras.

Trata-se, como já se viu, da *inventio*, *dispositio* e *eluctio*, herdadas da teoria retórica romana e imprescindíveis ao fazer poético digno de honrarias¹¹⁵. Nas palavras de Kallendorf: “*inventio*, *dispositio*, and *elocutio* serve as stages in poetic creation as well as in composing a speech, so that we are by this point in danger of losing the distinction between the two”¹¹⁶.

Neste mesmo sentido de aproximação entre retórica e poesia, é interessante notar o papel que a *inventio* ganha como parte do fazer poético capaz de insculpir no

¹¹⁴ “Esta poesia, que os brincalhões ignorantes deixam de lado, é uma espécie de invenção fervorosa e requintada, com ardente expressão, na fala ou na escrita, daquilo que a mente inventou. (...) Esse fervor da poesia é sublime em seus efeitos: impele a alma a um desejo de expressão; traz criações estranhas e inéditas da mente; organiza essas meditações em uma ordem fixa; adorna toda a composição com um entrelaçamento incomum de palavras e pensamentos; e, assim, ele cobre a verdade em uma vestimenta justa e adequada de ficção” (tradução nossa). BOCCACCIO, Giovanni. *Genealogia Deorum Gentilium*. In: OSGOOD, Charles G. *Boccaccio On Poetry*, 2ª ed. New York: The Liberal Arts Press, 1956, pp. 14-143, p. 39.

¹¹⁵ Boccaccio afirma, na mesma passagem, que o poeta cujo dom seja empreendido de forma imperfeita na consecução das funções da poesia não pode ser considerado um poeta louvável. BOCCACCIO, Giovanni. *Genealogia Deorum Gentilium*, 14.7... *Op. Cit.* p. 40.

¹¹⁶ KALLENDORF, Craig. *The Rhetorical Criticism of Literature in Early Italian Humanism from Boccaccio to Landino...* *Op. Cit.*, p. 38.

outro a vontade de agir – nos moldes como fora pensado pelo anônimo da Retórica a Herênio –, papel este que, em última análise, é o próprio papel da retórica. Consoante o próprio Boccaccio “Such then is the power of fiction that it pleases the unlearned by its external appearance, and exercises the minds of the learned with its hidden truth; and thus both are edified and delighted with one and the same perusal”¹¹⁷. É a *inventio*, com a sua força edificante e estilística que pode armar reis e encaminhá-los para a guerra, retratar o caráter humano em suas diversas fases, reprimir o imprudente, subjugar os criminosos e, ainda, distinguir os homens excelentes¹¹⁸. Mais uma vez, como mostra Kallendorf:

Thus, poets are “*impulsores... in virtutes*” like Virgil, or, like Horace, Persius, and Juvenal, they inveigh against vice and vicious men (“in vicia viciososque invehitur”). Or, as Boccaccio puts it when he treats the same point in his commentary to Dante's Inferno, “i poeti... furono grandissimi commendatori delle virtu e vituperatori de' vizi”¹¹⁹.

Neste sentido, para além de aproximar poesia e retórica, Boccaccio o faz de maneira única, tendo em vista que valoriza significativamente a *inventio* em detrimento da *elocutio* – esta que ocupava papel central nas artes poéticas do período¹²⁰.

¹¹⁷ “Portanto, é tal o poder da ficção que agrada aos incultos por sua aparência externa e exercita as mentes dos eruditos com sua verdade oculta; e, assim, ambos são edificados e se deleitam com a mesma leitura”. BOCCACCIO, Giovanni. *Genealogia Deorum Gentilium*, 14.9... *Op. Cit.*, p. 51.

¹¹⁸ “Further, if in any case the invention so requires, it can arm kings, marshal them for war, launch whole fleets from their docks, nay, counterfeit sky, land, sea, adorn young maidens with flowery garlands, portray human character in its various phases, awake the idle, stimulate the dull, restrain the rash, subdue the criminal, and distinguish excellent men with their proper meed of praise: these, and many other such, are the effects of poetry”. BOCCACCIO, Giovanni. *Genealogia Deorum Gentilium*, 14.7... *Op. Cit.*, pp. 39-40.

¹¹⁹ “Então, poetas são ‘*impulsores... in virtutes*’ como Virgílio, ou como Horácio, Pérsio ou como Juvenal, eles investem contra o vício e contra os homens cruéis (*in vicia viciososque invehitur*). Ou, como Boccaccio aborda quando trata da mesma matéria em comentário Inferno de Dante, ‘os poetas... foram grandes comandantes de virtudes e censuradores de vícios’”. (tradução nossa). KALLENDORF, Craig. *The Rhetorical Criticism of Literature in Early Italian Humanism from Boccaccio to Landino...* *Op. Cit.*, p. 40-41.

¹²⁰ “Boccaccio includes stylistic decoration, ‘*ornare compositum inusitato quodam verborum atque sententiarum contextu*’ as a part of poetry, but it is important to note that his emphasis lies elsewhere. Poetic fervor begins not with putting words to a subject, but with finding that subject, and style is preceded in the list of ‘*fervoris... effectus*’ by both invention and arrangement. The section which Boccaccio chooses to expand in the conclusion of his definition (“*Praeterea, si exquirat inventio...*”) is not *elocutio*, but *inventio*, the finding of subjects for the poet to write about. Boccaccio's approach is no less ‘rhetorical’ than that of the late medieval *artes poeticae*, but priority in composition and analysis goes to *inventio* over *elocutio*”. KALLENDORF, Craig. *The Rhetorical Criticism of Literature in Early Italian Humanism from Boccaccio to Landino...* *Op. Cit.*, pp. 38-39.

Ademais, na mesma passagem do capítulo 07 do Livro 14 do *Genealogia Deorum Gentilium*, nota-se a correlação entre ficção e verdade no entrelaçamento da *inventio*, *despositio* e *eluctio* da poesia: não se trata de uma invenção e da criação de um discurso totalmente dissociado da realidade, mas de imaginá-lo e estruturá-lo como adorno da verdade. Em resposta aos críticos que entendiam a poesia apenas como uma arte capaz de criar uma eloquência vazia de sabedoria, Boccaccio assevera que a invenção (ou ficção) dá à verdade um véu, mas afirma que sob este véu reside a sabedoria. É possível que a verdade seja transmitida por meio de poesia, o que, mais uma vez, aproxima a ideia de retórica e de poética no pensamento de Boccaccio¹²¹.

Esta aproximação deve ser ainda suplementada com aquela trabalhada na Jornada IX do *Decameron*, na qual Boccaccio desenvolve, essencialmente, histórias que abordam a noção de verdade. De acordo com Michaela Grudin e Robert Grudin, o papel da Nona Jornada do *Decameron* reside na caracterização da verdade como contingente ou circunstancial¹²². A exemplo do conto em que o Rei Salomão aconselha diferentemente dois jovens acerca da mesma matéria nas relações conjugais, da mesma forma, a arte da retórica deve tratar a verdade de forma irregular, na medida em que o orador eloquente deve buscar vencer as contingências discursivas com estilo maleável, capaz de se adaptar às nuances da verdade. Se o conselho de Salomão a Melisso (“ame!”¹²³) era o necessário e verdadeiro à solução dos problemas experimentados pelo jovem, por outro lado, em situação diametralmente oposta, a mensagem corretiva e brutal de Salomão a Josefo, transmitida por meio do que este presenciou na Ponte All’Oca, também se prestou, na história, à resolução do seu conflito com sua esposa.

Tal abordagem demonstra não apenas a maleabilidade da retórica, mas, em especial, a necessidade de a invenção ou a imaginação trabalharem em favor da resposta mais adequada a determinado caso concreto. Nas palavras de Michaela Grudin e Robert Grudin,

¹²¹ KALLENBORG, Craig. The Rhetorical Criticism of Literature in Early Italian Humanism from Boccaccio to Landino... *Op. Cit.*, p. 39.

¹²² GRUDIN, Michaela Paasche; GRUDIN, Robert. *Boccaccio's Decameron and the Ciceronian Renaissance*. New York: Palgrave Macmillan, 2012, p. 126.

¹²³ BOCCACCIO, Giovanni. *O Decamerão*. Tradução: Raul de Polillo. Introdução de Edorardo Bizzarri. São Paulo: Livraria Martins Fonte, 1956, p. 444.

With these factors in mind, eloquence—which comprehends both truth and falsehood, both delivery and reception—is the only defense of truth against lie and the only practical arbiter between knowledge and ignorance. And eloquence, whose end goal is social health and enlightenment, may sometimes, for the common good, default to creative prevarication¹²⁴.

Mais uma vez, agora em contexto diverso daquele trabalhado pelo autor na poesia, é a retórica, por meio da *inventio*, que ganha espaço central na construção da verdade como um fazer discursivo, atrelado às contingências do mundo e dos problemas apresentados pelos interlocutores daquele que produz um discurso. É a retórica que faz frente às proposições falsas ou mentirosas na apresentação da verdade em suas mais diversas formas e é por meio do fazer discursivo, em conjunto com a invenção, que se alcança a finalidade da retórica como consecução do bem-estar social e da preservação do bem comum.

O que interessa sublinhar na contribuição de Boccaccio para o presente trabalho, a despeito da influência na defesa de *Salutati* das artes liberais, é, também, a sua percepção da importância da *inventio* como instrumento útil à construção da verdade. Uma verdade que não se revela de pronto, mas que está intermediada por um véu, talhado tanto no embelezamento da forma, quanto no seu próprio conteúdo. Em Boccaccio, verdade, retórica e invenção se embrincam de tal modo que não se pode conceber uma sem a outra, sobretudo quando se pensa na finalidade da retórica, como formas de moldar o contingente agir humano. É o fazer poético, retórico, que move o homem em direção à verdade e que, sem descuidar dos preceitos cristãos¹²⁵, nutre a sua alma com a beleza do discurso.

¹²⁴ “Com estes fatores em mente, eloquência – que compreende tanto verdade e falsidade, entrega e recepção – é a única defesa da verdade contra a mentira e o único árbitro prático entre conhecimento e ignorância. E a eloquência, cujo fim é o bem-estar social e o esclarecimento, pode, algumas vezes, em favor do bem comum, deixar de lado a prevaricação criativa” (tradução nossa). GRUDIN, Michaela Paasche; GRUDIN, Robert. *Boccaccio's Decameron and the Ciceronian Renaissance... Op. Cit.*, p. 126.

¹²⁵ A defesa de verdade e da retórica de Boccaccio, conquanto heterodoxa, não significa um afastamento completo e inequívoco do poder da religião. Ao contrário, Boccaccio deixa claro em seu *Genealogia Deorum Gentilium* que “poetry is a practical art, springing from God's bosom and deriving its name from its effect, and that it has to do with many high and noble matters that constantly occupy even those who deny its existence”. Em defesa da verdade contida na poesia, no capítulo 9 do Livro XIV do *Genealogia Deorum Gentilium*, Boccaccio ainda vai assemelhar o estilo poético com aquele contido nos escritos bíblicos, aproximando religião e arte poética como contrapontos àqueles que, de algum modo, criticavam a poesia pela sua forma de transmitir a verdade. Cf: GRUDIN, Michaela

Se é verdade que Boccaccio empreendeu uma das mais relevantes defesas da poesia e das artes liberais até então vistas – em influência direta a *Salutati* –, é também verdade que Francesco Petrarca se posiciona, na história do *Trecento* – e também no horizonte de *Salutati* –, como principal figura de influência do humanismo. Poeta, traça importantes considerações sobre a retórica e, em especial, sobre a retórica ciceroniana no período e, nas palavras de Niccolò Niccoli, tal como narrado por Leonardo Bruni, reaviva os *studia humanitatis*, abrindo o caminho para a formação dos seus sucessores¹²⁶. É ele que talvez seja a imagem mais significativa da tensão entre continuidade e descontinuidade que ganha vivacidade na Renascença.

Como exemplo, a correlação entre o humanismo nascente, a *vita activa* e o fazer retórico se consubstancia, no pensamento de Petrarca, nas nuances que o conceito de eloquência ganha para o pensador. Para Jerrold Seigel, Petrarca valorizava a eloquência não apenas como embelezamento do discurso, mas como uma força propulsora capaz de influir diretamente no agir humano¹²⁷. Em carta endereçada a Tommaso da Mesina, Petrarca tece uma forte crítica a uma filosofia moral que se pretende desvencilhada da eloquência e do compromisso de causar, no outro, a vontade de se tornar virtuoso.

Our speech is not a small indicator of our mind, nor is our mind a small controller of our speech. Each depends upon the other but while one remains in one's breast, the other emerges into the open. (...) People obey the judgment of one, and believe the opinion of the other. Therefore, both must be consulted, so that [the mind] will be reasonably strict with [speech], and [speech] will be truthfully magnificent with [the mind]. (...) Furthermore, how much help eloquence can be to the progress of human life can be learned both in the works of many writers and from the example of daily experiences. How many people have we known in our time who were not affected at all by past examples of proper speech, but

Paasche; GRUDIN, Robert. *Boccaccio's Decameron and the Ciceronian Renaissance...* *Op. Cit.*, p. 126; BOCCACCIO, Giovanni. *Genealogia Deorum Gentilium*, 14.7... *Op. Cit.*, p. 41.

¹²⁶ “*nec audebimus illum suis meritis ornare, praesertim cui hic vir studia humanitatis, quae iam extincta erant, repararit et nobis, quemadmodum discere possemus, viam aperuerit?* // e non vorremo riconoscergli i suoi meriti? soprattutto quando fu proprio quest'uomo che risuscitò gli studi liberali ormai spenti, ed aprì la via ala mostra formazione culturale”. BRUNI, Leonardo. Ad Petrum Palum Histrum Dialogus. *In: GARIN, Eugenio (Ed.). Prosatori Latini del Quattrocento*, Le Letteratura italiana storia e testi. Milano, Napoli: Riccardo Ricciardini, 1952. v. 13, pp. 41-103, p. 94.

¹²⁷ SEIGEL, Jerrold E. *Rhetoric and Philosophy in Renaissance Humanism...* *Op. Cit.*, p. 34.

then, as if awakened, suddenly turned from a most wicked way of life to the greatest modesty through the spoken words of others!¹²⁸

Em uma aproximação com o papel que a retórica ocupa no pensamento de Cícero, o fazer retórico associa-se ao agir ético do cidadão na comuna, como modo de orientar o agir humano e promover, naquele que escuta o discurso, o ímpeto por fazer. Se é verdade que a *inventio* ganha, com Cícero, uma feição histórica proeminente, é também verdade que a construção histórica do discurso ecoa no papel que a oratória e a eloquência avocam para si enquanto fontes do agir ético. Eco este que Petrarca faz ressoar na aurora do pensamento renascentista.

Em passagem que se assemelha àquela supracitada de Petrarca, Cícero expõe, em seu *De Inventione*, a força que a oração tem, em sua virtude pragmática, de causar no homem determinado comportamento – uma força que, para Cícero, era até mesmo civilizatória.

Por ello, y a pesar del abuso que algunos hacen de ella tanto en asuntos privados como públicos, creo que se debe cultivar el estudio de la elocuencia; más aun, debemos hacerlo con mayor afán para evitar que los malos ciudadanos prevalezcan en detrimento de los hombres de bien y para ruina común de todos, especialmente porque la elocuencia es la única actividad que concierne a todos los asuntos públicos y privados y es la que hace que nuestra vida resulte segura, digna, ilustre y agradable; siempre que va acompañada por la sabiduría, que modera todas las actividades humanas, ella proporciona al estado los mayores beneficios; de ella obtienen los que la poseen gloria, honor y dignidad; ella es también la mejor y más segura defensa para los amigos¹²⁹.

¹²⁸ “Nossa fala não é um pequeno indicativo de nossa mente, nem a nossa mente uma pequena controladora de nossa fala. Cada um depende do outro, mas enquanto um mantém-se no peito, o outro emerge no aberto. (...) As pessoas obedecem aos julgamentos dos outros, e acreditam nas opiniões deles. Assim, ambos devem ser consultados, de modo que a mente será razoavelmente estrita com a fala e a fala será verdadeiramente magnificente com a mente. (...) Ademais, o quanto a eloquência pode ajudar no progresso da vida humana pode ser aprendido tanto nas obras de muitos escritores quanto no exemplo das experiências diárias. Quantas pessoas conhecemos em nosso tempo que não foram de forma alguma afetadas por exemplos passados de um discurso correto, mas então, como se tivessem despertado, repentinamente mudaram de um modo de vida mais perverso para a maior modéstia por meio das palavras faladas por outros!” (tradução nossa). PETRARCA, Francesco. *Rerum Familiarium Libri I-VIII*. Tradução: Aldo S. Bernardo. New York: State University of New York Press. 1975, p. 48.

¹²⁹ “Por esta razão, e apesar dos abusos que alguns fazem dela [eloquência], tanto em assuntos privados como públicos, creio que se deve cultivar o estudo da eloquência; mas ainda, devemos fazê-lo com maior afã para evitar que os maus cidadãos prevaleçam em detrimento dos homens de bem e para a ruina comum de todos, especialmente porque a eloquência é a única atividade que concerne a todos os assuntos, públicos e privados e é o que faz que a nossa vida seja segura, digna, ilustre e agradável; sempre que está acompanhada da sabedoria, que modera todas as atividades humanas, ela

Cícero “procura corrigir a falta de estilo aristotélico com a forma isocrática, e reparar a ausência de preocupação com o conhecimento de um com a concepção de ciência do outro”¹³⁰, alçando a eloquência como elemento marcante da própria natureza humana, não apenas como instrumento de estudo sobre a *actio*, mas também como parte integrante do próprio agir¹³¹.

Neste mesmo sentido, e no que Brian Vickers vai chamar de “modelo ciceroniano de homem”, Petrarca cria uma espécie de arquétipo no qual todos devem ser capazes de desenvolver uma coerente união entre a linguagem e a mente¹³². O que Petrarca faz no livro I, 9 dos seus *Rerum familiarium libri* é explicitar uma correlação clara entre a sabedoria, a linguagem e o fazer, no sentido de que “unless our desires first order themselves (and you must know that no one can achieve this except a wise man) it is inevitable that such disorder will be reflected in our conduct and in our words”¹³³.

Em missiva intitulada *De Sui Ipsius Et Multorum Ignorantia* (Da sua própria ignorância e da de tantos outros), Petrarca vai dizer, estabelecendo um paralelo entre a doutrina ética de Aristóteles e aquela desenvolvida pelos pensadores latinos, que falta às obras do estagirita o despertar para agir. Deixando claro que muito se deve aprender com Aristóteles, Petrarca ressalta que pouco adianta entender o agir ético e não o praticar – ou ser levado/motivado a fazê-lo.

For it is one thing to know, and another to love; one thing to understand, and another to will. I don't deny that he [Aristotle] teaches us the nature of virtue. But reading him offers us none of those exhortations, or only a very few, that goad and inflame our minds to love virtue and hate vice. Anyone looking for such exhortations will find them in our Latin authors,

proporciona ao Estado os maiores benefícios; por meio dela obtêm, aqueles que a possuem, glória, honra e dignidade; ela também é a melhor e mais segura defesa para os amigos” (tradução nossa). CÍCERO. *De Inventione*. I, 4. Cf: *La invención retórica...* *Op. Cit.*, p. 91.

¹³⁰ SANTOS, Igor Moraes. *A res publica entre a ideia e a história: filosofia, eloquência e tradição no pensamento político-jurídico de Marco Túlio Cícero...* *Op. Cit.*, p. 234.

¹³¹ ALAIN, Michel. *Rhétorique et philosophie chez Cicéron: essai sur les fondements philosophiques de l'art de persuader*. Paris: Presses Universitaires de Frances, 1960., p. 633.

¹³² VICKERS, Brian. The recovery of rhetoric: Petrarch, Erasmus and Perelman. *History of human sciences*, [S.l.], v. 03, n. 03, pp. 79-86, 1990, p. 421.

¹³³ “Ao menos que os nossos desejos se ordenem a si mesmos (e você deve saber que ninguém, senão um homem sábio, pode alcançar tal condição) é inevitável que tal desordem será refletida em nossa conduta e em nossas palavras” (tradução nossa). PETRARCA, Francesco. *Fam.* I, 9. In PETRARCA, Francesco. *Rerum Familiarium Libri I-VIII...* *Op. Cit.*, p. 47.

especially in Cicero and Seneca, and (surprisingly) in Horace, a poet coarse in style but very pleasant for his maxims. What good is there in knowing what virtue is, if this knowledge doesn't make us love it? What point is there in knowing vice, if this knowledge doesn't make us shun it? By heaven, if the will is weak, an idle and irresolute mind will take the wrong path when it discovers the difficulty of the virtues and the alluring ease of the vices¹³⁴.

A valorização do agir humano não se verifica, apenas, na teoria argumentativa das cartas de Petrarca, mas também na valorização de suas *invectivas*. Em verdade, uma das expressões mais significativas da retórica na sobreposição do político com o literário, do pensar com o agir, – em última instância: da contemplação com a ação – pode ser vista neste modo de escrita. Valemo-nos das lições de Renato Ambrósio, para quem “é justamente nesse tipo de texto a respeito de questões concretas vividas por seus autores e os *regimenti* que representam, que se elaboravam e reelaboravam valores, conceitos e se dava uma nova conotação aos termos que os exprimiam”¹³⁵.

Em verdade, para além da mencionada coalização do político com o literário, as *invectivas* – que serão também objeto de escrita por Salutati –, ao estabelecerem conceitos e fomentarem o agir humano, acabam por fornecer exemplos para a atuação do homem na comunidade, ditando não apenas aquilo que é – em contraponto com o alegado pelo interlocutor da *invectiva* –, mas, sobretudo, aquilo que deve ser. As *invectivas* têm um papel deontológico e ético no sentido não apenas de minar a argumentação trazida por aquele que se coloca no polo oposto da disputa, mas também de estabelecer um parâmetro daquilo que deve ser buscado como ideal.

¹³⁴ “Pois uma coisa é saber, e a outra é amar; uma coisa é entender, a outra, fazer. Eu não nego que ele [Aristóteles] nos ensine a natureza da virtude. Mas lê-lo não nos oferece aquelas exortações, ou apenas poucas, que nos incita e inflama nossas mentes a amar a virtude e odiar os vícios. Quem quer que esteja procurando por tais exortações as encontrará em nossos autores latinas, especialmente em Cícero, Sêneca e (surpreendentemente) Horácio, um poeta áspero em estilo, mas muito agradável por suas máximas. Que bem há em saber o que é virtude, se este conhecimento não nos faz amá-la? Qual o ponto de conhecer os vícios, se este conhecimento não nos faz evitá-los? Pelos céus, se a vontade é fraca, uma mente ociosa e irresoluta tomará o caminho errado quando descobrir a dificuldade das virtudes e a sedutora facilidade dos vícios” (tradução nossa). PETRARCA, Francesco. *On his own Ignorance and that of many others*. IV, 108-109. In: PETRARCA, Francesco. *Inventives*. Trad. David Marshall. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 2003. pp. 315-316.

¹³⁵ AMBRÓSIO, Renato. A República de Florença como a segunda Roma Republicana na *Invectiva* In Antonium Luschum Vicentinum de Lino Coluccio Salutati. *Estudos Linguísticos e Literários* (UFBA), Salvador, n. 55, pp. 270-291, 2016, p. 273.

Em sua *Invectiva contra eum qui maledixit Italie* (Invectiva contra um Detrator da Itália), ao defender Roma das acusações de Jean de Hesdin¹³⁶ – e, também, indiretamente, de Bernardo de Claraval¹³⁷ – Petrarca vai dizer, dissociando os romanos dos gregos, que aqueles estavam mais preocupados com o bem agir do que com o bem dizer, enquanto estes faziam justamente o oposto.

Next he [Bernardo de Claraval] charges that the Romans accompanied their pompous words with petty deeds. I would never say that Bernard spoke improperly; but I do say that our barbarian rehashes the charge improperly and ineptly. Grandiloquence is associated with the Greeks. And I add the Gauls to the Greeks: for while inferior in wit, they are superior in boasting and loquacity. But this vice is incompatible with the Romans, who—to repeat what I quoted above—were eager to do good works, and more zealous for good deeds than fine words. (...) Rome is the supreme domicile of all human magnificence, and no one even in the farthest corner of the world would deny this fact. If our barbarian doesn't know this, he is either dull-witted, snoring in his sleep, or utterly demented and crazed.¹³⁸

Nesta passagem é interessante notar não apenas a distinção entre gregos e romanos, mas a valorização destes como homens orientados ao agir, o que, em última

¹³⁶ Jean de Hesdin (1320-1400) foi um religioso francês da ordem dos Hospitalários de São João, doutor em teologia e autor de grandes comentários sobre vários livros da Sagrada Escritura. Após Petrarca ter endereçado uma carta a Urbano V, explicitando as razões pelas quais o papado deveria mudar-se de Avignon para Roma, Jean de Hesdin reage em defesa do papado na França, denunciando Roma como uma cidade corrupta. É em resposta a tais acusações que Petrarca escreve a sua invectiva. Para maiores informações, Cf. HAURÉAU, Barthélémy. Jean de Hesdin: le gallus calumniator de Pétrarque. *Romania*, [S.l.], vol. 22 n. 86, 1893, pp. 276-281.

¹³⁷ Petrarca deixa claro que se, em seu *De Consideratione*, Bernardo de Claraval tivesse sido mais cauteloso com os fatos, teria sido mais moderado na difamação do povo mais famoso da Terra: os romanos. “*Qui de consideratione agens, forte si diligentius cuncta considerasset, gentem famosissimam omnium, que sub celo sunt, parcius infamasset*”. PETRARCA, Francesco. Invektive against a detractor of Italy. In: PETRARCA, Francesco. *Inventives*. Tradução: David Marsh. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 2003, pp. 364-476, p. 404. Para mais informações sobre o texto de Bernardo de Claraval, sugerimos: SOUZA, José Antônio de C. R. O Poder Papal No Livro III Do Tratado Sobre a Consideração De Bernardo De Claraval. *Revista Portuguesa De Filosofia*, [S.l.], vol. 60, n. 3, pp. 601-620, 2004.

¹³⁸ “Em seguida, ele [Bernardo de Claraval] acusa os romanos de acompanharem seus pomposos palavras com atos mesquinhos. Eu nunca diria que Bernardo falou inadequadamente; mas eu digo que nosso bárbaro refaz a acusação inadequada e inepta. A grandiloquência está associada ao Gregos. E eu adiciono os gauleses aos gregos: por enquanto inferior em sagacidade, eles são superiores em ostentação e loquacidade. Mas este vício é incompatível com os romanos, que - para repetir o que citei acima - estavam ansiosos por fazer boas obras e mais zelosos pelo bem ações do que belas palavras (...) Roma é o domicílio supremo de toda a magnificência humana, e ninguém, mesmo no canto mais remoto do mundo, negaria esse fato. Se nosso bárbaro não sabe disso, ele é estúpido, ronca durante o sono ou totalmente louco” (tradução nossa). PETRARCA, Francesco. *Against a detractor of Italy*. VI, 55. In: PETRARCA, Francesco. *Inventives... Op. Cit.*, pp. 411-413.

instância, dá a Roma o *locus* privilegiado de domicílio da magnificência humana. Mas mais interessante ainda é antever um dos principais pontos de aparente dissonância na *invectiva* de Petrarca, uma espécie de rejeição à eloquência, como um vício e uma característica inerente aos gregos. Trata-se, como já mencionado, de uma aparente dissonância, porque não há, ao final, uma rejeição completa da eloquência, mas tão somente daquela loquacidade pejorativa, associada à fala sem sentido, sem que acenda no interlocutor a vontade de agir.

A partir deste cenário, a própria relação entre retórica e ética deixa evidente a perspectiva de que Petrarca adequa as lições ensinadas pela Antiguidade e pelo Medievo à sua realidade. E é justamente neste sentido que o próprio autor desenvolve a sua percepção da *inventio*, explícita na passagem que se segue com a parábola das abelhas, desenvolvido na epístola I, 8 das Cartas Familiares.

His [Seneca] loftiest advice about invention is to imitate the bees which through an astonishing process produce wax and honey from the flowers they leave behind. (...) This much however I affirm, that it is a sign of greater elegance and skill for us, in imitation of the bees, to produce in our own words thoughts borrowed from others. To repeat, let us write neither in the style of one or another writer, but in a style uniquely ours although gathered from a variety of sources. That writer is happier who does not, like the bees, collect a number of scattered things, but instead, after the example of certain not much larger worms from whose bodies silk is produced, prefers to produce his own thoughts and speech—provided that the sense is serious and true and that his style is ornate¹³⁹.

Em semelhante passagem, a mesma parábola é retomada por Petrarca na carta XXII, 2 das Epístolas Familiares:

I grant that I like to embellish my life with sayings and admonitions from others, but not my writings unless I acknowledge the author or make some significant change in arriving at my own concept from many and varied

¹³⁹ “Seu conselho [o de Sêneca] mais elevado sobre a invenção é imitar as abelhas que, por meio de um processo surpreendente, produzem cera e mel das flores que deixam. (...) Porém, afirmo que é um sinal de maior elegância e habilidade para nós, imitando as abelhas, produzir com nossas próprias palavras pensamentos emprestados dos outros. Para repetir, não escrevamos nem no estilo de um ou de outro escritor, mas em um estilo exclusivamente nosso, embora colhido de uma variedade de fontes. É mais feliz aquele escritor que não coleta, como as abelhas, uma série de coisas espalhadas, mas em vez disso, com o exemplo de certos vermes não muito maiores de cujos corpos a seda é produzida, prefere produzir seus próprios pensamentos e fala – partindo do pressuposto de que o senso é sério e verdadeiro e que seu estilo é ornamentado” (tradução nossa). PETRARCA, Francesco. *Fam. I, 8. In PETRARCA, Francesco. Rerum Familiarium Libri I-VIII... Op. Cit.*, pp. 41-42.

sources in imitation of the bees. Otherwise, I much prefer that my style be my own, uncultivated and rude, but made to fit, as a garment, to the measure of my mind, rather than to someone else's, which may be more elegant, ambitious, and adorned, but deriving from a greater genius, one that continually slips off, unfitted to the humble proportions of my intellect¹⁴⁰.

Ambos os trechos colacionados acima fazem explícita menção à parábola das abelhas, desenvolvida por Sêneca em sua Carta 88, disposta entre os Livros XI e XIII de suas Cartas a Lucílio¹⁴¹. No texto, o autor destaca que, conquanto haja quem defenda a ideia de que as abelhas não produzem o mel, mas colhem-no pronto, deve-se considerar a ideia de que elas são capazes de fabricar, a partir do que encontram nas plantas em plena floração, mel e cera. Neste mesmo sentido é que deve funcionar o espírito humano: “que ele domine muitas técnicas, conheça muitos preceitos e exemplos de muitas épocas, mas tudo isso dotado de uma alma própria e individual”¹⁴².

A noção, pois, de fabricar aquilo que se pensa e se escreve tendo em vista o conjunto daquilo que integra a bagagem do autor, em uma criação eminentemente nova, derivada do gênio do próprio inventor – de maneira mais ou menos explícita –, é a chave de leitura que se dá ao conceito de *inventio* desenvolvida por Petrarca, legatário de Sêneca. O retorno à Antiguidade Clássica, neste sentido, tão reafirmada por Petrarca, deve ser entendido com o enfoque de um retorno que não se contenta com uma simples imitação esvaída de conteúdo inventivo.

¹⁴⁰ “Admito que gosto de embelezar minha vida com palavras e admoestações de outras pessoas, mas não meus escritos, a menos que reconheça o autor ou faça alguma mudança significativa ao chegar ao meu próprio conceito derivado de muitas e variadas fontes, imitando as abelhas. Caso contrário, eu prefiro muito mais que meu estilo seja meu, não cultivado e rude, mas feito para se ajustar, como uma vestimenta, à medida de minha mente, ao invés do de outra pessoa, que pode ser mais elegante, ambiciosa e adornada, mas derivando de um gênio maior, que continuamente escorrega, inadequada para as proporções humildes do meu intelecto” (tradução nossa). PETRARCA, Francesco. *Fam. XXII, 2*. In PETRARCA, Francesco. *Rerum Familiarium Libri XVII-XXIV... Op. Cit.*, p. 213.

¹⁴¹ Conforme notas do tradutor da obra de Sêneca para o português: “No termo da carta 83 (última do livro X) o manuscrito Q nora: ‘aqui termina o livro X, começa o livro XI’; o mesmo manuscrito anota no fim da carta 88: ‘termina aqui o livro XIII das Epístolas morais de L. Aneu Sêneca’”. Os limites dos três livros XI, XII e XIII, porém, não são indicados no interior do conjunto; ignora-se, portanto, qual a última carta do livro XI, quais as cartas compreendidas no livro XII e qual a primeira carta do livro XIII”. SÊNECA, Lucio Aneu. *Cartas a Lucílio*, Tradução, Prefácio e Notas: J. A. Segurado e Campos. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, p. 379. A partir da presente nota, a referência à carta será feita com base na abreviação *Epist. Mor.*, seguida do número da epístola e da linha respectiva, consoante indicação da versão portuguesa editada pela Calouste Gulbenkian.

¹⁴² *Epist. Mor.*, 84, 10. In: SÊNECA, Lucio Aneu. *Cartas a Lucílio... Op. Cit.*, p. 382.

Esta perspectiva é também perceptível na obra de Petrarca, o qual, a despeito da constante busca por uma redação que visava à retomada do latim e do *modus* de escrita da Antiguidade Latina (o que se chama de leitura classicizante), não se via engessado pela necessidade do uso constante das formas clássicas, permitindo-se caminhar livremente por entre os usos retóricos em cada caso específico¹⁴³. Tal estilística, derivada da necessidade de Petrarca de se dissociar do estudo da *ars dictaminis* e da escolástica, concedeu-lhe abertura não apenas para dar maleabilidade ao ato inventivo da produção textual, mas especialmente para a criação do estilo adotado pelo humanismo. Nas palavras de Ronald Witt, “his search for manuscripts, his concern for collating texts, establishing facts of literary history, and reforming language are marks of a humanism essentially grammatical and philological in character”¹⁴⁴.

Se é, pois, verdade que a retórica, para Petrarca, encontra seu principal reduto na edição de missivas e ganha especial papel no despertar de um agir ético que o aproxima dos trabalhos de Cícero e de Quintiliano¹⁴⁵, em uma ideia de *inventio* derivada

¹⁴³ De acordo com Silvia Rizzo, “la mia indagine mi ha anche consentito di precisare che questo adeguamento alla norma classica non è né sistematico né rigoroso e che ci sono addirittura, seppure assai rari, esempi di correzioni che muovono in direzione opposta. In questi casi è interessante che siano spesso evidenti particolari esigenze stilistiche che hanno indotto il Petrarca a preferire nel caso specifico l’uso medievale”. “A minha pesquisa me permitiu também precisar que esta adequação à norma clássica não é sistemática nem rigorosa e que existem mesmo, embora muito raros, exemplos de correções que vão na direção oposta. Nestes casos, é interessante que muitas vezes existem necessidades estilísticas particulares evidentes que levaram Petrarca a preferir, na hipótese específica, o uso medieval” (tradução nossa). Neste mesmo sentido, Ronald Witt: “Although he attempted to apply his familiar style to oratory, as noted above, he took no risk with official or business letters. Correspondence between princes and city-states, which offered a wide field for displaying one's eloquence, remained largely untouched by the new style. Petrarch himself occasionally demonstrated his ability to compose in the medieval style when called upon to write a public letter on behalf of a government”. “Embora ele tenha tentado aplicar seu estilo familiar à oratória, como notado acima, ele não arriscou nas cartas oficiais ou negociais. Correspondências entre príncipes e cidades-Estados, as quais ofereciam um amplo espaço para a exibição da eloquência, mantiveram-se majoritariamente intocadas pelo novo estilo. O próprio Petrarca ocasionalmente demonstrou sua habilidade de compor no estilo medieval quando chamado a escrever uma carta pública em nome do governo” (tradução nossa). WITT, Ronald. Medieval “Ars Dictaminis” and the Beginnings of Humanism: a new construction of the problem... *Op. Cit.*, p. 32.

¹⁴⁴ “Sua busca por manuscritos, sua preocupação em agrupar textos, estabelecendo fatos da história literária e reforma da linguagem são marcas de um humanismo de caráter essencialmente gramatical e filológico” (tradução nossa). WITT, Ronald. Medieval “Ars Dictaminis” and the Beginnings of Humanism: a new construction of the problem... *Op. Cit.*, p. 32.

¹⁴⁵ Tal perspectiva fica clara quando, já no Livro X, Petrarca tece considerações críticas à obra de Aristóteles, valendo-se de Cícero. Para o poeta do *Trecento*, os latinos, seja por descoberta própria ou por melhorias naquilo que apreenderam da cultura ática, sempre foram mais sábios. Em comparação entre Aristóteles e Cícero, Petrarca vai dizer que “a Ética aristotélica tem boas ideias, mas a

e adequada das lições de Sêneca, é também verdade que uma das mais originais e importantes formulações que elabora em seus trabalhos está associada à noção de *imitatio*.

A *imitatio*, conceito legatário da perspectiva retórica desenvolvida por Cícero e Quintiliano, está associada a uma espécie de *mimesis* retórica. As faculdades de invenção (*inventionem*), disposição (*dispositionem*), elocução (*elocutionem*), memória (*memoriam*) e pronúnciação (*pronuntiationem*)¹⁴⁶, essenciais para o desenvolvimento retórico, podem ser alcançadas por meio da imitação, que consiste no método capaz de aproximar o orador a outros no dizer¹⁴⁷. Assim, é no processo pelo qual se mostra possível assemelhar-se a outro que a retórica pode ser aprimorada enquanto arte, o que faz da *imitatio* parte integrante do conhecimento e da forma de aprendizado da retórica.

Cícero, em seu *De Oratore*, trabalha com maior vagar a ideia de imitação. As passagens do Livro II (93-95), no qual Cícero, por meio de Antonius, recapitula a história da oratória na Grécia, servem como ilustração do importante papel da imitação para o desenvolvimento da arte discursiva em Roma. Nas palavras de Elaine

ciceroniana, melhor efeito; Aristóteles ensina a natureza da virtude mais precisamente, mas Cícero incita a busca da virtude de forma mais persuasiva”. Veja-se, o mover no outro é o que interessa, no fundo, a Petrarca, mais do que o próprio dizer em si mesmo. Mais uma vez, não se divisa de uma rejeição da eloquência enquanto qualidade retórica capaz de causar no homem a vontade de agir, mas apenas do caráter negativo da eloquência: o falar de maneira ornada, apenas para dizer alguma coisa, sem a intenção de causar em alguém o ímpeto da ação. Na *Invectiva Contra um Médico (Invective Contra Medicum)*, embora a perspectiva do fazer político não esteja tão ressaltada, o teor da disputa contra Guglielmo da Ravenna (Guilherme de Ravena, um conhecido médico da época que proclamava a subordinação da poesia à medicina) permite antever uma defesa ferrenha das artes liberais. De acordo com David Marsh, “against the ‘mechanical’ art of medicine, the *humanista* celebrates the liberal art of rhetoric. Against the sterile dialectic of scholastic Aristotelianism, he exalts the edifying allegory of poetry”. PETRARCA, Francesco. *Inventives...* *Op. Cit.*, p. ix. Ainda que autores como Paul Lombardo tenham firmado o entendimento segundo o qual o posicionamento de Petrarca na correlação entre *vita activa* e *vita contemplativa* seja uma postura eminentemente medieval, em uma valorização relativa da vida mundana em detrimento da vida espiritual, adota-se, no presente trabalho, uma posição que tende à valorização da leitura de Cícero e Quintiliano para a formação do pensamento de Petrarca sobre a complexa relação entre vida ativa e vida contemplativa, a ensinar uma dinâmica entre ambas muito distinta daquela desenvolvida pela Idade Média. LOMBARDO, Paul A. *Vita Activa versus Vita Contemplativa in Petrarch and Salutati. Italica*, [S.l.], vol. 59, n. 2, pp. 83-92, verão de 1982, p. 86.

¹⁴⁶ [CÍCERO]. *Rhetorica Ad Herennium...* *Op. Cit.*, p. 6-7 (Livro I, II, 3).

¹⁴⁷ “*Imitatio est qua impellimur, cum diligent! ratione, ut aliquorum similes in dicendo valeamus esse*”. [CÍCERO]. *Rhetorica Ad Herennium...* *Op. Cit.*, p. 8 (Livro I, II, 3).

Fantham: “As Greek oratory grew in artistic merit because of imitation, so Romans will develop their native oratory by imitation of their Roman predecessors”¹⁴⁸.

A *imitatio* em Cícero, porém, ganha um colorido particular, sobretudo quando se olha para a anedota dos pupilos de Isócrates – Teopompo de Quios e Éforo de Cumas. Em síntese, a anedota trata do ensinamento retórico de Éforo e Teopompo, dois alunos de Isócrates que, conquanto tenham aprendido com o mesmo mestre, na mesma época, necessitavam de estímulos diferentes, métodos de ensinamento diferentes para alcançarem a excelência no discurso. Cícero, assim como Aristóteles, leva em conta as inclinações naturais de cada um, mas trilha um caminho distinto do Estagirita, na medida em que entende possível a educação do orador para alcançar a perfeição, mesmo com predicados que não necessariamente se adequam aos fins da oratória. A passagem do Livro III do *De Oratore* é elucidativa:

Coloro che hanno il còmposito di educare e istruire i Giovani debbono studiare com la massima attenzione le inclinazioni di ciascuno. Vediamo infatti che dalla medesima, per di così, palestra sono usciti discepoli diversi tra loro e tuttavia degni di lode, poichè l'insegnamento del maestro si è adatto all'indole (*naturam*) dell'allievo. Di ciò troviamo un esempio veramente illustre, se vogliamo trascurar le altre arti, in quel famoso detto di Isocrate, maestro veramente eccezionale: egli diceva che con Eforo era solito usare gli sproni, con Teopompo invece i freni; questo per dire che uno, che eccedeva per l'arditezza del linguaggio, doveva essere frenato, l'altro, esitante e quase ritroso, doveva essere stimolato¹⁴⁹.

Tal modo de ver a *imitatio* abre duas frentes diferentes na perspectiva do aluno: por um lado, a imitação deve partir de um ponto ativo na medida em que se mostra

¹⁴⁸ “Assim como a oratória grega cresceu em mérito artístico em razão da imitação, os romanos também desenvolverão a sua arte oratória nativa por imitação dos seus predecessores romanos” (tradução nossa). FANTHAM, Elaine. Imitation and Evolution: The Discussion of Rhetorical Imitation in Cicero De Oratore 2. 87-97 and Some Related Problems of Ciceronian Theory. *Classical Philology*, [S.l.], v. 73, n. 1, pp. 1-16, jan., 1978, p. 02.

¹⁴⁹ “Aqueles que têm a tarefa de educar e instruir os jovens devem estudar com a máxima atenção as inclinações de cada um. Pois vemos que, da mesma escola, saíram discípulos que eram diferentes uns dos outros, mas dignos de louvor, pois que as aulas do professor foram adaptadas à natureza (*naturam*) do aluno. Nós encontramos um exemplo real desta situação, se nós quisermos negligenciar as outras artes, naquele dito famoso de Isócrates, professor verdadeiramente excepcional, que disse que com Éforo ele costumava a usar esporas e com Teopompo, preferivelmente, os freios; isto para dizer que um, que se excedia pela ousadia da linguagem, teve que ser freado, o outro, hesitante e quase retrógrado, teve que ser estimulado” (tradução nossa). CÍCERO. *De Oratore*, III, 35-36. In: CÍCERO. *Opere Retoriche: De Oratore, Brutus, Orator* a cura di Giuseppe Norcio. Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1970, p. 471.

necessário que ele imite apenas as melhores qualidades de seu professor, adequadas para cada um dos estudantes (*Ergo hoc sit primum in praeceptis meis, ut demonstremus, quem imitetur atque ita, ut, quae maxime excellent in eo, quem imitabitur, ea diligentissime persequatur*¹⁵⁰). Por outro lado, mostra-se possível que o aprendiz escolha a quem imitar, ou seja, o preceptor que melhor se adeque às suas condições naturais¹⁵¹.

Diante de tais considerações, o que a discussão acerca da *imitatio* nos mostra no *De Oratore* é, antes de tudo, uma dinamicidade do termo, com a abertura para as diferentes características inerentes aos oradores, e, em especial, o reconhecimento das diversas *excelências* na realização do discurso. Trata-se de uma visão que, em certo sentido, amplia o horizonte da retórica romana para a diversidade das formas de se proceder a um discurso eloquente e dá maior liberdade ao orador no que tange à invenção e à diferenciação para com o seu mestre. Trata-se de uma adequação que parece característica das obras de Cícero. Nas palavras de Igor Moraes Santos, o autor busca uma interpretação da natureza como lei natural e a aproxima da razão “com o

¹⁵⁰ “Portanto, este seja o primeiro dos meus preceitos, que demonstremos quem deve ser imitado, e, assim, que se busque de modo diligentíssimo a máxima excelência das coisas que sobrepujam naquele que se imitará” (tradução nossa). CÍCERO. *De Oratore*, II, 90. In: CÍCERO. *Opere Retoriche: De Oratore, Brutus, Orator* a cura di Giuseppe Norcio... *Op. Cit.*, p. 286.

¹⁵¹ Ainda que seja o exemplo de Isócrates que ganhe proeminência no livro III do *De Oratore*, deve-se atentar para o fato de que a retórica isocrateana não possuía, como a perspectiva ciceroniana, uma visão ativa do pupilo na sua formação. Isso significa que, em última análise, é também tarefa do educando a escolha do mestre que melhor se adeque ao seu estilo e, ainda, que torne possível desenvolver as aptidões inerentes ao aluno. O papel do pupilo é, também, de produtor da sua formação retórica, na medida em que não apenas escolhe as principais características do seu professor para imitar, mas também o próprio professor, em atenção às suas particularidades e às suas condições naturais. A natureza, para o *De Oratore*, de Cícero, permite o retorno do olhar do mímema retórico tanto ao professor quanto para o aluno. Se é necessário que haja uma espécie de imitação, é também necessário que o instrutor forneça um bom exemplo e eduque de modo a levar em consideração as qualidades e deficiências de cada um de seus pupilos. Tal assunção denota não apenas uma diferente forma de ensino da imitação, mas também comporta uma série de consequências para o olhar acerca do desenvolvimento da retórica enquanto um processo evolutivo. Isso porque, as assertivas feitas por Cícero no *De Oratore* tornam possível a interpretação no sentido de que existem tantos gêneros de eloquência quanto oradores a serem estudados (*nonne fore ut, quot oratores, todiem paene reperiantur genera dicendi?*), o que, em última instância, importa na possibilidade de variação quanto as formas de se alcançar a excelência retórica. Esta abertura é um dos aspectos que possibilita o caráter evolucionário que se pode antever no *De Oratore* de Cícero no que tange às gerações de oradores em Roma e, ainda, no que concerne à necessidade de se olhar para o passado romano para que a retórica atinja o seu esplendor, tal como foi na Grécia. FANTHAM, Elaine. *The Roman World of Cicero's De Oratore*. Oxford: Oxford University Press, 2004, pp. 99-100; FANTHAM, Elaine. *Imitation and Evolution: The Discussion of Rhetorical Imitation in Cicero De Oratore 2. 87-97 and Some Related Problems of Ciceronian Theory...* *Op. Cit.*, p. 14. CÍCERO. *De Oratore*, III, 34. In: CÍCERO. *Opere Retoriche: De Oratore, Brutus, Orator* a cura di Giuseppe Norcio... *Op. Cit.*, p. 468.

intuito de harmonizar preceitos filosóficos gregos, no caso, a moral estoica, com a experiência político-jurídica romana, onde a capacidade de abstração teórica é colocada a serviço das exigências da vida social”¹⁵².

Essa mesma abertura também permite uma aproximação da ideia de Cícero com a de Quintiliano¹⁵³, na medida em que por meio da *imitatio* se mostra possível alcançar a cumeada do pensamento retórico romano, o que denota uma relação de dinamicidade na imitação, bem como de progresso¹⁵⁴ no desenvolvimento da arte retórica calcada na eloquência. Mais uma vez, os ensinamentos de Igor Moraes Santos são valiosos:

E o que a arte faz é desenvolver a natureza. A formação eloquente é a mais apta a fazer prosperar as qualidades humanas. Portanto, a natureza do homem, que precisa de ação para desabrochar, cumprir seu destino, tem na eloquência o caminho para o seu aprimoramento: ela concilia natureza e história, enquanto humanidade que se constrói continuamente e deixa por trás de si um passado, ao passo que permanece como seu próprio ser presente (Roma é fruto da ação de gerações de homens). Eis que, em vez

¹⁵² SANTOS, Igor Moraes. *A res publica entre a ideia e a história: filosofia, eloquência e tradição no pensamento político-jurídico de Marco Túlio Cícero...* Op. Cit., p. 177.

¹⁵³ Em seu *Instituto Oratoria*, Quintiliano destaca que aquele que busca aprender qualquer arte deve se orientar pela imitação, haja vista que o começo de todo tipo de estudo se dá de acordo com alguma regra já prescrita. A imitação, aqui, contudo, não é suficiente para o projeto de *paideia* que Quintiliano busca desenvolver. Em verdade, a pura imitação, nas palavras do autor, para além de mais difícil e menos natural, não acrescenta na arte que se trabalha, razão pela qual não pode ser perquirida, sobretudo se se considera que “*sed etiam qui summa non appetent, contendere potius quam sequi debent*”. Há, ademais, um trabalho de dilapidação daquilo que deve ser imitado, o que congloba, por exemplo, a escolha de quem se deve imitar e, ainda, a apreensão, a partir do objeto de imitação, daquilo que deve ser imitado. Trata-se, como se vê, de um trabalho de esforço que demanda não apenas a simples imitação, mas um olhar crítico para quem se imita e como se imita. Com efeito, a prática pedagógica da *imitatio* para Quintiliano deixa antever o processo unitário de análise e de gênese do discurso retórico. De acordo com Robert Terril: “The Latin word for the pedagogical practice that Quintilian advocates is *imitatio*. It consists, most simply, of using exemplary texts as models for the production of new texts. The process generally is divided into two activities, analysis and genesis: students analyze, or are led by their teacher in an analysis of, a model text that possesses some attributes worthy of emulation, and then are assigned the task of generating a text of their own that possesses these same attributes. In practice, however, these two activities are so thoroughly interrelated that they are experienced as ‘a virtual simultaneity’”. TERRIL, Robert E. *Reproducing Virtue: Quintilian, Imitation, and Rhetorical Education*, *Advances in the History of Rhetoric*, [S.l.], v. 19, n. 2, pp. 157-171, 2016, p. 158.

¹⁵⁴ Mais uma vez, filiamo-nos às formulações de Igor Moraes Santos, para quem “Ponderemos que não se trata de progresso em sentido moderno. (...) E, como fazer-se humano, a *humanitas* é a realização da natureza do homem, um desenvolvimento contínuo, sem um alvo final específico. Trata-se de um processo pretensamente universal, mas que não entra no plano de discussões a real dimensão que poderia assumir. É satisfatório reconhecer aquilo que interessa a Roma e pode contribuir para o enfrentamento dos problemas que estavam na ordem do dia, como a filosofia”. SANTOS, Igor Moraes. *A res publica entre a ideia e a história: filosofia, eloquência e tradição no pensamento político-jurídico de Marco Túlio Cícero...* Op. Cit., p. 442.

de derrubar para lançar novas fundações, os romanos fortaleceram o edifício helênico da eloquência, abrindo-lhe novas perspectivas.¹⁵⁵

Embora seja possível verificar uma mudança na visão de Cícero acerca da *imitatio* em seu *De Oratore* e em trabalhos posteriores, como *Brutus* e *Orator*¹⁵⁶, tal alteração deriva do contexto no qual se insere o ensino da retórica na Roma Antiga. Se, inicialmente, Cícero teria adotado uma postura de imitação dos mestres latinos de oratória, em momento posterior, assume uma posição de valorização dos oradores áticos (*atticum genus*), mudança esta que não descredita a visão da retórica trabalhada anteriormente.

Legatária da imitação desenvolvida por Cícero, mas não dela inteiramente dependente, a ideia de *imitatio* trabalhada por Petrarca recebe maior atenção pelo autor em suas cartas familiares, especialmente as *fam.* I, 8; XXII, 2 e XXIII, 19. A despeito das particularidades do contexto e do endereçamento de cada uma delas – as duas últimas, a Boccaccio, e a primeira, a Tommaso da Mesina –, o que aparece similar em todas elas é a ideia de imitação vinculada à noção de *similitudo*. Trata-se de uma imitação próxima à *imitatio* latina, já estudada no capítulo anterior, com uma abertura significativa à noção de invenção e menos de cópia simples daquilo que já foi feito. Como exemplificação, veja-se a passagem das Cartas Familiares 23.19.

An imitator must take care to write something similar yet not identical to the original, and that similarity must not be like the image to its original in painting where the greater the similarity the greater the praise for the artist, but rather like that of a son to his father. While often very different in their individual features, they have a certain something our painters call an “air,” especially noticeable about the face and eyes, that produces a resemblance; seeing the son’s face, we are reminded of the father’s, although if it came to measurement, the features would all be different, but there is something subtle that creates this effect. We must thus see to it that if there is something similar, there is also a great deal that is dissimilar, and that the similar be elusive and unable to be extricated except in silent meditation, for the resemblance is to be felt rather than expressed. Thus we may

¹⁵⁵ SANTOS, Igor Moraes. *A res publica entre a ideia e a história: filosofia, eloquência e tradição no pensamento político-jurídico de Marco Túlio Cícero...* *Op. Cit.*, p. 227. Uma discussão mais aprofundada do tema também pode ser encontrada em ALAIN, Michel. *Rhétorique et philosophie chez Cicéron: essai sur les fondements philosophiques de l’art de persuader...* *Op Cit.*

¹⁵⁶ FANTHAM, Elaine. *Imitation and Evolution: The Discussion of Rhetorical Imitation in Cicero De Oratore 2. 87-97 and Some Related Problems of Ciceronian Theory...* *Op. Cit.*, p. 02.

appropriate another's ideas as well as his coloring but we must abstain from his actual words;¹⁵⁷.

Petrarca, ao mencionar os conselhos que deu a um talentoso jovem, Giovanni Malpaghini, que o auxiliava com transcrições, vai privilegiar a ideia de similitude e não de identidade, fazendo da metáfora entre pai e filho a maneira de explicitar a sua posição. E este trecho nos permite concluir, por um lado, pelo caráter criativo e inventivo que se deve levar em consideração na chamada *imitatio*, mas também o espaço para a dissimulação. Como assevera George Pigman, a sobredita passagem do texto de Petrarca estabelece que “the relation between text and model is not necessarily to be obliterated or completely disguised; the possibility of alluding in order to be recognized is left open”¹⁵⁸. Com efeito, tanto a imitação inventiva como a dissimulação – uma imitação evasiva, com a intenção de esconder a relação do texto com o seu modelo¹⁵⁹ – ganham, explicitamente, espaço no texto Petrarca, o que demonstra que os limites entre o texto modelo e aquele imitado estão mais opacos para o poeta do *Trecento*¹⁶⁰.

¹⁵⁷ “Um imitador deve tomar cuidado para escrever algo similar, mas não idêntico ao original, e a similaridade não pode ser como a imagem em comparação com o original na pintura, na qual quanto maior a similaridade, maiores os elogios ao artista, mas como aquela do filho para com o seu pai. Enquanto com frequência muito diferentes em suas características individuais, eles têm algo que nossos pintores chamam de ‘ar’, especialmente perceptível na face e nos olhos, que produz a semelhança; ao ver o rosto do filho, somos lembrados da face do pai, ainda que, se chegássemos a colocá-los em medição, as características fossem todas diferentes, mas há algo sutil que cria esse efeito. Nós devemos, então, cuidar para que, se houver algo semelhante, também haja muito que seja diferente, e que o semelhante seja evasivo e incapaz de ser desvendado, exceto em meditação silenciosa, pois a semelhança deve ser sentida em vez de expressa. Assim, podemos nos apropriar das ideias de outra pessoa, bem como de seu colorido, mas devemos nos abster de suas palavras reais;” (tradução nossa). PETRARCA, Francesco. *Rerum Familiarium Libri XVII-XXIV*. Tradução: Aldo S. Bernardo. New York: State University of New York Press, 1985, pp. 301-303.

¹⁵⁸ “A relação entre o texto e o modelo não deve necessariamente ser obliterada ou completamente disfarçada; a possibilidade de aludir para ser reconhecido é mantida em aberto” (tradução nossa). PIGMAN, George. W. Versions of Imitation in the Renaissance. *Renaissance Quarterly*, [S.l.], v. 33, n. 1, pp. 1-32, 1980, p. 11.

¹⁵⁹ George. W. Versions of Imitation in the Renaissance... *Op. Cit.*, p. 12.

¹⁶⁰ Martin McLaughlin defende a ideia de que Petrarca, diferentemente de Dante, não se mostrava tão receptivo à imitação como dissimulação. Para McLaughlin, o poeta advogava em favor da *imitatio* em que a parcela nova do texto fosse explícita, rejeitando, no geral, a fórmula da imitação do estilo. Entretanto, partilhamos da ideia de Pigman no sentido da abertura de Petrarca em favor de uma *imitatio* menos aparente – mais próxima a uma imitação como dissimulação –, mormente porque a passagem citada por McLaughlin denota menos a noção de que a invenção do autor deve ser aparente e mais a ideia de que a aparência de imitação pode ser válida. Em verdade, ao mencionar a necessidade de evitar as “próprias palavras” do autor, Petrarca está mais preocupado em asseverar que a semelhança deve ser sentida, e não em ressaltar uma certa aversão à ausência de uma contribuição clara daquele que imita. Deve-se, pois, temperar a leitura de McLaughlin com aquela de Pigman, o

Em síntese, Petrarca, ao revalorizar a filosofia moral latina, eloquente, e capaz de insculpir no homem a vontade de agir, por meio dos exemplos, dá ao agir ético uma nova roupagem, autorizando pensadores romanos como Cícero e Quintiliano e formulando a partir deles, o papel central da vida terrena. Neste sentido, “a imitação do modelo ciceroniano, aliado a outros grandes *exempla* do passado, é, em Petrarca, não apenas um elemento regulador da sua prática discursiva, mas sim um princípio nuclear na construção do *ethos* necessariamente virtuoso do orador cristão”¹⁶¹. Ademais, “na perspectiva petrarquista, a constituição deste douto orador e o seu estabelecimento como *exemplum* de prática ativa virtuosa é parte consequente do processo de *imitatio*”¹⁶². Veja-se, é por meio da construção dos exemplos e do processo de imitação que o próprio agir ético deve ser entendido e valorizado.

É certo que, como pensador cristão, Petrarca não considerava possível obter a salvação nem a partir da filosofia platônica nem através das obras ciceronianas, uma vez que somente as verdadeiras fontes da Revelação seriam capazes de concedê-la. O poeta, contudo, acreditava que o homem poderia, pela admiração dos *exempla*, ser movido em direção a Deus. É para sustentar esta concepção que Petrarca não apenas se apoia na autoridade de homens do passado considerados por ele os grandes defensores da primazia da filosofia moral, quanto busca se estabelecer como um representante deste tronco de ‘iluminados’ como ele costumava classificar Sócrates, Platão, Cícero e Sêneca¹⁶³.

De qualquer forma, o que se buscou explicitar no presente capítulo foi o modo como o *Trecento* como um todo absorveu a correlação entre humanismo e retórica a partir do trabalho de autores como Abertino Mussato, Boccaccio e Petrarca. Tais autores, para além de contemporâneos a Coluccio Salutati, fizeram ressoar os ecos do humanismo para todas as gerações do Renascimento, sobretudo em suas defesas das artes liberais, da poesia e do valor pragmático que a retórica deve gerar no homem, seja na ética ou na própria correlação com as virtudes cristãs já presentes no Medievo.

que permite a conclusão no sentido de que, se Petrarca, por um lado, de fato rechaça a ideia de imitação literal, por outro, entende a dissimulação como forma de se proceder à imitação, sobretudo porque imitar está menos nas palavras e mais na sensação. MCLAUGHLIN, Martin L. *Literary Imitation in the Italian Renaissance: The Theory and Practice of Literary Imitation in Italy from Dante to Bembo*. Oxford: Oxford University Press, 1995, p. 24.

¹⁶¹ MORGANTI, Bianca Fanelli. Petrarca e a imitação de Cícero. *Revista Limiar*, [S.l.], v. 2, n. 3, pp. 91-120, 24 mar. 2019, p. 115.

¹⁶² MORGANTI, Bianca Fanelli. Petrarca e a imitação de Cícero... *Op. Cit.*, p. 115.

¹⁶³ MORGANTI, Bianca Fanelli. Petrarca e a imitação de Cícero... *Op. Cit.*, p. 113.

Se é verdade que não se pode perder de vista a influência da retórica medieval sobre aquela desenvolvida pelo humanismo, também não se pode, na lógica que se desenvolve no limite entre continuidade e descontinuidade, deixar de lado o impacto da retomada dos clássicos no *modus* de se pensar e estruturar o discurso. E é a reavaliação da invenção – já presente na tradição retórica clássica –, como etapa primeira da construção de um texto eloquente, que possibilita a criação de um pensamento eminentemente humanista, dissociada das amarras da escolástica e da *ars dictaminis* na estruturação do discurso e as finalidades que o fazer retórico possuía.

De mais a mais, os mesmos autores passam a desafiar os limites da verdade na construção do discurso, em uma forma de se pensar a retórica que não apenas se amolda à atividade inventiva, de ficção, mas, que, também, não prescinde dela, na medida em que, para além de embelezamento do discurso, também passa a integrar o modo de se edificar a verdade, maleável e contingente. Nesta mesma perspectiva, também se buscou explicitar a correlação do criar com o imitar, o que, especialmente na obra de Petrarca, deixa claro não apenas o caráter inventivo da própria imitação, como também permite antever o papel da história na edificação ética do ser humano. Em síntese, a discursividade da verdade, que não abandona a imaginação e a história, está refletida na própria retórica humanista do período, sem perder a sua correlação com a ética, na procura de instigar o homem a agir de determinada maneira.

É, então, na encruzilhada entre invenção, imitação, retórica e o próprio humanismo, em interseção com a *ars dictaminis*, que o caminho de Coluccio Salutati se colocará diante de seus olhos e é por meio destes influxos que a sua obra e suas escolhas metodológicas e políticas devem ser entendidas. Consciente da herança histórica legada pela Antiguidade Clássica e, ao mesmo tempo, da necessidade de solucionar problemas próprios de seu período histórico – tal como se desenvolverá na seção seguinte do presente trabalho –, Salutati desenvolve uma das mais contundentes críticas à tirania até então vistas.

2. INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E A CHANCELARIA NA FLORENÇA DO *TRECENTO*

Depois de desenvolvida uma aproximação mais sistemática acerca da importância da retórica para a cultura e política do *Trecento*, mostra-se necessário entender de que maneira as questões teóricas fizeram-se presentes no agir pragmático da comuna, nomeadamente por meio dos expedientes políticos utilizados pelos chanceleres – e mais especificamente Coluccio Salutati, entre 1375 e 1406 – para veicular os ideais de interesse da república de Florença. O presente capítulo, pois, tem como objetivo explorar alguns dos instrumentos políticos e aparatos institucionais da comuna florentina no período em que Coluccio Salutati ocupou a Chancelaria. Tal aproximação mostra-se relevante na medida em que não se pode proceder a uma análise acerca do posicionamento político de Salutati sem que se entendam os limites e as perspectivas postas diante de seus olhos no cargo político em que ocupava e, bem assim, enquanto cidadão inserido diretamente nas disputas políticas de Florença.

O regime político comunal do *Trecento* em Florença tem suas principais raízes estancadas na revolução de 1282, data em que o *popolo*, ancorado nas Guildas, estabeleceu um regime de bases republicanas, cujas instituições permaneceram mais ou menos estanques até o século XVI. O regime comunal esteve legitimado, juridicamente, no Estatuto do Podestà¹⁶⁴, do Capitão do *popolo* (*Capitano del Popolo*)¹⁶⁵ e

¹⁶⁴ O Podestà era um cargo ocupado por um estrangeiro em um período próximo a seis meses. Aquele que detinha as atribuições era responsável, em conjunto com o *Capitano del Popolo* e do Executor das Ordenações de Justiça, pela administração da Justiça em Florença. Tradicionalmente, o cargo era ocupado por um nobre, com carreira nos ofícios da justiça em cidades italianas de tradição Guelfa. Para além das funções judiciais atreladas ao cargo – jurisdição nas matérias cíveis e criminais – o Podestà também era responsável pela fiscalização na cidade, execução das leis da comuna, funções estas que demandavam a designação, sob sua jurisdição, de homens armados. Para mais informações, cf. BRUCKER, Gene. *Florentine politics and society, 1343-1378*. Princeton: Princeton University Press, 1962; NAJEMY, John. *A history of Florence 1200-1575*. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

¹⁶⁵ O Capitão do Popolo (*Capitano del Popolo*) foi um cargo ocupado por um estrangeiro (não florentino), criado entre 1244 e 1250 para defender o interesse das classes que não se enquadravam na aristocracia feudal ou comercial de Florença com relação à administração da Justiça, especialmente tendo em vista a ideia que pairava na comuna de que o Podestà, muitas vezes, estava mais preocupado em defender, nos julgamentos, os interesses dos magnatas e da aristocracia feudal. Embora instituído no período em que o *primo popolo* ou *popolo vecchio* esteve no poder, em uma tentativa de abertura política e administrativa de Florença às camadas da sociedade que não estavam vinculadas à aristocracia, paulatinamente o *Capitano del Popolo* passou a dividir a jurisdição com o *Podestà*, podendo julgar crimes envolvendo possessões, coações contratuais, fraudes, abuso de poder, ameaça, dentre outros, mantendo em vista sempre a necessidade de defesa do *popolo*. Este é, inclusive, o teor do

nas Ordenações de Justiça de 1293¹⁶⁶, sem caráter de imutabilidade ou permanência¹⁶⁷. Frisa-se, ainda, a instabilidade, bem como a complexidade das instituições, tendo em vista a coexistência das múltiplas instituições com outras de cunho temporário. Nas palavras de Gene Brucker:

Two significant characteristics of the communal organization were its instability and its complexity. In *The Divine Comedy*, Dante had noted the Florentine propensity for change and novelty in political affairs, and this trait became even more pronounced after the poet's death. While new institutions were established at regular intervals, old ones were rarely abolished, but continued to exist alongside the innovations. The result was a cumbersome system, comprising a large number of offices with ill-defined and often conflicting jurisdictions. To compound the confusion, extraordinary commissions (*balie*) were periodically created to perform a

Estatuto do Capitão do Popolo de 1322-1325. Para maiores detalhes sobre a jurisdição e as funções históricas do Capitão do Popolo, cf. HAMILTON, Desirae. *The Captain of the People in Renaissance Florence*. 2015. Dissertação (Mestrado em Artes/História) – University of North Texas, Denton, 2015; VILLANI, Giovanni. *Crônica florentina*. Tradução, prólogo e notas: Nilda Guglielmi. Buenos Aires: Editorial Tekne, 1984; DEL LUNGO, Isidoro. *Dino Compagni e la sua crônica*. Firenze: Successori Le Monnier, 1979. v. 02; BRUCKER, Gene. *Florentine politics and society, 1343-1378... Op. Cit.*; NAJEMY, John... *Op. Cit.*; STERN, Laura Ikins. *The Criminal Law System of Medieval and Renaissance Florence*. Denton: University of North Texas Libraries, 2017.

¹⁶⁶ As Ordenações ou Ordenamentos da Justiça de 1293 correspondem a uma espécie de regulamento comunal. Criado em meio aos conflitos entre o *popolo* e os nobres, serviu como alicerce àqueles para conter, de certa forma, os abusos perpetrados contra eles pela classe mais abastada. Este instrumento normativo serviu como base teórica da organização comunal florentina até o século XV, tendo sofrido diversas reformas ao longo dos séculos. Patrícia Aranovich traça importantes considerações acerca de como as Ordenações foram interpretadas por autores como Leonardo Bruni e Maquiavel, cada qual com sua visão acerca da liberdade e dos reflexos dos Ordenamentos em Florença. Apesar da extensão do trecho, alguns pontos devem ser destacados: “Em consequência dessas violências dos poderosos, temos a reação do povo; a narrativa então passa às ações de Giano della Bella (1293) e à instauração dos Ordenamentos de justiça, que dão reputação ao povo, isto é, aos comerciantes. Este é um momento considerado por autores como Leonardo Bruni como instaurador da liberdade florentina, mas não para Maquiavel, para quem esse é mais um momento em que, ao invés de se aprender e criar mecanismos para lidar com o conflito, se escolhe a eliminação do outro. A construção e consolidação da liberdade comunal ocorrem com a instauração dos Ordenamentos de Justiça, em 1293, que são considerados a Magna Carta da nova constituição da comuna florentina e a base teórica de sua constituição até o XV. Esse processo retira autoridade da nobreza guerreira para concentrá-la nas mãos da burguesia mercantil, pois os Ordenamentos de Justiça foram criados para conter a violência às pessoas e aos bens praticadas pelos nobres, contra os populares e impotentes, tanto no campo como na cidade. Em sua análise do fortalecimento da classe mercantil, Maquiavel indicava a possibilidade de Florença tornar-se forte pelas armas e pelo comércio, daí a necessidade de não excluir nenhuma parte da cidade; a ênfase não é na concórdia, mas na possibilidade de encontrar um acordo mínimo para coexistirem e, sem isso, as possibilidades repetidamente se abrem e fecham”. Cf. ARANOVICH, Patrícia Fontoura. As armas em Maquiavel. *Revista Crítica Histórica*, [S.l.], ano VI, nº 12, pp. 1-16, dezembro de 2015, p. 11; ARANOVICH, P. F. Maquiavel, Retórica e Política. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, [S. l.], v. 1, n. 24, pp. 62-74, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/85747>. Acesso em: 15 out. 2020; BONAINE, Francesco. Gli Ordinamenti Di Giustizia del Comune e Popolo di Firenze compilati nel 1293 e nuovamente pubblicati da francesco bonaini, soprintendente al r. archivio di stato sopra l'abbozzo che si conserva nel medesimo archivio. *Archivio Storico Italiano*, [S.l.], vol. 1, no. 1, pp. 1-93, 1855.

¹⁶⁷ BRUCKER, Gene. *Florentine politics and society, 1343-1378... Op. Cit.*, pp. 57-58.

specific function for a limited time: to enforce sumptuary regulations, to collect a special tax assessment, to conduct a war¹⁶⁸.

Em geral, no período em que Salutati ocupou a Chancelaria (1375-1406) a política florentina tinha uma configuração administrativa delimitada¹⁶⁹, o que, de certa forma, impunha restrições nas tarefas de incumbência do chanceler. Em verdade, conquanto a chancelaria estivesse dividida parcialmente em seções¹⁷⁰, o chanceler era um dos mais proeminentes cargos políticos da República de Florença nos séculos XIV e XV, com a especial incumbência de compor cartas em nome da comuna e escrever comissões e instruções aos embaixadores comunais¹⁷¹.

In a rubric of the earliest extant compilation of Florentine statutes, the Statutes of the Podestà of 1325, it was required that each year an experienced notary from the Florentine guild of lawyers and notaries should be elected chancellor of the commune by the Signoria and colleges; he was to serve as 'dictator of letters and embassies' for the commune and the Signoria, and perform all the duties of the chancellor. (...). It was the chancellor's job, on the other hand, to write the letters of the Signoria in their capacity as representatives and highest magistrates of the commune; he was in charge of state letters, which were usually apologetic in nature¹⁷².

¹⁶⁸ “Duas significativas características da organização comunal eram a sua instabilidade e complexidade. Na Divina Comédia, Dante notou a propensão florentina à mudança e novidade nos assuntos políticos e este traço se tornou ainda mais pronunciado depois da morte do poeta. Enquanto novas instituições eram estabelecidas em intervalos regulares, as antigas eram raramente abolidas, continuando a existir lado a lado às inovações. O resultado era um sistema ineficiente, compreendendo um grande número de cargos com indefinidas e muitas vezes conflitantes jurisdições. Para compor a confusão, comissões extraordinárias (*balie*) eram criadas periodicamente para exercer uma função específica por um tempo limitado: para fazer cumprir os regulamentos suntuários, para realizar uma avaliação fiscal especial, para conduzir uma guerra” (tradução nossa). BRUCKER, Gene. *Florentine politics and society, 1343-1378... Op. Cit.*, pp. 57-58.

¹⁶⁹ Esse desenho institucional da comuna de Florença se deu, sobretudo, como resposta às dominações estrangeiras que já tinham ocorrido em Florença ao longo do início do século XIV. Em 1313 o Rei Roberto de Nápoles governou de forma ditatorial por cerca de cinco anos. Por volta de 1320, Charles, Duque de Calábria (filho do Rei Roberto de Nápoles e de Iolanda de Aragão), também ocupou o poder por dez anos, tendo buscado ocupar o cargo vitaliciamente, sem sucesso. Por fim, diante das crises econômicas derivadas das disputas contra Mastino della Scala e com o Papa Benedito XII, optou-se por dar poderes extensivos a Walter de Brienne, como forma de contenção da crise, mas com a tentativa de usurpação do poder, este foi retirado de Florença em cerca de 10 meses. Isso não significa que as magistraturas e os cargos políticos foram criados apenas após estes conflitos, mas que a força das instituições já existentes e os seus contornos foram se desenvolvendo, de maneira orgânica, em concomitância com as ameaças internas e externas à liberdade de Florença. Para maiores informações, cf. BRUCKER, Gene. *Florentine politics and society, 1343-1378... Op. Cit.*

¹⁷⁰ BLACK, Robert. *Benedetto Accolti and the Florentine Renaissance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 117.

¹⁷¹ BLACK, Robert. *Benedetto Accolti and the Florentine Renaissance... Op. Cit.*, p. 117.

¹⁷² “Em uma rubrica da compilação mais antiga existente dos estatutos florentinos, o Estatuto do Podestà de 1325, era exigido que, a cada ano, um notário experiente da Guilda florentina de advogados e notários fosse eleito chanceler da comuna pela Signoria e pelos colégios; ele deveria servir como 'ditador de cartas e embaixadas' para a comuna e a Signoria, bem assim, deveria cumprir

Conquanto o Estatuto do Podestà fizesse referência direta às funções relacionadas à produção e leitura de cartas endereçadas à comuna, por outro lado o longo do século XIV houve uma paulatina expansão das competências da Chancelaria no período em que Salutati alcançou o cargo, entre 1375 e 1406. Neste período, o chanceler passou a conglomerar funções que também implicavam na participação em assuntos econômicos de Florença e, ainda, na elaboração de estatutos para os contados e distritos. De qualquer forma, a despeito de angariar significativas funções junto à administração da comuna florentina, a Chancelaria dividia a sua atuação e, em determinadas situações até mesmo dependia de outros ofícios para o exercício de suas incumbências.

A *Signoria*, criada por meio das Ordenações da Justiça de 1293, era o posto mais alto da comuna e estava vinculada à administração da cidade, bem como à iniciativa legislativa, com o encaminhamento de projetos de leis aos *Collegi*, tendo sido responsável, em alguns curtos períodos, por interferências na organização da justiça, sobretudo por meio do envio de cartas aos juízes para que determinados casos fossem, ou não, levados à diante¹⁷³. Era um comitê de viés executivo e legislativo responsável pela tomada das decisões mais importantes da comuna e que, por consequência, possuía contato próximo com a produção de documentos pela chancelaria.

A *Signoria* era composta por oito membros chamados *priori* (*priores artium*) e por um *gonfaloniere di giustizia* (*vexillifer iustitiae*¹⁷⁴). Este era responsável, para além do comando do Colégio dos Priores, pelo controle das milícias cidadinas e, ainda, pela manutenção do bem comum na comuna, o que incluía a tentativa de barrar a ingerência dos chamados *Grandi*¹⁷⁵. Os *priori*, por sua vez, recebiam as incumbências

todas as funções de chanceler. (...). Por outro lado, cabia ao chanceler escrever as cartas da Signoria na qualidade de representantes e magistrados superiores da comuna; ele estava encarregado das cartas estaduais, que geralmente eram de natureza apologética” (tradução nossa). BLACK, Robert. *Benedetto Accolti and the Florentine Renaissance... Op. Cit.*, p. 115.

¹⁷³ BRUCKER, Gene. *Florentine politics and society, 1343-1378... Op. Cit.*, p. 65.

¹⁷⁴ A tradução literal, tal como adotada por Maria Luiza Xavier da A. Borges, tradutora da obra de Roger Masters intitulada “Da Vinci e Maquiavel: um sonho renascentista”, é “porta-estandarte da justiça”. Contudo, tendo em vista o pouco uso do termo nos estudos sobre o Renascimento em língua portuguesa, adotaremos, neste trabalho, o termo no italiano, *gonfaloniere di giustizia*. Cf. MASTERS, Roger D. *Da Vinci e Maquiavel: um sonho renascentista*. Tradução: Maria Luiza Xavier da A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

¹⁷⁵ Os *Grandi*, ou magnatas, eram a parcela da sociedade mais abastada e historicamente vinculada ao poder nas comunas. As Ordenações da Justiça de 1293, documento que instituiu a figura do *gonfaloniere*

genéricas do ofício junto à *Signoria*, ou seja, as tarefas associadas à iniciativa legislativa, bem como à tomada de decisão na comuna, sempre em consulta direta aos *Collegi*.

Por sua vez, os *Collegi*, ou conselhos, eram órgãos consultivos, responsáveis por prestar auxílio à *Signoria* nos assuntos políticos, bem como por discutir projetos legislativos iniciados pelo colegiado dos *priori*. Eram formados por dois distintos órgãos colegiados, os *Dodici Buonuomini* (Os Doze Homens Bons, em tradução literal), criado em 1321 – com expressão maior da classe dominante no auxílio aos *priori* para lidar com as questões de governança da comuna – e os *Sedici Gonfalonieri Di Compagnia* (Os Dezesseis Porta-Estandartes das Companhias, em tradução literal), criado por volta de 1307, cuja função só passou a ser equivalente ao dos *Dodici Buonuomini* com as reformas de 1328¹⁷⁶. Erigido a partir de uma reforma militar do *popolo*, o Colegiado dos *Sedici Gonfaloniere di Compagnia* passou a representar, junto à organização administrativa florentina, a voz daqueles que não possuíam espaço diante da aristocracia florentina.

Conquanto o sistema eleitoral dos *Tre Maggiori* – nome dado para a *Signoria*, os *Dodici Buonuomini* e os *Sedici Gonfalonieri Di Compagnia* – tenha sofrido diversas alterações ao longo dos anos¹⁷⁷ e que inúmeras delas tenham sido empreendidas com

di giustizia no aparato institucional da Itália – embora, faticamente, a figura já existisse por volta de 1250 –, estão inseridas em um direcionamento político de exclusão dos magnatas do poder, sobretudo tendo em vista as mazelas que a ingerência econômica poderia trazer à política e, bem assim, em atenção à necessidade de integrar os *popolani* – classe menos abastada – no aparato administrativo de Florença. E é nesta seara que a instituição dos *gonfaloniere* se mostra importante – como forma de buscar uma garantia da ausência dos magnatas do poder – para além do seu já destacado papel na ordenação das milícias e da instauração do bem comum. Para mais informações, Cf.: GILLI, Patrick. *Cidades e sociedades urbanas na Itália medieval (séculos XII-XIV)*. Tradução: Marcelo Cândido da Silva e Victor Sobreira. Campinas: Editora da Unicamp; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011; BRUCKER, Gene. *Florentine politics and society, 1343-1378... Op. Cit.*; NAJEMY, John. *A history of Florence 1200-1575... Op. Cit.*; NAJEMY, John. *Corporatism and Consensus in Florentine Electoral Politics, 1280-1400*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1943; DE ANGELIS, Laura; WHITTAKER Vicki. *Florence's ruling class at the turn of the fourteenth and fifteenth centuries. Revue française de science politique (English Edition)*, vol. 64, n. 6, 2014, pp. 1123-1137.

¹⁷⁶ GUALTIERI, Piero. *Les pratiques institutionnelles de la République Florentine: du regime del Popolo de 1282 à la réforme électorale de 1328. Revue française de science politique, [S.l.]*, vol. 64, n. 06, pp. 1101-1121, 2014.

¹⁷⁷ Como já mencionado anteriormente, a política comunal foi marcada por constate instabilidade, o que se reflete, sobretudo, no ordenamento jurídico-administrativo florentino, que a cada novo conflito sofria reformas. As alterações de 1328, 1343, 1348 e 1378 demonstram como num curto espaço de tempo a situação política de Florença passou por alterações significativas, especialmente na forma de eleição dos *Ter Maggiori*. Não nos cabe, aqui, adentrar especificamente em cada uma das reformas, ou em seus antecedentes históricos. Para tanto recomendamos a leitura de NAJEMY, John. *Corporatism and Consensus in Florentine Electoral Politics, 1280-1400... Op. Cit.*; BRUCKER, Gene. *Florentine politics and society, 1343-1378... Op. Cit.*

relação ao tempo de permanência nos cargos eletivos (em variação de dois a seis meses) e à função de cada um dos postos, fato é que até a chegada de Salutati em Florença, para ocupar o cargo de chanceler da República, buscou-se uma democratização no acesso do aparato administrativo florentino, com maior participação da população aos respectivos cargos e menor ingerência das famílias de magnatas na política. Nota-se, especialmente após 1378 – apenas três anos da chegada de Salutati à Chancelaria –, um grande número de integrantes que até então não haviam ocupado cargos no priorato¹⁷⁸, situação esta que, como se verá adiante, deve-se em razão do contexto político de época e que não escapa aos olhos de Salutati¹⁷⁹.

É importante destacar, igualmente, que o modo de eleição dos *Tre Maggiori* não era a mesma que se aplicava à chancelaria. Em verdade, tendo em vista a especialização necessária para que se ocupasse o cargo de chanceler – geralmente ocupado por um notário, ensinado na arte da retórica –, não era incomum que um mesmo chanceler ocupasse o cargo por vinte ou trinta anos. Isso porque, a despeito da existência de uma eleição específica para a chancelaria, o que ocorria, na prática era a reeleição, ano após ano, do mesmo notário¹⁸⁰. Foi justamente este o caso de Coluccio Salutati, que ocupou a posição de chanceler por mais de 30 anos (1375-1401).

¹⁷⁸ De acordo com John Najemy: “If these guesses are reasonably accurate, more Florentines by far were nominated for high office in the scrutiny of 1378 than in any previous general scrutiny, and at least as many as in the general scrutinies of the next half century. The nominating process for the scrutiny of 1378 thus resulted in a momentous expansion of the outer perimeter of the Florentine political class. In strictly numerical terms, this expansion became a permanent feature of the Florentine political system, as nominations for subsequent general scrutinies never again fell under five thousand and in 1411 and 1433 went over six thousand. Still, there was an enormous difference between the pattern of nominations in 1378 and that of the later scrutinies of the oligarchic and Medici periods”. NAJEMY, John. *Corporatism and Consensus in Florentine Electoral Politics, 1280-1400...* *Op. Cit.*, p. 236.

¹⁷⁹ “The first peak, in 1282, was the establishment of the Florentine republic itself – namely the creation of an elected city council. The families in this first foundational political generation were called the popolani social class. The previously powerful families, whom the popolani overthrew in 1282 and then legally proscribed in 1293 from holding republican office, were called magnati or magnates. The next political generation was the 1343 explosion, associated with the brief external dictatorship of the Duke of Athens. This wave of new entrants were referred to as gente nuova or “new men” by Ciompi contemporaries”. PADGETT, John F.; PRADJA, Katalin; ROHR, Benjamin; SCHOOTS, Jonathan. Conflict and Revolt in the Name of Unity: Florentine Factions in the Consulte e Pratiche on the Cusp of the Ciompi Revolt. *Poetics*, [S.l.], v. 78, s.n., pp. 1-23, 2020. doi: <https://doi.org/10.1016/j.poetic.2019.101386>. Acesso em 17 de outubro de 2020, p. 2.

¹⁸⁰ WITT, Ronald. *Hercules at the crossroads: the life, works, and thought of Coluccio Salutati...* *Op. Cit.*, p. 115.

Insta salientar que, se por um lado a situação política comunal de Florença delineou seu sistema eleitoral baseado em sorteios – de modo a tentar barrar influências externas à eleição –, por outro, não abandonou, a influência das Guildas¹⁸¹ na disputa eleitoral e, ainda, a filiação política na disputa entre Guelfos e Gibelinos¹⁸².

¹⁸¹ As Guildas eram espécies de corporações de ofícios, utilizadas amplamente na Europa medieval e Renascentista como forma de regulamentar as profissões e o processo produtivo nas comunas. Em Florença as Guildas passaram a exercer um papel ainda mais significativo na estrutura social, administrativa e política da República, sobretudo considerando que, de acordo com as Ordenações da Justiça de 1293, as pessoas elegíveis ao priorato deveriam exercer profissões e integrar Guildas. Há uma polêmica acerca do período sobre o qual esta ideologia viveu: Alisson Brown argumenta que até 1314, enquanto que John Najemy adota a tese de que não há evidências concretas de que alguém não integrante das Guildas possa ocupar um cargo no priorato até 1352. Contudo, o que importa salientar é que a despeito da possibilidade de alguém não integrante das Guildas de Florença ocupar um cargo político, a sistemática das Guildas como forma de legitimação da escolha política – especialmente em uma visão de republicana de concórdia entre os cidadãos –, seja eleitoral ou legislativa, permanece viva até ao menos o primeiro quarto do século XV, com destaque para a Revolta dos Ciompi e para as diversas crises enfrentadas pela comuna na década de 1340. De acordo com John Najemy, o Estatuto das Guildas de 1414 reduziu as Guildas a meros gabinetes da comuna, subordinados legalmente a uma soberania na qual não possuíam qualquer ingerência. E conclui: “Cut off from their political function, the guilds no longer served as vehicles through which the aspirations and grievances of social groups could find adequate, rational, and effective expression. The corporate republic had run its course”. Como nos mostra Eugenio Garin, Coluccio Salutati, em carta escrita em 1380 – logo após à Revolta dos Ciompi, que revitaliza o sistema das Guildas no jogo político de Florença – destaca que os Guelfos exilados ameaçavam o regime comunal de Florença e “Ordenavam ainda destruir as mais honestas corporações de ofícios de nossa cidade, pelas quais somos o que somos, e uma vez afastadas para longe ..., ordenavam colocar em dúvida o nome dos florentinos e manchar toda a cidade com o sangue de artesãos inocentes”. O presente trabalho não tem por escopo a explicitação detalhada das crises da década de 1340, embora tais elementos sejam importantes para a compreensão da importância do sistema de Guildas para a política em Florença, de modo que indicamos as leituras de NAJEMY, John M. Guild Republicanism in Trecento Florence: The Successes and Ultimate Failure of Corporate Politics. *The American Historical Review*, [S.l.], vol. 84, n. 1, pp. 53-71, fevereiro de 1979; DEAN, Trevor; WALEY, Daniel. *The Italian City Republics*. London and New York: Routledge, 2010; BROWN, Alisson. Florence, Renaissance and Early Modern State: Reappraisals. *The Journal of Modern History*, [S.l.], v. 56, n. 2, junho de 1984. pp. 285-300; NAJEMY, John. *Corporatism and Consensus in Florentine Electoral Politics, 1280-1400... Op. Cit.*; BRUCKER, Gene. *Florentine politics and society, 1343-1378... Op. Cit.*; GARIN, Eugênio. *Ciência e Vida Civil no Renascimento Italiano*. Tradução: Cecília Prada. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996; BECKER, Marvin. *Florence in Transition: Studies in the Rise of the Territorial State*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1968, 02 vols.

¹⁸² A disputa entre Guelfos e Gibelinos remontam à tentativa constante do Sacro Império Romano Germânico (SIRG) submeter as cidades italianas a seu domínio. Como nos mostra Quentin Skinner, calcados na ideia de que o *princeps* correspondia à figura do Imperador e que este era o *dominus mundi*, os Imperadores do SIRG tentaram ao longo dos séculos XII, XIII e XIV o controle das comunas italianas. As cidades-Estado, por sua vez, encontraram na Igreja um forte apoio para evitar as investidas do Império, em uma tentativa constante de afirmação da liberdade da Toscana. Assim, o conflito político dividiu a população entre aqueles que apoiavam um Império (Gibelinos) e os partidários da Igreja (Guelfos). Conquanto Florença tenha se destacado como um dos principais redutos Guelfos ao longo dos anos, passou-se a perceber também o interesse do papado nas comunas, especialmente tendo em vista o desenvolvimento econômico e social que se ensaiava já no século XIII. Esta movimentação fez dividir a comuna florentina entre os guelfos brancos (*Bianchi*) e os guelfos negros (*Neri*). Os primeiros, em sua maioria, famílias de burgueses que ascenderam socialmente por meio do comércio, defendiam a liberdade da comuna florentina – são também

O conflito entre Guelfos e Gibelinos ainda marcava os rumos e os destinos da política florentina no período, sobretudo em razão da manutenção dos Visconti em Milão e da imagem que se fazia de seu governo supostamente tirânico e gibelino. Como nos mostra Hans Baron:

When the meaning of the Florentine Parte Guelfa was officially redefined by Leonardo Bruni, at the occasion of a revision of the Statute of the Parte in 1420, the stand for civic freedom had become a part of the Guelph creed itself. Guelphism still was said to be the party of the Church, but only as far as religion was concerned; on the secular plane it was the party of republican liberty.¹⁸³

conhecidos como *moderados*, por não defender o poder do Papa ou do Imperador e com frequência contava com apoio de ex-Gibelinos. Por outro lado, os segundos, representados pela antiga burguesia decadente, seguiam apoiando o poder papal. Ainda que no século XIII as facções dos guelfos brancos ou negros tenham representado interesse de maior importância em Florença, especialmente diante dos conflitos que levaram ao domínio dos *Negri* e ao exílio de Dante Alighieri, no século XIV, como nos mostra o jurista Bartolo de Saxoferrato (1314-1357) em tratado escrito entre 1355 e 1357, tais conotações perdem, de certa forma, o rigor e a força política que antes possuíam, o que leva o autor a afirmar que tais signos representam, em seu tempo, antes de tudo, o apoio ou não ao governo local, de modo que se em uma cidade o tirano e seus seguidores se autodenominam Guelfos, os que se opõem a ele são chamados Gibelinos e vice-versa (“*secundum infero, scilicet quod secundum dicta nomina hodie accipiuntur, potest quis in uno loco esse Gulphus et in alio Gebellinus; quod patet, quis dicte affectiones sunt circa diversa*”). Nesse sentido, se Dante enfrentou a disputa entre Guelfos e Gibelinos sob a perspectiva do plano espiritual, para defender a existência de uma Monarquia Universal apartada do jugo da Igreja, o Renascimento Italiano, e, em especial, a Florença renascentista, o refundará sob uma chave de leitura política, trazendo a disputa para a defesa, ou não, da liberdade da comuna. De qualquer forma, para a política Florentina alguns resquícios da disputa com os Gibelinos – na clássica distinção entre os apoiadores do Papa e do Imperador – ainda eram sensíveis, sobretudo em atenção à quase exclusiva participação de Guelfos nos cargos mais altos das instituições Florentinas no Século XIV. Para maiores detalhes acerca das disputas entre Guelfos e Gibelinos, recomendamos: SKINNER, Quentin. As fundações do pensamento político moderno... *Op. Cit.*; BARTOLUS DA SASSOFERRATO. Tractatus De Tyranno. In: QUAGLIONI, Diego. *Política e direito nel trecento italiano: Il “De Tyranno” di Bartolo da Sassoferrato (1314-1357)*. Firenze: Olschki, 1983, pp. 171-215; BARTOLUS DA SASSOFERRATO. On Guelfs and Ghibellines. In: ROBINSON, Jonathan. *Bartolus da Sassoferrato: On Guelfs and Ghibellines*. Toronto: Toronto University, 2014. Disponível em: <http://individual.utoronto.ca/jwrobinson/translations/bartolus_de-guelphis-et-gebellinis.pdf>. Acesso em 15 de outubro de 2020, pp. 1-10; BBOUITIER, Jean; SINTOMER, Yves. La république de florence (12^e - 16^e siècle) enjeux historiques et politiques. *Revue française de science politique*, [S.l.], vol. 64, n. 6, pp. 1055-1081, dez. de 2014. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43550826>. Acesso em 15 de outubro de 2020.; NAJEMY, John. *A history of Florence 1200-1575...* *Op. Cit.*; SOUZA NETO, César Cardoso de. Reforma Gibelina: o Concílio Vaticano II à luz da filosofia do Estado e da filosofia da cultura. 2017. Tese de doutorado (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017; BRAZZAROLA, G. A vida, a sociedade, a política e a cultura nos tempos de Dante Alighieri. *FRAGMENTOS (UFSC)*, Florianópolis, v. 33, pp. 331-341, jul. – dez. de 2007; STERZI, Eduardo. *Por que ler Dante*. Globo, São Paulo, 2008.

¹⁸³ “Quando o sentido do partido guelfo florentino foi oficialmente redefinido por Leonardo Bruni, na ocasião da revisão do estatuto do partido, em 1420, o apoio à liberdade cívica tinha se tornado parte do próprio credo Guelfo. Guelfismo ainda era visto como um partido da Igreja, mas apenas em se tratando de assuntos religiosos; no plano secular, era o partido da liberdade republicana [...]” (tradução nossa). BARON, Hans. *Crisis of the Italian Renaissance...* *Op. Cit.*, p. 15.

Para além das conquistas do *popolo* no sistema dos *Tre Maggiori* e também no aparato judicial da comuna florentina¹⁸⁴, outros modos de consulta popular passaram a ser paulatinamente incorporados no desenho institucional da cidade-Estado. As *Pratiche*, o Conselho do Povo e o Conselho da Comuna¹⁸⁵ foram espaços nos quais, ao longo dos séculos XIV e XV, buscou-se maior participação dos cidadãos de Florença. Tais órgãos eram de caráter exclusivamente consultivo, mas, como ressalta Brucker, exerciam força política suficiente para, de maneira efetiva, pressionar a oligarquia que ocupava, institucionalmente, o poder¹⁸⁶. John Najemy tece importantes considerações sobre os limites e as formas de atuação das *Pratiche*:

¹⁸⁴ Deve-se destacar que conquanto o *popolo* tenha realizado inúmeras conquistas, especialmente nos regimes estabelecidos entre 1282-1382, o chamado *popolo minuto* – classe que não se enquadrava nos magnatas, elites ou na burguesia mercantil do período, um dos estamentos mais baixos da sociedade florentina – ainda não alcançava espaço para a participação na política da comuna. Por outro lado, especialmente entre 1342 e 1400, buscou-se uma maior representatividade no governo, possibilitando, ao menos em tese, uma maior elegibilidade entre os cidadãos da comuna. A despeito de não ser possível identificar um alargamento constante da base política florentina, isso não significa que, ao final, o agregamento de novas famílias no desenho institucional de Florença não tenha ocorrido. Adotamos o posicionamento de John Padgett, que, em detalhada pesquisa realizada ao longo de cerca de 20 anos, com dados de mais de 1.600 famílias que viveram entre 1282 e 1500, conclui no sentido de que a incorporação política de novas famílias na República florentina foi errática e episódica, mas, ao final, extensiva. Cf. PADGETT, John F. Open Elite? Social Mobility, Marriage, and Family in Florence, 1282–1494. *Renaissance Quarterly*, [S.l.], vol. 63, n. 2, pp. 357-411, verão de 2010. Para maiores informações a respeito das famílias e de dados demográficos e políticos de Florença no período, sugerimos: HERLIHY, David *et al.* *Florentine Renaissance Resources, Online Tratte of Office Holders, 1282-1532*. Machine readable data file. STG: Brown University, Providence, R. I., 2002. Disponível em: <http://cds.library.brown.edu/projects/tratte/>. Acesso em 15 de outubro de 2020.

¹⁸⁵ Os conselhos do *Popolo* e da Comuna – os *Consilia* ou *Consilia opportuna* – eram conselhos convocados para auxiliar a tomada de decisões importantes para a Comuna, como, por exemplo, nos casos de imposições fiscais emergenciais ou alterações nos estatutos e ordenamentos comunais. De acordo com Elio Conti o Conselho do Popolo era composto de 285 membros, incluindo a *Signoria* e o *Collegi*, bem como os integrantes das Guildas (Giovanni Villani afirma serem 300 integrantes, 75 por *quartieri*). O segundo, por sua vez, era composto por 208 membros, compreendendo membros de outras magistraturas e magnatas excluídos do primeiro conselho. Duravam, ambos, cerca de 04 meses e deliberavam a maioria de 2/3 dos votos os projetos de lei, regulamentos administrativos e outras demandas de iniciativa da Signoria. CONTI, Elio (Ed.). *Le "consulte" e "pratiche" della Repubblica fiorentina nel Quattrocento*: edito a cura di un seminario guidato da Elio Cont., Pisa: Giardini, 1981, p. 335; VILLANI, Giovanni. *Nouva Cronica*. Parma: Einaudi, 1991. XIII, 19, p. 1468.

¹⁸⁶ BRUCKER, Gene. *Florentine politics and society, 1343-1378... Op. Cit.*, p. 78. É interessante notar, por exemplo, que em meio a uma crise política que antecedeu o restabelecimento, na década de 1370, do governo popular – destaca-se que entre 1350 e 1370 as instituições políticas de Florença ficaram nas mãos da elite, em especial dos Ricci e dos Albizzi, que até 1371 disputavam o cenário político de Florença e os partidários dos Guelfos e Gibelinos – foi o insuflado discurso de Filippo Bastari em uma *pratica* convocada em 1372 que provocou a criação de uma balia (comissão temporária) para conter o contingenciamento político nas mãos de poderosos e de pessoas “pouco preocupadas com a república”. De acordo com John Najemy, esta balia foi a responsável por restaurar os conselheiros das Guildas a postos importantes no governo, assinalando a volta do povo ao poder e representou a

Unlike the legislative councils, in which only voting and little or no debate occurred, a *pratica* was a forum for the expression of opinions but not for voting. These advisory sessions, in which, beginning in the late 1340s, groups of citizens were periodically invited to offer advice to the priors on important matters, became and remained a central feature of Florentine political culture until the end of the republic. Some citizens were invited because of their personal prestige or that of their families, while others represented bodies like the Parte Guelfa, the Mercanzia, the Twelve, the Sixteen, and occasionally the guild consuls. *Pratiche* made no decisions, and the priors were not bound to follow the views expressed in them. Their purpose was rather to air opinions and forge consensus around government policy. Florentines paid close attention to who was invited to these sessions, who spoke, and in agreement with whom (or not), and with what effect on policy¹⁸⁷.

Como nos mostram John Padgett *et al*, as *Pratiche* selecionavam os seus membros, majoritariamente dentre aqueles que ocupavam ou já haviam ocupado determinado cargo político na comuna. Em verdade, afirmam, o objetivo das *Pratiche* era amalgamar as distintas vozes que ecoavam junto à administração política de Florença em uma só: a do chamado *regimento* ou classe dominante¹⁸⁸. Por outro lado, o Conselho do *Popolo*, por exemplo, e a maior participação das classes não integrantes da aristocracia nos cargos eletivos tornava o jogo político da comuna um espaço de debate constante entre grande parte da população. É neste sentido que Gabriel Pancera vai dizer que “se, de um lado, os ofícios executivos eram constituídos de

última ressurreição do republicanismo de Guildas. NAJEMY, John M. *A history of Florence 1200-1575...* *Op. Cit.*, pp. 150-151.

¹⁸⁷ “Diferentemente dos conselhos legislativos, no qual apenas se procedia aos votos e pouco ou nenhum debate era realizado, a *pratica* era um fórum de expressão das opiniões, mas não para votação. Essas sessões consultivas, nas quais, com início no final da década de 1340, grupos de cidadãos eram periodicamente convidados a oferecer conselhos aos priores em matérias importantes, se tornaram e se mantiveram uma característica central da cultura política até o fim da república. Alguns cidadãos eram convidados em razão de seu prestígio pessoal ou do de suas famílias, enquanto outros representavam parcelas da sociedade, como a Parte Guelfa, a Mercanzia, os Doze, os Dezesesseis, e ocasionalmente os conselhos das guildas. As *Pratiche* não tomavam decisões, e os priores não estavam obrigatoriamente vinculados às visões expressadas nelas. O propósito destes fóruns era, antes, levantar opiniões e forjar consenso sobre políticas governamentais. Os florentinos prestavam atenção a quem era convidado às sessões, quem discursava de acordo com quem (ou contra quem), e qual o efeito na política discutida” (tradução nossa). NAJEMY, John M. *A history of Florence 1200-1575...* *Op. Cit.*, pp. 147-148.

¹⁸⁸ “Many of these speakers were speaking on behalf of republican offices, to which they had been elected and randomly drawn, and which they currently occupied. In other words, the premodern republican ideal here was not speakers speaking on behalf of themselves, much less speaking on behalf of self-interest. Florentine republican speakers conceived of themselves as (or at least acted as if) speaking on behalf of, and searching for, the common public good, as that was embodied in a high-participation electoral system”. PADGETT, John F., *et al*. Political Discussion and Debate in Narrative Time: the Florentine Consulte e *Pratiche*, 1376–1378. *Poetics*, [S.l.], vol. 78, s.n., pp. 1-28, fevereiro de 2020. doi:10.1016/J.POETIC.2019.101377. Acesso em 17 de outubro de 2020, p. 8.

membros provenientes das diferentes corporações, de outro, as suas decisões deveram sempre buscar um amplo apoio na sociedade representada nos conselhos”¹⁸⁹.

Ao longo do século XIV, como aponta Ronald Witt, a Chancelaria, especialmente com Salutati, passou a ser responsável por manter as anotações das *Consulte e Pratiche*. O autor aponta que

Often called on to compose letters embodying conclusions reached in these discussions, the chancellor with the notes of the meetings before him, was able to express consensus of the members of the *Consulte* with relative accuracy¹⁹⁰.

Como se pode perceber, a despeito da sua função principal relacionada à escrita das missivas, a chancelaria encontrava na comuna uma série de atividades correlatas à política externa que demandavam a sua participação, não apenas em razão de uma preocupação republicana de participação popular, mas, também, para que fosse possível entender e traçar estratégias políticas que reverberavam em toda a comunidade. É neste sentido que autores como Ronald Witt e Eugenio Garin ressaltam o importante papel político – por vezes até mesmo extraoficial – que o chanceler ocupava nas determinações políticas.

Notarios expertos en ciencia jurídica y retórica, es decir, en las técnicas del discurso persuasivo y las relaciones humanas, los cancilleres florentinos (por la estabilidad de su cargo dentro de los constantes cambios que se producían en las supremas magistraturas de la república) representaban un elemento de continuidad política, de una sabiduría nutrida a un mismo tiempo de doctrinas legales, de experiencias y contactos personales, de amistades consolidadas al calor de la fascinación de un gran nombre. Coluccio Salutati conservo el cargo de canceller durante más de treinta años, hasta su muerte. Todos los testimonios concuerdan en registrar su gran autoridad ante todos los gobiernos de estas décadas, incluso en los momentos más graves y delicados de levantamiento de los *ciompi*. La palabra canceller descendía desde la tribuna solemne como un oráculo¹⁹¹.

¹⁸⁹ PANCERA, Carlo Gabriel Kszan. *Maquiavel entre Repúblicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2010, p. 42.

¹⁹⁰ “Geralmente chamado a compor cartas que incorporassem as conclusões alcançadas nas discussões, o chanceler, com as notas das reuniões, conseguia expressar o consenso dos membros da chancelaria com relativa precisão”. WITT, Ronald. *Hercules at the crossroads... Op. Cit.*, p. 117.

¹⁹¹ “Notários especialistas em ciência jurídica e retórica, ou seja, nas técnicas do discurso persuasivo e nas relações humanas, os chanceleres florentinos (pela estabilidade de seu cargo dentro das constantes alterações realizadas nas supremas magistraturas da república) representavam um elemento de continuidade política, de uma sabedoria nutrida, ao mesmo tempo, de doutrinas legais, experiências e contatos pessoais, de amizades consolidadas ao calor da fascinação de um grande nome. Coluccio Salutati conservou o cargo de chanceler por mais de trinta anos, até a sua morte. Todos os testemunhos concordam em registrar a sua grande autoridade ante todos os governos destas

Seja como for, o cenário político institucional interno da comuna de Florença evidencia não apenas a complexidade e instabilidade do jogo político no período, mas, sobretudo, a divisão do espaço institucional entre órgãos políticos da cidade, o que inclui a Chancelaria. Ora, a tomada de decisão, seja ela no âmbito interno ou externo, geralmente atravessava uma série de instâncias e de espaços de deliberação política para a sua efetiva concretização, situação que não escapa Coluccio Salutati quando da ocupação do cargo na chancelaria florentina.

É sob este enfoque que se mostra tão precisa a crítica que Robert Black faz a autores como Eugenio Garin, Walter Ullman e Lauro Martines, para quem a chancelaria, com Salutati, teria criado uma certa independência com relação ao conteúdo e a forma de redação das cartas. Segundo Black, os poderes inerentes à atividade de chanceler não incluíam a permissão irrestrita para que as missivas e manifestações do governo fossem feitas *ad libitum* pelo ocupante do cargo. Em verdade, segundo Black, o Estatuto e as cartas evidenciam uma chancelaria engessada pela permissão da *Signoria* e dos demais conselheiros do governo na atuação política¹⁹². Esta perspectiva fica ainda mais evidente em carta escrita pelo próprio chanceler em 1401 ao papa:

Nec credat vestra benignitas id quod apostolice sanctitati scribitur solum a prioratus officio et auctore dictaminis emanare. Summis quidem pontificibus, imperatori vel regibus per nos scribi non potest nisi deliberatio nostrorum Collegiorum accesserit et consensus quibus leguntur littere quas deinde necessarium est inter omnes per legitimum fabarum numerum ad secretum scrutinium obtineri ut certa sit vestra sublimitas, licet solum in litteris publicis nostrum nominetur officium, totum tamen quod sanctitati vestre scribimus aut ab nostris antecessoribus scriptum fuit a delineratione triginta septem sive, qui reipublice suis temporibus president, dependere¹⁹³.

décadas, inclusive nos momentos mais graves e delicados da Revolta dos *Ciompi*. A palavra chanceler descia da tribuna solene como um oráculo” (tradução nossa). GARIN, Eugenio. *La revolución cultural del renacimiento...* Op. Cit., p. 78.

¹⁹² BLACK, Robert. *Benedetto Accolti and the Florentine Renaissance...* Op. Cit., p. 121-122.

¹⁹³ “Non crediate che quanto scriviamo a Vostra Santità dipenda soltanto dall'ufficio dei Priori e dall'autore della missiva. Infatti negli ordinamenti del nostro Comune non è consentito di rivolgere lettere ai pontefici, all'imperatore o ai re senza che prima i nostri Collegi si siano riuniti ed abbiano dato il loro consenso a ciò che viene loro letto e che deve essere approvato a scrutinio segreto. Dovete perciò persuadervi che, sebbene nel carteggio pubblico si nomini soltanto il nostro ufficio, tutto ciò che scriviamo a Vostra Santità o che fu scritto dai nostri predecessori dipende dalla deliberazione di 37 cittadini che di volta in volta presiedono alla direzione della Repubblica”. In: DE ROSA, Daniela. *Coluccio Salutati: il cancelliere e il pensatore politico*. Roma: Aracne Editrice, 2014, p. 94. “Não acredite, Vossa Benignidade, que aquilo que é escrito à Sé Apostólica emana apenas do ofício dos Piores e do autor da missiva. De fato, nos sistemas jurídicos da nossa Comuna, não é permitido dirigir cartas aos Pontífices, ao Imperador ou aos Reis sem que os nossos Colégios tenham primeiro reunido e dado o

Os chanceleres, vai dizer Black, não correspondiam a verdadeiros homens de Estado, ou pessoas com maior influência política na comuna, sendo deles exigido, ao contrário, uma certa neutralidade política, o que extrai, por exemplo, da proibição de participação efetiva dos chanceleres nas *Pratiche*.

Contudo, a despeito da pertinência com relação aos limites impostos à atividade do chanceler, duas questões devem ser notadas neste ponto, de modo a temperar a crítica de Black com relação à suposta neutralidade do cargo político. A primeira é o já mencionado caráter vitalício da chancelaria, o que possibilitava ao ocupante do cargo conhecimentos profundos sobre a técnica e a prática política local e exterior. Isso significa que, no horizonte do chanceler, embora as alianças e projetos políticos pessoais pudessem ser elementos importantes para a definição dos caminhos e posicionamentos seguidos pela república florentina, estes deveriam ser adotados com relativa parcimônia, na medida em que a dinamicidade das disputas externas fazia necessária, por vezes, a adoção de parcerias significativamente contraditórias.

Despite the republican views of the Florentines, Florence was of course quite willing to conclude treaties and alliances with Signori, and sometimes with one Signore against another, and she could be on excellent terms with individual rulers. The complexities of the political conditions of fourteenth-century Italy would have made it very difficult for her to take up any other attitude. A few examples may serve to illustrate this point. (...) The war between Florence and Gregory IX which began in 1375 saw Bernabo Visconti on the side of Florence, apprehensive of the territorial policy of the Papacy, which had achieved such great successes. Yet Florence had previously fought the lord of Milan for reasons which were ultimately similar to those for which it now fought the Papacy, and could have no illusions, after events of 1369-70, about his ambitions in Tuscany.¹⁹⁴

seu consentimento para o que lhes é lido e que deve ser aprovado por escrutínio secreto. Você deve, portanto, acreditar que, embora apenas o nosso ofício seja mencionado na correspondência pública, tudo o que escrevemos a Vossa Santidade ou que foi escrito pelos nossos antecessores se deu a partir da deliberação de 37 cidadãos que de vez em quando presidem à direção da República” (tradução nossa). DIGIVATLIB. *Digital Vatican Library*. Cappon 147. Disponível em: https://digi.vatlib.it/view/MSS_Cappon.147?ling=it. Acesso em 03 de dezembro de 2020.

¹⁹⁴ “Apesar das visões republicanas dos florentinos, Florença estava, naturalmente, significativamente disposta a concluir tratados e alianças com os *Signori*, e às vezes com um *Signore* em detrimento de outro, e ela podia ter excelentes relações com governantes individuais. As complexidades das condições políticas da Itália do século XIV teriam tornado muito difícil para Florença assumir qualquer outra atitude. Alguns exemplos podem servir para ilustrar este ponto. (...) A guerra entre Florença e Gregório que começou em 1375 viu Bernabo Visconti do lado de Florença, apreensivo com a política territorial do Papado, que tinha alcançado grandes sucessos. No entanto, Florença tinha anteriormente lutado contra o senhor de Milão por razões que eram basicamente semelhantes

A disputa com Gregório XI, que será melhor explorada mais adiante, pode ilustrar a encruzilhada política que Florença, por vezes, enfrentava. Essa perspectiva não nos permite concluir, como se pode perceber da passagem de Rubinstein *supra*, que não havia a formação de alianças pessoais por vezes controversas. Contudo, tampouco se pode esperar da chancelaria que se aventurasse, pautada exclusivamente no posicionamento político pessoal do chanceler, na defesa dos interesses de determinado grupo político em detrimento de outro. Mais uma vez Rubinstein:

If the Florentines considered it at times useful to stress their friendship for individual Signori, in the ordinary diplomatic relations with Signori they naturally followed the customary standards of courtesy which obtained at that time in chanceries and on embassies, and they adhered to them even at times when relations were strained and when rather more outspoken words might be said in council meetings or in letters to friendly powers. Even so, politeness and flattery seem sometimes to have been carried rather far.¹⁹⁵

Neste sentido, para além dos obstáculos impostos pela divisão e participação significativa da população na política florentina do período, havia, ainda, a necessidade de buscar a salvaguarda dos interesses da comuna na política externa, o que exigia dos chanceleres uma apurada visão estratégica e histórica das disputas e alinhamentos políticos de seus interlocutores.

Ademais, a vitaliciedade da chancelaria demandava, de certa forma, um caráter proativo e bem orientado do chanceler na tentativa de trazer à comuna estabilidade ou até mesmo de buscar propagar a imagem de uma Florença de concórdia. Quanto a este ponto, mostra-se importante salientar, por exemplo, o contexto que ensejou divisão interna operada no final da década de 70, sobretudo entre os diversos núcleos

àquelas pelas quais agora lutava contra o papado, e não podia ter ilusões, após os eventos de 1369-70, sobre suas ambições na Toscana” (tradução nossa). RUBINSTEIN, Nicolai. Florence and the Despots Some Aspects of Florentine Diplomacy in the Fourteenth Century. *Transactions of the Royal Historical Society*, [S.l.], vol. 02, pp. 21-45, 1952, pp. 22-24.

¹⁹⁵ “Se os florentinos às vezes consideravam útil enfatizar sua amizade com os *Signori* individualmente, nas relações diplomáticas ordinárias com estes eles naturalmente seguiram os padrões habituais de cortesia que prevaleciam naquela época em chancelarias e embaixadas, e eles [os florentinos] aderiam a tais padrões até mesmo às vezes quando as relações eram tensas e quando palavras mais francas podiam ser ditas nas reuniões do conselho ou em cartas a poderes amigos. Mesmo assim, a polidez e a bajulação às vezes parecem ter sido levadas muito longe” (tradução nossa). RUBINSTEIN, Nicolai. Florence and the Despots Some Aspects of Florentine Diplomacy in the Fourteenth Century... *Op. Cit.*, p. 25.

que faziam ebulir na política florentina o desejo pelo poder¹⁹⁶, de tal modo a ocasionar, por exemplo a chamada Revolta dos Ciompi.

Insuflados pela chegada de Salvestro de' Medici ao cargo de *gonfaloniere di giustizia*, vinculado historicamente aos Gibelinos, o *popolo minuto*¹⁹⁷, que estava em busca de melhores condições socioeconômicas para o exercício de seus trabalhos, bem como de uma reforma política para alcançar maior participação na tomada de decisão da comuna, tentou diversas formas de negociação com os *Tre Maggiori*, sem sucesso¹⁹⁸. Após a criação de uma *balìa* que tinha por objetivo suprimir a insurgência do *popolo minuto* e, ainda, de uma singela e temporária conquista das guildas menores¹⁹⁹

¹⁹⁶ Neste sentido, mostra-se importante elucidar a crítica de Patrick Lantschner a autores como John Najemy e Gene Brucker no que tange à dinâmica de poder na comuna e, bem assim, ao fundamento político das revoltas – especialmente daquelas ocorridas no final dos séculos XIV e no século XV. De acordo com Lantschner, a visão partilhada por historiadores – seja ela mais voltada para o caráter revolucionário das revoltas ou calcada em uma perspectiva mais conservadora dos motivos e consequências das lutas – é, em sua grande maioria, monolítica. Isso significa dizer, em síntese, que revolta como a dos Ciompi significaria, na visão de tais historiadores, como Gene Brucker, John Najemy, Michel Mollat, Philippe Wolff, Samuel Cohn e Ernesto Screpanti, uma disputa entre uma força estatal e uma força social, cujas credenciais de “radical” ou “moderada” poderiam ser analisadas em um espectro dual. Neste sentido, esta forma de análise do conflito estaria carregada da visão dos próprios historiadores acerca do conflito enquanto algo positivo ou negativo dentro de uma determinada ordem. Contudo, ancorado na perspectiva de Samuel Cohn e Peter Blickle, Patrick Lantschner coloca tais perspectivas em xeque, argumentando que “parece mais proveitoso pensar em uma estrutura de poder mais policêntrica e menos hierarquicamente integrada do que as estruturas de poder monolíticas que têm estado no centro da opinião acadêmica sobre este assunto”. Tal perspectiva valoriza uma análise plural dos contextos políticos, o que se presta de forma mais pertinente à política florentina, sobretudo diante da força social das Guildas, associações, variedade do *corpus* eclesiástico e, ainda, das inúmeras magistraturas que disputavam espaço na comuna. Isso sem mencionar, por exemplo, os influxos de poder exteriores à cidade, tais como as investidas da Igreja e dos demais poderes locais em expansão no período. Seja como for, sem deixar de reconhecer a importância que a perspectiva de contraposição entre uma força eminentemente estatal e uma social, este trabalho, na análise dos conflitos, tem por principal paradigma a tentativa de abordar a concepção heterolítica e plural das forças políticas da comuna florentina. Cf. LANTSCHNER, Patrick. Revolts and the Political Order of Cities in the Late Middle Ages. *Past&Present*, [S.l.], v. 225, n. 01, pp. 3-46, novembro de 2014.

¹⁹⁷O termo *popolo minuto* refere-se à classe média-baixa dos pequenos mercadores e dos trabalhadores que não pertenciam às guildas, a quem usualmente se negou a participação política direta no governo.

¹⁹⁸ NAJEMY, John. A history of Florence 1200-1575... *Op. Cit.*, p. 162.

¹⁹⁹ On the 21st a crowd of 7,000 workers and guildsmen from all guilds except the Wool guild, which was either unwelcome or refused to join, marched to the palace of the podestà (the Bargello). As many broke in to destroy the records of investigations and convictions of workers, a small band ascended the tower to unfurl the flag of the blacksmiths' guild, on which was depicted a set of tongs. No source tells us why the revolutionaries selected this flag as their symbol, but tongs traditionally signified the application of force to achieve purposes against determined opposition. From the windows beneath they hung the flags of all the guilds, except the Wool guild, together with the Standard of Justice – the flag of the popolo of 1293 and official symbol of government, with its red cross on a white field – that had been seized by the crowd. As the flags announced, the revolution was the work of the entire guild community, minus the hated Wool guild, but with thousands of workers and artisans who now, for the first time, marched with the others under the banner of their

que, junto com o *popolo minuto* buscava uma participação mais efetiva na política e melhores condições econômicas para o desenvolvimento de suas atividades²⁰⁰, em agosto de 1378, Michele di Lando prende dois Ciompi e inicia uma disputa armada contra aqueles que questionavam as condições atuais de participação política. De acordo com John Najemy:

“When, on August 30, two Ciompi went to the palace demanding veto power for the Eight over all communal legislation, Michele di Lando had them arrested. The next day he rode out of the palace with the Standard of Justice, cleared the piazza of a militia from the three new guilds, and allowed the older guilds to occupy it. The workers’ militia returned, followed by the Oltrarno Ciompi carrying their own flag of the angel. When they refused to surrender it, a battle broke out for control of the piazza: the Ciompi under the flag of the angel against the militias of the other guilds under the Standard of Justice.

It may seem ironic that, even as the government called upon the twenty-three guilds to assist in suppressing the Ciompi and driving them from the piazza, the Ciompi met the assault with cries of “long live the popolo and the guilds” (Stefani 804). But that irony was built into the origins of the confrontation, with each side grounding the legitimacy of its cause in the century-old guild republic.

Except for the removal of the Ciompi and their guild, the popular government installed in September 1378 was the direct heir of the revolution of July– August, similarly grounding its legitimacy in the regular consultation of the guilds on policy matters”²⁰¹.

own guild. (...) Thus the revolution legitimated itself in the right of guilds to represent and express the consent of their members and in the idea that “the whole city” was equivalent to the community of its guilds. NAJEMY, John. A history of Florence 1200-1575... *Op. Cit.*, p. 161.

²⁰⁰ De acordo com Najemy: “On July 9–10 the legislative councils approved a petition drafted by representatives of all the guilds in the palace of the Mercanzia “for the liberty, security, and tranquility of the twenty one guilds.” It transferred the powers of the June *balìa* to a council composed of the priorate of July–August, the Seven of Mercanzia, and all the consuls and syndics of the twenty-one guilds; restored the consuls of all twenty-one guilds to key roles in communal and guild elections; terminated the Parte’s campaign of intimidation by giving the priorate and colleges a veto over accusations and warnings; annulled all elections within the Parte and gave the guild consuls a role in electing its captains; removed the Mercanzia’s authority to nominate candidates for guild offices; limited eligibility for the priorate to guildsmen actively involved in their professions or trades; and entrusted the certification of such active involvement to each guild’s consuls. This was in effect a reassertion of the guild republic of 1293 and 1343”. NAJEMY, John. A history of Florence 1200-1575... *Op. Cit.*, p. 162.

²⁰¹ Quando, em 30 de agosto, dois Ciompi foram ao palácio exigindo poder de veto para os Oito sobre toda a legislação comunal, Michele di Lando mandou prendê-los. No dia seguinte, ele saiu cavalgando do palácio com o Estandarte de Justiça, banuiu da *piazza* uma milícia formada pelas três novas guildas e permitiu que as guildas mais antigas a ocupassem. A milícia operária voltou, seguida por Oltrarno Ciompi carregando sua própria bandeira de anjo. Quando se recusaram a entregá-la, iniciou-se uma batalha pelo controle da praça: os Ciompi sob a bandeira do anjo contra as milícias das outras guildas sob o Estandarte de Justiça. Pode parecer irônico que, mesmo quando o governo convocou as vinte e três guildas para ajudar a suprimir os Ciompi e expulsá-los da *piazza*, os Ciompi enfrentaram o ataque com gritos de “vida longa ao popolo e às guildas” (Stefani 804). Mas essa ironia foi construída nas origens do confronto, com cada lado fundamentando a legitimidade de sua causa na centenária república de corporações. Exceto pela remoção dos Ciompi e de sua guilda, o governo

Embora não seja do escopo do presente trabalho a apresentação detalhada da forma como a Revolta dos Ciompi se desenhou historicamente e, bem assim, os reflexos dela decorrentes, não se pode deixar de notar que foi em razão desta Revolta que se estabeleceu um dos mais significativos regimes de Guilda na comuna florentina, com a revalorização dos preceitos como igualdade, autonomia e o direito à voz²⁰².

É neste sentido que a visão estratégica dos chanceleres e o seu caráter vitalício mostram-se importantes para os fins do presente trabalho e, igualmente, como um argumento capaz de relativizar o que autores como Robert Black entendem por limitações ao ofício dos chanceleres. Coluccio Salutati, quando da escrita de suas missivas, tinha total consciência dos conflitos políticos pelos quais passava Florença e o que uma revolta que deu mais força ao ideal comunal poderia causar na política interna e externa. Em carta pessoal escrita a Domenico Bandini D'Arezzo em agosto de 1378, Salutati vai adotar um tom eufêmico para os confrontos políticos que ocorreram no mesmo ano na comuna e, bem assim, a defesa dos interesses do *popolo minuto* e das guildas menores envolvidas na disputa²⁰³. Contudo, já em 21 de agosto de 1383, em carta escrita a Antonio di ser Chello, Salutati, quando o regime dos Ciompi já havia caído e a revolta condenada por parte da população, refere-se a eles como pobres e sórdidos (“*gens illa vilis et sordida*”²⁰⁴).

Não se descuida que o lapso temporal de escrita de ambas as cartas – a primeira em 1378 quando os Ciompi estavam no auge de sua revolta e a segunda já depois da queda do regime das guildas por eles insuflado, em 1382 – e da necessidade de manter-

popular instalado em setembro de 1378 foi o herdeiro direto da revolução de julho a agosto, fundamentando sua legitimidade na consulta regular das guildas em questões políticas” (tradução nossa). NAJEMY, John. *A history of Florence 1200-1575... Op. Cit.*, p. 166.

²⁰² NAJEMY, John. *A history of Florence 1200-1575... Op. Cit.*, p. 162.

²⁰³ COLUCCIO SALUTATI. Livro IV, *Ep.* XII. In: NOVATI, Francesco. *Epistolario di Coluccio Salutati*. Roma: Forzani E.C. Tipografi del Senato, 1891. v. 01, pp. 289-292. A partir desta nota, todas as cartas de Coluccio Salutati, reunidas na compilação de Francesco Novati, serão citadas com a indicação do livro a que se referem, seguidas da abreviação “*Ep.*” (Epístola) e o número correspondente da missiva citada na obra de Novati, com a conseqüente indicação do volume e da página na obra referenciada. Insta consignar que conquanto a divisão em livros e cartas seja artificial, reconhece-se a utilidade da divisão operada por Novati, a fim de que as consultas aos livros respectivas seja facilitada, razão pela qual a adotamos no presente trabalho.

²⁰⁴ COLUCCIO SALUTATI. Livro V, *Ep.* XVII. NOVATI, Francesco. *Epistolario di Coluccio Salutati*. Roma: Forzani E.C. Tipografi del Senato, 1893. v. 02, pp. 83-98.

se no poder, uma vez que o cargo derivava, ao menos em tese, da eleição do Priorato. Contudo, a mudança no discurso não significa que Salutati tenha, necessariamente, adotado posição diversa daquela inicialmente por ele defendida. Em verdade, o tom das cartas reflete a consciência do chanceler para os conflitos do período e, mais ainda, a possibilidade de se valer deles para fins políticos diversos.

O segundo e, talvez, mais interessante ponto do mencionado temperamento da crítica feita por Black aos posicionamentos de Garin, Martines e Ullman, decorre do fato de que as consultas técnicas frequentemente realizadas ao chanceler possibilitavam a ele não apenas manifestar-se de maneira estritamente legal, mas também de aconselhar na medida dos interesses políticos que, do seu ponto de vista, fossem mais vantajosos à comuna. Isso não quer dizer, frise-se, que a atuação política da Salutati enquanto chanceler extrapolava os limites circunscritos nos estatutos locais vigentes à época, mas nos evidencia uma perspectiva contraposta a uma leitura que, na tentativa de minimizar os anacronismos, fecha-se à multiplicidade de mecanismos da atuação política e de manifestações retóricas e intelectuais do agir político para além da lei escrita. De mais a mais, como o próprio Black narra, a atuação privada do chanceler poderia, por vezes, favorecer ou alterar os conselhos dados à *Pratiche* nas consultas realizadas.

Nevertheless, a chancery standing above politics was always an ideal in Florence, and it would be wrong to argue that chancellors and other members of the chancery never had a role in Florentine politics. They could enjoy an unofficial political influence amounting to de facto membership of the ruling group, although it must be remembered that, unlike other oligarchs, their political activity usually had to take place behind the scenes; their influence had most of the time to be exercised indirectly and they were usually denied a direct share in political power as magistrates.²⁰⁵

Como se pode perceber, o aparato político-administrativo de Florença, no período em que Salutati ocupava Chancelaria, era estruturada de modo que a classe

²⁰⁵ “Nada obstante, uma chancelaria acima da política foi sempre um ideal em Florença, e seria errado argumentar que os chanceleres e outros membros da chancelaria não teriam assumido qualquer papel na política florentina. Eles podiam gozar de uma influência política extraoficial equivalente a pertencer, de fato, ao grupo governante, embora se deva lembrar que, ao contrário de outros oligarcas, sua atividade política geralmente acontecia nos bastidores; as suas influências deveriam ser, na maior parte das vezes, exercidas de forma indireta e, usualmente, era negada a eles uma participação direta no poder político como magistrados” (tradução nossa). BLACK, Robert. *Benedetto Accolti and the Florentine Renaissance... Op. Cit.*, pp. 131-132.

política, com frequência, valia-se de mecanismos democráticos com o fim de se avaliar a opção adotada para determinadas finalidades, o que poderia ou não contar com o influxo do chanceler. Isso significava, a um só tempo, que a despeito de haver uma classe política forte, bem demarcada, com um sistema de organização em certa medida estável, por outro lado, a fragmentariedade do poder e, ainda, a participação popular, aliada à complexidade da atuação de figuras como o chanceler, tornavam a tomada de decisão na comuna especialmente dependente da retórica e do poder de convencimento dos discursos empreendidos em favor de determinada medida. O que se busca sublinhar não é apenas o apertado espaço que a Chancelaria divide com as demais magistraturas, mas, antes de tudo, a dependência significativa do exercício político-institucional do chanceler com o fazer retórico, como maneira de conglobar as mais dissonantes vozes que ecoavam no cenário político de Florença e dar um sentido a estas vozes. A importância de Salutati na chancelaria neste período, então, pode ser entendida a partir das mudanças que edifica na própria redação as cartas públicas e os discursos que escrevia, para alcançar os objetivos políticos da comuna florentina.

Insta ressaltar, que desde o início do século XIV, a produção das cartas passa por três diferentes estágios: o *stilus humilis*, *stilus obscurus* e *stilus rhetoricus*²⁰⁶. Até 1348, período em que, dentre outros, a chancelaria esteve ocupada por Bonaventura Monachi, as cartas oficiais foram escritas, majoritariamente, no que se convencionou chamar *stilus humilis*, um estilo que valorizava o uso de palavras simples, menor uso de interjeições, exclamações e provérbios ou passagens bíblicas – embora o próprio Bonaventura já se valesse de expedientes mais elaborados para a escrita das cartas, em razão de seus estudos de poesia. A sucessão do cargo de chanceler fez com que Niccolò Monachi, filho de Bonaventura, alcançasse a chancelaria em 1348, momento no qual as cartas passaram a ser redigidas, na maior parte das vezes, no chamado *stilus obscurus*, que tinha por características o encurtamento da sintaxe e o uso de vocábulos mais rebuscados. De acordo com Ronald Witt, os esforços de Niccolò Monachi se

²⁰⁶ WITT, Ronald G. *In the footsteps of the ancients': the origins of humanism from Lovato to Bruni*. Leiden, Boston, Köln: Brill, 2000, p. 316.

deram no sentido de produzir missivas que espelhassem as Cortes anglo-escocesas, com o objeto de melhorar a imagem de Florença nos assuntos internacionais²⁰⁷.

Contudo, a partir de 1375, momento em que Salutati chegou à Chancelaria, o *stilus rhetoricus* passou a ser a principal forma de elaboração das missivas. Marcado por interrogações, exclamações, interjeições e uma preocupação com o paralelismo das sentenças, este estilo áulico trazia ao texto força, energia e sentimentos não transmissíveis pela utilização das formas predecessoras de escrita²⁰⁸.

Salutati, como nos mostra Ronald Witt, inicialmente versado na escrita praticada pela *ars dictaminis* – com as lições de Pietro da Muglio²⁰⁹ – gradualmente passou a ter contato com leituras clássicas a partir de uma primeira aproximação com a poesia de Ovídio. Em seguida, as leituras de Geri de Arezzo e Albertino Mussato – devido à proximidade local a tais autores – influenciaram também no estilo classicizante que passa a desenvolver²¹⁰. Não se descuida, ainda, de sua formação como notário em Bologna, provavelmente entre 1348 e 1350, período no qual pôde aprofundar-se nos estudos do direito e da história de Roma²¹¹.

Ademais, no período em que passou junto à Cúria Romana, no gabinete de Francesco Bruni, secretário papal, entre 1368 e 1370, Salutati, para além de ensaiar uma aproximação com Petrarca, também passou a desenvolver um maior apego às temáticas e abordagens cristãs, para além de um contato mais direto com elementos classicizantes da retórica humanista.

É toda a bagagem histórica e formativa de Salutati que forja suas armas e seu estilo retórico, único até mesmo para os padrões do *stilus rhetoricus*. Embora fiel à lições

²⁰⁷ WITT, Ronald G. *In the footsteps of the ancients'...* *Op. Cit.*, p. 316.

²⁰⁸ WITT, Ronald G. *In the footsteps of the ancients'...* *Op. Cit.*, p. 316. Nas palavras de Daniela de Rosa: “il tono concitato di molte epistole, dense di esclamazioni e di interrogazioni retoriche, di período tortuosi, gonfie di metafore poetiche, rivela l’influsso, fra gli scrittori classici, soprattutto di Seneca, di alcune allocuzioni di Sallustio, del primo Cicerone, quando egli ancora indulgeva alle suggestioni dell’asianesimo più acceso (...)”. DE ROSA, Daniela. *Coluccio Salutati: il cancelliere e il pensatore politico...* *Op. Cit.*, p. 45.

²⁰⁹ Pietro da Muglio (ou Moglio) foi um dos mais conhecidos professores de retórica na metade do século XIV, tendo lecionado em Pádua e em Bologna, onde permaneceu até a sua morte em 1383.

²¹⁰ WITT, Ronald G. *In the footsteps of the ancients'...* *Op. Cit.*, pp. 292-300.

²¹¹ Witt relembra o fato de que os glosadores de Bologna, por vezes, ao tentar adaptar as formulações previstas nas *Institutas*, por exemplo, faziam remissões e comentários a respeito da vida, sociedade e da política romana. Concluindo que “therefore, the various commentaries together with the historical sections of the Institutes themselves offered, potentially at least, a massive impression of Roman history as it related to the law”. WITT, Ronald. *Hercules at the crossroads...* *Op. Cit.*, p. 22.

apreendidas em Bologna e, bem assim, com Pietro da Muglio, Salutati manteve em suas missivas os clássicos *salutatio*, *exordium*, *narrativo*, *petitio* e *conclusio* ensinados pelos mestres da retórica. Contudo, passou a exprimir, no *exordium* a sua teoria política, ampliando-o sobremaneira quando em comparação com os cânones usualmente aceitos.

Veja-se, Salutati não engessa o seu estilo nem mesmo ao *stilus rhetoricus* ou aos cânones da *ars dictaminis*, permitindo-se fluir por entre as formas de expressar e, mais, ressignificando os usos das cartas como um instrumento político capaz de difundir as ideias humanistas. Isso não significa dizer, frisa-se, que há um abandono das regras presentes nos manuais da *ars*. O chanceler segue valendo-se da predileção pelo genitivo, dos usos frequentes dos advérbios, e da abundância de vocábulos. Contudo, a exposição de suas perspectivas ainda assim não se limitava ao *stilus rhetoricus* ou à *ars dictaminis*. Nas palavras de Daniela de Rosa, “bisogna però dire che il grande cancelliere non divenne mai schiavo de norme scolastiche e che lo schema dele sue missive fue più flessibile e libero risperro ai modelli, non soggetto a regole preconstituite”²¹². De acordo com Ronald Witt:

This thirteenth-century style [*stilus rhetoricus*] took its name from the frequent use it made of exclamations and rhetorical questions characteristic of oratory. For its *cursus* it relied on the basic meters of *velox*, *planus*, and *tardus* as used by the Roman Curia. Employed in the Florentine chancery by Brunetto Latini in the second half of the previous century, the *stilus rhetoricus* had fallen out of favor with Latini's successors until revived by Salutati in 1375. Salutati, however, adapted the style to his own tastes. The rhetoric was shorn of some of its traditional formulae and vocabulary. Good humanist that he was, Salutati also structured his propaganda themes against a background of Roman and medieval history lacking in earlier writings in this style. At least partially because of his intensive study of Roman oratory, the new chancellor brought to the public correspondence a dramatic sense and an unrivaled ability to construct sequential lines of argumentation. For displaying these talents the *stilus rhetoricus* proved an ideal vehicle. The power of Salutati's missives derived from the fact that they reflected enough echoes of ancient rhetoric to excite a generation already stirred by the writings of Petrarch while basically remaining within the limits set for such correspondence by international chancery protocol²¹³.

²¹² “Deve-se dizer, no entanto, que o grande chanceler nunca se tornou um escravo das normas escolásticas e que o esquema de suas cartas era mais flexível e livre do que os modelos, não sujeitos a regras pré-constituídas”. DE ROSA, Daniela. *Coluccio Salutati: il cancelliere e il pensatore politico...* Op. Cit., p. 40.

²¹³ “Esse estilo do século XIII [*stilus rhetoricus*] deve seu nome ao uso frequente de exclamações e perguntas retóricas características da oratória. Para o seu *cursus*, contou com as métricas básicas de *velox*, *planus* e *tardus* usados pela Cúria Romana. Empregado na Chancelaria florentina por Brunetto

É neste sentido, inclusive, que Salutati, indo na contramão dos chanceleres anteriores como Niccolò e Bonaventura Monachi, retoma o uso do latim em grande parte das missivas. Como nos mostra De Rosa, Salutati relega o uso do vulgar às cartas instrutivas endereçadas aos embaixadores e aos documentos direcionados aos súditos, oficiais florentinos empregados na administração do condado e, por vezes, aos senhores submetidos a organização da República de Florença. Por outro lado, o uso do latim, língua dos clássicos, era o uso próprio das missivas e dos documentos diplomáticos²¹⁴.

Ademais, diferentemente de como os predecessores de Salutati conduziram a redação das cartas, o notário de Stignano foi o responsável por introduzir, no conteúdo e na forma de escrita das missivas, exemplos e frases extraídos de autores da Antiguidade Clássica, com o escopo de enobrecer e embelezar os documentos. Neste sentido, de acordo com De Rosa, se os chanceleres que ocuparam o cargo até 1375 prefeririam recorrer-se a passagens, metáforas e aproximações bíblicas – bem como a autores como Isidoro de Sevilha e Santo Agostinho –, Salutati, por sua vez, espelhava-se em Ovídio, Virgílio, Horácio, Salústio e Sêneca. Sem deixar de adornar o seu estilo com passagens bíblicas – especialmente nas cartas escritas em italiano – e provérbios que se faziam presentes no imaginário da população desde o medievo, Salutati conseguia empregar a retórica de teor eminentemente clássico de modo original²¹⁵.

É, pois, no encontro entre a retórica clássica e a *ars dictaminis* que se pode antever a maneira como Salutati trabalha seus escritos enquanto chanceler da comuna

Latini na segunda metade do século anterior, o *stilus rhetoricus* caiu em desgraça entre os sucessores de Latini até ser revivido por Salutati em 1375. Salutati, entretanto, adaptou o estilo a seus próprios gostos. A retórica foi despojada de algumas de suas fórmulas e vocabulário tradicionais. Bom humanista que foi, Salutati também estruturou seus temas de propaganda contra um pano de fundo da história romana e medieval, ausente em escritos anteriores desse estilo. Pelo menos parcialmente por causa de seu estudo intensivo da oratória romana, o novo chanceler trouxe à correspondência pública um sentido dramático e uma capacidade incomparável de construir linhas sequenciais de argumentação. Para exibir esses talentos, o *stilus rhetoricus* provou ser um veículo ideal. O poder das missivas de Salutati derivava do fato de que refletiam ecos suficientes da retórica antiga para incitar uma geração já tocada pelos escritos de Petrarca, enquanto basicamente permaneciam dentro dos limites estabelecidos para tal correspondência pelo protocolo da chancelaria internacional” (tradução nossa). WITT, Ronald. *Hercules at the crossroads...* *Op. Cit.*, pp. 125-126

²¹⁴ DE ROSA, Daniela. *Coluccio Salutati: il cancelliere e il pensatore politico...* *Op. Cit.*, p. 41.

²¹⁵ DE ROSA, Daniela. *Coluccio Salutati: il cancelliere e il pensatore politico...* *Op. Cit.*, pp. 47 e ss.

florentina. Conglobando as mais diversas vozes em um ambiente político cindido, instável e com pretensões republicanas, as missivas escritas pelo notário de Stignano devem ser lidas sob a perspectiva de uma tentativa de inserir o humanismo como chave de leitura para a efervescência intelectual e política do período, sem, contudo, romper integralmente com as tradições que circunscreviam um mundo eminentemente cristão e apegado a valores e crenças que o acompanham desde o início da Idade Média. As limitações, pois, de um voo mais alto do humanismo – que poderá ser melhor visto com autores da próxima geração, como Leonardo Bruni – devem-se, antes de tudo, ao fato de que Salutati era um homem de seu tempo.

Ademais, não se pode deixar de notar que o gênio salutatiano encontra também determinados limites na própria ordem institucional e política da comuna do período. A divisão do espaço político com os *Ter Maggiori*, por exemplo e, bem assim, com os constantes influxos provenientes das *Consulte e Pratiche*, sem deixar de observar, ainda, a divisão estabelecida entre Guelfos e Gibelinos na comuna, são elementos que tornam ainda mais dificultosa a tarefa de fazer ecoar na comuna, em alto e bom tom, as verdadeiras pretensões humanistas enquanto chave de leitura ética e estilística para os problemas que se impunham à frente da comunidade do *Trecento*.

Tal perspectiva, ilustrada por exemplo com a suposta mudança de perspectiva ensaiada pelo autor acerca da revolta dos Ciompi deve, antes de mais nada, ser entendida como maneira de análise do discurso salutatiano promovido por meio da retórica. Não se trata, veja-se, de negar a verdade de uma posição ou de outra, mas de adequá-las aos anseios sociopolíticos e comunais do período. A retórica, como principal aliada na jornada do chanceler de fazer valer os interesses de Florença, encontra na chancelaria o espaço perfeito para canalizar as posições políticas mais dissentidas em um único tom e, a partir delas, ressignificar o ambiente político como ambiente inexoravelmente discursivo. É em meio ao caos político e aos mais diversos influxos de poder que a Chancelaria de Salutati, por meio da retórica, finca suas mais profundas raízes e desenvolve os seus mais fortes troncos.

Esta ambientação política conturbada, pois, não tira o mérito de Salutati, mas ao contrário, honorifica-o. Com efeito, empreender as mudanças por ele realizadas na chancelaria do período e, bem assim, alçá-la a uma das mais importantes magistraturas do período, em meio à multiplicidade de possibilidades que a comuna oferecia no

cenário institucional, só reforça a sua habilidade política e explicita a importância que Salutati tem para a edificação da comuna florentina. Se a Chancelaria ocupa *locus* privilegiado nas decisões políticas da cidade, o que se mantém perene ao menos nas próximas gerações – com nomes como os de Leonardo Bruni, Poggio Bracciolini, Bartolomeo Scalla e Nicolau Maquiavel –, esta conquista em muito se atribui a Salutati enquanto ocupante do cargo no final do *Trecento* e início do *Quattrocento*.

Após a exposição deste capítulo, tem-se por evidente a importância de Salutati para a Chancelaria e, igualmente, da Chancelaria para a vida política da comuna de Florença. Contudo, as análises da instituição e das formas pelas quais os trabalhos de Salutati devem ser entendidos em extensão e profundidade, não se mostrarão completas sem uma aproximação mais detida do contexto político estruturado para além dos muros da cidade de Florença. Isso não apenas porque grande parte do trabalho realizado pelo chanceler no período, como já ressaltado anteriormente, estava relacionado à atividade política externa, mas também porque os conflitos externos e influxos de poder, advindos das investidas da Igreja e do Império em detrimento da comuna florentina, exercem força ímpar nos escritos de Salutati.

Estabelecidas as premissas para que se possa entender, de um lado, o papel da retórica no *Trecento* e, por outro, o aparato institucional que circundava a atuação de Salutati na Chancelaria de Florença, tem-se por esboçado o cenário do presente trabalho. Assim, como imprescindível pano de fundo que permeia as discussões políticas do autor, este cenário dá os contornos a partir do qual uma interpretação contextualizada e historicamente consciente dos trabalhos políticos do autor pode ser realizada.

A próxima parte do presente trabalho privilegia o estudo *in locu* da produção política de Salutati, não apenas para demonstrar, pragmaticamente, a atuação do notário de Stignano na Chancelaria frente aos problemas de época que lhe são impostos, mas também para explorar o posicionamento do autor acerca da república e da monarquia, sob o ponto de vista de seu contraponto negativo, a tirania. Em uma leitura que enfoca a práxis política de Salutati e seus confrontos com a Igreja e com o Império, avaliar-se-á a atuação do chanceler e, em seguida, o modo como tal atuação se transporta para os escritos políticos do autor em uma defesa da monarquia ou da república. Acredita-se que alinhar a teoria com a prática, uma vez delimitado o cenário

a partir do qual o pensamento do autor se desenvolve, pode fornecer respostas significativas para o questionamento acerca de qual seria a melhor forma de governo para o chanceler.

**PARTE II – COLUCCIO SALUTATI, TIRANIA E
RETÓRICA NA AURORA DO RENASCIMENTO**

3. A CHANCELARIA DE SALUTATI E OS INFLUXOS DE PODER DO IMPÉRIO E DA IGREJA

Embora a Baixa Idade Média já tenha presenciado a ebulição de inúmeros conflitos políticos, é no Renascimento Italiano e na tradição que, em certa medida, tenta exorcizar o fantasma do Medievo, que a política enquanto produto do Homem e elemento apto a influir, conscientemente, em sua história, passa a figurar como a questão central aos escritos de época. Como se viu no capítulo anterior, o fazer político nas comunas e, especialmente, em Florença, estava disseminado de tal maneira que integrava o dia a dia de grande parte da população local. As *Consulte e Pratiche*, a renovação constante dos *Tre Maggiore* e as diversas magistraturas, com uma participação popular em crescimento no século XIV, evidenciam como a política se amalgamava à vida cidadina. Neste mesmo sentido, a Chancelaria, em posto de evidência no desenrolar dos conflitos que tinham como protagonista Florença, mostrava-se não apenas como importante centro de tomada de decisões, mas, também, como instituição difusora dos ideais políticos defendidos pela comuna, trazendo a população para o seio dos campos de batalha, fossem eles ideológicos ou armados.

Esta conjuntura de valorização da chave de leitura política aos problemas vivenciados pelas comunas se dá, no âmbito exterior, para além do rechaço ao medieval, por motivos de cunho conjuntural. A comuna florentina, a despeito das inúmeras inventivas ao sul e ao centro da Itália desde o século XIII, viu a ameaça do despotismo chegar às suas fronteiras em meados do século XIV, com os Scaligeri de Verona²¹⁶ e com os Visconti de Milão, como nos mostra Hans Baron²¹⁷. Mesmo no avançar do século XIV e do XV, as ameaças à autodeterminação de Florença, ou, ainda, o expansionismo da comuna, na tentativa de reafirmação de seu sólido poderio

²¹⁶ Os Della Scala ou Scaligeri foram uma dinastia em Verona pelos anos de 1262 a 1387. Após a eleição de Ezzelino III como podestà, os Scaligeri converteram-se em um reinado permanente, com uma forte política expansionista.

²¹⁷ BARON, Hans. *Crisis of the Early Italian Renaissance: Civic Humanism and Republican Liberty in an Age of Classicism and Tyranny*. Princeton: Princeton University Press, 1966, p. 13.

no norte da Itália, eram uma constante na vida política dos florentinos²¹⁸. Nas palavras de Ronald Witt:

Florence's war against its most traditional ally derived at least indirectly from the political decentralization in Northern and Central Italy, which by the last quarter of the fourteenth century had become institutionalized. Perhaps no authority had the power to reverse completely the process, yet the weakness of individual city-states and lordships invited not only petty aggression but also grand designs of conquest. Millions of inhabitants in the area which stretched from the Alps down to the Kingdom of Naples longed for a reign of peace and order, and this unrequited desire created in most regimes an element of instability. (...) ²¹⁹

Se é verdade que a Chancelaria ocupou espaço central, ainda que cindido, na comuna ao longo do *Trecento* e início do *Quattrocento*, é também verdade que o período em questão também foi palco de inúmeros conflitos dentro e fora da Toscana, o que, mais uma vez, demandou um exercício ávido da Chancelaria e de Coluccio Salutati. Como narra, mais uma vez, Ronald Witt, Salutati, no período em que ocupou a chancelaria, esteve incansavelmente atrelado às decisões políticas da comuna, sem tempo nem mesmo para comer ou dormir²²⁰.

É, pois, imerso neste contexto de irrefreáveis disputas políticas e frente à necessidade de reafirmar-se enquanto cidade-Estado capaz de se sustentar frente aos demais poderes políticos locais e às constantes tentativas de subordinação externa, que o fazer político passou a representar um projeto de poder de Florença, dependente da atuação ativa da Chancelaria enquanto porta-voz dos interesses da comuna em âmbito exterior. É neste sentido que, em carta endereçada a Niccolò Casucchi da Gigenti, em 5 de novembro de 1375, Salutati deixa claro que participa de conselhos secretos (*qui quotidie secretis intervenio consillis*)²²¹ para a definição de determinadas políticas públicas, o que demonstra a importância de sua participação

²¹⁸ NAJEMY, John. *A history of Florence 1200-1575...* Op. Cit., p. 188.

²¹⁹ A guerra de Florença contra seu aliado mais tradicional derivou, pelo menos indiretamente, da descentralização política no norte e no centro da Itália, que no último quarto do século XIV se tornou institucionalizada. Talvez nenhuma autoridade tivesse o poder de reverter completamente o processo, mas a fraqueza de cada cidade-Estado e Senhoria atraiu não apenas pequenas agressões, mas também grandes projetos de conquista. Milhões de habitantes na área que se estendia dos Alpes até o Reino de Nápoles ansiavam por um reinado de paz e ordem, e esse desejo não correspondido criava na maioria dos regimes um elemento de instabilidade. WITT, Ronald. *Hercules at the Crossroads...* Op. Cit., p. 126.

²²⁰ WITT, Ronald. *Hercules at the Crossroads...* Op. Cit., p. 130.

²²¹ COLUCCIO SALUTATI. Livro III, Ep. XXIII. In: NOVATI, Francesco. *Epistolario di Coluccio Salutati*, v. 01... Op. Cit., p. 217.

nos afazeres políticos e na tomada de decisão na comuna. Neste mesmo sentido, narra o chanceler, em carta endereçada a Bernardo da Moglio entre 1387 e 1388:

*(...) cogita parumper, dilectissime fili, tante civitatis magnitudinem, que quasi totum diffusa per orbem, cogitur nos Italicos fines non solum implere litteris, sed ad universos mundi principes, ubicunque Latinorum lingue et littere sunt, tum ob necessitates reipublice, tum ob privatorum negocia cogitur litteras litteris inculcare (...)*²²²

Veja-se, como já trabalhado anteriormente, a importância das missivas como meio de posicionamento político de Florença frente aos demais poderes locais e externos é reconhecida por Salutati e caracterizada como parte central de sua atuação junto à Chancelaria. Isso reforça não apenas a ideia desenvolvida na primeira parte do presente trabalho, segundo a qual o fazer político estaria associado umbilicalmente à discursividade da retórica, como também deixa evidente mais uma vez, a importância do cargo de Salutati para o desenrolar dos conflitos e alianças políticas necessárias à subsistência de Florença em um contexto de instabilidade política na Itália.

É por isso que o poder político de Coluccio Salutati como chanceler não pode se limitar a uma análise sobre o âmbito interno da comuna. Na verdade, duas forças políticas ainda se faziam presentes aos olhos dos florentinos no período e demandavam especial atenção do chanceler, quais sejam, a Igreja Católica e o Império, sobretudo porque, a Florença do século XIV estava preocupada com a sua liberdade e com a possibilidade de ampliação de suas fronteiras e seu domínio na Toscana e via, na Igreja e no Império, grandes opositores à consecução dos interesses da comuna.

The largest state in Tuscany was Florence. Guided like Venice by commercial and industrial interests— it was the world's banking center— Florence was deeply committed to its business concerns. But unlike Venice, Florence was a city of the interior and its destiny was more closely tied to peninsular politics. Surrounded as it was by a welter of failing republics, Florence was understandably tempted to seek both economic and political domination of Tuscany²²³.

²²² “Pense, por um momento, estimado filho, a magnitude da cidade, que ao se espalhar por quase toda a orbe, tem não apenas que encher de cartas as fronteiras da Itália, mas também enviá-las, carta após carta, aos príncipes do mundo, onde quer que a língua e as cartas latinas sejam conhecidas, tanto sobre as necessidades da república quanto acerca dos negócios privados” (tradução nossa). COLUCCIO SALUTATI. Livro VI, *Ep.* XVI. In: NOVATI, Francesco. *Epistolario di Coluccio Salutati*, v. 02... *Op. Cit.*, p. 192.

²²³ “O maior estado da Toscana era Florença. Guiado, como Veneza, por interesses comerciais e industriais – era o centro bancário mundial –, Florença estava profundamente comprometida com seus negócios. Mas, ao contrário de Veneza, Florença era uma cidade do interior e seu destino estava

Como se pode perceber, para além do consolidado caráter mercantil da Florença do século XIV, a fragilidade institucional e política das demais comunas da Toscana fez crescer os interesses imperialistas dos florentinos, o que, aliado à busca por uma forma de governo que conglobasse a participação de todos, tornou possível a edificação de uma ideia para traduzir os interesses de Florença: a liberdade.

De acordo com Rubinstein, a ideia de liberdade [*libertas, libertà*] deve ser entendida sob duas principais acepções: a primeira, como autogoverno, ou seja, não sujeição a um poder externo – estabelecendo seu contraponto negativo com a ideia de servidão ou sujeição à dominação estrangeira. Nas palavras de Daniela de Rosa: “la Repubblica non combatteva soltanto per difendere se stessa dall’ingerenza di qualsiasi potentato italiano o straniero, ma anche per proteggere tutta la penisola dall’influenza degli *alienigenae*”²²⁴.

A segunda acepção, por sua vez, deve ser entendida como um contraponto à tirania, como uma liberdade interna da comuna e, conseqüentemente, republicana, ou, em outras palavras, como a liberdade do exercício do poder político dentro da comuna – esta liberdade será melhor explorada mais adiante. Embora, a princípio, as duas acepções de liberdade possam parecer complementares, a verdade é que no pensamento político do Renascimento, nem sempre as duas características tenham andado lado a lado.

De qualquer forma, ainda que a construção se mostrasse dúbia, a verdade é que no pensamento político e diplomático da Florença do século XIV, o que se manteve presente foi a ideia de liberdade como ausência de dominação externa, em especial com relação à Igreja e aos poderes dos chamados déspotas da Lombardia.

What, however, remained fairly consistent throughout the fourteenth century was the aim to preserve Tuscany from outside powers, and particularly from the Lombard despots. There was a remarkable continuity in Florentine foreign policy in this respect -the more remarkable if we think of the frequent internal problems and of the constant changes of government demanded by the constitution. 'Tuscany for the Tuscans'

mais intimamente ligado à política peninsular. Cercada, como estava, por uma confusão de repúblicas decadentes, Florença ficou compreensivelmente tentada a buscar o domínio econômico e político da Toscana” (tradução nossa). WITT, Ronald. *Hercules at the Crossroads...* Op. Cit., p. 126.

²²⁴ “A República lutou não só para se defender da interferência de qualquer potentado italiano ou estrangeiro, mas também para proteger toda a península da influência *alienígena*” (tradução nossa). DE ROSA, Daniela. *Coluccio Salutati: il cancelliere e il pensatore politico...* Op. Cit., p. 128.

would have been a good battle-cry, just as was the *Libertas* inscribed on one of the Florentine banners. It is true that a fourteenth-century Florentine may have hoped that one day this might come to mean “Tuscany for Florence”. But such final aims, however important they became in the end, were not the only ones which determined, during the fourteenth century, the policy of Florence toward Tuscany, and toward the intervention of Lombard Signori in that region²²⁵.

É, pois, neste sentido, que a despeito de qualquer interesse pessoal, as disputas com o papado e com o Império devem ser entendidas como fruto da tentativa de conquistar a autonomia do poder e, em certo sentido, de ampliação do poderio florentino sobre as demais regiões da Itália do século XIV.

Salutati, ciente da importância central que a Chancelaria possui no século XIV – noção que esboça, como se viu, nas cartas escritas entre 1375 e 1378 – vai buscar alicerçar os desejos de Florença na ampliação de seu poderio com o surgimento do estilo e de temas próprios ao humanismo e inseri-los em um contexto que ainda se valia muito das estruturas de poder do Medieval. E é, pois, na encruzilhada de um momento de transição vivido pelos pensadores do século XIV que as relações com o poder Imperial e da Igreja Católica passarão a ser objeto de preocupação central para Salutati, tanto na escrita de suas cartas privadas quanto nas missivas escritas na posição de chanceler da República de Florença. Salutati, frise-se, tinha consciência da importância de ambas as instituições e a relação que desenvolve com elas é elemento de vital importância para que se possa entender os limites de suas considerações acerca da melhor forma de governo.

Seja porque o Império e a Igreja estiveram, durante o *Trecento* e o início do *Quattrocento*, constantemente presentes nas disputas políticas em que Florença esteve envolvida – o que demandava o posicionamento de Salutati em face delas, na defesa do melhor interesse da comuna –, ou ainda porque ambas as instituições se

²²⁵ “O que, no entanto, permaneceu muito consistente ao longo do século XIV foi o objetivo de preservar a Toscana de potências externas e, particularmente, dos déspotas lombardos. Houve uma continuidade notável na política externa florentina a esse respeito – mais notável se pensarmos nos frequentes problemas internos e nas constantes mudanças de governo exigidas pela constituição. ‘Toscana para os toscanos’ teria sido um bom grito de guerra, assim como o *Libertas* inscrito em uma das bandeiras florentinas. É verdade que um florentino do século XIV esperava que um dia isso pudesse significar ‘Toscana para Florença’. Mas tais objetivos finais, por mais importantes que tenham se tornado no final, não foram os únicos que determinaram, durante o século XIV, a política de Florença em relação à Toscana e à intervenção dos *Signori* lombardos naquela região” (tradução nossa). RUBINSTEIN, Nicolai. Florence and the Despots Some Aspects of Florentine Diplomacy in the Fourteenth Century... *Op. Cit.*, p. 45.

encontravam em um momento de paulatina alteração no modo e no alcance de suas influências – o que permitia a Salutati explorar os limites impostos pela nova dinâmica de poder mais livremente, por meio do instrumental que os estudos da retórica lhe conferiam –, fato é que Império e Igreja são objetos de estudo que permitem uma compreensão mais aprofundada dos contornos e da complexidade do tema que envolve a interpretação do autor como um defensor da monarquia ou da república.

E é este o sentido do presente capítulo: esboçar, a partir das cartas públicas e privadas de Salutati, a maneira como o autor enfrentou direta e indiretamente os papéis e as influências de ambas as instituições, bem como avaliar como a retórica integra o fazer político pragmático do chanceler na disputa com ambas, ressaltando, ainda, conceitos e significados políticos relevantes para o autor que exurgem a partir do seu posicionamento em face – ou a favor – da Igreja e do Império. Interessa-nos o agir pragmático de Salutati e as reverberações deste agir na construção do pensamento político do chanceler.

3.1. SALUTATI, IMPÉRIO E MONARQUIA

Especificamente com relação ao poder imperial, algumas considerações merecem uma atenção mais detida, sobretudo considerando-se que o papel e a força política do Império ganham contornos diferentes no pensamento jusfilosófico do *Trecento*.

Se é verdade que ao menos no século XIV – e no período em que Coluccio Salutati ocupou o cargo de chanceler da República Florentina – a comuna experienciou uma ampliação da participação popular nos assuntos concernentes ao Estado, encontrando, ainda, um desenho institucional e político que, apesar de instável, garantia a rotatividade do poder e mantinha as características centrais de suas feições e limites, por outro lado, é também verdade que pairava no imaginário renascentista do *Trecento* a ideia de alinhamento à estrutura hierárquica imperial. Como afirma Gabriel Pancera, as deliberações das leis formuladas no seio da estrutura comunal de Florença demandava não apenas a convalidação do Império, mas também

a necessidade de observância da participação dos mandatários do Imperador na convocação e na realização dos conselhos²²⁶.

Diego Quaglioni, ao explorar a construção da ideia de soberania e os influxos medievais desta ideia ressalta a importância do Império enquanto sustentáculo teórico para a ordem do Mundo, em uma hierarquia própria da Idade Média que, mesmo no século XIV, ainda ressoa no pensamento político de autores de formação eminentemente jurídica e notarial, como Salutati²²⁷. Mas não é só, Quaglioni ressalta a figura do Império como fundamento jurídico para a emanção das leis e garantia da ordem. Com fundamento na ideia desenvolvida por Egídio Romano – escorado no Livro V da Ética a Nicômaco – de que o Imperador seria a “lei viva” ou a personificação da Justiça²²⁸ e, bem assim, no legado jurídico romano de que o imperador é *dominus mundi*²²⁹, o pensamento do início do Renascimento não consegue se desvencilhar da importância do Império para a legitimação e salvaguarda dos interesses locais²³⁰. A ideia de que o Imperador é o intermediador entre a Lei Natural

²²⁶ PANCERA, Carlo Gabriel Kszan. Maquiavel entre Repúblicas... *Op. Cit.*, p. 43.

²²⁷ QUAGLIONI, Diego. Da un immaginario all'altro: teoriche del potere imperiale e costruzione dell'ideario statale nella prima modernità. In: CAPPELLI, Guido; DE VITA, Giovanni (Ed.). *Al di là del Repubblicanesimo: Modernità politica e origini dello Stato*. Napoli: UniorPress, 2020, pp. 19-20.

²²⁸ “*Nam lex est quidam inanimatus princeps. Princeps vero est quaedam animata lex*”. In: KANTOROWICZ, Ernst. *The King's Two Bodies: a study in medieval political theology*. Princeton: Princeton University Press, 2016, p. 134, nota 148. A passagem foi assim traduzida por Juan Beneyto Pérez: “donde dice que el rey es ley e regla animada, así como la ley e la regla es un príncipe sin alma”. EGIDIO ROMANO. Regimento de Príncipes. In: PEREZ, Juan Benito. *Glosa Castellana al "Regimiento de Príncipes" de Egídio Romano*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2005 p. 117. “Pois a lei é um príncipe inanimado e o príncipe, em verdade, a lei animada” (tradução nossa).

²²⁹ *Acivsis Eudaimonos Nikomydeus pros Antwninon basilea. Kurie basileu Antwnine, naufragion poiysantes en ty Italia diyrapagymen hupo tw n dymosiw n tw tas Kukkladas nysous oikountwn. Antwninos eipen Eudaimoni. Egw men tou kosmou kurios, ho de nomos tys valassys. Tw nomw tw n Hrodiwn krinesw tw nautikw, en obis mytis tw n hymeterw n autw nomos enantiontai. Touto de auto kai ho veiotatos Augoustos ekrinen. [Id est: Petitio Eudaemonis Nicomedensis ad imperatorem Antoninum. Domine imperator Antonine, cum naufragium fecissemus in Italia [immo in Icaria], direpti sumus a publicis [immo a publicanis], qui in Cycladibus insulis habitant. Antoninus dicit Eudaemoni. Ego orbis terrarum dominus sum, lex autem maris, lege Rhodia de re nautica res indicetur, quatenus nulla lex ex nostris ei contraria est. Idem etiam divus Augustus indicavit.]. In: MOMMSEN, Theodor; KRUEGES, Paul (Ed.). *Corpus Iuris Civilis. Cambridge Library Collection - Classics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. v. 1. Disponível em: <https://droitromain.univ-grenoble-alpes.fr/Corpus/d-14.htm>. Acesso em 12 de novembro de 2020. “Petição de Eudemón de Nicomédia ao Imperador Antonino. ‘Senhor Imperador Antonino: havendo naufragado, fomos despojados pelos publicanos que habitam as ilhas Cíclades’. Antonino respondeu a Eudemón: ‘Eu sou senhor do orbe, mas a lei [Ródia] é senhora do mar; Julgue-se esta questão pela lei Ródia marítima enquanto a ela não se opuser alguma de nossas leis’. Em igual sentido, decidi o Imperador Augusto de Sagrada Memória”. POLETTI, Ronaldo Rebello de Britto. *Elementos para um conceito jurídico de Império*. 2007. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007, p. 11.*

²³⁰ Insta salientar que Egídio Romano não deixa de ser um dos mais ferrenhos defensores da chamada *plenitudo potestatis* ou plenitude do poder do Papa, especialmente em sua obra intitulada *Sobre poder*

e a Lei Positiva²³¹ é outra formulação que também confere maior legitimidade às determinações imperiais. É por isso que o Império constitui “punto d’appoggio di una concezione del potere nella quale l’immagine di una sovranità astratta, *potestas absoluta*, deve necessariamente andare di concerto con l’idea di una sovranità concreta e limitata, *potestas ordinaria et ordinata*”²³². Quaglioni segue, pois, concluindo:

L’Impero continua ad essere, nel paradigma teorico di natura eticogiuridica che costituisce la base del pensiero politico medievale, il fulcro di un sistema di simboli autoritativi per i quali l’imperatore è, come dice la Glossa accursiana, *vigor iustitiae* e dunque, come si è già ricordato, *lex animata*, espressione ed immagine terrena di un principio di conservazione dell’ordine²³³

Não se pode deixar de notar, ademais, que a existência histórica da formação de determinados governos no norte da península Itálica, se dá em função de dois movimentos complementares: o primeiro, de formação das senhorias e, o segundo, de realocação da legitimidade do poder político para fora da comuna. Os senhores, que chegam ao poder com o fundamento de retomada da *concordia et pax* acabam

eclesiástico (De ecclesiastica potestate). Contudo, reconhecemos, amparados nas lições de Terezinha Oliveira, José Antonio de Souza e João Morais Barbosa, que Egídio não nega o Estado enquanto uma exigência da própria natureza, conferindo a ele importância para a própria salvação do homem. Não nos cabe, aqui, adentrar no pensamento de Egídio Romano, tampouco aprofundar os estudos acerca da correlação entre os posicionamentos defendidos pelo autor no *De ecclesiastica potestate* e no *De regimine principum*. Para tanto, cf: OLIVEIRA, Terezinha. *A Escolástica no Debate acerca da Separação dos Poderes Eclesiástico e Laico*. São Paulo/Porto: Mandruvá, 2005; BARBOSA, João Morais; DE SOUZA, José Antônio de C. R. *O reino de Deus e o Reino dos homens: as relações entre os poderes espiritual e temporal na Baixa Idade Média (da Reforma Gregoriana a João Quidort)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

²³¹ De acordo com Egídio Romano: “Mas para soltar esta cuestión conviene de notar que el rey o príncipe es medianero entre la ley natural e la ley positiva, ca sola es ley natural e sobre la ley positiva, ca ninguno juzga derechamente, sacando si siguiere razón derecha. Onde el rey, por tanto es dicho rey, porque sigue razón derecha en gobernando, e esto es según razón natural; mas quando establece la ley positiva por su autoridad es sobre ella, ca así como el rey nunca gobierna derechamente sino quando sigue la ley de natura, así la ley positiva no ha fuerza de ligar, sino en quanto se esfuerza en la autoridad del rey o del príncipe”. EGIDIO ROMANO. Regimento de Príncipes, 3, 2, XXIX. In: In: PÉREZ, Juan Beneyto. *Glosa Castellana al “Regimento de Príncipes” de Egídio Romano... Op. Cit.*, p. 904.

²³² “ponto de apoio de uma concessão do poder na qual a imagem de uma soberania abstrata, *potestas absoluta*, deve necessariamente andar em conjunto com a ideia de uma soberania concreta e limitada, *potestas ordinaria et ordinata*” (tradução nossa). QUAGLIONI, Diego. Da un immaginario all’altro: teoriche del potere imperiale e costruzione dell’ideario statale nella prima modernità... *Op. Cit.*, p. 24.

²³³ “O Império continua a ser, no paradigma teórico de natureza ético-jurídica, o que constitui a base do pensamento político medieval, o fulcro de um sistema de símbolos autoritários pelos quais o Imperador é, como diz a Glosa Acursiana, *vigor istitiae* e, portanto, como já mencionado, *lex animata*, expressão e imagem terrena de um princípio de conservação da ordem” (tradução nossa). QUAGLIONI, Diego. Da un immaginario all’altro: teoriche del potere imperiale e costruzione dell’ideario statale nella prima modernità... *Op. Cit.*, p. 25.

buscando a legitimação de seu domínio para além das fronteiras das cidades (por meio, por exemplo, dos vicariatos imperiais e apostólicos). Isso significava, por vezes, a consagração do poder sem a necessária manutenção das instituições de ordem popular, transferindo as atribuições antes conferidas à população integralmente para si mesmos. Sobre o tema, narra Patrick Gilli:

Nomeados potestades ou capitães do povo, tolerados originalmente pelos cidadãos que os viam como um meio para chegar à paz e à concórdia inacessíveis de outra maneira, eles veem os seus cargos prorrogados por anos, até mesmo por toda a vida. Fortalecidos por sua legalidade, as senhorias continuam formalmente a respeitar as instituições comunais, mas esvaziando-as de sua essência: os conselhos tornam-se vazios, privados de toda a capacidade de decisão. (...) O que choca nesse movimento é a amplitude de sua difusão. Nenhuma cidade parece imune; mesmo as cidades mais populares ou mercantes ou menos acabadas de senhorio (...). As primeiras décadas do século XIV nos remetem à imagem de uma modificação substancial na organização política. A Itália está cheia de tiranos, disse o grande jurista Bartolo, na abertura de seu tratado sobre a tirania. Um outro jurista contemporâneo, Lucca de Penne, evoca o nascimento de uma *res publica in principe* (governo de um só) para caracterizar a paisagem política italiana.²³⁴

Contudo, especialmente no final do século XIV, a busca pela legitimidade do poder no Império e, ainda, a própria presença ficta do Imperador nas Cidades-Estado passou a ser paulatinamente enfraquecida. Consoante relata Pancera, o desmantelamento do poder político e militar do Império e a formação dos chamados *Estados reginais* – “constituídos pelo domínio de uma cidade sobre uma região, como ocorria, por exemplo, no domínio da cidade de Florença sobre a região da Toscana, ou, ainda, de Roma sobre o Lazio”²³⁵ –, bem como a constante reafirmação do poder comunal como o topo da hierarquia política das cidades-Estado, eram forte indícios de que o sistema hierárquico medieval estava em processo de erosão.

Este enfraquecimento também perpassa pela insuficiência que a ideia de um poder universal representa no cotidiano renascentista. Se é verdade, por um lado, que a ordem medieval, rígida e escalonada, consegue antever um poder singular capaz de ditar os rumos da vida terrena, por outro lado, o imaginário renascentista italiano – sedento pela ideia de liberdade –, não consegue perceber o Império com a

²³⁴ GILLI, Patrick. *Cidades e sociedades urbanas na Itália medieval (séculos XII-XIV)*. Tradução: Marcelo Cândido da Silva e Victor Sobreira. Campinas: Editora da Unicamp; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, pp. 93-96.

²³⁵ PANCERA, Carlo Gabriel Kszan. *Maquiavel entre Repúblicas... Op. Cit.*, p. 43.

centralidade de outrora, especialmente porque o jugo da espada temporal – que congloba prerrogativas punitivas, fomento econômico e controle administrativo da cidade – estava, ao menos *de facto*, agora, muito mais próximo: nas mãos da comuna.

Soma-se a esta perspectiva a ideia de que o Império era, antes de tudo, uma noção de matiz germânica e, conseqüentemente, tem-se o conflito, em certa medida, desta ideia com os objetivos políticos e institucionais de Florença. Sobre o tema, valiosas são as lições de José D’Assunção Barros:

Depois dos imperadores Habsburgos, que pouco acrescentaram em termos de fatos novos à ideia imperial ou à sua receptividade dentro ou fora do antigo território teutônico, a Alemanha da época de Luís IV da Baviera (1314-1347) já assiste à combinação de uma intensificação do sentimento de pertencimento germânico com a ideia de que o título imperial era prerrogativa do povo alemão. A ideia de um Reich alemão, que seria retomada no futuro em contextos bem distintos, aqui se mostra nos seus primórdios. Neste novo circuito de ideias, a imagem de Carlos Magno é projetada para o passado como a de um imperador alemão. Surgem os matizes teóricos. Marcílio de Pádua procura dar um lugar especial ao povo alemão no seu ideário de império. Guilherme de Ockham conserva a ideia de uma natureza romana do império. (...) Assim, em que pese que, a partir de meados do século XIV, a eleição do Imperador se tivesse tornado um assunto popular e inflamador de um orgulho de ser alemão na população, a verdade é que “ser Imperador” já pouco representava em termos de forças políticas ou de recursos econômicos, pois neste último aspecto os recursos fiscais de que o Imperador um dia dispusera foram minguando, transferindo-se para as realidades locais. Paradoxalmente, apesar do imaginário do império, o território que correspondia ao que em 1474 seria chamado “Sacro-Império Romano Germânico” era politicamente fragmentado, cada região sendo sujeita ao controle dos príncipes locais²³⁶.

Deve-se frisar, por oportuno, que não se trata de um abandono ou de deslegitimação do poder do Imperador no período. Em verdade, a percepção dos pensadores políticos do século XIV, de que o Império estaria, de certa forma, alheio aos problemas políticos e sociais da comuna e de que, em certo sentido, era possível a construção de uma organização administrativa que prescindia da jurisdição fática do Imperador, não representa, automaticamente, a deslegitimação da força jurídica e política que o Império exercia na comuna. O problema é eminentemente mais complexo.

²³⁶ BARROS, José D’Assunção. Cristianismo e política na Idade Média: relações entre Papado e Império (Christianity and politics in the Middle Ages: the relations between the Papacy and the Empire). *HORIZONTE-Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, [S.l.], v. 07 n. 15, pp. 53-72, 20 dez. 2009, pp. 69-70.

Como já mencionado anteriormente, houve uma espécie de deterioração parcial dos braços italianos do Império. Isso fez com que se desenvolvesse, ao norte da Itália, o que se chama de uma autonomia *de facto*, calcada na criação de instituições locais e autogoverno. Contudo, esta autonomia sofreu, ao longo da história do século XIV²³⁷, uma série de intervenções que demonstram não só a sua relativa fragilidade política, como também o espaço privilegiado que o Império ainda ocupava na visão da comunidade política das comunas.

Diante da percepção de instabilidade e vulnerabilidade dos poderes locais e, bem assim, diante da miríade de poderes com interesses no controle político das comunas, tem-se a necessidade de os governos comunais aliarem-se à determinadas figuras políticas responsáveis por manter a concórdia e, bem assim, a proteção das cidades. Nas palavras de Alexander Lee: “Just as they sought the protection of signori when it suited their needs, communes also solicited help from kings and potentates beyond the bounds of the regnum Italicum without feeling any constitutional qualms about doing so”²³⁸. É, pois, neste sentido, que se deve observar com especial parcimônia a ideia de que o simples fato de o Império não se fazer *de facto* presente, com tamanha regularidade, importa em uma espécie de relegação de sua importância para a ordem juspolítica do *Trecento*.

Ciente da complexidade das relações desenvolvidas com o Império, Salutati, mesmo antes de se tornar chanceler da República de Florença escreve a Petrarca em 1369, relatando não apenas a relação de reciprocidade entre a Igreja, sob o comando

²³⁷ De acordo com Alexander Lee, o reviver dos interesses imperiais pela Itália tem por ponto de partida a Eleição de Henrique VII como Rei dos Romanos e, depois, como Imperador do Sacro Império Romano Germânico em 1312. Vai dizer: “Setting out not only to receive coronations in Milan and Rome, but also to actualize his regalian rights and to restore imperial authority in the kingdom, Henry’s expedition to Italy between 1310 and 1311 signaled the beginning of a resurgence of imperial aspirations in the *regnum Italicum* that was to overshadow the remainder of the fourteenth century. Like their predecessor, both Ludwig IV of Bavaria (1282-1347) and Charles IV of Luxembourg (1316-1378) were to mount expeditions to Italy, while Wenceslaus and the anti-king Frederick of Habsburg were to assert their authority over Italian affairs, even if they were unable to descend into the peninsula in person. (...) Often fueling urban factionalism, they were met with both support and opposition from city-republics and signori, and often – although not always – found themselves in conflict with the papacy and the kingdom of Naples”. LEE, Alexander. *Humanism and Empire: the Imperial Ideal in Fourteenth-Century Italy*. Oxford: Oxford University Press, 2018, pp. 4-5.

²³⁸ “Assim como elas buscaram proteção dos *Signori* quando foi necessário, as comunas também pediram ajuda dos reis e potentados para além dos limites do *Regnum Italicum* sem qualquer apreensão constitucional em fazê-lo” (tradução nossa). LEE, Alexander. *Humanism and Empire: the Imperial Ideal in Fourteenth-Century Italy... Op. Cit.*, p. 14.

de Urbano V, e o Império, sob o coroa de Carlos IV, do Sacro Império Romano-Germânico, como também o percepção de que o Papa restaura o que Salutati chama de “o outro gládio temporal” (*aliud gladium temporalem*), asseverando que tudo estava em paz (*omnia pacata sunt*)²³⁹. Mesmo na Chancelaria de Florença, já em 1397 o próprio autor escreve, em carta endereçada a Iodoco Magravio di Moravia, louvando a Deus pela possibilidade de uma solução para o caso do cisma da Igreja, depositando nos príncipes-Eleitores²⁴⁰ do Império Romano a expectativa de resolução da situação, atribuição que lhes incumbia [*postquam vos ei alii Romani imperii proceres, quorum est tractare, ad hoc scisma tollendum videmini convenisse!*]²⁴¹.

Com efeito, Salutati para além de estar inteirado do ainda vivo poder Imperial, não deixa de reconhecer-se inserido na ordem hierárquica que o Império impunha, nem mesmo de legitimar a sua atuação para a resolução de determinadas situações político-jurídicas que envolviam até mesmo a Igreja, como no caso da carta de 1397.

Noutro giro, para além dos já mencionados refúgios imperiais dos vicariatos, que conferiam ao governante um mandado independente para o exercício da autoridade local²⁴², é também interessante notar a dinâmica, por exemplo, da relação entre as comunas e o reconhecimento de sua liberdade pelo Império.

Later, Charles IV, too, recognized the financial gains to be had from working with, rather than against, the city-republics. In 1355, for example, he conferred the imperial vicariate on the priors of Florence, in return for recognition of his *de iure* authority and the payment of 100,000 florins, and in the same year acceded to a request made by a Perugian embassy led by Bartolus of Sassoferrato for confirmation of its liberties on comparable terms²⁴³.

²³⁹ COLUCCIO SALUTATI. Livro II, *Ep.* XI. In: NOVATI, Francesco. *Epistolario di Coluccio Salutati*, v. 01... *Op. Cit.*, pp. 82-84.

²⁴⁰ Estabelecidos pela chamada Bula de Ouro, os Príncipes-Eleitores eram membros do colégio eleitoral do Sacro Império Romano-Germânico, tendo desde o século XIII, a função de eleger o Imperador do Sacro-Império Romano-Germânico. A Bula de Ouro pode ser consultada em: HENDERSON, Ernest F. *Select Historical Documents of the Middle Ages*. London: George Bell and Sons, 1896. Disponível em: <https://avalon.law.yale.edu/medieval/golden.asp>. Acesso em 20/01/2021.

²⁴¹ COLUCCIO SALUTATI. Livro X, *Ep.* IV. In: NOVATI, Francesco. *Epistolario di Coluccio Salutati*. Roma: Forzani E.C. Tipografi del Senato, 1896. v. 03, pp. 206-207.

²⁴² JONES, Philipp J. *Communes and Despots: The City State in Late-Medieval Italy*. *Transactions of the Royal Historical Society*, [S.l.], vol. 15, pp. 71-96, 1965, pp. 87-88.

²⁴³ “Mais tarde, Carlos IV também reconheceu os ganhos financeiros de se trabalhar com, mais do que contra, as cidades-repúblicas. Em 1355, por exemplo, ele conferiu o vicariato imperial aos priores de Florença, em troca do reconhecimento de sua autoridade *de iure* e do pagamento de 100,000 florins, e no mesmo ano, acolheu um pedido feito por uma embaixada da Perugia chefiada por Bartolus de Sassoferrato para confirmar, em termos comparáveis, a liberdade daquela comuna” (tradução nossa).

Como se pode perceber, não se trata, apenas, de uma questão teórica de liberdade, ou não, das cidades, mas, antes, de conflitos que envolviam, para além dos já complexos jogos de poder, variáveis econômicas e jurídicas. É por isso, pois, que a dinâmica da liberdade e a sua relação com o Império não se limita à dualidade – descrita por Philipp Jones como um lugar comum da histórica política da Idade Média tardia²⁴⁴ – entre um governo republicano e um despótico.

Em verdade, conquanto fosse, em determinados momentos, relativamente mais proveitoso aos interesses da comuna um alinhamento diametralmente oposto aos do Império, é também verdade que as relações políticas desenvolvidas entre este e as comunas não raro eram pautadas por uma proximidade e, em um reflexo da política feudal, por um mutualismo. Veja-se, a própria ideia de liberdade das comunas prevê como figura substancialmente importante a presença do Império no jogo de poder.

Precisely how the emperor could be said to guarantee *libertas* while allowing communes and signori to govern themselves could be explained in two different ways. On the one hand, he could legitimize and safeguard the autonomy of an individual city or signoria with an award of jurisdiction. Provided his authority was acknowledged, and any financial obligations to the imperial exchequer were met, the right to self-government – as well as any rights the regime may have possessed over the territories – would be guaranteed under feudal law, and protected against any threats from without. (...) On the other hand, the emperor could ensure the liberty of all cities and signori by using his overarching authority to adjudicate between rivals in the event of strife. This was an argument expressed with particular force in Dante's *De monarchia*. Since conflict was inevitable, it was necessary that there should be someone to judge between the contending parties who was superior to both, and who exceeded them in virtue²⁴⁵.

LEE, Alexander. *Humanism and Empire: the Imperial Ideal in Fourteenth-Century Italy...* *Op. Cit.*, p. 15.

²⁴⁴ JONES, Philipp J. *Communes and Despots: The City State in Late-Medieval Italy...* *Op. Cit.*, p. 71.

²⁴⁵ “Pode-se explicar, de duas maneiras, de que forma se pode dizer que o imperador garante as *libertas* ao mesmo tempo que permite que as comunas e senhorias se governem. Por um lado, ele poderia legitimar e salvaguardar a autonomia de uma cidade ou Senhoria individual com uma atribuição de jurisdição. Desde que sua autoridade fosse reconhecida e que quaisquer obrigações financeiras para com o erário imperial fossem cumpridas, o direito ao autogoverno - bem como quaisquer direitos que o regime possa ter possuído sobre os territórios - seria garantido pela lei feudal e protegido contra quaisquer ameaças de fora. (...) Por outro lado, o imperador poderia garantir a liberdade de todas as cidades e Senhorias usando sua autoridade abrangente para julgar entre rivais em caso de conflito. Este foi um argumento expresso com força particular no *De monarchia* de Dante. Visto que o conflito era inevitável, era necessário que houvesse alguém para julgar entre as partes em conflito que fosse

Nada obstante, a diferença entre a independência *de facto* e *de iure* também ajuda pensadores como Bartolo de Sassoferrato a pensarem a situação político-jurídica da comuna na hierarquia institucional do *Trecento*. O autor desenvolve, em linhas gerais, a ideia de que as cidades são *sibi princeps*, ou “príncipes de si mesmas”. Isso significa, em uma palavra, que Bartolo reivindicava o direito da cidade de não se submeter à outros poderes, inclusive o imperial. Contudo, a ideia de *sibi princeps* deve ser entendida como autogoverno *de facto*, ou seja, de uma relação de poder derivada do mundo fático, sem qualquer ingerência jurídica. Isso se mostra significativamente importante porque a teoria do *sibi princeps* não nega a autoridade *de iure* do Império, reconhecendo, ainda, que, a depender do grau de jurisdição exercida na cidade, pode ser necessária uma concessão do Imperador para legitimar o exercício de poder²⁴⁶.

Não se descuida da possibilidade de conquista de uma maior jurisdição mesmo sem a autorização do Império, por meio da prescrição aquisitiva do direito. Contudo, mais uma vez, a *usucapio* do poder mostra-se uma matéria que se desdobra no cenário fático e que, conquanto confira o título de *sibi princeps* à cidade sem a legitimação imperial, não torna menos abrangente o poder exercido *de iure* pelo Imperador. Essa configuração fica mais clara nas palavras de Sidney Woolf:

As “*sibi princeps*” the *Civitas* will now be able to legislate by statute on all topics which the Emperor has reserved to himself. But this is only one of the effects of this step. In general it means that the *Civitas* is now an independent sovereign State. The theory of the Civilians had begun by seeing but one State, namely the Empire. Bartolus, we must always remember, has not yet given up the *de jure* lordship of the Emperor; but he has now recognised that where, whether *de jure* or *de facto*, there is an independent political body, that body must be recognised as sovereign and endowed, within its particular boundaries, with all the marks and privileges of the one universal Empire²⁴⁷.

superior a ambas e que as superasse em virtude” (tradução nossa). LEE, Alexander. *Humanism and Empire: the Imperial Ideal in Fourteenth-Century Italy...* *Op. Cit.*, pp. 18-19.

²⁴⁶ Não se pretende, aqui, destrinchar a complexa teoria do *sibi princeps* de Bartolo da Sassoferrato. Para tanto, recomendamos a leitura de WOOLF, Cecil N. Sidney. *Bartolus of Sassoferrato: his position in the History of Medieval Political Thought*. Cambridge Library Collection - European History. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, pp. 21-207.

²⁴⁷ “Como ‘*sibi princeps*’, as *Civitas* poderão agora legislar por estatuto sobre todos os assuntos que o Imperador reservou para si mesmo. Mas este é apenas um dos efeitos desta etapa. Em geral, isso significa que a *Civitas* é agora um Estado soberano independente. A teoria dos *Civis* começou vendo apenas um Estado, a saber, o Império. Bartolus, devemos sempre lembrar, ainda não renunciou ao governo *de iure* do Imperador; mas agora reconheceu que onde, seja *de iure* ou *de facto*, há um corpo político independente, esse corpo deve ser reconhecido como soberano e dotado, dentro de seus

É importante destacar, pois, que Bartolo, por meio da sua teoria do *sibi princeps* galga alguns degraus em direção a uma teoria da independência das comunas italianas no período, mas isso não significa dizer que tal independência prescindia do reconhecimento do Império em sua extensão e em seu poder. Ao contrário, o que Bartolo vai fazer é justamente, tentar alinhar a possibilidade de coexistência entre uma comuna independente e a jurisdição do Império.

E é justamente esta percepção, partilhada, como advoga James Hankins, pela mentalidade do século XIV, que possibilita a Salutati enveredar-se pela defesa da liberdade de Florença e a subserviência ao Império. Em verdade, a ideia de uma hierarquia de poder em que se mostra possível a convivência pacífica entre governos monárquicos e republicanos pode ser vista em Salutati não apenas como uma decorrência da teoria do *sibi princeps*, mas também como expressão do reconhecimento da multiplicidade de formas políticas que encontram legítima existência dentro da pluralidade da ordem cujo cume se encontra no Império.

Neste sentido, não se pode deixar de notar como, por exemplo, na missiva aos italianos (*italicis*), datada de 1390, que mesmo defendendo severamente o amor pela liberdade da comuna florentina, Salutati ainda menciona o fato de que Giangaleazzo Visconti tenta dar as vestes de um governo legítimo à sua tirania, por meio do que chama de *esplendor* do título real (*tyrannidem suam regi tituli splendoribus honestare*)²⁴⁸. Da mesma forma, em carta endereçada a Carlos V, rei da França, o chanceler até mesmo destaca a impossibilidade de se criticar ou se opor ao reino francês, como o acusavam os opositores de Florença. Salutati, em uma defesa não apenas do governo, mas também da relação de parceria desenvolvida ao longo dos anos entre os gauleses e florentinos.

(...) *et desinant quod de singulis dictum est et de illis solum qui in Italia crudeliter dominantur, inter quos scimus nullum de gente fuisse Francorum, in genus vel gentem aliquam maligne deectere et praecipue in eos quos nec mostra querimonia vel reprehensio potest attingere et quod et aedificatione mostra urbis et continuatione gratiarum et etiam*

limites particulares, de todas as marcas e privilégios do único Império universal. WOOLF, Cecil N. Sidney. *Bartolus of Sassoferrato... Op. Cit.*, p. 160.

²⁴⁸ SALUTATI, Coluccio. *Collegio cardinalium*. In: BALDASSARRI, Stefano U. (ed.). *Coluccio Salutati Political Writings*. Cambridge: Harvard University Press, 2014, pp. 8-16, p. 45.

servitiorum usque ad caedes et effusionem sanguinis impensorum multipliciter venerari debemus. ²⁴⁹

O que aparece mais significativo na referida passagem é que Salutati deixa evidente que a crítica àqueles que governam a Itália com crueldade (*quo in Italia crudeliter dominantur*) não pode ser endereçada aos franceses e que, em verdade, o governo franco deve ser venerado (*venerari debemus*). Com efeito, o chanceler não está preocupado, neste momento, em utilizar-se da missiva para opor-se ao governo de um só, nem mesmo de promover acusações de crueldade a Carlos V.

Ao contrário, o tom da carta e, em especial, da passagem citada *supra*, é um tom de conformação com a possibilidade de coexistência entre uma comuna livre e uma monarquia. Embora o exagero, típico do fazer retórico, amplifique o modo como Salutati esboça a simpatia para com governo francês, fato é que tampouco se preocupa o autor em se contrapor à forma de governo adotada pelo monarca²⁵⁰.

Veja-se, Salutati não constrói, neste momento, uma defesa da liberdade que se coloca para fora da ordem imperial, mas que reconhece a hierarquia da ordem jurídica emanada daquela autoridade. É possível ser estar em uma comuna livre e, ainda assim, inserida dentro dos moldes institucionais do Império. A autoridade *de iure* do Imperador, mormente no que tange ao reconhecimento da ordem jurídica que confere autonomia e liberdade às comunas, é elemento que integra o horizonte político de Coluccio Salutati, o qual, em razão da permeabilidade da retórica ao longo de seus trabalhos, consegue trazer um ar de medievalidade a uma missiva escrita nos tons e nos moldes de um trabalho humanista. A carta aos italianos, inserida no contexto da

²⁴⁹ “E chega de tentar, por má vontade, desviar para outra nação ou povo o que dissemos sobre os indivíduos e sobre as pessoas que governam a Itália com crueldade – entre as quais, sabemos, nenhum membro da nação franca se encontra – principalmente porque nossa reclamação e crítica não poderiam atingir os franceses, aos quais, aliás, por múltiplos motivos, como construtores de nossa cidade e como fonte contínua de favores e serviços para nós, mesmo às expensas de vidas e membros, devemos reverência” (tradução nossa). SALUTATI, Coluccio. Regi Francorum (III, 11). In: BALDASSARRI, Stefano U. (ed.). *Coluccio Salutati Political Writings*. Cambridge: Harvard University Press, 2014. p. 25.

²⁵⁰ Embora, como se verá adiante – especialmente no capítulo 04 –, esta “conformação” não se mostre incontroversa nas cartas públicas de Salutati, é interessante notar como o autor se permite até mesmo reverenciar a monarquia francesa, como forma de estreitar os laços políticos com Carlos V, importante aliado nos assuntos externos.

disputa com os Visconti é uma carta que tem por objetivo louvar o desejo tipicamente italiano de liberdade²⁵¹.

Insta frisar, mais uma vez, que, conquanto houvesse uma defesa da liberdade que estava calcada na ideia de um governo republicano – valendo-se especialmente de Baldus de Ubaldis e de Bartolo de Sassoferrato – a ideia de liberdade no *Trecento* não estava inexoravelmente atrelada à forma de governo republicana. Alexander Lee vai dizer:

Yet it was circumstance, rather than logical necessity, which induced communal figures to place liberty in such close proximity to republicanism. As Witt has argued, *libertas* – in both forms – was a neutral “moral-juridical” concept. It hinged on the dual recognition that justice and equity were embodied by law, and that law would only be just and equitable where legislative and executive authority were entrusted to men of virtue. But while *libertas* was defined by the form of law in a govern polity, it said nothing about the constitutional structures from which law emanated²⁵².

É interessante notar, neste sentido, como fazem Arno Dal Ri Jr. e Diego Nunes, que Bartolo, por exemplo, via como necessária à definição da melhor forma de governo não apenas os atributos do governante, mas também as peculiaridades locais de cada uma das comunidades²⁵³. Trata-se da inclusão de um elemento relativo – o território – como condicionamento à existência de um bom governo, o que deixa evidente a ideia de que um bom governo no imaginário do século XIV, não estava necessariamente vinculada à ideia de uma república.

O mesmo ocorre com a vinculação entre a ideia de liberdade e de *res pública* como supostos contrapontos à noção de Império do período. De acordo com Cary

²⁵¹ “Nos, popularis civitas soli dedita mercaturae, sed – quod ipse tamquam rem imicissimam detestatur – libera et non solum domi libertatis cultrix, sed etiam nostros terminos conservatrix, sed etiam extra nostros terminos conservatrix, ut nobis et necessarium et consuetum sit pacem quarere, in qua sola possimus libertatis dulcedinem conservare?” SALUTATI, Coluccio. *Italicis* (V). In: BALDASSARRI, Stefano U. (ed.). *Coluccio Salutati Political Writings... Op. Cit.*, p. 37.

²⁵² “No entanto, foram as circunstâncias, e não a necessidade lógica, que induziram as figuras comunais a colocar a liberdade tão próxima do republicanismo. Como Witt argumentou, *libertas* - em ambas as formas - era um conceito “moral-jurídico” neutro. Dependia do duplo reconhecimento de que a justiça e a equidade eram incorporadas à lei, e que a lei só seria justa e equitativa quando a autoridade legislativa e executiva fosse confiada a homens virtuosos. Mas, embora a *libertas* fosse definida pela forma da lei em um governo político, ela nada dizia sobre as estruturas constitucionais das quais a lei emanava”. LEE, Alexander. *Humanism and Empire: the Imperial Ideal in Fourteenth-Century Italy... Op. Cit.*, pp. 18-19.

²⁵³ DAL RI JR., Arno.; NUNES, Diego. A tirania como categoria jurídica de governo: a construção do ius publicum medieval na obra de Bartolo de Saxoferato. *Revista Justiça do Direito*, v. 32, n. 3, p. 480-508, 12 fev. 2019, pp. 485-486.

Nederman, este dualismo aparente decorre de uma predisposição desenvolvida pelos estudiosos do Renascimento a associar a devoção dos humanistas ao trabalho de Cícero com a aceitação de suas posições pessoais²⁵⁴. Neste mesmo sentido, a autora ressalta que “as the example of the reception of Aristotle's philosophy in both the middle ages and renaissance suggests, identification with a given classical authority or source by no means guaranteed acceptance of any specific doctrine or intellectual programme”²⁵⁵.

Destaca-se que tal consideração se faz sobremaneira pertinente para o trabalho de Salutati quando se estuda, por exemplo, a carta endereçada a Carlo III di Durazzo (1345-1386), em 1381, por meio da qual, mesmo após as ferrenhas defesas de uma liberdade irrestrita da comuna frente a Guerra dos Oito Santos com a Igreja – que também será melhor trabalhada mais adiante – o chanceler de Florença acaba por fornecer uma série de conselhos ao seu interlocutor, rei de Nápoles²⁵⁶.

A despeito de trabalhar com a ideia de que o governante dever ser justo e promover a equidade, Salutati, na carta de 1381 traduz a possibilidade de se legitimar um governo monárquico por meios das qualidades do governante²⁵⁷ – perspectiva esta que será trabalhada com mais profundidade no *De tyranno*. Mais uma vez, não há qualquer ressalva de Salutati à forma de governo adotada por Nápoles ou qualquer crítica pessoalmente endereçada a Carlo III, mas, ao contrário, o reconhecimento da possibilidade de uma monarquia que se adegue ao bem viver na cidade, por meio da qual são garantidas a justiça e a paz.

²⁵⁴ NEDERMAN, Cary J. Humanism and Empire: Aeneas Sylvius Piccolomini, Cicero and the imperial ideal. *The Historical Journal*, [S.l.], v. 36, n. 03, pp. 499-515, 1993, p. 501.

²⁵⁵ “Como sugere o exemplo da recepção da filosofia de Aristóteles tanto na Idade Média como no Renascimento, a identificação com uma dada autoridade ou fonte clássica não garante de forma alguma a aceitação de qualquer doutrina específica ou programa intelectual”. NEDERMAN, Cary J. Humanism and Empire: Aeneas Sylvius Piccolomini, Cicero and the imperial ideal... *Op. Cit.*, p. 501.

²⁵⁶ COLUCCIO SALUTATI. Livro V, *Ep.* VI. In: NOVATI, Francesco. *Epistolario di Coluccio Salutati*, v. 02 ... *Op. Cit.*, p. 11.

²⁵⁷ “*satis enim superque satis omnium rerum gubernator et rector Deus sua michi benignitate providit, qui me parvissimo, tamen aprico, natum ex oppido, in tam celebrem transtuHt civitatem et citra merita tam gloriosi populi benivolentiam assecutum me iuxta meos dominos in munere tam honorabilis officii collocavit*”. COLUCCIO SALUTATI. Livro V, *Ep.* VI. In: NOVATI, Francesco. *Epistolario di Coluccio Salutati*, v. 02 ... *Op. Cit.*, p. 13. De acordo com Ronald Witt, embora a carta não tenha sido efetivamente enviada a Carlo III, a carta foi provavelmente copiada na chancelaria e utilizada como base para os discursos do Rei. WITT, Ronald. *Hercules at the crossroads: the life, works, and thought of Coluccio Salutati*... *Op. Cit.*, p. 210, nota 03.

Com efeito, a revalorização da influência de Cícero nas posições políticas republicanas ou pró-monárquicas devem ser levadas em consideração com especial parcimônia, inclusive no que tange ao trabalho de Salutati. Como Jerrold Seigel destaca, há vários momentos em que Salutati adotou posições contrapostas, ora de cunho estoico, ora, peripatético, ou ainda, na defesa da vida ativa em superioridade da vida contemplativa:

Like Petrarch, Salutati sometimes followed the Stoics. He often remarked on the folly of putting ones trust in such deceptive things as riches, health, and fame. He noted the changeability of all earthly things. He saw in Vergil's Aeneid and allegory of man seeking a quiet resting place for his mind, symbolized by the home Aeneas found in Latium. (...) Yet against all this one must place Salutati's many exhortations to the life of action, his declaration that the greatest of the Christian virtues was active charity, his often-cited argument upholding the superiority of the will over the intellect, and his assertion that God would not have created man as a social and political animal if He had not wished him to fins blessedness through a life together with his fellows²⁵⁸.

Soma-se a esta perspectiva, a ideia de que o fazer político da Chancelaria, como já registrado nos parágrafos anteriores, demandava o que Ronald Witt chama de plasticidade, e com mais razão ainda será possível antever o perigo de uma associação direta entre uma defesa ciceroniana da República e a suposta aceitação inequívoca de tal defesa pelos pensadores do século XIV. Neste sentido, adotamos o posicionamento de Daniela de Rosa e Ronald Witt, no sentido de que:

Sotto l'influenza di Cicerone, defendendo l'indipendenza dei Comuni toscani durante la guerra con la Chiesa, egli poteva lasciarsi andare ad affermazioni di estremo, anche se non aggressivo, repubblicanesimo, e respingere senza compromessi ogni forma di governo da parte di un solo, mentre altre volte, rifacendosi alle teoria dantesche, non esitava ed esaltare, como nel De tyranno, l'origine dell'Impero e la figura de Cesare. Ciò non era dovuto, secondo Witt, ad un atteggiamento retorico, ma ala "plasticità"

²⁵⁸ Como Petrarca, Salutati às vezes seguia os estoicos. Ele frequentemente comentava sobre a tolice de confiar em coisas enganosas como riquezas, saúde e fama. Notou a mutabilidade de todas as coisas terrenas. Viu na Eneida de Virgílio e na alegoria do homem que busca um lugar tranquilo de descanso para sua mente, simbolizado pela casa que Enéias encontrou no Lácio. (...) No entanto, contra tudo isso, deve-se colocar as muitas exortações de Salutati à vida ativa, sua declaração de que a maior das virtudes cristãs era a caridade ativa, seu argumento frequentemente citado defendendo a superioridade da vontade sobre o intelecto e sua afirmação que Deus não teria criado o homem como um animal social e político se Ele não tivesse desejado que ele buscasse a bem-aventurança por meio de uma vida junto com seus semelhantes. SEIGEL, Jerrold E. *Rhetorich and Philosphy in Renaissance Humanism...* *Op. Cit.*, pp. 70-71.

di mente del cancelliere ed al fato che egli aveva diverse nozioni del significato di libertà e, per contrasto, di tirania²⁵⁹.

Destarte, o papel do chanceler enquanto representante dos assuntos relacionados à política externa de Florença demanda uma maleabilidade no pensamento político que torna substancialmente mais difícil uma posição eminentemente contraposta ao poder do Império. E tal percepção não se atrela, exclusivamente, à hierarquia jurídica que pairava no imaginário tardo-medieval e Renascentista do século XIV.

Em verdade, como evidencia Alexander Lee em estudo ainda não publicado, Salutati em diversos momentos esboça uma simpatia com a própria figura do Imperador, nomeadamente nos casos de Carlos IV, do Sacro Império Romano-Germânico²⁶⁰ e Luis IV da Baviera. O período em que passa no gabinete de Francesco Bruni junto da Cúria Romana, Salutati desenvolve uma aproximação com o trabalho de Petrarca, o que, de certa forma, orienta a visão do chanceler para o papel do Império na consecução da liberdade das comunas florentinas.

Whereas, in the past, he [Salutati] had been concerned only with the plight of individual cities, he discovered in Petrarch's writings that, beneath the veneer of difference, the peoples of Italy were, in fact, united by their shared dependence on Rome and a common source of woe. Rooted in a rather different understanding of moral decline, this carried with it a more nuanced appreciation of Rome's imperial past – and a more positive view of the emperor's role in the present²⁶¹.

²⁵⁹ “Sob a influência de Cícero, defendendo a independência das Comunas Toscanas durante a guerra com a Igreja, ele poderia se permitir defender um extremo, mesmo que não agressivo, republicanismo, e rejeitar, sem compromissos, qualquer forma de governo por um único; outras vezes, referindo-se à teoria de Dante, ele não hesitou e exaltar, como em *De tyranno*, a origem do Império e da figura de César. Isso não se deu, de acordo com Witt, devido a uma atitude retórica, mas à "plasticidade" da mente do chanceler e ao fato de que ele tinha diferentes noções do significado da liberdade e, em contraste, da tirania” (tradução nossa). DE ROSA, Daniela. *Coluccio Salutati: il cancelliere e il pensatore politico... Op. Cit.*, p. 187.

²⁶⁰ Carlos IV (14 de maio de 1316 – 29 de novembro de 1378), nascido como Venceslau, foi Imperador do Sacro Império Romano-Germânico entre 1355-1378, Rei da Itália de 1355 até sua morte, além de Rei da Boêmia e Germânia a partir de 1346, e Conde de Luxemburgo entre 1346 e 1353. Era filho do rei João da Boêmia e sua esposa Isabel da Boêmia. A menção ao Sacro Império, após o nome do imperador, faz-se necessária para que não haja confusão com o homônimo Carlos IV, da França (1294 –1328).

²⁶¹ “Enquanto, no passado, ele [Salutati] tenha se preocupado apenas com a situação de cidades individuais, ele descobriu nos escritos de Petrarca que, sob o verniz da diferença, os povos da Itália estavam, de fato, unidos por sua dependência compartilhada de Roma e uma fonte comum de infortúnio. Enraizado em uma compreensão bastante diferente do declínio moral, isso trazia consigo uma apreciação mais matizada do passado imperial de Roma - e uma visão mais positiva do papel do imperador no presente” (tradução nossa)”. É interessante notar, contudo, a forma como a visão de Salutati sobre Petrarca deve ser observada. Nas palavras de Alexander Lee: “Needless to say, Salutati

Nada obstante, mesmo durante a Guerra dos Oito Santos – que será explorada mais adiante – *Salutati* também se apega à figura do Imperador com maior fervor, reconhecendo-o, em diversas missivas, como responsável – inclusive jurídico – pela segurança e pela manutenção da paz em Florença, em detrimento ao poderio da Igreja²⁶². Nada obstante, em carta endereçada a *Boccaccio*, *Salutati* deixa clara a comoção ao narrar a entrada de Carlos IV, do Sacro Império Romano-Germânico, e Urbano VI em Roma, lado a lado, com tamanha paz, benevolência e harmonia²⁶³. Não se descuida, ademais, do fato de que mesmo quando convocados a depor em Avignon, durante a Guerra dos Oito Santos, os representantes florentinos valeram-se do argumento jurídico de que, por serem subordinados ao Império, não poderiam ser julgados por um tribunal eclesiástico²⁶⁴.

Conquanto as aproximações de *Salutati* para com o Império não possam ser resumidas ao contato com as obras de Petrarca ou mesmo com a admiração pela figura de Carlos IV, do Sacro Império Romano-Germânico, certo é que o chanceler se vale da figura do Imperador e da ordem institucional estabelecida com o poder imperial para fazer valer a liberdade das comunas florentinas no período. É neste

did not agree with Petrarch about every detail. In the months which followed, he said little about the effects of wealth on Roman virtue; and, given his position in the papal chancellery, was inclined to believe that the pope's role was rather greater than the poet had suggested. But he nevertheless accepted Petrarch's basic contention that the coming of a suitable emperor was necessary to restore Rome's ancient virtue – and to safeguard the peace and liberty of the communes he held so dear". LEE, Alexander. Coluccio Salutati and Charles IV of Luxembourg (1368-1378). In: RANDO, Daniela, et. Al (Ed.). *Carlo IV e l'Italia*. Roma: ISIME. No prelo. Sobre o contato de *Salutati* com Petrarca, cf: WITT, Ronald G. *In the footsteps of the ancients'...* Op. Cit., pp. 299 e ss.

²⁶² Cf: GHERARDI, Alessandro. La Guerra dei Fiorentini con Papa Gregorio XI detta La Guerra Degli Otto Santi. *Archivio Storico Italiano*, Serie Terza, [S.l.], vol. 6, n. 2, pp. 31-131, 1867, pp. 234-236; SALUTATI, Coluccio. Regi Francorum (III)... Op. Cit., pp. 17-29.

²⁶³ "Ihesu bone, quod illud spectaculum fuit, quando duo totius orbis maximi principes, imo singulares monarche, tanta pace, tanta concordia, tanta alacritate, tanta benivolentia, hic animarum, ille corporum moderator, insimul convenere; quando Urbanus, pontificali apparatu candido equo impositus, frenum cesare baiulante, Urbem invectus est?". COLUCCIO SALUTATI. Livro II, Ep. XII. In: NOVATI, Francesco. *Epistolario di Coluccio Salutati*, v. 01... Op. Cit., p. 86.

²⁶⁴ "Ne videantur contempnere sanctitatem suam et huius sancte sedis protestationem premissam in principio medio et fine quod cum dicta civitas populus et comune et eius cives notorie sint subpositi et subiecti sanctissimo romanorum imperio ac serenissimo principi domino Karulo divina favente clementia romanorum imperatori non consentiunt nec consentire intendunt in dictum summum pontificem tamquam in iudicem competentem nisi si et in quantum de iure teneantur et debeant et iurisdictionem eius". In: PETERSON, David S. The War of the Eight Saints in Florentine Memory and Oblivion. In: CONNELL, William J. (Ed.). *Society and Individual in Renaissance Florence*, Berkeley: University of California Press, 2002, pp. 173-214, p. 192.

sentido que é importante ter em mente a dissociação entre a defesa da *libertas* e um apoio incontestado a um republicanismo que se contrapunha ao jugo do Império.

Como se verá mais adiante, a ideia do Império foi importante subterfúgio para a própria proteção de Florença nos conflitos que enfrente seja com a Igreja ou com os poderes locais – como no caso da Guerra contra os Visconti, o que leva Alexander Lee a asseverar que:

What is certain, by contrast, is that Salutati's engagement with Charles during the latter's lifetime was to lay the foundations for a much broader – and long-lasting – re-assessment of imperial authority. Having overcome, first, his 'communal' skepticism, and then his youthful Petrarchism, Salutati had arrived at an essentially 'legal' understanding of Empire which could readily be adapted to serve Florence's needs in peace and war²⁶⁵.

Destarte, desabrocha junto da consciência renascentista da necessidade de um autogoverno a ideia de que o Império não mais poderia intervir em sua política, seja por sua associação aos governos germânicos ou, ainda, pela fragilidade de sua ingerência na política local de comunas como Florença, o que, por outro lado, fortalece a criação dos chamados Estados Regionais, especialmente a partir de instrumentos jurídicos que passam a legitimar a jurisdição dos poderes locais²⁶⁶.

Neste sentido, somada à percepção comum dos pensadores do século XIV de que a estrutura hierárquica do Império ainda exercia influência nos jogos de poderes locais – podendo representar um grande aliado nas disputas políticas constantes no horizonte florentino –, Salutati vale-se das construções jurídicas de autores como

²⁶⁵ “O que é certo, em contraste, é que o envolvimento de Salutati com Carlos IV durante a vida deste lançou as bases para uma reavaliação muito mais ampla - e duradoura - da autoridade imperial. Tendo superado, primeiro, seu ceticismo "comunal" e, em seguida, seu jovem petrarquismo, Salutati havia chegado a uma compreensão essencialmente "legal" do Império que poderia ser prontamente adaptada para atender às necessidades de Florença na paz e na Guerra” (tradução nossa). LEE, Alexander. Coluccio Salutati and Charles IV of Luxembourg (1368-1378). *In*: RANDO, Daniela, *et. Al* (Ed.). *Carlo IV e l'Italia... Op. Cit.* No prelo.

²⁶⁶ A ideia de uma política baseada na jurisdição, como forma de dissuadir as investidas imperiais com relação ao domínio jurídico e político sobre as comunas, foi desenvolvida, inicialmente por Bartolo da Sassoferrato, para quem a liberdade de uma cidade dependia do quanto de jurisdição ela possuía. Em síntese, a comunidade sem qualquer jurisdição independente não poderia promulgar suas próprias leis sem a autorização do seu superior, o que não ocorria com as cidades que possuíam total jurisdição sobre o seu povo. Esta é uma das razões pelas quais, como nos mostra Jane Black, ao longo dos séculos XIV e XV o número de estatutos e provisões legislativas aumentam significativamente na Toscana. BLACK, Jane. Constitutional ambitions, legal realities and the Florentine state. *In*: CONNELL, William J.; ZORZI, Andrea (Ed.). *Florentine Tuscany: structures and practices of power*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, pp. 48-64, p. 51.

Bartolo de Sassoferrato e, bem assim, da própria inventividade retórica para moldar a relação do Império – e, dentro desta hierarquia, da monarquia – com uma comuna que fosse independente para legislar e para tomar decisões de cunho político em âmbito local e exterior. É neste sentido, que os exemplos das cartas de 1369 (a Petrarca e a Bocaccio), 1381 (a Carlo III), 1390 (missiva aos Italianos) e 1397 (a Iodoco Magravio) podem ser entendidas como politicamente coerentes, a despeito do extenso lapso temporal que as separa e, ainda, das distintas finalidades a que se destinavam.

Na defesa de uma liberdade que, valendo-se de instrumentos e da plasticidade que a retórica humanista proporciona ao autor, caminha por entre as veredas da hierarquia imperial *Salutati* consegue, sem incorrer em inconsistências, alocar os problemas de época e os interesses da república de Florença dentro de uma política externa que ainda estava imbrincada nas relações de poder tipicamente medievais. É neste sentido que se deve interpretar a relação de *Salutati* com o Império, relação esta que exerce influência direta na maneira como o chanceler vai interpretar a discussão sobre a melhor forma de governo.

3.2. IGREJA E LIBERDADE EM SALUTATI: A GUERRA DOS OITO SANTOS

Como pôde ser observado no subtópico anterior, para além da influência juspolítica exercida pelo Império – ainda que relativamente enfraquecido – sobre a Itália, verifica-se que as reflexões sobre os jogos de poder do qual participam o Imperador, em contraste com a necessidade de justificar uma Florença livre, abrem um horizonte de possibilidades argumentativas a *Salutati*, o que permite a produção de um pensamento político único, em uma amálgama de elementos humanistas e tipicamente medievais. Para além disso, ressaltou-se o fato de que *Salutati* não nega inequivocamente, seja nas suas cartas públicas ou ainda nas privadas, a possibilidade de um governo monárquico, adaptando-se à estrutura hierárquica imperial tipicamente medieval.

Da mesma forma, não se pode ignorar a influência da Igreja Católica na vida política das comunas italianas, o que será sensível a *Salutati* em razão da chamada Guerra dos Oito Santos e que vai despertar em *Salutati* um olhar mais acurado acerca

dos limites do fazer retórico diante dos desafios que não apenas o contexto, mas a sua própria fé cristã, passam a colocar ao fazer político do autor. Embora a historiografia clássica tenha, de certa forma, negligenciado²⁶⁷ o estudo dos seus influxos na Itália do século XIV, a verdade é que seja em um aspecto sociopolítico ou econômico, a Igreja ainda era uma preocupação de primeira ordem para os pensadores do período.

Para além da já mencionada rivalidade entre Guelfos e Gibelinos na comuna florentina – uma disputa que tinha o paradigma religioso como seu principal propulsor – não se pode ignorar o papel que o cristianismo ocupa no *Trecento*, sobretudo porque se trata de uma espécie de transição, em que as demarcações entre o mundano e o espiritual ainda eram turvas. Em verdade, para que seja possível entender as correlações que no *Quattrocento*, de acordo com Newton Bignotto, propulsionarão o início de um movimento de laicização do Estado²⁶⁸, deve-se dar um passo atrás, para que se perceba a miscelânea entre o secular e o clerical na visão do humanista do *Trecento*.

Many works of the Renaissance are what have been called cultural 'hybrids', classical in some ways but Christian in others [24]. For example, an epic poem might be written in classical Latin on the model of Virgil's *Aeneid*, yet deal with the Nativity (as in the case of a work by Jacopo Sannazzaro), or with the life of Christ. A humanist theologian writing in Latin might refer to churches as "temples", to the Bible as "oracles", or to Hell as "Hades", or give a treatise, as Ficino did, the title *Platonic Theology*. A Renaissance tomb might imitate a classical sarcophagus (complete with

²⁶⁷ De acordo com David Peterson, "The attention of religious and church historians had long been drawn back to the *societas christiana* of the thirteenth century, or forward to the religious conflicts and reforms of the sixteenth. The intervening fourteenth and fifteenth centuries might well be called the 'forgotten centuries' of Italian church history. To medievalists they appeared as a period at best of persisting religious sentiment, at worst of decline and dissolution. To Reformation historians they seemed an age awaiting (at least) ecclesiastical and (for some) doctrinal reform. Italy's intricate culture and fragmented political geography discouraged church historians from looking beyond papal Rome to investigate ecclesiastical institutions and local religious life on the rest of the peninsula. Italian nationalists, resentful of the papacy's role in preventing Italian unification in this period, preferred to direct their attention to other epochs entirely. Among foreign scholars, the values that a progressive narrative of European history assigned the Renaissance in the recovery of classical culture and the emergence of the modern secular state made religion seem at best an inertial force on the age, the Renaissance church (papacy) an obstruction". PETERSON, David S. Out of the Margins: Religion and the Church in Renaissance Italy. *Renaissance Quarterly*, [S.l.], v. 53, n. 3, pp. 835-879, outono de 2000, pp. 835-836.

²⁶⁸ BIGNOTTO Newton. Origens do Republicanismo Moderno... Op. Cit., p. 176.

winged personifications of Victory), yet combine this with images of Christ or the Virgin Mary.²⁶⁹

Com efeito, tanto no aspecto arquitetônico-artístico das cidades de Florença quanto na releitura burguesa-mercantil que se faz do Cristianismo no período, a Itália – e precipuamente a Toscana – revitalizaram o elemento cristão aos olhos do homem renascentista. Assim como já destacado por Peter Burke, Peterson ressalta o esforço de arquitetos como Brunelleschi e artistas como Donatello para sacralizar e, de certa forma, dignificar os espaços políticos diante da religião.

Em verdade, houve uma tentativa – que já se esboçava, em certo sentido, desde a Baixa Idade Média²⁷⁰ – de autorizar o político e, mais ainda, sacralizá-lo, ressignificando tanto as próprias barreiras da religião, como a vida terrena. Neste sentido, conquanto houvesse uma rejeição ao que Peterson chama de “especulação teológica”, houve também a aproximação entre a cristandade e o período clássico para que se encontrasse, na encruzilhada de ambos, o modelo de comprometimento ético e social do cidadão da comuna²⁷¹. Mesmo nas críticas endereçadas às práticas religiosas ou na forma como a cosmovisão cristã se imiscuiu no âmago do homem medieval, não se vislumbra no *Trecento* um abandono da fé.

Salutati, imerso nesta perspectiva, chega até mesmo a produzir uma obra intitulada *De seculo et religione* (*Sobre o Mundo e a Religião*, em tradução livre), na qual, de acordo com Ronald Witt, o autor fornece ao leitor um dos maiores exemplos de uma leitura de ares eminentemente medievais, por meio das quais se condenava a vida terrena²⁷². A exemplo, trabalhando a ideia de que o mundo seria a corrupção das

²⁶⁹ “Muitos trabalhos do Renascimento são o que se pode chamar de ‘híbridos culturais’, clássico de certa forma, mas cristãos em outras. Por exemplo, um poema épico poderia ter sido escrito em um modelo clássico latino da Eneida de Virgílio e, ainda, lidar, por exemplo, com a Natividade (como no caso de um trabalho de Jacopo Sannazzaro), ou com a vida de Cristo. Um humanista teólogo escrevendo em latim poderia referir-se às igrejas como ‘templos’, à Bíblia como ‘oráculo’ ou ao Inferno como ‘Hades’, ou dar a um tratado, como fez Ficino, o título de Teologia Platônica. Uma tumba renascentista poderia imitar um sarcófago clássico (completo com personificações aladas de Vitória [de Samotrácia]), e ainda combiná-lo com imagens de Cristo ou da Virgem Maria” (tradução nossa). BURKE, Peter. *The Renaissance*. New York: St. Martin’s Press Inc, 1987, p. 20.

²⁷⁰ Sobre este movimento de autorização do político na Idade Média, Cf. SALGADO, Karine. *A filosofia da dignidade humana*: por que a essência não chegou ao conceito. Belo Horizonte: Mandamentos, 2011.

²⁷¹ PETERSON, David S. Religion and Church. In: NAJEMY, John (Ed.). *Italy in the Age of the Renaissance*. New York: Oxford University Press, 2004, pp. 59-82, p. 60.

²⁷² COLUCCIO SALUTATI. *De seculo et religione*. Trad. Tina Marshall. Introd. Ronald Witt. Cambridge: Harvard University Press, 2014, pp. viii.

mentes (*quod mundus sit corruptio mentius*) Salutati destaca a necessidade de se abandonar o mundo e direcionar as preocupações e obras a Deus, confiando sempre na graça divina²⁷³.

Ademais, a devoção de Florença para com a Igreja é objeto de missiva endereçada ao Colégio de Cardeais, datada de 1376, por meio da qual Salutati deixa claro que as mentiras e as críticas feitas à postura de Florença no início da Guerra dos Oito Santos devem ser sobrelevadas, em razão do fervor do respeito veneração da Igreja pela comuna²⁷⁴.

É interessante notar, neste mesmo sentido, que Salutati, em diversos momentos, valeu-se do que se pode dizer de uma “retórica-guelfa” para justificar a adoção de posicionamentos e para criar um contraponto com os inimigos locais, predicados por Salutati como Gibelinos. Em carta data de 21 de abril de 1400, escrita por Coluccio Salutati, tem-se um dos principais exemplos desta classificação dos inimigos da comuna.

*Antiquus hostis et venenosissimus anguis cui nichill magis est cure quam tam in capite quam in membris Guelforum nomen per universam Italiam abolere, duz videlicet Mediolani, vicecomitum serpentina progenies quo sospite nec poteste vestra serenitas nec noster populus nec catholica Guelforum congeries esse tuta... Preiudicale quidem nimis esse statui Dancte Matris Ecclesie, regie maiestati, Guelfis, et libertati totius Italie, si sub illus tyrannidem perusina civitas consensu summi pontificis confirmetur.*²⁷⁵

²⁷³ “*Nec diffidamus aut torpeamos ignavi. Gratia manque dei volituros bona prevenit, volentes adiuvat, cum volentibus operatur, et terram nosstram facit reddere fructum suum. Tali igitur et tanto freti subsidio, quo non caremus nisi cum volumus, nisi cum derelinquimus rectitudinem voluntatis, quomodo possuus nos, si mundum non telinquimus, excusare?*”. COLUCCIO SALUTATI. *De seculo et religione*. I, XXVIII, 8-10... *Op. Cit.*, p. 146. O presente trabalho não tem por escopo o estudo da mencionada obra de Salutati, embora reconheça a sua importância como forma de exemplificar uma relação próxima de Salutati com a fé cristã.

²⁷⁴ “*Non recodetur, vobis faventibus, Christi vicarius solum iniquitatum quas de nobbis aemuli confinxerunt, sed animadvertat secumque recogiter quem poterit populum invenire – nedum instra fines Italiae sed in totius orbis ambitu – qui continuatis affectibus et devtione inconcussa pro honore et statu sanctae matris ecclesiae tantum bello paceque gasserit quantum populus Florentinus?*”. SALUTATI, Coluccio. *Collegio cardinalium* (II, 4). In: BALDASSARRI, Stefano U. (ed.). *Coluccio Salutati Political Writings...* *Op. Cit.*, p. 10.

²⁷⁵ O antigo inimigo e a mais venenosa cobra que não se preocupa com nada mais senão com abolir o nome Guelfo, tanto na cabeça como nos membros de toda a Itália, o duque de Milão, réptil descendente dos Visconti, com cujo intacto poder não pode estar segura a vossa serenidade, nem a do nosso povo ou dos congêneres guelfos. [...]. Na verdade, seria muito prejudicial para o estado da Santa Madre Igreja, para sua majestade real, para os Guelfos e para a liberdade de toda a Itália, se a cidade de Perugia fosse reconhecida como pertencente à tirania deste homem com a aprovação do mais alto pontífice” (tradução nossa). COLUCCIO SALUTATI *Apud* WITT, Ronald. WITT, Ronald G. *Coluccio Salutati and his public letters...* *Op. Cit.*, p. 66, nota 88.

Veja-se, há uma clara contraposição entre o poder de um tirano – no caso, Giangaleazzo Visconti, cuja disputa de poder com Florença será mais adiante detalhada – e a segurança dos Guelfos, na criação de uma imagem que os coloca em perigo em face da ameaça tirânica. Em carta escrita ao papado em 8 de janeiro de 1397, a temática da associação guelfa entre Florença e a Igreja, em detrimento de um apoio ao poderio de Giangaleazzo aparece mais evidente:

*An forte unius hominis, et ut pro veritate iusticiaque nostra locuturi nichil metuentes libere palamque quod negari nequeat proferamus non hominis solum sed violenti domini, cuius tanta sit potentia tantaque versutia ned unius solum hominis et violenti domini sed antiquissimi semper hostis Sancte Matris Ecclesie nominisque Guelforum et Italice libertatis, unius inquam hominis, violenti domini et perpetui Sancte Matris Ecclesie inimici fedus in nihil terroris afferre debuerit nichilque periculi sed solum nostre devotionis et fidelitatis oporteat federa formidari?*²⁷⁶

Ambas as passagens mostram diretamente como as alianças Guelfas poderiam ser utilizadas por Salutati como modo de gerar as alianças necessárias às disputas de poder, em uma expressão hígida do papel ocupado pela Igreja Católica no imaginário do século XIV e do chanceler da República de Florença com especial tenacidade.

Insta salientar que, como narra Ronald Witt, Salutati teria alcançado o posto na Chancelaria de Florença, dentre outras razões, em função de sua proximidade para com o partido Guelfo, o que importou, também, ao menos no princípio de sua carreira, em uma associação com a causa guelfa²⁷⁷. Isso não significa dizer que o autor se manteve vinculado às lideranças do partido ao longo do exercício de seu ofício. Ao contrário, Witt destaca que Salutati prontamente conseguiu desvincular-se da associação com os Guelfos, colocando em primeiro plano a necessidade das comunas, em detrimento de questões pessoais²⁷⁸. Em verdade, nota-se, como mostra Witt, até

²⁷⁶ “Deve, talvez, o pacto de um homem – e não tememos nada porque nossa é a causa da verdade e da justiça e declaramos livre e abertamente o que não pode ser negado – e não de um homem apenas, mas de um senhor violento, o mais antigo inimigo constante de Santa Madre Igreja e do nome Guelfo e da liberdade italiana – deve o pacto de um homem, dizemos, de um senhor violento e perpétuo inimigo da Santa Madre Igreja, não causar terror, não ameaçar perigo, mas somente temor quanto as alianças de nossa devoção e nossa fidelidade?” (tradução nossa). COLUCCIO SALUTATI *Apud* WITT, Ronald. WITT, Ronald G. *Coluccio Salutati and his public letters...* *Op. Cit.*, p. 66, nota 82.

²⁷⁷ WITT, Ronald. *Hercules at the crossroads: the life, works, and thought of Coluccio Salutati...* *Op. Cit.*, pp. 121-122.

²⁷⁸ WITT, Ronald. *Hercules at the crossroads: the life, works, and thought of Coluccio Salutati...* *Op. Cit.*, p. 123.

mesmo um silêncio eloquente de Salutati com relação à causa Guelfa logo após a Revolta dos Ciompi, sobretudo em razão da necessidade de se desvencilhar do partido que teria trazido diversos prejuízos para a comuna florentina.

Ademais, na disputa com a Igreja durante a Guerra dos Oito Santos, a causa guelfa teve que ser deixada de lado, em nome da manutenção dos interesses de Florença, o que fez com que Salutati ficasse reconhecido por uma política externa que, de modo geral, dissociava-se das pretensões do partido. Tal equacionamento político foi um dos fatores responsáveis pela manutenção do seu cargo, inclusive, durante a Revolta dos Ciompi.

Mais uma vez, o que se percebe é que a configuração sociopolítica da Igreja e de seus influxos no período em que Salutati esteve na Chancelaria impactam significativamente na forma como o autor redige suas missivas ou ainda nos temas em que aborda ao longo delas. A escolha pela associação, ou não, com a causa guelfa é forte indício desta influência e, bem assim, da inventividade de Salutati na exploração dos paradigmas que melhor se adaptavam às necessidades da comuna.

Tal perspectiva atesta que os influxos culturais da Igreja no *Trecento* não se limitam, por exemplo, ao contraponto que se faz ao aristotelismo escolástico da Idade Média, ou ao papel que a *vita activa* deve possuir no horizonte do homem renascentista, mas confluem, também, para a elaboração dos escritos e para a estruturação dos argumentos escolhidos pelos autores, para o enfrentamento de determinado tema. De qualquer forma, o que interessa notar nesta aproximação é a perenidade do influxo cristão, seja ele na sociedade civil do período – o que se antevê na disputa entre Guelfos e Gibelinos – ou, ainda, no fazer intelectual, político, artístico e arquitetônico visível e perceptível a Salutati.

Esta abordagem que ressalta, em certo sentido, um hibridismo, como quer Burke, não significa, como visto, que a Igreja também não experimentasse o desgaste que, da mesma maneira, via-se presente na relação das comunas com o Império. Como nos mostra David Peterson, os pensadores do Renascimento não pouparam críticas à Igreja Católica no período, apontando as suas inconsistências e as razões pelas quais entendiam que havia uma perda de credibilidade da instituição com relação ao espiritual.

The Church's failings were real enough. Renaissance popes became obsessed with creating a temporal state in central Italy that drew them ever deeper into secular politics, thereby diminishing their spiritual credibility. Prelates trafficked in bishoprics and abbeys as a source of enrichment rather than spiritual obligation. The ability of an increasingly bureaucratic and legalistic Church to respond to, let alone direct, the religious lives of laymen was compromised. Laudable efforts at reform foundered without institutional support. Storytellers like Giovanni Boccaccio and humanists like Poggio Bracciolini pilloried the foibles of lazy monks and licentious nuns, ignorant priests and greedy friars²⁷⁹.

Tais críticas ficaram ainda mais evidentes – em especial no horizonte de Coluccio Salutati – quando, a partir de 1375, a situação de disputa para com o poder clerical se aprofunda. Em verdade, desde o início da década de 70, quando o papado, instalado em Avignon, sinalizava a possibilidade de retornar à Itália, as relações deste com os florentinos passaram a ser marcadas por atritos. Isso porque, como condição ao retorno, o então Papa Gregório XI, impunha a ampliação dos Estados Pontifícios na Itália o que, de certa forma, ameaçava diretamente as pretensões florentinas de autogoverno.

O medo estabelecido no imaginário da comuna florentina estava amparado no fim da guerra travada entre o Papado e os Visconti de Milão, o que sugeria a possibilidade de que a tropa mercenária liderada pelo inglês John Hawkwood dirigisse seus esforços à tomada de Florença²⁸⁰. Este foi o pretexto para o estopim do conflito: anteveendo a movimentação de Hawkwood, a *Signoria*, por meio de uma *balía* de oito homens²⁸¹, subornou o comandante pela quantia de cento e trinta mil florins

²⁷⁹ “As falhas da igreja eram reais o suficiente. Os papas renascentistas se tornaram tão obcecados com a criação de um Estado temporal na Itália central que se afundaram cada vez mais na política secular, diminuindo, assim, a sua credibilidade espiritual. Prelados eram traficados em bispados e abadias como fonte de enriquecimento, em vez de uma obrigação espiritual. A habilidade de uma Igreja cada vez mais burocrática e legalista à qual responder, e ainda mais dirigir, a vida religiosa dos leigos foi comprometida. Esforços louváveis de reforma naufragaram sem apoio institucional. Contadores de histórias como Giovanni Boccaccio e humanistas como Poggio Bracciolini ridicularizaram as fraquezas dos monges preguiçosos e freiras licenciosas, padres ignorantes e frades gananciosos” (tradução nossa). PETERSON, David S. Religion and Church... *Op. Cit.*, p. 60.

²⁸⁰ NAJEMY, John M. *A history of Florence 1200-1575...* *Op. Cit.*, pp. 151-152.

²⁸¹ Como nos mostra Trexler, esta *balía*, constituída em 07 de julho de 1375, não foi a responsável por dar à “Guerra dos Oito Santos” o seu nome, mas, em verdade, uma *balía* constituída também por oito homens – Alessandro de'Bardi, Giovanni Dini, Giovanni Magalotti, Andrea Salviati, Tommaso Strozzi, Guccio Gucci, Matteo Soldi, Giovanni di Mone –, mas em 24 de julho de 1375. Esta última *balía* tinha o objetivo de consolidar as bases das alianças estabelecidas entre outras localidades contra a Igreja, especialmente na Toscana. A sua missão foi tão significativa que recebeu a titulação de *Otto della guerra* e, posteriormente, em 1376, de *Otto Santi*. Nas palavras de Trexler: “the leaders of the war against the church, the beloved otto della guerra, were ironically nicknamed by the populace Otto Santi. And what more logical step than to call the whole war the War of the Eight Saints? The otto

florentinos e garantiu a dívida com empréstimos forçados de parte dos bens da Igreja²⁸². A situação tornou-se ainda mais crítica quando, em 1375, a comuna, tradicionalmente conhecida por sua aliança ao partido Guelfo, torna-se aliada de Milão, que era comandada por Bernabò Visconti, vinculada ao partido Gibelino, o que representava uma afronta à Igreja²⁸³.

Neste período, a atuação de Coluccio Salutati como chanceler da República de Florença foi de vital importância, não apenas para conquistar o apoio dos florentinos na disputa contra o papa, mas para formar coalizões políticas e econômicas na luta contra a Igreja. De acordo com Brucker, Salutati empregou deus dons retóricos para exortar as virtudes da liberdade²⁸⁴.

O teor das missivas salutianas é a de denúncia da burocracia papal, bem como da exposição das grandes injustiças e crueldades cometidas pelos membros do Clero por toda Itália, em especial diante dos ataques orquestrados pela Igreja em diversas localidades da Toscana. Nas palavras de Gene Brucker, nem mesmo um dos mais conhecidos nomes do Partido Guelfo em Florença, Lapo da Castiglionchio, procurou refutar publicamente as acusações de Salutati²⁸⁵.

Em famosa carta aos romanos, datada de janeiro de 1375, o chanceler deixa claro não apenas o amor dos florentinos pela liberdade, mas o seu dever de lutar

della guerra were without a doubt the propagators of the war, the driving force of the whole alliance, and certainly Gregory's enemy number one. This war was in every sense of the word their war". TREXLER, Richard C. Who were the Eight Saints? *Renaissance News*, [S.l.], v. 16, n. 2, pp. 89-94, verão de 1963, pp. 89-90.

²⁸² TREXLER, Richard C. Who were the Eight Saints?... *Op. Cit.*, p. 89.

²⁸³ Gene Brucker, ao comentar sobre as razões que levaram Florença, tradicionalmente vinculada ao Partido Guelfo e ao papado, à Guerra, evidencia uma alteração significativa nos quadros da política comunal florentina. Segundo o autor, o aparecimento da chamada *gente nuova*, uma oligarquia não próxima às famílias tradicionais da cidade e, em certos casos, partidários Gibelinos, pode ter influenciado no estopim da disputa com a Igreja. BRUCKER, Gene. *Florentine politics and society, 1343-1378...* *Op. Cit.*, p. 299.

²⁸⁴ BRUCKER, Gene. *Florentine politics and society, 1343-1378...* *Op. Cit.*, p. 300.

²⁸⁵ BRUCKER, Gene. *Florentine politics and society, 1343-1378...* *Op. Cit.*, p. 301. Esta retração de Lapo da Castiglionchio também é notada por Maquiavel em seu *Istorie Fiorentini*: “*Il che fece che Piero degli Albizzi, messer Lapo da Castiglionchio, Carlo Strozzi e gli altri più insieme si strinsono alla offesa de' loro avversarii; e mentre che gli Otto facevano la guerra, ed eglino ammunivano.*”. MICHIAVELLI, Niccolò. *Istorie fiorentini*, III, 7. *Ir.* MACHIAVELLI, Nicolo. *Tutte le opere, a cura di Mario Martelli*. Firenze: Sansoni editore, 2018, p. 1819. Isso não significava que não houvesse dissidentes. Em verdade, o próprio Gene Brucker destaca que, conquanto cientes dos abusos da Igreja e dos prejuízos à liberdade Florentina, alguns cidadãos se opunham à consecução da Guerra, temendo especialmente as penalidades eclesiásticas que poderiam colocam em perigo a salvação de suas almas. BRUCKER, Gene. *Florentine politics and society, 1343-1378...* *Op. Cit.*, p. 318.

contra a tirania da Igreja, que os escravizava. Nas palavras de Salutati: “*Quocirca insurgite et vos, inclitum nedum Italiae caput sed totius orbis domitor populus, contra tantam tyrannidem fovete populos, expellite abominationem de Italiae finibus et inertatem cupienytes protegite et, si quos vel ignavia vel iugum fotius ac durius sub servitute acontinet, excitat*”²⁸⁶. E mais adiante, continua:

*Haec sunt opera vere Romanorum. Nolite pati per iniuriam hos Gallicos voratores vestrae Italiae tam crudeliter imminere. Nes sinceritatem vestram seducant blanditiae clericorum, quos scimus vos privatim et publice ambire suggerereque vobis quod placeat et velitis statum ecclesiae sustinere, oferentes papam curiam Romanam in Italiam translaturum et in magno verborum lenoncinio vobis quendam optabilem urbiis statum ex advento curiae designates*²⁸⁷.

Ao final, rogando à clemência dos romanos, na tentativa de fazê-los não se deixarem levar pelo que chama de doces palavras (*nectare verborum*) da Igreja, Salutati cita as palavras de Catão “*nolumus tam liberi esse quam cum liberis vivere*”²⁸⁸. O chanceler ressalta veementemente a busca pela liberdade da Itália e a, ainda, realiza uma das mais severas denúncias de uma Igreja que se valia de métodos sub-reptícios para ganhar fiéis em sua causa, subjugando os italianos à condição de escravos²⁸⁹.

²⁸⁶ “Por isso, insurji-vos, não apenas como ilustre capital que sois da Itália, mas como povo dominador de todo o mundo, encorajeis a população contra tamanha tirania, expulsemos dos confins da Itália esta abominação, protegeis os desejosos de liberdade, e se alguém hesitar por ignorância ou pelo jugo de uma tirania particularmente pesada e premente, acordai-o!” (tradução nossa). SALUTATI, Coluccio. *Romanis* (I, 4). In: BALDASSARRI, Stefano U. (ed.). *Coluccio Salutati Political Writings... Op. Cit.*, p. 05.

²⁸⁷ “Estes são os esforços verdadeiramente romanos. Não permitais que injustamente os Gálicos, devoradores de vossa Itália, os oprimam cruelmente. Tampouco corrompeis vossa integridade com as adulações dos padres, sabemos que tanto em público como no privado eles vos pressionam e vos incitam defender o Estado Eclesiástico, prometendo-vos que o Papa trará de volta a Cúria Romana para a Itália, descrevendo-vos com a maior verbosidade o status elevado que a cidade alcançaria com o advento da Cúria”. SALUTATI, Coluccio. *Romanis* (I, 5) In: BALDASSARRI, Stefano U. (ed.). *Coluccio Salutati Political Writings... Op. Cit.*, p. 05.

²⁸⁸ “Não tanto ser livre, quanto viver entre homens livres” (tradução nossa). SALUTATI, Coluccio. *Romanis* (I, 7). In: BALDASSARRI, Stefano U. (ed.). *Coluccio Salutati Political Writings... Op. Cit.*, p. 07. A tradução para o português das palavras de Catão contida nas Cartas a Lucílio de Sêneca traz a seguinte formulação: “Desembainhando a espada, que até esse momento guardara pura de sangue humano, exclamou: ‘Foram infrutíferas, Fortuna, as tuas tentativas de obstar aos meus propósitos. Não combati até hoje pela minha própria liberdade, mas pela da pátria; todo o meu esforço tendeu, não a viver livre, mas a viver entre homens livres. E agora que já não há esperança para o gênero humano, Catão irá acolher-se a lugar seguro”. SÊNECA, Lucio Aneu. *Cartas a Lucílio*, Tradução, Prefácio e Notas: J. A. Segurado e Campos. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, p. 89 (III, 24, 7).

²⁸⁹ Deve-se salientar que as denúncias feitas por Salutati à Igreja em nada afastam a fé do chanceler. Este posicionamento fica mais explícito na carta ao Rei dos Francos, de 1376, quando o autor deixa claro que a Igreja na qual se acredita e perante a qual se confessa não pode ser confundida com aqueles que a governam. Neste sentido, o hibridismo de Peter Burke mencionado anteriormente

Tais afirmações impactam o imaginário da população da comuna, inflamando-a à luta pela liberdade de Florença, o que se pode extrair, por exemplo, de carta de Gherardino di Niccolò Gherardini Giano a seu amigo Tommaso de' Bardi, em que o autor destaca que a comuna estaria preparada para determinar empréstimos dos bens da Igreja todos os dias se isso fosse o necessário para que a liberdade florentina fosse preservada²⁹⁰. O mesmo é observado em carta endereçada a Niccolò Casucchi da Girgenti, em 1375, na qual vai mencionar, o chanceler, que enquanto uma amante da paz, Florença só valer-se-ia do seu aparato bélico na defesa de sua liberdade.

*Certe nullum, nisi forte futura bella tollere gestias, que vel illatura sit Ecclesia, nullis offensionibus lacessita, vel commune Florentie, cuius moris fuit nunquam bellum assumere nisi vel ad libertatem tuendam vel ad repetendum que iniuste perdidit, aut ad iniurias propulsandas vel ulciscendas*²⁹¹.

A Igreja Católica, diante das inventivas de Salutati e, ainda, da garantia forçada dada pelos próprios bens clericais ao soldo da dívida mercenária que desestruturou as suas tropas milicianas, adotou medidas de austeridade para com Florença, uma de suas principais dependentes e aliadas econômicas²⁹².

também deve ser entendido na ótica do chanceler, especialmente no momento da Guerra dos Oito Santos. SALUTATI, Coluccio. *Regi Francorum* (III, 5). In: BALDASSARRI, Stefano U. (ed.). Coluccio Salutati Political Writings... *Op. Cit.*, p. 07.

²⁹⁰ “Sichè no'se ne poranno chosì grande quantità chome forse tu t'imaginavi, e starasi ora un poco anzi che se ne pongha più; e se pure ne bisongniasse, è disposto il Chomune di porne ongni dì una, se tante ne bisongniasse, per difendere la libertà nostra da questi traditori pastori di Santa Chiesa. Ch'è troppo crudele tiranni [a] la loro singnoria, e dovrebbe ongniuno di questa città metterci prima l'aver e poi la persona, per mantenere la sua libertà e per non venire nelle loro mani”. BRUCKER, Gene A. Un documento fiorentino sulla guerra, sulla finanza e sulla amministrazione pubblica (1375). *Archivio Storico Italiano*, [S.l.], v. 115, n. 2, pp. 165-176, 1957, p. 172.

²⁹¹ “A não ser que queiram falar de possíveis guerras futuras, travadas pela Igreja contra nós, sem qualquer provocação, ou pela comuna florentina, que nunca recorreu a armas, se não para proteger a sua própria liberdade ou para recuperar o que lhe foi injustamente tirado ou para vingar os insultos recebidos” (tradução nossa). COLUCCIO SALUTATI. Livro III, *Ep.* XXIII. In: NOVATI, Francesco. *Epistolario di Coluccio Salutati*, v. 01... *Op. Cit.*, p. 214.

²⁹² Como nos mostra John Padgett e Walter Powell, desde a Idade Média a Igreja estava vinculada às atividades econômicas, sobretudo diante da sua dispersão no mundo feudal e, ainda, de sua pretensão de se fazer universal. De acordo com Richard Golthwaite a Igreja passou, paulatinamente, a angariar esforços de mercadores italianos para trabalhar na distribuição de suas receitas e facilitar as respectivas cobranças. O alinhamento com a política pró-Guelfa de Florença estreitou ainda mais os laços e a dependência econômica de Florença para com o papado, mormente porque os comerciantes da comuna eram os responsáveis pela arrecadação das mais importantes áreas da Europa para as receitas papais. Esta atividade, por outro lado, foi a principal base sobre a qual os banqueiros expandiram seus negócios, o que, de certa forma, fomentava a sua atividade e ampliava o poderio desta classe. Seja como for, a relação de mutualismo estabelecida entre Florença e a Igreja no que tange à atividade comercial e ao transporte de riquezas pela Europa, era significativa e em momentos de Guerra esse era um aspecto que não podia passar despercebido. Para maiores informações, cf. GOLTHWAITE, Richard. *The economy of Renaissance Florence*. Baltimore, Maryland: John Hopkins University Press, 2009;

Most effective among the pope's responses to Florentine subversion of papal rule was the imposition, on March 31, 1376, of an interdict prohibiting all religious services in Florence and its territory and declaring Florentines subject to arrest and confiscation of their goods throughout Europe. Suspension of the Mass (except on specified holy days), denial of communion to the laity, the absence of processions, public prayers, extreme unction, burial services, and a host of other rites fundamental to the cultural and devotional identity of Christian society confronted Florentines of all social ranks with dilemmas of conscience and loyalty that were not easily resolved, even in the midst of strong anti-clerical and anti-papal sentiment²⁹³.

Florença, contudo, não se abala tanto com as restrições papais, encontrando aliados fora da Itália e valendo-se da venda de propriedades eclesiásticas para financiar a empreitada contra o papado²⁹⁴. Como narra Najemy, ao final de 1376 o governo começou a confiscar e a vender bens locais de propriedade da Igreja, com a finalidade de financiar os gastos com a guerra.

Nada obstante, as cartas de Salutati, aliadas aos esforços empreendidos pelos *Otto di guerra* trouxeram não apenas o apoio de inúmeras comunas da Toscana, mas também a importante aliança com o Reino dos Francos que, inclusive, ignorou a determinação papal de proibição das negociações das mais diversas localidades com Florença²⁹⁵. A título exemplificativo, pode-se citar já mencionada missiva aos Romanos (*Romanis*), escrita em janeiro de 1376, por meio da qual, para além de conclamar as cidades vizinhas a defenderem a liberdade da Itália contra a Igreja, Salutati deixa claro ao final a disposição das forças militares florentinas para a luta em conjunto²⁹⁶. Igualmente, em carta endereçada a Città di Castello, em dezembro de

PADGETT, John Frederick; POWELL, Walter W (Ed.). *The Emergence of Organizations and Markets*. Princeton&Oxford: Princeton University Press, 2012.

²⁹³ “A mais eficaz entre as respostas do Papa à subversão florentina do governo papal foi a imposição, em 31 de março de 1376, de um interdito proibindo todos os serviços religiosos em Florença e em seu território, declarando os florentinos sujeitos à prisão e confisco de seus bens em toda a Europa. A suspensão da missa (exceto em dias santos especificados), negação da comunhão aos leigos, ausência de procissões, orações públicas, extrema unção, serviços fúnebres e uma série de outros ritos fundamentais para a identidade cultural e devocional da sociedade cristã confrontaram Florentinos de todas as classes sociais com dilemas de consciência e lealdade que não eram facilmente resolvidos, mesmo em meio a um forte sentimento anticlerical e antipapal” (tradução nossa). NAJEMY, John M. *A history of Florence 1200-1575...* *Op. Cit.*, p. 153.

²⁹⁴ NAJEMY, John M. *A history of Florence 1200-1575...* *Op. Cit.*, p. 154.

²⁹⁵ NAJEMY, John M. *A history of Florence 1200-1575...* *Op. Cit.*, p. 152.

²⁹⁶ “*Nos autem commune nostrum omnemque mostram militarem potentiam ad beneplacita vestra paratam offerimus in vestri nominis gloriam transmissur?*”. SALUTATI, Coluccio. *Romanis* (I, 7). In: BALDASSARRI, Stefano U. (ed.). *Coluccio Salutati Political Writings...* *Op. Cit.*, p. 07.

1375, Salutati, ressaltando o envio do que chama de bárbaros (*gens barbara*) à cidade, por ordem dos oficiais da Igreja, deixa evidente a necessidade de união de forças contra os domínios dela²⁹⁷.

Da mesma forma, na missiva endereçada ao Rei dos Francos (Carlos V, que governou entre 1364-1380), Salutati deixa claro, em tom apologético, que conquanto tenha ressaltado a necessidade de insurgência contra os Gauleses, os Francos deveriam ser vistos como a parte mais forte e nobre da Gália (“*et Franciam sciamus unius Galliae quotam fore particulam, potentia tamenet nobilitati cunctis Galliis excelentem...*”), razão pela qual os ataques de Florença ao povo da região devem ser entendidos, exclusivamente, como endereçados àqueles que se aliavam à Igreja²⁹⁸. Nesta mesma carta, datada de 1376, o chanceler ainda agradece à concessão de imunidade integral aos mercadores e à população de Florença em detrimento dos embargos lançados a eles pela Sé Apostólica.

Veja-se, neste sentido, que para além do dever político de se insurgir contra o que qualifica como tirania da Igreja, Salutati, enquanto chanceler, ainda precisa – e consegue – aliar-se à força política do Rei dos Francos, tendo em vista todo o apoio político por este fornecido à Florença durante o período da Guerra. A missiva de 1376, neste sentido, não se apresenta apenas como uma recensão à crítica aos gauleses na carta de janeiro de 1375 endereçada ao Papa, mas, também, como um grande expediente retórico de aproximação entre Florença e França. O uso excessivo de adjetivos positivos acompanhando o título de Carlos V (“*serenissime atque invictissime princeps (...) glorissime princeps (...) humanissime princeps (...) vestra goriosa miestas (...) clementissime princeps (...) iustissime princeps*”²⁹⁹) são exemplos de como a exaltação do príncipe pode ser realizada, a fim de prestar condolências àquele com quem busca se aliar³⁰⁰.

²⁹⁷ “*Considerate et memori mente repetite fastidiosas vexations, acerrimas exactions et inbonesta servitia quibus hec gens barbara, Italici nominis inimica, que de Galliis et exteris nationibus in miseram Ausoniam per ecclesie presides mittuntur in pedem vos quasi servulo oprimebat*”. COLUCCIO SALUTATI, *apud* WITT, Ronald. WITT, Ronald G. *Coluccio Salutati and his public letters. Op. Cit.*, p. 53, nota 43.

²⁹⁸ COLUCCIO SALUTATI. *Regi Francorum* (III, 4-10-12). In: BALDASSARRI, Stefano U. (ed.). *Coluccio Salutati Political Writings... Op. Cit.*, p. 7.

²⁹⁹ SALUTATI, Coluccio. *Regi Francorum* (III). In: BALDASSARRI, Stefano U. (ed.). *Coluccio Salutati Political Writings... Op. Cit.*, pp. 16-27.

³⁰⁰ A utilização de exageros [*exsuperatione*] é mencionada na Retórica a Herênio, ademais, como forma de captar a atenção do leitor. “*Si defessi erunt audiendo, ab aliqua re quae risum movere possit, ab apologo, fabula*

Nada obstante, a utilização de termo que remonta à origem partilhada de Florença com a França (“*causam filiorum*”³⁰¹) também pode ser entendida como artifício retórico capaz de gerar a proximidade esperada por Salutati nas tratativas com os franceses. Destaca-se, nesta toada, que Salutati frisa o papel de Carlos Magno na restauração de Florença (“*nos restitutionem civitatis Florentiae ab inclitae memoriae Carolo Magno*”³⁰²), bem como a luta dos francos pela liberdade da comuna (“*libertate nostri populi multos de ilustríssima vestra progeie dimicasse*”³⁰³) como forma de edificar a imagem de aproximação entre os poderes políticos florentino e franco na luta contra a Igreja Católica.

Mas talvez seja na utilização de imagens de crueldade e da suposta desumanidade da Igreja Católica, que teria deixado Florença ser invadida por tropas inglesas a seu comando, que chame mais a atenção dos usos da retórica e da *inventio* por Salutati na missiva ao Rei da França.

*Quid fuit videre, humanissime princeps, innocentissimum populum inermem obici gladiis armatorum, videre miseros in laribus propriis obtuncari et suo sanguine nedum domésticos penates sed vias et plateas tantae civitatis aspergere, videre super acervos mortuorum debiles mulieres totam urbem lacrimabili replere ploratu et magnam hominum multitudinem savissime trucidari*³⁰⁴.

A passagem transcrita, não apenas em razão da vivacidade da imagem que elabora aos olhos do interlocutor, utiliza-se de sutil expediente retórico da criação de contraste³⁰⁵ [*contrarium*] entre a cena que está a se desenvolver e a imagem do próprio

veri simili, imitatione depravata, inversione, ambiguo, suspicione, invrsione, stultitia, exsuperatione, collectione (...)”. CICERO]. *Rhetorica Ad Herennium*... *Op. Cit.*, I, VI, 9-10, p. 344.

³⁰¹ SALUTATI, Coluccio. *Regi Francorum* (III, 13). In: BALDASSARRI, Stefano U. (ed.). *Coluccio Salutati Political Writings*... *Op. Cit.*, pp. 16-26.

³⁰² SALUTATI, Coluccio. *Regi Francorum* (III, 11). In: BALDASSARRI, Stefano U. (ed.). *Coluccio Salutati Political Writings*... *Op. Cit.*, p. 24.

³⁰³ SALUTATI, Coluccio. *Regi Francorum* (III, 11). In: BALDASSARRI, Stefano U. (ed.). *Coluccio Salutati Political Writings*... *Op. Cit.*, p. 24.

³⁰⁴ “Imagine, mais humano dos príncipes, inocentíssimo e desarmado povo exposto às espadas dos soldados; imagine aqueles miseráveis abatidos em suas próprias casas, seu sangue espalhando-se pelas ruas e praças desta grande cidade, para não falar dos seus deuses, imagine esposas chorando sobre os corpos empilhados dos mortos, enchendo a cidade inteira com seus lamentos sobre uma multidão de homens abatidos com total crueldade” (tradução nossa). SALUTATI, Coluccio. *Regi Francorum* (III, 8). In: BALDASSARRI, Stefano U. (ed.). *Coluccio Salutati Political Writings*... *Op. Cit.*, p. 11.

³⁰⁵ Insta consignar que a ideia de um contraste como artifício de criação de uma alegoria é explicitada pelo anônimo da Retórica a Herênio como instrumento disponível no arsenal do orador para a elaboração de seu argumento. “*Permutatio est oratio aliud verbis aliud sententia demonstrans. Ea dividitur in tres partes: similitudinem, argumentum, contrarium (...). Ex contrario ducitur sic, ut si quis hominem prodigum et luxuriosum inludens parcum et diligentem appellet. Et in hoc postremo quod ex contrario sumitur, et in illo primo*

Rei. Com efeito, o mais humano dos príncipes [*humanissime princeps*] não seria capaz de praticar, ou mesmo de compactuar, com a barbaridade que foi praticada aos mandos da Igreja Católica. Trata-se uma contraposição que, para além de captar a benevolência do leitor, ainda o aloca do mesmo lado de seu interlocutor, em um contraste que ainda deixa a humanidade do Rei em evidência.

Valendo-se dos mencionados expedientes retóricos, pois, o chanceler da República Florentina se utiliza tanto da história quanto da aproximação ideológica – da defesa pela liberdade – e, bem assim, das figuras de linguagem, como modo de, a um só tempo, infirmar as severas críticas empreendidas aos gauleses na carta endereçada ao Papa e, bem assim, consolidar uma aliança de vital importância para a manutenção da própria comuna no cenário de disputa em face de um dos maiores poderes políticos do período. A estilística derivada dos ensinamentos do Anônimo da Retórica a Herênio, especialmente explorada por Salutati na missiva ao Rei da França, tornam evidente, ainda, a possibilidade de uma construção discursiva das alianças políticas que se formavam na disputa contra a Igreja, arma esta que acaba se tornando elemento de vital importância para o sucesso de Salutati na Chancelaria de Florença.

Ao final da carta, agradecendo a clemência do trono, Salutati até mesmo chega a asseverar que a coroa reconheceu a causa de seus filhos (“*respexit enim throni vestri clementia causam filiorum...*”³⁰⁶), consignando a devoção dos florentinos ao Rei dos Francos (“*maistatis vestrae devotos*”³⁰⁷). Já em outros momentos, o tom de Salutati não se mostrava tão receptivo, sobretudo nas cartas por meio das quais Salutati, tendo observado a possível trégua entre Bologna e a Igreja, repreende firmemente aquela, buscando, mais uma vez, atrair poderes políticos que se aliassem à causa florentina³⁰⁸.

Diante do instável cenário da política de Florença à época da Guerra dos Oito Santos, pode-se dizer que é ela e o fazer discursivo da chancelaria em posição

quod a similitudine ducitur, per translationem argumento poterimus uti?. [CICERO]. *Rhetorica Ad Herennium...* Op. Cit., IV, XXXIV, 46, p. 344.

³⁰⁶ SALUTATI, Coluccio. *Regi Francorum* (III, 13). In: BALDASSARRI, Stefano U. (ed.). *Coluccio Salutati Political Writings...* Op. Cit., p. 26.

³⁰⁷ SALUTATI, Coluccio. *Regi Francorum* (III, 14). In: BALDASSARRI, Stefano U. (ed.). *Coluccio Salutati Political Writings...* Op. Cit., p. 26.

³⁰⁸ Daniela de Rosa destaca que: “durante la Guerra degli Otto Santi, quando Bologna avviò trattative di pace con la Chiesa senza consultare gli alleati, I dirigenti fiorentini rimproverarono aspramente questo comportamento attraverso una serie di lettere a cui I Bolognese risposero ‘statis pungenter’”. DE ROSA, Daniela. *Coluccio Salutati: il cancelliere e il pensatore politico...* Op. Cit., p. 92.

estratégica, que elevam Salutati ao reconhecimento frente ao cargo que recém passara a ocupar. A disputa política em voga demandava uma atuação positiva, ativa, do chanceler em favor do melhor interesse da comuna, na tentativa não apenas de repreender possíveis aproximações de outras comunas com o Papado, mas também de valer-se das cartas para estabelecer vínculos por meio de aproximações que, por vezes, pareciam deixar de lado a liberdade da comuna justamente para reconquistá-la.

Ora, mencionar a devoção dos cidadãos e, ainda, criar a imagem de que eles eram filhos do reino franco, por óbvio, não significa o abandono da busca pela independência e hegemonia florentina na Toscana, mas Salutati estava sobremaneira consciente da possibilidade de perecimento da comuna no momento presente de edição de suas cartas, o que o leva à utilização de argumentos e imagens que pudessem convencer o Rei dos Francos a se aliar aos florentinos em uma luta que era, em última instância, necessária à própria subsistência da comuna

Da mesma forma, ciente da importância da Igreja para a Itália e para um mundo ainda embebido na organização hierárquica medieval – para não mencionar a própria fé do chanceler – Salutati vale-se da permeabilidade da retórica para, ao mesmo tempo em que se coloca contra a Igreja, escrever-lhe a justificativa para a contraposição de Florença à Santa Sé. Ressaltando a fé de Florença e as alianças que construiu com a Igreja ao longo da história, Salutati não vacila quanto aos posicionamentos adotados contra ela³⁰⁹.

É, pois, talvez, na Guerra dos Oito Santos que a inventividade salutatiana tenha alçado seus voos mais altos. Por meio das missivas que buscavam não apenas a criação de alianças políticas, mas a confrontação com as investidas da Igreja em Florença, os expedientes retóricos e a maleabilidade da construção da verdade são elementos que não escapam aos olhos atentos do chanceler e acabam por constituir sua mais forte aliança na salvaguarda dos interesses da comuna.

O final da Guerra se deu com a morte do Papa Gregório XI em março de 1378, em Roma, por causas estranhas ao conflito que se instaurava entre a Igreja e as comunas da Toscana. Entretanto, importa ressaltar que conquanto a Igreja Católica,

³⁰⁹ “*si forte opinione sua ab habitu solitae devotionis credimur deviasse, non in iudicii nos terribilitate percutiat, sed nobis in suae clementiae benignitate remittat*”. SALUTATI, Coluccio. *Collegio cardinalium* (II, 9). In: BALDASSARRI, Stefano U. (ed.). *Coluccio Salutati Political Writings... Op. Cit.*, p. 16.

institucionalmente, enfrentasse duras críticas e estivesse presenciando, de perto, os mais severos ataques às suas práticas universalistas, por outro lado, ainda era dotada de força política, ideológica e econômica para fazer frente àqueles que se opunham às suas pretensões.

A mencionada disputa com a Igreja, neste sentido, não deve ser entendida, apenas, como uma simples e passageira desavença, mas, sim, como uma das mais significativas investidas de uma Florença que estreitava cada vez mais os seus laços com a ideia de liberdade enquanto não subjugação externa. E mais, como uma primeira imposição da comuna como ente político capaz de fazer frente aos domínios da Igreja Católica, sem romper com a fé cristã³¹⁰. Deve ser entendida, ademais, como uma amostra do fôlego do poderio que a Igreja ainda possuía, mesmo nos primeiros anos do Renascimento, situação esta que demandava, cada vez mais, uma atenção maior dos entes políticos da comuna e, precipuamente, da Chancelaria.

Neste sentido, John Najemy e Robert Black comungam do entendimento de que, antes de uma guerra eminentemente armada, ou, ainda, responsável por causar significativos reflexos econômicos para a Igreja ou para a comuna, a Guerra dos oito Santos foi uma guerra ideológica. Nas palavras de Najemy: “Gregory’s death in March 1378 rescued Florence from a war whose repercussions in the economic sphere and on the consciences and divided loyalties of its citizens were far more serious than any military threat”³¹¹.

Não se descuida do fato de que, para autores como Gene Brucker, a Guerra foi uma forma pela qual o governo comunal tentou superar uma crise interna – e já existente há anos, em contextos que remontam a 1340 – entre as forças populares e a

³¹⁰ De acordo com Ronald Witt: “At a distance of five years from the war, Salutati interpreted not Only the Schism of 1378 but also the civil disorders in the Republic between 1378 and 1382 as punishments of God for the sins of both belligerents. The princes of the Church had the blood of the murdered masses of Faenza and Cesena on their hands, whereas the rulers of the Republic had grievously sinned first in laying ‘sacrilegious hands’ on the possessions of the Church and then in forcing citizens to purchase and hold them not ‘without manifest injury to their souls and consciences’. Nevertheless, he still maintained the essential justice of the Florentine cause: ‘without doubt’ the Church intended to subvert Florentine liberty while the Florentines fought for that freedom “which we considered the greatest glory.” WITT, Ronald. *Hercules at the crossroads...* *Op. Cit.*, p. 132.

³¹¹ A morte de Gregório [XI] em março de 1378 resgatou Florença de uma guerra cujas repercussões na esfera econômica, nas consciências e na divisão das lealdades dos cidadãos foram muito mais sérias do que qualquer ameaça militar” (tradução nossa). NAJEMY, John M. *A history of Florence 1200-1575...* *Op. Cit.*, p. 155.

aliança estabelecida entre o clero e a oligarquia florentina³¹². Contudo, os aspectos ideológicos correlatos à liberdade da comuna em relação aos poderes exteriores talvez sejam os mais fortes instrumentos conquistados pelos florentinos frente aos seus adversários.

É, ademais, a partir desta disputa que Salutati, recém escolhido para o cargo de chanceler da República de Florença, alcança posição de destaque com relação aos assuntos políticos da comuna, tendo sido, inclusive, admitido nos secretos círculos dos líderes da cidade³¹³. A importância das missivas, como instrumento capaz de provocar nos florentinos o desejo pela liberdade e, bem assim, de gerar no interlocutor a imagem de uma Igreja que – a despeito da tradição guelfa da comuna – deveria ser vista, naquele momento, como a principal inimiga dos anseios florentinos, é substancialmente perceptível no desenrolar da guerra.

A *liberdade*, pois, passa a ser o mote por meio do qual Coluccio Salutati vai defender os interesses da comuna, tanto em um aspecto interno – e aí, amalgamado a valores republicanos – quanto e em um aspecto externo. Alma Poloni, trabalhando a ideia em Salutati e Leonardo Bruni vai defender que:

Nelle riflessioni di questi intellettuali cioè, la *libertas* è messa in stretto collegamento con la costituzione repubblicana di Firenze: *libertas* è inscindibile da *equalitas*, intesa sia come uguale diritto di tutti i cittadini, purchè meritevoli e virtuosi, di avere accesso alle cariche pubbliche, sia come equa amministrazione della giustizia comunale. *Libertas* è inoltre anche *libertà* dei cittadini di dedicarsi ai propri affari e al proprio lavoro in un clima di pacifica operosità, al riparo dalle violenze e dalle prevaricazioni dei potenti. La *libertas* repubblicana fiorentina ha anche tratti “imperialistici”: dal momento che la costituzione fiorentina è improntata alla difesa della *libertas*, a Firenze è affidata la speciale missione storica di aiutare le altre città e le altre terre a conservare e rafforzare la propria *libertà*, contrastando i progetti dei tiranni³¹⁴.

³¹² Tal argumentação se ancora, sobretudo, nos expedientes institucionais utilizados pela comuna florentina para insurgir-se contra a Igreja. Em verdade, como Brucker argumenta, as provisões administrativas de 1375, que visavam a confiscar e dar em garantia bens da igreja, bem como a proibir a participação dos florentinos nos bispados da Igreja, acabavam por impor (nos moldes das provisões da década de 40) também, pela via oblíqua, tratamentos e penas mais severas aos magnatas. Para acesso às provisões, sugerimos: PANELLA, A. La guerra degli Otto Santi e le vicende della legge contro i vescovi. *Archivio Storico Italiano*, [S.l.], v. 99, n. 1, pp. 36-49, 1941; BRUCKER, Gene. Florentine politics and society, 1343-1378... *Op. Cit.*, pp. 306-307.

³¹³ WITT, Ronald. *Hercules at the crossroads*... *Op. Cit.*, p. 128.

³¹⁴ “Isto é, nas reflexões destes intelectuais, a *libertas* é colocada em estreita ligação com a constituição republicana de Florença: *libertas* é indissociável da *equalitas*, seja entendida como igual direito de todos os cidadãos, porque meritosos e virtuosos, a terem acesso aos cargos públicos, ou como equitativa administração da justiça comunal. *Libertas* é, também, a liberdade dos cidadãos de se dedicarem aos próprios assuntos e ao próprio trabalho em um clima de operosidade pacífica, longe da violência e

Com efeito, a defesa da liberdade por Salutati na Guerra dos Oito Santos e, mais adiante, como será visto, em diversos conflitos travados em face dos poderes locais da Toscana passa a trazer à Chancelaria papel de destaque na comuna, sendo responsável, em diversos momentos, por insculpir nos florentinos os desejos mais próximos aos interesses da comuna. Em carta datada de 1376, em meio à Guerra dos Oito Santos, Salutati deixa explícita a ideia que procurava defender:

*Quid enim dilcius? Quid letius? Quid denique gratius potuit nunciaria quam statum vestre civitatis in manus mercatorum et artificum resedisse? Hi enim libertatem naturaliter amant, utpote qui gravius premi soleant morsibus servitutis. Tranquillitatem optant in qual sola artes quibus dediti sunt cum utilitate perficiunt, equabilitatem inter cives diligunt atque fovete, nec maiorum suorum glorie innixi ex sanguinis nobilitate superbiunt, non multitudine coniunctorum vel affinium efferuntur, hoc est, illud civium genus quod in omni populari republica iusticie studet, apinas, odit, bonos exaltat, resistit malis, ab iniuria abstinet nec dominattione superbit vel vicissim sibi cedentes cum publicam personam perficiunt imperant, cum privatam sine faustu [sic] noverunt imperantibus obedire. O beatas respiblicas quas per talies contingit gubernari!*³¹⁵

Se é verdade que até então a Chancelaria florentina já era considerada um dos mais altos cargos a serem alcançados no desenho institucional de Florença, Coluccio Salutati consegue alça-la a um dos pontos centrais da administração política e das relações exteriores da comuna a partir da Guerra dos Oito Santos. É neste cargo que o chanceler desenvolve as ideias relacionadas à liberdade da comuna, aplicando-a aos contextos institucionais e exteriores adversos, como forma de galgar o apoio tanto dos cidadãos quanto de potenciais aliados na defesa dos interesses florentinos.

da prevaricação dos poderosos. A *Libertas* republicana florentina possui ainda traços ‘imperialistas’: a partir do momento em que a constituição florentina é marcada pela defesa da *libertas*, à Florença é confiada a especial missão histórica de ajudar as outras cidades e as outras terras a conservar e a reforçar a própria liberdade, em contraste aos planos dos tiranos” (tradução nossa). POLONI, Alma. Oltre Coluccio Salutati. La florentina libertas nel contesto del conflitto politico interno nella Firenze del XIV secolo. *Revista de Historia*, [S.l.], n. 21, pp. 31-55, 2020.

³¹⁵ “Que notícias mais doces? Que notícias mais felizes? O que poderia ser mais agradável do que o fato de que o regimento de sua cidade chegou às mãos de mercadores e artesãos? Na verdade, eles amam a liberdade, movidos por um impulso natural, pois que mais severamente estão acostumados com as mordidas de servidão. Desejam tranquilidade, pois só nela podem dedicar-se às artes às quais se ocupam, aproveitando-se delas, valorizando e favorecendo a igualdade entre os cidadãos, não exaltando a nobreza de seu sangue, não podendo vangloriarem-se da glória dos antepassados, não sendo feito poderosos pelo número de antecessores e parentes. Eles representam, em suma, aquela classe que em cada regimento fundado no povo aspira à justiça, detesta o roubo, exalta os cidadãos honestos, se opõe aos ímpios, não comete insultos, não se orgulha da posse da casa, mas cujos membros governam a república alternadamente no poder, se são chamados a exercer funções públicas, enquanto que, quando voltam à vida privada, obedecem sem reservas. Bem-aventuradas são as repúblicas que são administradas por tais homens!” (tradução nossa). *In: DE ROSA, Daniela. Coluccio Salutati: il cancelliere e il pensatore politico... Op. Cit.*, p. 164.

Nota-se, nesta toada, que para além destas conquistas políticas e institucionais da própria consolidação da chancelaria no cenário administrativo florentino, Salutati também é responsável por difundir os ideais defendidos pela comuna na Guerra, em uma das mais bem sucedidas campanhas propagandísticas do século XIV na comuna. Como narra Daniela de Rosa:

Se durante l'ultimo periodo dele ostilità com Gregorio XI Firenze non riuscì infatti ad evitare la defezione di alcuni alleati, tuttatvia la propaganda condotta dal Salutati e la spiegazione dell'origine di quella guerra escogitata dal cancelliere furono accettate non soltatnto dalla opinione pubblica fiorentina ma anche dalla maggiori parte dele città non coinvolte direttamente nel conflitto³¹⁶.

O que se deve perceber, neste tópico do trabalho é o movimento dual e complementar de uma Florença em transição: se, por um lado, as disputas com a Igreja se mostram ainda mais relevantes no período, por outro, não se divisa de qualquer rompimento inequívoco com a cristandade. A Igreja – e o Cristianismo – ainda eram elementos imprescindíveis à vida em comunidade, mas, por vezes faziam frente à organização política e aos anseios institucionais de Florença.

Isso não significa, frise-se, negar o poder político da Igreja. Contudo, não se pode deixar de notar a impostação florentina em face das pretensões universalistas e imperialistas da Igreja e, principalmente, o modo como tal contraposição se efetivou. Ora, se é verdade que desde a Reforma Gregoriana³¹⁷ já se podia observar a busca autoconsciente da Igreja por expandir o seu poderio mundano, também é verdade que é só no Renascimento que o uso da retórica ganha as feições de principal arma

³¹⁶ “Se durante o último período de hostilidade como Gregório XI Florença não conseguiu evitar a deserção de alguns aliados, todavia, a propaganda conduzida por Salutati e a explicação da origem da guerra planejada pelo chanceler são aceitas não só pela opinião pública florentina, mas também pela maior parte da cidade não diretamente envolvida no conflito”. DE ROSA, Daniela. *Coluccio Salutati: il cancelliere e il pensatore politico...* Op. Cit., p. 177.

³¹⁷ Sobre o tema, cf: ALMEIDA, Philippe Oliveira de. *Raízes medievais do Estado moderno: a contribuição da Reforma Gregoriana*. 2013. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais; FLICHE, Augustin. *Storia della Chiesa. Dalle origini fino al Giorni Nostri*. vol. VIII – La Riforma Gregoriana e la Riconquista Cristiana (1057-1123). Torino: Edizioni S.A.I.E., 1959; RUST, Leandro Duarte; SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. Reforma Gregoriana: trajetórias historiográficas de um conceito. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, [S.l.], v. 2, n. 3, p. 135-152, 8 nov. 2009; ULLMANN, Walter. *Short History of Papacy in the Middle Ages*. New York: Routledge. 2003.

política para contrapor-se e tais anseios, em um desenho institucional que foge àquele pensado na ótica de uma Monarquia Universal³¹⁸.

Não se descuida da contribuição de autores como João de Paris e Marsílio de Pádua³¹⁹, para quem o poder político não estava inexoravelmente atrelado à ideia de uma Monarquia Universal. Contudo, a contraposição aos anseios da Igreja se desenvolve, no horizonte do *Trecento*, de maneira distinta daquela pensada por tais autores, mormente em razão da retórica, a qual, a despeito de evidenciar uma preocupação estilística própria dos autores do Renascimento, forneceu novos instrumentais à consecução das finalidades políticas de autodeterminação da comuna.

Da mesma forma, a consciência da necessidade de ajuda frente a conflitos políticos que demandavam fundos e poderio militar significativos impunha à Florença – e nomeadamente à Chancelaria – o papel de angariar aliados, como é o caso da Guerra dos Oito Santos e das missivas endereçadas ao Rei dos Francos. Soma-se, ainda, à efervescência política de disputas externas, a força relativa do jugo imperial sobre a comuna de Florença e, ainda, uma terceira potência política externa – ao lado da Igreja e das demais comunas da Toscana – em face da qual a Chancelaria deveria manter sua atenção.

Com efeito, é como centro irradiador das principais ideias contrapostas ao poder político edificado sob os sólidos pilares da Idade Média que a Chancelaria e Coluccio Salutati devem ser estudados. A liberdade é o mote que dita o teor da crítica e a partir da qual constrói-se a imagem daqueles que fazem frente à prática política adotada por Florença, especialmente ao final do *Trecento*.

³¹⁸ Sobre a ideia de uma monarquia universal e a forma como a Cristandade constrói esta ideia ao longo da Idade Média, Cf: AZNAR, Bernardo Bayona. *El Origen del Estado laico desde la Edad Media*. Madrid: Grupo Anaya. 2009; BARBOSA, João Morais; DE SOUZA, José Antônio de C. R. *O reino de Deus e o Reino dos homens: as relações entre os poderes espiritual e temporal na Baixa Idade Média (da Reforma Gregoriana a João Quidort)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997; BERTELLONI, Francisco. *La crisis de la monarquía papal mediante un modelo causal ascendente: Juan de Paris, De Regia potestate et papali*. Veritas, Porto Alegre, v. 51, n.3, setembro, 2006, pp. 51-66; EGÍDIO ROMANO. *Sobre o Poder Eclesiástico*. Tradução: Luis. A. De Boni. Petropolis: Vozes, 1989; MORRISON, Karl F. (Org.). *The Investiture Controversy: Issues, Ideals, and Results*. New York: Hold, Rinehart and Winston, 1971; MORRALL, John B. *Political Thought in Medieval Time*. Toronto: University of Toronto Press, 1997.

³¹⁹ JOÃO DE PARIS. *Sobre o poder régio e o poder papal*. Tradução e Introdução: Luis A. de Boni. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 1989; MARSÍLIO DE PÁDUA. *O Defensor da Paz*. Tradução e Notas: José Antônio de Camargo Rodrigues de Souza Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

E é, pois, sob esta perspectiva, que a retórica salutiana vai alçar a cumeada de seu caminhar em direção à política, em especial, a partir de um contraponto negativo que passará a ser a grande chave de leitura em face dos demais poderes que ameaçam a liberdade da comuna florentina: a tirania³²⁰. A ideia do tirano, aliada aos expedientes retóricos de construção da realidade – já utilizados por Salutati desde a chegada à chancelaria e ressignificada com a efervescência da *ars dictaminis* em um cenário político em ebulição –, será a principal forma de se explorar a multiplicidade de caminhos que se abrem para Florença no âmbito da política externa. O vácuo de poder instaurado entre um Império cujo gládio era curto demais para alcançar a comuna e uma Igreja fragilizada institucionalmente conclama a Chancelaria a reivindicar a sua liberdade e são os expedientes desenvolvidos no período acerca da tirania que possibilitarão conglobar as mais diversas vozes que se fazem presentes na comuna.

Por meio do presente capítulo buscou-se avaliar a atuação política de Salutati frente a dois dos principais agentes dos conflitos que se colocam frente aos olhos de Florença, a Igreja e o Império, buscando evidenciar não apenas a importância e os limites de conceitos como a liberdade para o autor, mas também exemplos que fornecessem uma imagem do posicionamento do chanceler frente a ambas instituições e à monarquia. A admiração e a aceitação, em certos momentos, da estrutura institucional e jurídica decorrente do Império e, bem assim, a ideia de uma *libertas florentinae* em contraposição à tentativa de ingerência da Igreja sobre Florença são elementos que nos permitem antever a complexidade da discussão acerca da melhor forma de governo para o autor. Soma-se a isso a utilização da retórica não apenas na estilística das missivas, mas na abertura de possibilidades argumentativas que aparecem ao autor e será possível antever que Salutati consegue caminhar por entre a república e a monarquia, a fim de proteger os interesses de Florença nos mais diversos cenários e junto aos mais diversos interlocutores.

³²⁰ “L'impressione, insomma, è che la circolazione del De tyranno di Bartolo e la successiva produzione del Salutati e degli altri cancellieri fiorentini abbiano finito col marcare in senso irreversibilmente negativo un termine cui solo il gusto classicheggiante e un po' lezioso di qualche letterato (è il caso del Tasso, o, tra i contemporanei, di Edoardo Sanguineti) ha occasionalmente restituito il significato primitivo”. GAMBERINI, Andrea. Orgogliosamente tiranni: I Visconti, la polemica contro i regimi dispotici e la risignificazione del termine tyrannus alla metà del Trecento. In: ZORZI, Andrea (Org.). *Tiranni e tirannide nel Trecento italiano*. Roma: Vilella, 2017, p. 92

Destarte, após trabalhada a práxis política de Salutati, por entre as missivas e as cartas privadas do autor, evidenciando a relação com a Igreja e com Império na formação do pensamento político salutatiano, o presente trabalho, partir do próximo capítulo, explorará as considerações feitas por Salutati acerca da tirania, buscando entender não apenas o conceito por ele desenvolvido, mas principalmente, os reflexos deste conceito na problemática da melhor forma de governo a partir das lentes da retórica. Para tanto, serão analisadas duas obras, o *De tyranno*, datado de 1400 e a invectiva *Contra maledicum et obiurgatorem qui multa pungenter adversus inclitam civitatem florentiae scripsit*, mais conhecida como *Invectiva contra Antonio Loschi*, redigida em 1403 como resposta à *Invectiva in florentinos*, escrita por Antonio Loschi em 1401.

A escolha dos escritos se faz, nomeadamente, em razão do fato de que é nelas que a defesa da melhor forma de governo se sobressai, sendo também, por meio da contraposição à tirania – ponto central de ambos os trabalhos – que Salutati desenvolve a defesa que esboça, ora da monarquia, ora da república. Mais do que uma série de considerações pervasivas, ambos os trabalhos condensam, sistematicamente, o pensamento de Salutati sobre a república e sobre a monarquia, especialmente no contraponto à pior das formas de governo: a tirania. Ademais, como se verá, é por meio delas que o classicismo humanista do autor se contrapõe – ou se soma – ao seu inerente legado medieval, sendo possível explorar os influxos dos estilos, da retórica e da transição que é peculiar a Salutati na redação de seus escritos políticos.

Neste sentido, é a partir de ambas as obras, somando-se às considerações já esboçadas acerca do contexto político e intelectual do *Trecento*, bem como do agir pragmático de Salutati nas disputas com a Igreja e com o Império, que será possível traçar os limites da defesa do autor sobre a melhor forma de governo.

4. TIRANIA, RETÓRICA E POLÍTICA NO PENSAMENTO DE COLUCCIO SALUTATI

O caminho da dissertação traçado até então perpassa, sobretudo, pela tentativa de reconstruir a importância da retórica para o período em que Coluccio Salutati esteve na chancelaria e, bem assim, para demonstrar como o autor dela se vale para defender determinados posicionamentos políticos que se aproximavam ou se afastavam de um pensamento inserido na hierarquia cristã-imperial do Medievo.

Retórica e liberdade são conceitos chaves para que seja possível traçar o avanço sobre o tema da tirania e para que seja possível perceber as nuances políticas do próprio trabalho de Salutati. Acredita-se, neste sentido, que por meio da conjugação deste binômio com os trabalhos sobre a tirania, as delimitações da atuação política salutatiana na Chancelaria florentina se tornam mais evidentes.

O itinerário sobre a edificação da retórica no *Trecento*, com uma panorâmica passagem não apenas pela *ars dictaminis*, mas também por autores que influem diretamente no pensamento de Salutati, alinhada às contraposições que foram exploradas entre a retórica grega e a retórica clássica, principais fontes de estudo para os pensadores do período, são aparatos fundamentais para que os caminhos esboçados entre verdade e ficção possam ser melhor entendidas na perspectiva salutatiana. Como se verá adiante, Salutati vale-se de autores como Cícero, Salústio e Quintiliano não apenas enquanto predecessores de uma estilística que lhe é interessante, mas também como metalinguagem do próprio fazer retórico. Nada obstante, a admiração por Petrarca e por outros humanistas e juristas dos séculos XIII e XIV moldam o olhar de Salutati para as questões políticas de seu tempo.

Não se descuida, ainda, do fato de que uma visão mais abrangente do paradigma político e social da comuna, tanto em sua delimitação administrativa interna – o que inclui a própria atuação da Chancelaria e do chanceler – quanto em suas correlações com os influxos de poder externo, também são elementos de importância ímpar para que os escritos políticos de Salutati – em especial o *De tyranno* e o *Contra maledicum...* – sejam avaliados em contexto, sem que se incorra em anacronismos. Isso porque, os limites institucionais da atuação política de Salutati e até mesmo o limite entre a vida pública e privada do chanceler constituem aparatos

relevantes para que se possa temperar críticas de autores que acusam o chanceler de uma certa inconsistência na elaboração de seu posicionamento político.

Como já explorado anteriormente, *Salutati* é um produto de seu tempo, o que não exclui as suas influências pessoais diretas e indiretas, o seu contexto político e o seu próprio gênio. Não se pretende, pois, desenvolver uma abordagem conformista de *Salutati*, como se nada dele fosse produto de sua própria condição. Contudo, é de vital importância que não se perca a rede de influências e até mesmo os compromissos políticos firmados pelo autor ao longo de toda sua história. E a consciência destas nuances que evidenciam ainda mais a complexidade do objeto de estudo.

Em síntese, são as considerações sobre a tirania que evidenciam as correlações desenvolvidas entre liberdade e retórica e que colocam Coluccio *Salutati* como grande nome do humanismo renascentista do século XIV, tornando ainda mais complexa a configuração de seu posicionamento político acerca da melhor forma de governo.

4.1. A TIRANIA NO *DE TYRANNO*: ENTRE A VIRTUDE E O DIREITO

O tema da tirania, constante no horizonte político do pensamento ocidental, inspira “não só discursos sobre o abuso do poder, mas também, e com certa frequência, reflexões sobre a natureza da alma e seus recônditos, que, emergindo na vida pública, revelam abismos que gostaríamos de evitar ou de não possuir”³²¹. É, pois, como chave de leitura para problemas políticos, bem como para ética, antropologia, e, ainda, para o próprio estudo do Direito, que o tema da tirania revela seu colorido particular, e, acima de tudo, a perenidade e atualidade dos debates que a avocam como objeto.

Como nos mostra Labarbe³²², o termo aparece pela primeira vez (*tyrannos*) na poesia de Arquíloco de Paros, em comentário feito pelo poeta a Gíges³²³. A despeito

³²¹ BIGNOTTO, Newton. *O Tirano e a Cidade*. São Paulo: Discurso Editorial, 1998, p. 09.

³²² LABARBE, Jules. L'apparition de la notion de tyrannie dans la Grèce Arcaïque. In: *L'Antiquité Classique*. Bruxelles, tomo 40, fasc. 2, pp. 471-504, 1971, p. 492.

³²³ O Fragmento 19, retirado da obra de Plutarco é o texto em que Labarbe vai basear a herança etimológica do termo: “οὐ μοι τὰ Γύγεω τοῦ πολυχρύσου μέλει, // οὐδ' εἶλέ πώ με ζῆλος, οὐδ' ἀγασίομαι // θεῶν ἔργα, μεγάλης δ' οὐκ ἐρέω τυραννίδος // ἀπόπροθεν γάρ ἐστιν ὀφθαλμῶν ἐμῶν” (Plut. *De tranq. animi*. 10.470bc). No excerto, Arquíloco menciona que não sente inveja de Gíges, de suas possessões, ou da providência de divina que recaiu sobre o governante, mencionando que

do questionamento de Mazzarino acerca da aproximação entre o termo *tyrannos* e o governante no poema³²⁴, fato é que, como nos mostra Renato Ambrósio, o imaginário grego atribuiu a Gíges a imagem do tirano, em especial tendo em vista a maneira ilegal do exercício de poder³²⁵. Com efeito, a concepção de tirania, neste momento, esteve menos ligada à usurpação de poder em si e mais próxima ao modo de exercício desse poder. Labarbe vai listar os principais elementos ao redor dos quais a tirania vinculava-se no período: “1. la tyrannie devrait ses principales caractéristiques au monde barbare : soit au peuple tyrsène, soit à un Lydien déterminé (homme de Tyrrrha ou homme de Tyros) ; 2. Gygès aurait été le premier tyran; 3. les tyrannies seraient essentiellement oppressives, cruelles, pillardes, méchantes.”³²⁶.

Deve-se notar, entretanto, como nos mostra Bignotto, que:

O termo ‘tyrannos’ não era empregado [a princípio] como um título e a tirania não era uma constituição ou uma posição oficial. Assim sendo, a consolidação do caráter negativo do termo é ela mesma dependente da evolução do pensamento político, e cometeríamos um engano ao supor que a priori o conhecemos o nosso objeto de estudo pelo simples fato de que a tradição ocidental consagrou definitivamente uma imagem, que levou séculos para se consolidar no imaginário grego. Dizer de alguém que ele era tirano podia significar simplesmente que detinha o poder, mas não necessariamente que era um mau governante, pelo menos nos primeiros tempos de uso da palavra³²⁷.

Não se pode deixar de notar, por óbvio, que o termo, ao longo da história, ganha delimitações e significados próprios, distintos daqueles inicialmente apresentados pela cultura grega, passando a refletir cosmovisões e particularidades

tampouco deseja ou busca louvar a tirania. Em tradução de Laura Swift: “I do not care about the possessions of wealthy Gíges, I have never yet been seized by jealousy for him, nor do I envy divine favour, and I do not lust after great tyranny: these things are far from my sight”. SSWIFT, Laura. *Archilocus: the poems – introduction, text, translation and commentary*. Oxford: Oxford University Press, 2019, p. 87. Para uma leitura mais aprofundada sobre o tema, Cf.: TURCHETTI, Mario. *Tyrannie et tyrannicide de l’Antiquité à nos jours*. Paris: Classiques Garnier, 2013.

³²⁴ O autor interpreta o trecho como uma crítica aos governos tirânicos em geral e não especificamente ao regime político inaugurado por Gíges, tanto em razão da construção sintática do excerto, quanto em função da indistinta aproximação entre os termos *tyrannos* e *basileus*, empregados de maneira dúbia já na poesia de Sófocles. Cf: MAZZARINO, Santo. *Fra Oriente e Occidente: ricerche di Storia greca arcaica*. Florence: La Nuova Italia, 1947.

³²⁵ AMBRÓSIO, Renato. O tirano entre a história e a tragédia. *Hypnos*, [S.l.], n° 21, pp. 231-244, 2° semestre de 2008, pp. 231-244.

³²⁶ “1. a tirania deve ter suas principais características no mundo bárbaro: para o povo etrusco ou para um determinado lídio (o homem de Tyrrrha ou o homem de Tyros); 2. Gyges teria sido o primeiro tirano; 3. As tiranias seriam essencialmente opressivas, cruéis, saqueadoras, maliciosas” (tradução nossa). LABARBE, Jules. L’apparition de la notion de tyrannie... *Op. Cit.*, p. 478.

³²⁷ BIGNOTTO, Newton. *O Tirano e a Cidade...* *Op. Cit.*, p. 09.

jurídicas de um determinado tempo. É neste sentido que Salutati vai apresentar o seu conceito de tirania no tratado intitulado *De tyranno*, escrito em 1400 como resposta aos questionamentos de Antonio de Aquilla, um estudante de Pádua, acerca da possibilidade de se enquadrar, ou não, Brutus e Cassius como traidores de Roma³²⁸.

De acordo do Hankins o mais valioso aspecto para o Renascimento sobre o estudo da tirania foi moldado a partir dos debates travados no período tardo-republicano de Roma, particularmente nos períodos de Mario, Sulla, Pompeu e Júlio César. Trata-se, nas palavras de Stevenson, de um período de mudança de paradigma constitucional romano, no qual um regime misto conduzido pelo Senado transforma-se em um regime que, a depender das simpatias políticas de quem escreve, poderia ser entendido como monárquico ou despótico³²⁹. Ademais, narra Hankins, o papel do direito romano foi significativo para a análise dos autores do período, haja vista que a organização política, pautada no *ius civile*, trazia para a égide do Direito uma série de demandas de cunho político, o que não ocorria, por exemplo, com tal força, na Grécia. A visão do direito é importante também para que se entendesse o contexto político de época, mormente porque grande parte dos governantes deste momento histórico (entre Mario e César) assumiam o cargo como ditadores, magistratura legitimada pelo Direito Romano³³⁰.

A questão, ressalta Witt, não esbarra apenas no julgamento dos senadores romanos, mas, especialmente, de Dante, uma vez que o debate sobre a correção do posicionamento do autor da Divina Comédia – que colocou Brutus e Cassius em um dos círculos mais baixos do Inferno – estava em ampla ascensão nos círculos humanistas do final do *Trecento* florentino³³¹.

³²⁸ De acordo com Ronald Witt: “A response to a letter from a student in arts at Padua, Antonio de Aquilla, the *De tyranno* was finished no later than August 31, 1400. On that date it was dispatched to Francesco Zabarella in Padua for delivery to the student. Antonio had asked Salutati two questions. The second was: Were Antenor and Aeneas traitors to Troy? The nature of the first was not specifically stated but according to the structure of Salutati’s reply it most probably was: Were Cassius and Brutus traitors to Rome?”. WITT, Ronald. *The De Tyranno and Coluccio Salutati’s view of politics and Roman history*. *Nuova Rivista Storica*, [S.l.], v. 53, pp. 434-474, 1969, p. 434-435.

³²⁹ STEVENSON, Tom. *Julius Caesar and the transformation of the Roman Republic*. London: Routledge, 2015, pp. 167-180.

³³⁰ HANKINS, James. *Virtue Politics: soulcraft and statecraft in renaissance Italy... Op. Cit.*, pp. 107-110.

³³¹ Ronald Witt realiza uma extensa digressão acerca do pensamento anti-cesarista do Medievo, ressaltando posicionamentos como os de João de Salisbury (*Politicratus*, VIII, 19) e São Tomás de Aquino (*In secundum Librum Sententiarum*), de modo a evidenciar a forma como o posicionamento de

É interessante ressaltar que, a despeito de controversa, a disputa acerca da legitimidade ou da boa governança de determinada figura política da Antiguidade, não conduzia, no *Trecento*, a aceção de rechaço ou aproximação para com determinada forma de governo ou determinadas ideias políticas. A mentalidade do século XIV, como mostra Ronald Witt, era mais plástica, em termos políticos, do que uma leitura superficial pode oferecer.

To the mind of these generations [Trecento] the ancient Roman was a union of such a series of incongruous qualities that he could provoke the most contradictory and extreme judgments even in the same people. Expressions of hostility to Caesar, however, do not necessarily imply a republican attitude either to politics in general or to the interpretation of Roman history in general (...) Just as Nero and Caligula could be condemned as tyrants without bringing criticism on the others Emperors or on the institution of the Empire, so could Caesar be added to their number without condemning the whole imperial period³³².

É neste sentido, por exemplo, que Deborah Parker destaca o fato de que, se para os autores do medievo, Dante era entendido como o poeta teólogo, os humanistas passaram a interpretá-lo como filósofo político, o que autorizava a sua interpretação em um esquema de adaptação do texto aos problemas políticos de época³³³. Aliando não apenas a retórica à história, mas também à política, os pensadores do Renascimento passaram, com a plasticidade da mentalidade que lhes

Dante no período em que Salutati escreve o seu *De Tyranno* era controverso, mas não descontextualizado. Destaca ainda, o posicionamento de Ptolmeu de Lucca e até mesmo de Petrarca, ressaltando, para este último, a dubiedade da defesa ou rechaço a César. WITT, Ronald. *The De Tyranno and Coluccio Salutati's view of politics and Roman history...* *Op. Cit.*, pp. 435-444. Neste mesmo sentido, mostra James Hankins: "The figure of Julius Caesar presented a major challenge to virtue politics. The example of Caesar's life offered humanists a great proof of their beliefs about virtue, but also, potentially, undermined them. Whether he had been a tyrant or one of the noblest of Roman heroes remained a constant subject of debate". HANKINS, James. *Virtue Politics: soulcraft and statecraft in renaissance Italy...* *Op. Cit.*, p. 125. Para uma leitura mais aprofundada acerca das interpretações de Dante na Idade Média e no Renascimento, cf. PARKER, Deborah. *Commentary and Ideology: Dante in the Renaissance*. Durham: Duke University Press, 1993, pp. 25-49.

³³² "Para a mente dessas gerações [Trecento], o romano antigo era a união de uma série de qualidades tão incongruentes que podia provocar os julgamentos mais contraditórios e extremos até nas mesmas pessoas. Expressões de hostilidade a César, no entanto, não implicam necessariamente uma atitude republicana seja para com a política em geral ou para a interpretação da história romana em geral (...) Assim como Nero e Calígula poderiam ser condenados como tiranos sem criticar os outros imperadores ou sobre a instituição do Império, então César poderia ser adicionado ao seu número sem condenar todo o período imperial". WITT, Ronald. *The De Tyranno and Coluccio Salutati's view of politics and Roman history...* *Op. Cit.*, p. 448.

³³³ PARKER, Deborah. *Commentary and Ideology: Dante in the Renaissance...* *Op. Cit.*, pp. 49 e 55.

era típica, a valer-se dos ensinamentos de Dante extraídos da Divina Comédia ou do Convívio como fontes para o enfrentamento de problemas políticos³³⁴.

E tendo em vista a aproximação substancial de Salutati com os trabalhos de Dante³³⁵, especificamente após 1396³³⁶, o chanceler dedicou-se, nas páginas do *De tyranno*, à defesa do poeta sob a ótica do conceito de tirania. Isso porque, um dos passos para conferir uma resposta satisfatória aos questionamentos que lhe foram endereçados por Antonio de Aquilla era identificar se César era um tirano e se, por conseguinte, os seus algozes deveriam, ou não, ser alocados no círculo mais baixo do Inferno.

O texto de Salutati começa, pois, com uma divisão entre as coisas relacionadas ao fim último do homem – tendo em vista que todos os homens estão ligados pela comunidade da fé – e as coisas relacionados ao que caracterizam o bom cidadão (*bonum vel*) e, mais amplamente, o bom homem (*bonum virum*). De acordo com Salutati, unem a humanidade: a fé (*fides*), a cidadania (*civitas*) e a natureza (*natura*). A primeira diz respeito à salvação final; a segunda à sociedade política e a terceira à comunidade humana e à perfeição da humanidade. O tema proposto por Aquila toca a todas estas questões.

³³⁴ RISSET, JACQUELINE. Dante Humaniste. *Revue Des Deux Mondes*, [S.l.], pp. 122-128, set. 2011. Disponível em: www.jstor.org/stable/44193166. Acesso em 02 fev. 2021.

³³⁵ AGUZZI-BARBAGLI. Danilo. Dante e la poética di Coluccio Salutati. *Italica*, vol. 42, n. 1, mar. 1965, pp. 108-131. A admiração de Salutati por Dante fica evidente em carta a Niccolò da Tuderano, datada de 1399, na qual, de acordo com o chanceler: “*Est michi cura, vir insignis, frater optime, amice karissime, quod possim habere correctum opus divinissimum Dantis nostri, quo, crede michi, nullus hactenus poema vel altius stilo, vel elegantius inventione, vel maioris ponderis, cum ad res aut ad verba veneris vel tractatum. ubi quidem stili triplicis rationem et differentiam perfectius habemus atque liquidius? ubi reperies tot et tanta connexa dictionis serie venustius atque subtilius? ubi res graviores verbis convenientioribus invenire poteris explicatas? denique, crede michi, dulcissime Nicolae, nichil altius, nichil ornatius, nichil expositius nichilque scientia profundius illis tribus canticis possumus demonstrare. que quidem apud alios singula sunt et singularia, sunt ab eo simul absolutissime comprehensa*”. COLUCCIO SALUTATI. Livro XI, *Ep. X*. In: NOVATI, Francesco. *Epistolario di Coluccio Salutati*, v. 03... *Op. Cit.*, p. 371-373.

³³⁶ De acordo com Witt, a aproximação de Salutati com Dante se faz mais evidente após a morte de sua esposa, Piera, em 1396. O autor relata que, conquanto tenha rejeitado os escritos de Dante em favor daqueles de Petrarca, em carta datada de 16 de agosto de 1374 – logo após o falecimento de Petrarca – a aproximação de Salutati com Dante se deu de forma significativa em sua maturidade, influenciando diretamente não apenas no *De Tyranno*, como também no *De Fato et Fortuna*. Cf: COLUCCIO SALUTATI. Livro III, *Ep. XV*. In: NOVATI, Francesco. *Epistolario di Coluccio Salutati*, v. 01... *Op. Cit.*, p. 183; WITT, Ronald. The *De Tyranno* and Coluccio Salutati’s view of politics and Roman history... *Op. Cit.*, pp. 468-469; WITT, Ronald G. *Coluccio Salutati and his public letters*. Genebra: Librairie Droz, 1976, pp. 83-84.

Salutati faz uma longa digressão, no prefácio, acerca de como, a despeito dos elogios formulados por Aquila, tudo deve ser endereçado a Deus. Aplicando o conceito aristotélico de substância e de causa eficiente, o chanceler vai esposar uma defesa da providência divina nas causas humanas, em especial, na sabedoria e na própria condição do homem no mundo. Há, em verdade, uma defesa da participação de Deus na condição humana e uma reprovação àqueles que buscam afastar a sua essência daquilo que sabem/conhecem. Aqui, desde já, se antevê a importância do papel de Deus na História, principalmente no que tange ao tema da providência divina, trabalhada por Dante³³⁷.

Lauda nunc me, si potes, et meum esse praetende quod a me vides esse non posse. Si scio, vel potius si me scire credideris, gratulare quod illud Dominus mihi dedir oraque quod permaneat gratia ne – si subtracta fuerit – ignorantia detegatur mea. (...) Dignissimi quidem reprehensione sunt qui, cum sentire debeant Dei donum se gratis – si non desipiant – accepisse, universalis causae munus in privatam conantur redigere dicionem, et, quod detestabilius est, suis laboribus quaesisse gloriantur quod non possunt, nisi quantum Deo placeat, consevare quodque vident aliis etiam magis laborantibus non concedi³³⁸.

³³⁷ Embora seja notável o fato de que, em obras como *De Monarchia*, seja possível antever a ideia de separação entre o poder temporal e o espiritual, fato é que ambos os poderes teriam origem direta de Deus, o que, ainda que se considere a heterodoxia do pensamento dantesco, insere-o em uma chave de leitura que não dispensa a atuação de Deus no mundo. De acordo com Arno Dal Ri Júnior: “As características delineadas por Dante para tal *Monarchia*, assim como a tumultuada vida política que levou o autor – entre fugas e condenações emanadas pelos partidários do papado –, torna evidente a referência ao Sacro Império Romano-Germânico. Uma leitura atenta dos escritos políticos do grande poeta humanista não deixa dúvidas quanto ao fato do Sacro Império se contextualizar como a encarnação viva da ‘Monarquia universal’. (...) Com estas afirmações, o poeta fez com que o dualismo entre o poder espiritual e o poder temporal viesse a ganhar uma nova dimensão. O poder temporal passava a ser visto como não tendo a sua origem no poder espiritual, mas somente tendo recebido deste a capacidade de atuar no mundo com maior eficácia”. DAL RI JÚNIOR, Arno. A secularização do estado e o humanismo medieval: a contribuição da *Monarchia* de Dante Alighieri. In: BOMBASSARO, Luiz Carlos; DAL RI JÚNIOR, Arno; PAVIANI, Jayme (Org.). *As interfaces do humanismo latino*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, pp. 100-102.

³³⁸ “Elogie, agora, se puder, e finja que é meu o que, agora, você pode ver que não poderia vir de mim. Se eu aprendo – ou melhor, se você acredita que eu tenho o conhecimento – parabene-me porque Deus me deu e ore para que Sua graça permaneça, pois que, se fosse retirada, minha ignorância seria exposta. (...) Dignos de reprovação são aqueles que, sabendo, se não são tolos, que receberam gratuitamente o dom de Deus, procuram colocar sob seu controle privado este favor da causa universal, e o que é pior, vangloriam-se de que eles ganharam por seu próprio trabalho aquilo que nunca poderiam manter, exceto pelo favor de Deus e aquilo que eles veem ser negado até mesmo a outros que trabalham muito mais arduamente do que eles” (tradução nossa). COLUCCIO SALUTATI, De tyranno, *Praefatio*, § 4. In: BALDASSARRI, Stefano U. *Coluccio Salutati Political Writings... Op. Cit.*, p. 68.

É importante destacar, neste prefácio, a importância ressaltada por Salutati sobre a participação do Homem na causa divina, um tema muito explorado pelo pensamento medieval³³⁹. Em verdade, no tom que o chanceler dá ao trecho, todo o conhecimento e toda a aprendizagem devem ser reputadas como obras de Deus no Homem e não como um produto exclusivo de sua própria cosmovisão. Tal passagem tem especial importância porque deixa já, a princípio, evidente uma constatação que é feita ao longo de toda a obra do *De tyranno*: o fato de que Salutati propõe-se a trabalhar com chaves de leitura e conceitos eminentemente cristãos e medievais, afastando-se, de certa forma, dos arquétipos desenvolvidos pelo humanismo nascente.

De acordo com Ronald Witt, a mudança ocasionada pelas leituras de Dante e por uma reaproximação de Salutati com o Cristianismo são decisivas até mesmo na temática abordada nas missivas e, ainda, no modo como o autor utiliza-se dos exemplos medievais em suas cartas públicas e privadas. Conforme narra Witt, Salutati passou a valer-se de padrões argumentativos mais presentes no ambiente medieval guelfo do que ancorados nos ensinamentos clássicos, sobretudo porque o passado medieval representava, em sua visão, o zênite do domínio Cristão no mundo. Assim:

the decision to return to the old themes of Guelf-Ghibeline conflict belonged to Salutati, convinced now of the need to magnify the importance of Florentine policies, no, as he had done earlier, by relating them to the ancient past, but by integrating them into the history of the *Respublica christiana*³⁴⁰.

³³⁹ Não nos cabe, aqui, abordar a ideia de providência divina e todas as suas nuances no pensamento medieval. Contudo, devemos ressaltar que se trata, sim, de uma constante preocupação da filosofia cristã – embora tratada, muitas vezes, por chaves de leituras diversas – e que permeia também discussões de cunho teológico por pensadores da Baixa Idade Média e do Renascimento. Acreditamos que as palavras de Étienne Gilson sintetizam, na medida do possível, o tom da ideia de providência tangenciada por Salutati na passagem anterior: “Tal como suas obras, todos os seus caminhos são perfeitos: *Dei perfecta sunt opera, et omnes viae ejus judicium*, mas ai de quem pretende se revoltar contra ele, nem que apenas no mais recôndito do coração. Porque ele previu tudo de longe, o que somos, o que pensamos e o que fazemos; tudo, inclusive o passado, o presente e o futuro. Ora, se ele nos conhece assim, com uma ciência maravilhosa e temível, é precisamente porque ele nos fez. Ele nos criou, e sua mão permanece pousada em nós. É por isso que, na perspectiva bíblica, o homem nunca escapará de Deus, nem se fosse pequeno o bastante para penetrar nas profundezas da terra, ou grande o bastante para se elevar ao céu. (...) Pois que, de fato, tudo o que é só existe por sua forma e que, fosse ela retirada, tudo cessaria inteiramente de existir; dizer que Deus é a forma imutável pela qual o contingente subsiste e se desenvolve de acordo com o ritmo e a lei da sua forma é dizer que Deus é sua providência”. GILSON, Étienne. *O Espírito da Filosofia Medieval...* *Op. Cit.*

³⁴⁰ “A decisão de retornar aos velhos temas do conflito Guelfo-Gibelino pertenceu a Salutati, convencido agora da necessidade de ampliar a importância das políticas florentinas, não, como havia feito antes, relacionando-as com o passado antigo, mas integrando-as na história da *Respublica*

Esta aproximação não significa uma mudança inequívoca de perspectiva ou mesmo um abandono à cosmovisão humanista desenvolvida pelo chanceler até então. Contudo, é interessante notar como, em meio a um debate popular nos próprios meios humanistas, Salutati apega-se à figura de Deus para predicar o conhecimento humano sobre as coisas.

Se a narrativa do prefácio remonta à uma temática amplamente desenvolvida no seio da filosofia cristã medieval, fato é que especificamente em relação ao tirano, Salutati tem por referência o termo originário da palavra na Grécia antiga.

Haec dictio 'tyrannus' origine Graeca est, et tam apud ipsos quam etiam apud nos idem significavit olim et hodie similiter idem signant. Nam cum 'tyros' idem sit uod 'fortis', et ab initio quaelibet civitas atque gens rerum publicarum imperium, este Trogo, penes reges habebat, quos, ut Iustinus scribit, non ambitio popularis sed spectata inter bonos moderatio probebebat et ipsorum singulare múnus esset defendere imperii gines, imperare quod iustum abitrarentur et lites, si quas innocentia temporis fors habebat, aequitate quae natura mentibus hominum inserta est extinguere, apud Graecorum antiquissimos et priscos Italiae virosa ab ista fortitudine reges tyranni dicti sunt.³⁴¹

Como se vê, a etimologia inicial da palavra remontaria ao conceito de tirano como “bravo”, “corajoso”, “forte” [*fortis*], mencionando o chanceler que o poder se dava na mão dos reis gregos por meio do julgamento dos bons cidadãos [*non ambitio popularis sed spectata inter bonos moderatio provebebat*]. O interessante neste momento é não apenas a forma como ele vincula a chegada do poder do tirano ao julgamento do bom cidadão mas, também, como se conduz a passagem, da Grécia antiga ao que vai chamar de italianos antigos [*priscos Italiae viros*]. Há uma espécie de linearidade histórica e correlação do termo *tyros* ao modo como ambas as Antiguidades – latina e grega – viam seus próprios reis. Tal como se viu no mencionado excerto do Arquíloco de

Christiana” (tradução nossa). WITT, Ronald G. Coluccio Salutati and his public letters... *Op. Cit.*, p. 86.

³⁴¹ “A palavra ‘tirano’ é de origem grega e entre os gregos e nós, ontem e hoje, tem o mesmo significado. A palavra *tyros* é o mesmo que ‘forte’. Desde o início, como Trogo testemunha, toda a comunidade (*civitas*) foi governada por reis, e estes, como disse Justino, foram elevados ao poder, não por favor popular, mas pelo bom- julgamento de bons cidadãos. Sua função especial era defender as fronteiras do reino, atuar com justiça e resolver disputas, se a inocência da época assim o produzisse, de acordo com aquele senso de equidade implantado pela natureza na mente humana; e como esses deveres exigiam bravura de mente e corpo, os mais antigos gregos e os primeiros italianos chamavam seus reis de ‘tiranos’” (tradução nossa). COLUCCIO SALUTATI, De tyranno, I, § 1. In: BALDASSARRI, Stefano U. *Coluccio Salutati Political Writings*... *Op. Cit.*, p. 73.

Paros e nas lições de Newton Bignotto, o tirano, como bem reconheceu Salutati, não esteve etimologicamente ligado, desde o princípio, a uma ideia negativa de governo.

Esta aproximação deixa evidente uma das marcas mais notáveis de Salutati enquanto humanista e, bem assim, enquanto estudioso dos ensinamentos retóricos de Cícero e Quintiliano: os usos da história. Salutati, por meio da construção de pontes entre a Antiguidade Clássica grega e romana, faz com que compartilhem não apenas uma mentalidade política acerca da tirania, mas também, um passado histórico que autoriza até mesmo, a utilização do termo grego para a referência das discussões sobre a origem do poder tirânico.

Destaca-se, é só com as formulações romanas, especialmente com Cícero, que a retórica e a tarefa de criação e elocução do discurso, tornam-se meios de produção da história, na medida que não apenas se valem da imitação do passado para a produção da técnica enquanto arte, mas também, porque é a partir da reprodução do passado que se mostra possível o movimento do pensamento em direção à cumeada das formulações retóricas no mundo helênico. Tal concepção, menos presente na *Rhet. Her.* e mais pulsante do *De Oratore* de Cícero e na *Institutio Oratoria* de Quintiliano é um dos pontos centrais de virada do pensamento romano em acerca da retórica. Como nos mostra Felipe Teixeira Charbel, em comparação com os historiadores gregos, ocorre, na perspectiva romana “um deslocamento parcial de ênfase, da produção da presença via autópsia ou escrutínio cuidadoso de relatos orais para a construção de lições gerais moralizantes, o que se associa em grande medida ao caráter cerimonial atribuído à história em Roma”³⁴². É neste sentido que Cícero conclui a sua

³⁴² TEIXEIRA, Felipe Charbel. Uma construção de fatos e palavras: Cícero e a concepção retórica da história. *Varia hist.*, Belo Horizonte, v. 24, n. 40, p. 551-568, dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752008000200014&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 jun. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752008000200014>, p. 556. Sobre o tema, também sugerimos: FANTHAM, Elaine. Imitation and Evolution: The Discussion of Rhetorical Imitation in Cicero De Oratore 2. 87-97 and Some Related Problems of Ciceronian Theory... *Op. Cit.*, p. 02. O papel da história como agente formadora do presente e do futuro pode ser entendida, também, sob a ótica que o papel da imitação tem no pensamento do autor: No livro X do seu *Institutio Oratoria*, diz: “*tantam enim difficultatem habet similitudo, ut ne ipsa quidem natura in hoc ita evaluerit, ut non res quae simillimae, quaeque pares maxime videantur, utique discrimine aliquo discernantur*” (*Ins. Orat. X, 2, 10*). Em tradução livre, “Ademais, é geralmente mais fácil fazer algum avanço do que repetir o que foi feito por outros, tendo em vista que não há nada mais difícil do que produzir com idêntica exatidão, e a própria natureza tem falhado neste esforço, já que sempre há alguma diferença que nos permite distinguir até mesmo as coisas que parecem mais semelhantes e mais iguais umas às outras”. QUINTILIANO, *Institutio Oratoria*, Tradução de H. E. Butler. New York: G. P. Putnam's Sons, 1921.

célebre frase “*historia vero testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, nuntia vetustatis, qua voce alia nisi oratória immortalitati commendatur?*”³⁴³. Mais uma vez, Felipe Charbel, elucida o papel da retórica na história:

Concebida como “texto-monumento” – oposto à “palavra evento” do aedo, para empregar terminologia de Florence Dupont –, registro utilitário da *res gestae populi Romani*, esperava-se da história que iluminasse os homens, fornecendo, através de exemplos numerosos, modelos virtuosos a serem imitados ou condutas viciosas a serem rejeitadas. O exemplo, retoricamente, torna claro o que é obscuro; ajuda na construção do verossímil; torna a matéria mais ornada; finalmente, como se pode ler na Retórica a Herênio, “coloca-as diante dos olhos, quando expressa tudo de modo tão perspicuo que eu diria ser quase possível tocar com a mão”.⁸⁸ O monumento da história é, nesse sentido, uma efetiva presença tangível, capaz de orientar, como aquisição para sempre, inúmeras gerações³⁴⁴.

A partir, pois, dos ensinamentos de Cícero e de Quintiliano, presentes no horizonte político e retórico de Salutati, pode-se entender a passagem do proêmio do *De tyranno* como momento de inflexão retórica para a edificação de um passado clássico comum a gregos e latinos que permite não apenas a utilização do termo *tyrannos* na acepção trabalhada pelos gregos, mas também a utilização do tema como historicamente atrelada as preocupações dos italianos.

Há, contudo, conforme narra Salutati, uma ressignificação do termo com o passar do tempo, o qual passa a representar aqueles que abusam do poder [*qui per insolentiam imperii viribus abutuntur*]³⁴⁵. Salutati faz menção a Virgílio como exemplo de testemunho da nova forma de se conceber o tirano³⁴⁶.

³⁴³ “Em verdade, a História, testemunha dos tempos, luz da verdade, vida da memória, mestra da visa, mensageira do passado, por qual voz, senão com a do orador, é confiada à imortalidade?” CÍCERO. *De Oratore*, II, 36. In: CÍCERO. *Opere Retoriche: De Oratore, Brutus, Orator* a cura di Giuseppe Norcio... *Op. Cit.*, p. 257.

³⁴⁴ TEIXEIRA, Felipe Charbel. Uma construção de fatos e palavras: Cícero e a concepção retórica da história... *Op. Cit.*, p. 567.

³⁴⁵ COLUCCIO SALUTATI, *De tyranno*, I, § 2. In: BALDASSARRI, Stefano U. *Coluccio Salutati Political Writings*... *Op. Cit.*, p. 73.

³⁴⁶ A passagem citada por Salutati encontra-se no Livro VIII da Eneida: “*gen bello praeclara jugis insedit Etruscis: // Hanc multos florentem anos rex deinde superbo // Imperio et saevis tenuit Mezentius armis. // Quid memorem infandas caedes? Quid facta tyranni // Effera? Di capiti ipsius generique reservent!*” // “Fundou a cidade nos Etruscos Serros: Florente prosperava, até que veio // Mezêncio, mau tirano a subjuga-la. // Por que assassínios tais e atrocidades // Refirirei? Sobre ele e os seus recaiam!”. VIRGÍLIO, Eneida. In: MENDES, Manuel Odorico. *Eneida Brasileira: tradução poética da Epopeia de Públio Virgílio Maro*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008, p. 333.

Diante da transformação histórica do termo, Salutati se propõe a avaliar a tirania, deixando em evidência que esta pode se manifestar de duas formas distintas: uma no caráter (ou interna) e uma na “ação” (ou externa). A tirania interna é relativa ao coração e às intenções tirânicas adotados por qualquer ser humano em sua vida cotidiana. Estas são analisadas sob a ótica divina. Assim, citando São Gregório, Salutati expõe que:

Et ut me prius de tyranni speciebus, quas ille point, expediam principali sectione suplex videtur esse tyrannus: uns quidem habitu, sed alter est actu. Nam cui potestas deest, sed latente nequitia tyrannidem exercet affectu, secum habet habitum sed non actum. Et hic est tyrannus, si recte respicias, solum secum; quae quidem deformitas apud Deum, ‘ui crutatur renes et corda’, gravis est quoniam non intuetur, immo non solum intuetur Deus quantum quisque facere valeat sed potius quantum velit³⁴⁷.

Nesse sentido, trata-se, da primeira forma de tirania, uma tirania interior, internalizada e calcada na lógica cristã do maniqueísmo entre a boa e a má-intenção. Contudo, Salutati preocupa-se no texto do *De tyranno*, apenas, com o segundo tipo. Isso porque, de acordo com Witt, para Salutati os impulsos tirânicos mantidos no coração do agente não se amoldariam às categorias das Leis ou da Política³⁴⁸.

A segunda forma de tirania, ou a tirania propriamente dita, por sua vez, se caracteriza, em termos gerais, pelo governo orgulhoso, arrogante [*superbiam*] ou pelo governo, que tem como marca distintiva a atuação contrária à lei [*non iure principari*], o que, nas palavras de Salutati, concordando com Bartolo, se dá de duas formas: (i) por meio da usurpação do poder de uma comuna republicana [*communi re publica*] e (ii) por meio de um governo injusto [*iniuste*], que não se propõe a respeitar as leis e os direitos dos demais cidadãos. De maneira sintética:

Concludamus igitur tyrannum esse qui invadit imperium et iustum non habet titulum dominandi et qui invadit imperium et iustum non habet dominandi et quo tyrannus est qui superbe dominatur aut iniustitiam facit vel iura legesque non observat; sicut e contra

³⁴⁷ “Para dispor primeiro sobre os tipos de tiranos desenvolvidos por ele em seu principal capítulo o tirano aparece sob duas formas, uma por meio de seu hábito (*habitu*), a outra por meio de seus atos (*actu*). Se um homem carece de poder e pratica a tirania em suas intenções por uma disposição oculta para a maldade, ele possui a capacidade, mas não é um tirano em suas atividades. Ele é, propriamente falando, um tirano dentro de si mesmo, e esse defeito aos olhos de Deus “que prova os corações e as rédeas” é sério, pois Deus considera não só o que se pode fazer, mas ainda mais o que se pode fazer desejos de fazer” (tradução nossa). COLUCCIO SALUTATI, *De tyranno*, I, § 5. In: BALDASSARRI, Stefano U. *Coluccio Salutati Political Writings... Op. Cit.*, pp. 74-76.

³⁴⁸ WITT, Ronald. *The De Tyranno and Coluccio Salutati's view of politics and Roman history... Op. Cit.*, p. 436.

*legitimus princeps est cui iure principatus delatus est, qui iustitiam ministrat et leges servat.*³⁴⁹

A referida passagem é sobremaneira elucidativa e deve ser utilizada para que se tome por parâmetro a ideia de tirania defendida por Salutati ao longo de todo o tratado. O chanceler deixa evidente que se trata de uma forma de governo de quem não possui justo título e, também, de quem governa orgulhosamente [*superbe*]. Veja-se, a virtude do governante, ou seja, o modo de exercício do poder é tão relevante quanto o título.

Em sequência à definição do tirano, Salutati, defende que para cada uma das três formas legítimas de governo – real [*principatus regius*], política, ou constitucional [*politicus*] e despótica [*despoticus*] – há um nível, ou uma abrangência de poder mais apropriada: para a *respublica*, a realeza seria mais interessante; para as cidades ou províncias, a forma política e, para a casa, a forma despótica. Tal inspiração tem por fonte, sobretudo, os níveis de poder trabalhados por Bartolo de Sassoferrato. Como narra Letícia Schirm:

“Apesar dessa fundamentação teológica do poder do rei, o jurista não se posiciona incondicionalmente a favor de considerar essa forma de governo como a mais apropriada para a condução da comunidade política. Para solucionar o problema, Bartolus de Sassoferrato (1314-1357) divide as cidades em três tipos: primeiro, segundo e terceiro grau de magnitude. A primeira seria a que possuiria o mais alto grau de autonomia, mesmo que nominalmente submetidas ao império, pois seriam governadas pela maioria, que se chamaria *regimen ad populum* (BARTOLUS DE SASSOFERRATO, *Tractatus de regimine civitatis*, II, 329). Já a segunda formaria uma categoria intermediária, sendo *regi* por poucos, geralmente os homens bons da cidade (BARTOLUS DE SASSOFERRATO, *Tractatus de regimine civitatis*, II, 362). A última, diz respeito àquelas que se encontrariam submetidas a uma espécie de *dominium patrimonial* do Imperador, portanto, *regi* por um (BARTOLUS DE SASSOFERRATO, *Tractatus de regimine civitatis*, II, 384). As cidades pequenas, castelos ou sob *regi* de outras cidades teriam populações ínfimas, que não poderiam se autogovernar (BARTOLUS DE SASSOFERRATO, *Tractatus de regimine civitatis*, II, 443)”³⁵⁰.

³⁴⁹ “Concluimos, portanto, que tirano é aquele que usurpa o poder, não tendo título legal para governar, e aquele que governa de forma orgulhosa ou que governa injustamente ou não respeita direitos ou leis; assim como, por outro lado, ele é um príncipe legítimo a quem o governo é conferido por direito, que administra a justiça e mantém as leis” (tradução nossa). COLUCCIO SALUTATI, *De tyranno*, I, § 9. In: BALDASSARRI, Stefano U. *Coluccio Salutati Political Writings... Op. Cit.*, p. 78.

³⁵⁰ SCHIRM, Letícia Dias. *Le città d'Italia tutte piene son di tiranni: tirania, bem comum, cidade e governo na península itálica da segunda metade do século XIV e início do século XV*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018, p. 251.

E a despeito de cada forma de governo ser mais apropriada para determinado nível de poder, a tirania mostra-se possível em todas elas, uma vez que em todos os casos pode-se comportar injusta e orgulhosamente, visando, apenas, à satisfação pessoal do governante³⁵¹.

É importante destacar, igualmente, que o tirano, na visão de Salutati, tem por principal objeto a busca pelo proveitoso a si mesmo e à sua riqueza privada em detrimento ao bem estar comum. Quanto a sua ação, o tirano age conforme a sua própria vontade, em desrespeito às leis e aos interesses dos demais. O que Salutati busca informar no trecho supramencionado, como ressalta Baldassarri, é uma discordância de Aristóteles (da Política)³⁵² no sentido de que a tirania não se mostra apenas como a degeneração de uma forma de governo específica, mas antes, que é perfeitamente possível em todas elas.

³⁵¹ “*Tyrannus autem, licet omnibus opponatur, quia tamen eius proprium est pessundare leges, superbe se genere suisque non subditorum utilitatibus providere (...)*”. COLUCCIO SALUTATI, De tyranno, I, § 7. In: BALDASSARRI, Stefano U. *Coluccio Salutati Political Writings... Op. Cit.*, p. 76-78.

³⁵² Como nos mostra James Hankins, as formas de governo em Aristóteles, na tradução de Guilherme de Moerbeke de 1265-68, foram percebidas pelos medievais e também pelos pensadores do início do Renascimento – como Petrarca e Salutati – da seguinte forma: o governo de um só poderia ser bom, o principado (*regia potestas*), ou mau, a tirania (*tyrannia*); o governo de alguns, em sua forma boa era chamada de aristocracia (*aristocratia*), enquanto que, em sua forma degenerada, de oligarquia (*oligarchia*); por fim, o governo de muitos poderia ser entendido como politeia (*politia*) em sua forma boa ou como democracia (*democratia*) em sua forma negativa. Veja-se, aqui, que a tradução de Moerbeke deixa evidente que o termo tirania seria apropriado, na visão de Aristóteles, apenas, para o contraponto feito ao principado. De acordo com José Antonio Martins, a tradução apresentada por Moerbeke, apesar de amplamente difundida, por muitas vezes trouxe ao imaginário político medieval um certo estranhamento, tendo em vista a utilização constante de transliterações dos termos utilizados por Aristóteles no originar do grego. Da mesma forma, Hankins identifica uma certa ambiguidade no termo *politia*, tendo em vista que grande parte dos autores do período não conseguiram, em função da transliteração dos termos para o Latim, identificar a diferença entre a *politia* como forma de governo e a *politia* como signo que significa a política em geral para Aristóteles. Seja como for, é só com a tradução da Política de Leonardo Bruni, por volta de 1438, que os termos são efetivamente traduzidos para o latim e que *politia* passa a ser representado pelo signo *respublica*. Sobre este último termo, maiores considerações serão feitas mais adiante. Para mais informações sobre Moerbeke ou Leonardo Bruni, sugerimos: MARTINS, José Antônio. Sobre as origens do vocabulário político medieval. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 34, n. 3, p. 51-68, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732011000500006&lng=en&nrm=iso. Acesso em 10 de janeiro de 2021. <https://doi.org/10.1590/S0101-31732011000500006>; HANKINS, James. *Virtue Politics: soulcraft and statecraft in renaissance Italy... Op. Cit.*, pp. 74-85; AMBRÓSIO, Renato. Leonardo Bruni e a tradução no humanismo italiano. *MORUS – Utopia e Renascimento*, [S.l.], v.11, n. 2, pp. 337-370, 2016. Disponível em: <http://www.revistamorus.com.br/index.php/morus/article/view/295/270>. Acesso em: 10 jan. 2021.

Nota-se, ainda, que Salutati, na definição do Tirano, cita passagem de Sêneca em *Hercules Furens*, na qual Lico evidencia seu caráter tirânico na medida em que portaria cetros roubados (tomada de poder injustamente) e, ainda, diria não ter medo das leis³⁵³. A personificação de Lico no discurso de Salutati traz à tona não apenas a ideia de injustiça e de ofensa às leis, mas também a noção de corrupção [*administrationis defomitatem*] a qual caminha *pari passu* à contrariedade à lei ou ausência de lei no discurso do chanceler.

Isso porque, neste último escrito, o principal elemento capaz de fornecer a identidade de um tirano na seara política seria o governo *non iure*, ou seja, sem legitimidade, o que poderia se dar tanto diante da ausência de título para o governo, quanto pelo exercício de um governo injusto, sem a observância dos princípios da lei e do Direito. Nas palavras de Salutati, “o tirano é alguém que usurpa o poder, sem título legal para exercer o governo, ou alguém que governa *superbe*, ou faz injustiça, ou não observa a lei; assim como, ao contrário, é um governante legítimo a quem o direito de governar é conferido, que aplica a justiça e serve à lei”³⁵⁴.

Em síntese, Salutati define o tirano no seu tratado *De tyranno* como aquele que governa de modo contrário às leis, injusto [*ex parte exercitii*] – o que engloba, também, a ideia de corrupção –, ou ainda aquele que não possui justo título para o exercício do seu poder, que o usurpa das mãos dos seus legítimos titulares [*ex defectu tituli*].

Esta definição de tirania remonta a uma aproximação para com os trabalhos de renomados juristas do período, como Bartolo da Sassoferrato – em obra homônima à de Salutati e precedente cronologicamente. De acordo com Bartolo, que também se vale da passagem de Gregório para a definição do termo, a tirania pode ser vista na ausência de título [*ex defectu tituli*], no que chama de um legítimo (ou fundado) temor [*iustus metus ou iustus timor*] (quando o governo se dá em razão do medo

³⁵³ “LYC. Agedum efferatas rabida noces amone et disce regum imperia ab Alcide pati. Ego rapta quamvis sceptris uictrici geram dextra, regamque cuncta sine legum metu quas arma uincunt, pauca pro causa loquar nostra”. // “LICO. Vamos, raivosa, abandona essas palavras ferozes e aprende com o Alcida a aturar as ordens dos reis. Eu — embora carregue cetros roubados em minha destra vencedora e governe tudo sem medo das leis as quais as armas vencem falarei um pouco em favor de minha causa”. SENECA. *Hercules furens*. In: MARCHIORI, Luciano Antonio B. S. *Hércules furioso de Sêneca: estudo introdutório, tradução e notas*. 2008. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p. 66.

³⁵⁴ COLUCCIO SALUTATI, *De tyranno*, I, § 9, [204]-[208], tradução de Leticia Schirm. SCHIRM, Leticia Dias. *Le città d'Italia tutte piene son di tiranni: tirania, bem comum, cidade e governo na península itálica da segunda metade do século XIV e início do século XV... Op. Cit.*, p. 91.

de violência) e ainda, nas situações em que, ainda que possua um título justo, o governante haja como tirano no exercício do poder [*ex parte exercitii*], quando age buscando o seu próprio benefício³⁵⁵.

Ainda que se discuta o peso da influência da obra de Bartolo no escrito de Salutati³⁵⁶, fato é que ambos se utilizam da mesma terminologia e de fontes muito próximas na delimitação do tirano. Contudo, chegam a conclusões que colocam pesos distintos aos elementos que integram a tirania e que definem a sua circunscrição na seara política. Em verdade, como nos mostra Letícia Schirm, Bartolo ocupa-se de reflexos jurídicos da tirania, em especial sobre a “validade ou não das ações administrativas de um governante”³⁵⁷, enquanto que Salutati “parece se interessar mais pela origem do que pelas implicações de um governo tirânico”³⁵⁸, dando especial atenção às formas com as quais se pode coibir e acabar com um governo tirânico.

Sob outro ponto de vista, valiosas são as lições de Diego Quaglioni, que se vale da obra de Emilio Betti, pra quem, um dos pressupostos fundamentais para as glosas de Bartolo é a concepção, genuinamente medieval, de que uma ordem universal depende da autoridade do Imperador Romano³⁵⁹. Embora o tratado *De tyranno* de Bartolo mitigue esta perspectiva, há, ainda, um certo apego à necessidade de manter

³⁵⁵ BARTOLUS DA SASSOFERRATO. *Tractatus De Tyranno*, I, II. In: QUAGLIONI, Diego. *Politica e diritto nel trecento italiano: Il “De Tyranno” di Bartolo da Sassoferrato (1314-1357)*. Firenze: Olschki, 1983, p 175-183.

³⁵⁶ Não se mostra pertinente explorar detidamente as aproximações e distanciamentos entre Bartolo e Salutati. Contudo, sugerimos a bibliografia a seguir: CIRILLO, Marco. Coluccio Salutati and the Tyrant. *Philosophy Pathways electronic journal*, n. 148, 2009. p. 6-9. Disponível em: <https://philosophypathways.com/newsletter/issue148.html>. Acesso em: 14 dez. 2019; DE ROSA, Daniela. *Coluccio Salutati: il cancelliere e il pensatore politico*. Roma: Aracne Editrice, 2014; ERCOLE, Francesco. *Da Bartolo all’Althusio: saggi sulla storia del pensiero pubblicistico del rinascimento italiano*. Florença: Vallecchi, 1932; EMERTON, Ephraim. *Humanism and tyranny: studies in the Italian Trecento*. Gloucester: Harvard, 1964; LEVI, Mario Attilio. *La controversia sull’uccisione di Giulio Cesare e le fonti latine del De Tyranno di Coluccio Salutati*. Milão: Istituto Lombardo Accademia di Scienze e Lettere, 1967; ULLMAN, Berthold Louis. *The humanism of Coluccio Salutati*. Padova: Antenore, 1963; WITT, Ronald. *Hercules at the crossroads: the life, works, and thought of Coluccio Salutati*. Durham: Duke University Press, 1983; BALDASSARRI, Stefano U. (ed.). *Coluccio Salutati Political Writings... Op. Cit.*

³⁵⁷ SCHIRM, Leticia Dias. Le città d’Italia tutte piene son di tiranni... *Op. Cit.*, p. 109.

³⁵⁸ SCHIRM, Leticia Dias. Le città d’Italia tutte piene son di tiranni... *Op. Cit.*, p. 109.

³⁵⁹ “È stato osservato che presupposto fondamentale della impostazione problematica delle glosse bartoliane è “l’idea genuinamente medievale di un ordinamento universale che s’incardina sull’autorità dell’imperatore romano”, e si dovrà aggiungere che tale presupposto sttostà innanzi tutto all’impresa stessa affrontata del giurista nel glossare le due costituzioni enriciane.”QUAGLIONI, Diego. *Politica e diritto nel trecento italiano: Il “De Tyranno” di Bartolo da Sassoferrato (1314-1357)*. Firenze: Olschki, 1983b, 257, p. 33.

a ordem, a legalidade e a paz por meio de um Imperador que seja fiel à Igreja³⁶⁰. Tal diferença, ressaltada por Quaglioni na perspectiva demonstrada *supra*, encontra respaldo também na terminologia utilizada por ambos os autores em seus escritos políticos. Assim como apresentado por Leticia Schirm, se Bartolo prefere a utilização do termo *civitas* em uma concepção de cidade que pouco se diferencia daquela empregada pelos pensadores da segunda metade do século XIV³⁶¹, Salutati emprega com mais frequência o termo *res publica*, dando maior enfoque à concepção de uma comunidade política do que, necessariamente, à delimitação geográfica e territorial da cidade. De maneira similar, as locuções empregadas para a definição do bem comum (*bonum commune*, *bonum publicum*, *utilitas commune* e *utilitas publica*) parecem apontar para um Bartolo mais preocupado com os limites jurídicos da atuação do tirano, enquanto que Salutati parece fornecer um uso mais atento à liberdade e à autonomia da cidade³⁶².

Noutro giro, deve-se destacar que, de acordo com Salutati, conquanto seja o príncipe um governante legítimo quando possui um justo título e governa justamente, de acordo com a lei, por outro lado, a ausência de justo título pode ser sanada por meio da vontade popular. O autor vai dizer:

*Forte tacitus ille consensus, inquam, et oboedientia tanti fuerit quod, nisi prius superioris obtinentia contrarium declaretur, similitudinem iusti principis obtinebit? (...) Super quo dicedum reor quod si sit princeps populus qui superiorem nec habeat nec agnoscat, quod maior pars populi facerit ratum esse*³⁶³.

³⁶⁰ “E dunque la stessa crisi delle istituzioni comunali, attraverso la quale avanza rapidamente il processo che porta alla costituzione di nuovi assetti politico-territoriali, ad essere al centro della riflessione bartoliana: un ordinamento stabile della società italiana, nel pensiero del giurista, è possibile soltanto attraverso il ristabilimento della legalità e della pace, attuato all'interno del vecchio ordine della restaurata autorità di un imperatore fedele alla Chiesa.” QUAGLIONI, Diego. *Politica e diritto nel trecento italiano...* Op. Cit., p. 69.

³⁶¹ Por tudo o que foi exposto, fica evidente que não foi encontrada uma definição apresentada pelo próprio jurista para a cidade, filiando-se, portanto, às autoridades reconhecidas na segunda metade do século XIV. Nesse sentido, as referências de Bartolus de Sassoferrato (1314-1357) à cidade eram feitas a partir de três matrizes específicas: 1) *civitas*, empregada para tratar de qualquer espaço no qual existiria uma comuna; 2) *res publica*, utilizada em alusão à comunidade política e, por isso, sem relação com o território; e 3) *urbs*, referente à cidade de Roma, como modelo a ser perseguido pelas demais. SCHIRM, Leticia Dias. *Le città d'Italia tutte piene son di tiranni...* Op. Cit., pp. 198-199.

³⁶² SCHIRM, Leticia Dias. *Le città d'Italia tutte piene son di tiranni...* Op. Cit., pp. 154.

³⁶³ “Talvez, pergunto, este consentimento tácito e obediência sejam tais que, a não ser que um julgamento superior declare o contrário, obtém [o tirano] as feições de um justo príncipe? (...) A partir do que foi dito acima, se a população for príncipe de si mesma e não possui ou reconhece superior, a vontade da maioria valida suas ações [dos tiranos]” (tradução nossa). COLUCCIO SALUTATI, De tyranno, II, §§ 8-10. In: BALDASSARRI, Stefano U. *Coluccio Salutati Political Writings...* Op. Cit., p. 95.

Embora Salutati não teça maiores considerações acerca da possibilidade de uma população tornar-se “príncipe de si mesma”, tal discussão é amplamente trabalhada por Bartolo de Sassoferrato³⁶⁴. Neste sentido é que, conquanto príncipe de si mesma, ou seja, titular do poder [*potestas*] sobre determinado local, os próprios cidadãos da comuna podem legitimar a atuação do tirano, mormente porque não dependem da confirmação ou da denegação do poder por qualquer superior³⁶⁵.

³⁶⁴ Bartolo desenvolve a ideia a partir dos conceitos de *imperium* e *iurisdictio*. De acordo com Letícia Dias Schirm: Apesar da maioria das fontes medievais apresentarem o termo *iurisdictio* como sinônimo de *dominium*, assim como de *imperium*, ou seja, denotam *potestas*, o comentarista apresenta a jurisdição como um gênero que se divide em duas espécies *iurisdictio simples* e *imperium*. O primeiro significa o poder da lei, ou um ofício ocupado por um juiz assalariado, também chamado mercenário, que recebia a utilidade privada. Nesse sentido, *iurisdictio* pode ser o poder público estabelecido pelas leis e pela equidade, exercido por uma pessoa pública, por meio de seus ofícios. Já o segundo, seria exercido por um juiz nobre e se subdividiria em *merum imperium* e *mistum imperium*. A compreensão do *imperium* nos termos apresentados pelo jurista permite também perceber que o imperador seria um legislador e juiz universal, e não um governante soberano ou uma espécie de “comandante universal”. Neste sentido, somente algumas cidades poderiam possuir *merum* e *mistum imperium*, exercendo plena jurisdição. De acordo com Woolf: “he right to exercise Merum et Mixtum Imperium is recognised. This is done in two ways. Either the city, with its ‘distinct territory’, is considered a Provincia, in which case its officials are ‘majores judices’ and rightly exercise Merum et Mixtum Imperium; or the right depends on concession —for example, the cities which were a party to the peace of Constance enjoy the right by that peace. Failing concession, prescription must be pleaded, which, except during the vacancy of the Empire, seems valid. Finally, in some cases the exercise of Merum et Mixtum Imperium, although mere usurpation, is recognised”. Destaca-se, pois, que para além de possibilitar às cidades que fossem príncipes de si mesmas, ou seja, que não se subordinassem a um poder hierarquicamente superior, Bartolo o faz ancorando-se em conceitos do Direito Romano que, por meio de seus comentários, ganham conceitos diversos daqueles apresentados no Digesto, moldando-os à realidade medieval. Para maiores informações sobre os termos e sobre a complexa hierarquia política desenvolvida por Bartolo para justificar o conceito de *sibi princeps*, sugerimos: SCHIRM, Letícia Dias. *Omnem e iurisdictio*: comentários de Bartolus da Sassoferrato (1314-1357) sobre *Dominium*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-8LXJEV>. Acesso em: 08 out. 2020; LEE, Daniel. *Popular Sovereignty in Early Modern Constitutional Thought*. Oxford: Oxford University Press, 2016, pp. 79 e ss; WOOLF, Cecil Nathan Sidney. *Bartolus of Sassoferrato... Op. Cit.*

³⁶⁵ Nas palavras de Lamberto Borghi: “In tal modo, per merito della dottrina di Bartolo, che trae profitto dai principi già posti inequivocabilmente da Marsilio da Padova, si effettuò per parte del diritto italiano il pieno riconoscimento giuridico delle profonde trasformazioni politiche che si erano venute compiendo in quegli ultimi secoli del Medioevo. Il principio della sovranità popolare, che già nei Comuni vigeva praticamente, diviene uno stato di diritto. Coluccio, col suo trattato, risolve un nuovo problema che si era venuto determinando e si impo neva alla considerazione nella incipiente civiltà del Rinascimento. Moltissime città italiane sebbene godessero della reale autonomia, dipendevano giuridicamente dal Papa o dall’Imperatore. Esse rientravano di diritto nella categoria bartoliana delle « civitates superiorem recognoscentes»; esse non possedevano perciò alcun diritto riconosciuto valido di darsi l’ordinamento interno che loro soddisfacesse o di con ferire o trasmettere il potere senza l’investitura dell’autorità superiore. Coluccio introduce un nuovo elemento giuridico : queste città, che riconoscono un prin cipe, il quale però ha la sua sede in un paese lontano, hanno la capacità giuridica di trasmettere il potere ; che deve però ricevere conferma dall’ autorità superiore. BORGHI, Lamberto. La concezione umanistica di Coluccio Salutati. *Annali della R. Scuola Normale Superiore di Pisa. Lettere, Storia e Filosofia*, Serie II, v. 3, n. 4, dezembro de 1934, p. 479.

É importante ressaltar, contudo, que a simples aclamação popular de um príncipe que não governasse de forma justa não poderia descaracterizar a tirania. Isso porque a vontade do povo supre, exclusivamente, o título viciado (ou ausente) de determinado governante, mas não é capaz de conferir higidez à atuação do governante, caso não fosse ela virtuosa. E como se sabe, para Salutati, a virtude é tão relevante quanto o título. São conceitos complementares, cumulativos e indissociáveis. Nas palavras de James Hankins:

What made him legitimate by law was not adherence to Roman republican traditions Cicero's version of legality but winning the approval of the vast majority of Romans through beneficent government and charismatic virtue. Salutati thus opens up a route to justified rule and the praise of posterity for Renaissance warlords and other princes who acquired power *ex post* by legally dubious means the same route, what we might call "justified usurpation," that led Julius Caesar to glory. But to become legitimate they would need the virtues acquired through humane studies³⁶⁶.

Seja como for, deve-se destacar que as diferenças nos usos dos termos e, ainda, no tom dado a cada um dos tratados não impediu a aproximação de ambos os autores no que tange ao próprio conceito de tirania. Assim como Bartolo, Salutati também destaca a existência de um tirano *ex defectu tituli* e *ex parte exercitii*. E é, pois, centrado na possibilidade de um governo injusto, tanto em um aspecto formal quanto material (ou substancial), que Salutati esboça a ideia do Tirano do tratado *De tyranno*.

E como esta formulação da ideia de tirano responde à pergunta sobre o caso de Júlio César e de seus algozes?

Salutati trata especificamente de César no Livro III do tratado *De tyranno* e começa explicitando o posicionamento de João de Salisbury e de Cícero, respectivamente no livro VIII do *Policraticus* e no tratado *De Officiis*. O chanceler destaca que, a despeito dos posicionamentos esboçados pelos autores, deixando de lado o *Policraticus*, Cícero acaba por assumir posicionamentos dúbios a respeito da

³⁶⁶ O que o tornou [César] legítimo por lei não foi a adesão às tradições republicanas romanas da versão de legalidade de Cícero, mas a conquista da aprovação da vasta maioria dos romanos por meio de um governo beneficente e virtude carismática. Salutati, portanto, abre um caminho para o governo justificado e o louvor da posteridade para os senhores da guerra da Renascença e outros príncipes que adquiriram o poder *ex post* por meios legalmente duvidosos, o mesmo caminho, o que podemos chamar de "usurpação justificada", que levou Júlio César à glória. Mas para se tornarem legítimos, eles precisariam das virtudes adquiridas por meio de estudos humanistas. HANKINS, James. *Virtue Politics: soulcraft and statecraft in renaissance Italy...* *Op. Cit.*, pp. 129 e ss.

figura de César. Retratando as correspondências privadas dispostas nas *Familiares*, Salutati desenha, por meio de uma disposição inventiva particular, a imagem de um Cícero próximo a César, sem contrapor – por óbvio – o apoio dado a Pompeu durante a guerra civil. Salutati esforça-se por evidenciar uma feição de Cícero que admirava sobremaneira César. De acordo com Salutati: “*Mibi vero cuncta cogitanti videtur Cicero Caesarem semper, dum viveret, multis laudibus affecisse, non solum ante bella civilia sed postquam illis quinque triumphis finis armis impositus est*”³⁶⁷. E conclui citando uma passagem de *Pro Marcello*, na qual Cícero defende César afirmando que viveu o bastante para sanar os débitos da natureza e que viveu pouco para a pátria: “*si ita vis, fortasse naturae, addam etiam, si placet, gloriae: at, quod maximum est, patriae certe parum*”³⁶⁸.

Tal conclusão é seguida, na exposição de Salutati, por uma passagem das *Familiares* segundo a qual Cícero vai dizer que não haveria diferenças quanto a quem ganhasse a guerra civil que consagrou César como governante de Roma³⁶⁹. Esta passagem torna claro o ponto de partida de Salutati para esboçar a defesa de César como alguém que chega ao poder legitimamente. A disputa entre este e Pompeu, na acepção de Salutati, foi, por si só, abominável e ambos os atores políticos nela envolvidos utilizavam-se de expedientes regados a impiedade [*impietas*], fúria [*furor*] e ambição [*ambitio*], em uma disputa pela destruição de Roma [*non tuendae rei publicae sed primendae ceramen illud fuit*]³⁷⁰.

Contudo – e aí está a saída de Salutati – uma vez que os cidadãos, antes divididos em facções, escolheram aquele que deveria governar, foi feita a vontade de

³⁶⁷ “Para mim, a pensar realmente em todos os aspectos, Cícero direcionou muitos elogios a César, enquanto ele viveu, não apenas durante a guerra civil, mas após a imposição de um fim a elas em cinco grande triunfos” (tradução nossa). COLUCCIO SALUTATI, *De tyranno*, III, § 7. In: BALDASSARRI, Stefano U. *Coluccio Salutati Political Writings... Op. Cit.*, p. 109.

³⁶⁸ CICERO, Marcus Tullius. *M. Tulli Ciceronis Orationes*: Recognovit brevique adnotatione critica instruxit Albertus Curtis Clark Collegii Reginae Socius. Oxford: Oxford University Press, 1918. Disponível em: <http://data.perseus.org/citations/urn:cts:latinLit:phi0474.phi032.perseus-lat1:25>. Acesso em: 10 de jan. 2021. “Bastante, si lo quieres así, tal vez para la naturaleza; añadiré incluso, si es de tu agrado, para la gloria; pero, lo que es lo más importante, muy poco realmente para la Patria” PRIETO, José Maria Requejo. *Cicerón: los discursos cesarinos*. Madrid: Editorial Gredos, 2011, p. 287. “Muito, se quiser, talvez para a natureza; incluirei ainda, se lhe agrada, para a glória; mas o que é mais importante, muito pouco é para a Pátria” (tradução nossa).

³⁶⁹ “*quod non multo secus fieret, si is rem publicam teneret, quem secuti sumus*”. CICERO, Marcus Tullius. *Epistulae ad Familiares*. IV, 9. Disponível em: <http://data.perseus.org/citations/urn:cts:latinLit:phi0474.phi056.perseus-lat1:4.9>. Acesso em: 11 jan. 2021.

³⁷⁰ COLUCCIO SALUTATI, *De tyranno*, III, §9. In: BALDASSARRI, Stefano U. *Coluccio Salutati Political Writings... Op. Cit.*, p. 113.

Deus e César se sagrou vitorioso, tendo-lhe sido entregue – de acordo com Florus – o poder local, com as mais distintas honrarias e os mais distintos títulos, a ele endereçados pelo Senado³⁷¹. Veja-se, César chega ao poder por seus próprios méritos e o governo de Roma, de acordo com Salutati, é entregue ao governante por um Estado grato por suas conquistas, extraíndo da obra de Suetônio o fato de que até mesmo depois da morte de César foram-lhe conferidos, por Decreto, pelo Senado, “*todos los honores divinos y humanos*”³⁷².

A exaltação da figura de legitimidade da conquista de poder por César, especialmente na expressão de todas as honrarias humanas e divinas pode ser entendida como maneira de veicular, por meio da retórica do louvor [*laudatio*], as virtudes do governante. De acordo com o anônimo da Retórica a Herênio, para além de causar no interlocutor uma honrosa lembrança do evento mencionado, o louvor ao governante causa ainda mais desejo de se perquirir o que é certo e digno de tal honraria. E esta forma de explicitar a honraria de um governante só pode ser feita na medida em que a correção do objeto a ser louvado é atestado por pessoas qualificadas³⁷³. É neste sentido que a menção às honrarias de César é tão importante para a construção da argumentação de Salutati: ela gera no interlocutor da obra a ideia

³⁷¹ *Hic aliquando finis armis fuit; reliqua pax incruenta pensatumque clementia bellum. Nemo caesus imperio praeter Afranium (satis ignoverat semel) et Faustum Sullam (docuerat generos timere Pompeius) filiamque Pompei cum parvulis ex Sulla (hic posteris cavebatur). Itaque non ingratis civibus omnes in principem congesti honores: circa templa imagines, in theatro distincta radiis corona, suggestus in curia, fastigium in domo, mensis in caelo, ad hoc pater ipse patriae perpetuusque dictator, novissime, dubium an ipso volente, oblata pro rostris ab Antonio consule regni insignia.* FLORUS. *Epitome of Roman History*. Tradução: E. S. Forster. Loeb Classical Library 231. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1929. Disponível em: https://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Florus/Epitome/2E*.html#XIII. Acesso em: 10 jan. 2021.

³⁷² “Todas as honras divinas e humanas” (tradução nossa). SUETONIO. *Vidas de Los Doce Césares* (Libros I-III). Tradução: Rosa M. Agudo Cubas. Madrid: Editorial Gredos, 1992, p. 88. “*Laudationis loco consul Antonius per praeconem pronuntiavit senatus consultum, quo omnia simul ei divina atque humana decreverat, item ius iurandum, quo se cuncti pro salute unius astrinxerant;*”. SUETONIUS. *Lives of the Caesars - volume I: Julius. Augustus. Tiberius. Gaius. Caligula*. Tradução: J. C. Rolfe. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1914, p. 114. Salutati faz expressa menção a esta passagem, questionando Cícero a respeito de sua contraposição ao pensamento de César: “*Na senatus consultum, quo simul omni sibi divina et humana delata sunt, signum non est publicae dilectionis?*”. COLUCCIO SALUTATI, *De tyranno*, IV, § 4. In: BALDASSARRI, Stefano U. *Coluccio Salutati Political Writings... Op. Cit.*, pp. 118-120.

³⁷³ *Laudabile est quod conficit honestam et praesentem et consequentem commemorationem. Hoc nos eo separavimus a recto non quod hae quattuor partes quae subiciuntur sub vocabulum recti banc honestatis commemorationem dare non soleant, sed quamquam ex recto laudabile nascitur, tamen in dicendo seorsum tractandum est hoc ab illo. Neque enim solum laudis causa rectum sequi convenit, sed si laus consequitur, duplicatur recti appetendi voluntas. Cum igitur erit demonstratum rectum esse, laudabile esse demonstrabimus aut ab idoneis hominibus placeat quae a deteriore ordine improbetur – ut si qua res honestiori ordini – aut quibus sociis aut omnibus civibus, exteris nationibus, posterisque nostris.* [CICERO]. *Rhetorica Ad Herennium... Op. Cit.*, III, 5-6, p. 168.

de que os méritos de César foram louvados pelo Senado romano e por todos os concidadãos da cidade, o que amplifica o poder de sua defesa. Ademais, a utilização de tal expediente, como já mencionado, se adequa à linha argumentativa de Salutati na contraposição do Imperador à figura do tirano, na medida em que a concessão de honrarias conferiria a ele legitimidade de atuação no poder.

Não se pode deixar de notar a menção aos desígnios de Deus. Isso porque, se se adota o prefácio como parte relevante da argumentação desenvolvida por Salutati – e bem assim, as influências por ele sofridas em relação ao humanismo cristão de Petrarca, já trabalhado em capítulo precedente – ao longo de todo o tratado, tem-se, como já mencionado anteriormente, que nem mesmo as vitórias pessoais podem ser atribuídas ao gênio de uma pessoa. Ou até podem, desde que se assuma a participação do homem em Deus e, por consequência, a vontade do próprio Deus na consecução das vitórias do homem. Neste sentido, a *Dei dispositione* também deve ser entendida como elemento importante para que se perceba César como um governante legítimo diante da disputa travada com Pompeu.

Destarte, não se trata, a fundamentação esboçada por Salutati, de uma visão que deixa de lado os horrores da disputa pelo poder e que tampouco apagam os artifícios por vezes ardilosos e injustos utilizados pelos partícipes para alcançá-lo. Contudo, a vitória é sagrada pela entrega do Estado a César não apenas em razão do clamor popular, mas diante de seus próprios méritos e do seu caráter humano aos seus partidários e adversários. A suposta aprovação de César pelo Senado, com a entrega da insígnia real – com ou sem sua vontade – por Marco Antônio³⁷⁴ marcam para Florus e para Salutati uma passagem que dá mais força ainda à legitimidade do título de Imperador conferido a César³⁷⁵. E assim, conclui Salutati:

³⁷⁴ Quanto a este ponto, é importante ressaltar que: “A mesma referência a esse acontecimento podemos encontrar tanto em Plutarco (César LXI, 1-6) quanto em Suetônio (O Divino Júlio LXXIX, 9), onde ambos relatam a participação nada conveniente de Antônio nas festas dos Lupercais e a tentativa deste de coroar César com uma coroa de louros, símbolo da monarquia. Nos dois relatos, os autores também destacam que César repudiou a coroa, encaminhando-a ao Capitólio, entretanto, o mal já havia sido causado, uma vez que os presentes já passaram a suspeitar das intenções cesarianas”. FRAZÃO JOSÉ, N. Marco Antônio: De Herdeiro a Inimigo de Roma. *Revista Caminhos da História*, v. 21, n. 2, p. 77-97, 28 fev. 2020, p. 83.

³⁷⁵ De acordo com Ronald Witt: In brief, we finally have Salutati’s summary of how Caesar rose to power: it was the Senate and People of Rome who called him to become their ruler and to bring an end to the civil war. WITT, Ronald. *The De Tyranno and Coluccio Salutati’s view of politics and Roman history...* *Op. Cit.*, p. 440.

Hicne titulus Caesaris violentus atque tyrannicus, quem grata civitas traddit? Qui cum iure pro meritisque fuerit evectus tantaque humanitate non in suos solum sed in hostes, quia cives errant, usus sit, dicine potest appellarique tyrannus? (...) Quare concludamus hoc articulo Caesarem non fuisse tyannum, quoniam iure – non iniura – in communi re publica renuir principatum³⁷⁶.

Insta salientar que a sobredita passagem pode ser anteposta a uma forma de argumentação explorada pelo autor da Retórica a Herênio em que se realiza uma espécie de comparação com o curso alternativo das ações. De acordo com o Anônimo, este modo de comparação comprova que, diante de uma situação em que dois caminhos poderiam igualmente ser tomados, a escolha feita foi melhor do que a escolha não adotada³⁷⁷. No caso de Salutati, a escolha pela entrega orgulhosa de Roma a César teria sido a mais acertada pelos romanos, especialmente pela humanidade [*tantaque humanitate non in suos solum sed in hostes*] que o Imperador teria mostrado após a consagração de sua vitória. Veja-se, se a princípio, como mostra Salutati, César e Pompeu poderiam parecer escolhas similares – principalmente em razão de como a condução da disputa política se deu entre ambos –, a utilização da figura retórica de comparação do curso alternativo das ações mostra a humanidade de César, o que importa na consagração da boa escolha dos romanos pela entrega da cidade ao Imperador.

De acordo com Witt, a argumentação de Salutati parece levar à conclusão de que, mesmo sem título, César teria se tornado monarca em razão do reconhecimento universal. Contudo, Witt vê inconsistências nestas conclusões, sobretudo em razão do trecho disposto ao final do Livro III citado *supra*. Neste sentido, baseando-se também na abertura do Livro V do *De tyranno*, em que o chanceler vai dizer que César não foi tirano nem em razão do título [*ex defectu tituli*] e nem em razão do seu governo

³⁷⁶ “Tal título de César foi tirânico ou violento, se a ele foi entregue por uma cidade grata? A quem por direito e mérito foi dado, tendo mostrado tamanha humanidade não só com os seus quanto com os adversários, porque cidadãos, poderia ser chamado de tirano? (...) Concluamos o capítulo: Cesar não foi tirano, visto que obteve seu principado em uma republica comunal por direito e não injustamente” (tradução nossa). COLUCCIO SALUTATI, *De tyranno*, III, § 12. In: BALDASSARRI, Stefano U. *Coluccio Salutati Political Writings... Op. Cit.*, p. 115.

³⁷⁷ “Ex comparatione causa constat cum dicimus necesse fuisse alterutrum facere, et id quod fecerimus satius fuisse facere. Ea causa huiusmodi est: C. Popilius, cum a Gallis obsideretur neque fugere ullo modo posset, venit cum hostium duobus in conlocutionem; ita discessit ut impedimenta relinqueret, exercitum educeret. Satius esse duxit amittere impedimenta quam exercitum. Exercitum educit, impedimenta reliquit. Arcessitur maiestatis”. [CICERO]. *Rhetorica Ad Herennium... Op. Cit.*, I, XV, 25, p. 46.

[*ex parte exercitii*]³⁷⁸, a defesa de Salutati, para Witt, é, de inequivocamente, uma defesa a César – e consequentemente de Dante ao colocar Brutus e Cassius no círculo mais baixo do inferno, porquanto regicidas.

Conquanto haja autores que, buscando evidenciar a perspectiva de um Salutati mais coerente e historicamente sincero, tenham defendido a perspectiva de que o autor reconheça que César chegou ao poder com um título viciado³⁷⁹, não se descuida do fato de que Salutati reconhece a aclamação popular como meio de legitimação do poder no caso de César, tendo em vista que mesmo no final do Livro III e no início do livro V o autor deixa claro que a *pátria* o escolheu como cidadão principal.

Deve-se ter em mente – e nisto concordamos com Ronald Witt – que Salutati buscava afastar a imagem dos tiranos do *Trecento* e de César³⁸⁰, de modo que a defesa de César como alguém que chega ao poder sem título e que, ainda assim, é considerado legítimo governador de Roma, não se alinha às pretensões da obra. Contudo, múltiplas são as formas com as quais Salutati torna possível um afastamento de ambas as imagens, ainda que elas se assemelhem quanto à ausência de título. Em primeiro, como já mencionado anteriormente, pode-se citar a ideia segundo a qual qualquer dos possíveis governantes já estava, de plano, imerso em uma disputa sangrenta pelo título. Neste sentido, a vitória de César, para além de decorrente dos desígnios de Deus, representava a conquista do poder que não poderia escapar à incontestância. Ademais, a constatação de que, ao final das disputas, o poder estaria, inequivocamente, nas mãos ou de César ou de Pompeu – juízo este que demanda um afastamento histórico pertinente a Salutati e também a Dante – já é suficiente para

³⁷⁸ “*Quoniam ergo Caesar, ut lucentissime probatum est, tyrannus non fuit titulo, quem grata non coacta pátria sibi delegit in principem, non fuit et supervia, qui clementer et cum humanitate regebat, clarum est quod sceleratissime fuit occisus*” COLUCCIO SALUTATI, *De tyranno*, V, § 1. In: BALDASSARRI, Stefano U. *Coluccio Salutati Political Writings... Op. Cit.*, p. 134.

³⁷⁹ De acordo com James Hankins, a legitimidade do título de César teria se dado, justamente, *post hoc*, em razão da aclamação popular: “Salutati cannot claim that Caesar came to power lawfully, for that was obviously untrue. (...) For Salutati, the loving obedience of the people to Caesar conferred a post hoc moral legitimacy on him and indeed on the whole Roman monarchy that sprung from his line”. HANKINS, James. *Virtue Politics: soulcraft and statecraft in renaissance Italy... Op. Cit.*, p. 131.

³⁸⁰ “As far as Salutati was concerned there was no suggestion in the *De Tyranno* that Caser had anything in common with *Trecento* tyrants nor his rule with *Trecento* tyranny” WITT, Ronald. *The De Tyranno and Coluccio Salutati’s view of politics and Roman history... Op. Cit.*, p. 440.

que a guerra civil por eles incitadas, na visão de Salutati, não fosse elemento distintivo de força suficiente para forjar a sua opinião a respeito da vitória de qualquer um deles.

Ora, não era este o caso, por exemplo, do que Salutati observava com os Visconti de Milão, uma vez que o contexto da chegada do poder de Giangaleazzo era sobremaneira distinto daquele vivido por César na disputa pelo poder – e Salutati, chanceler da República de Florença, tinha consciência desta disparidade. Os fatos históricos que fizeram Giangaleazzo chegar ao poder não correspondem àqueles por meio dos quais César se sagrou Imperador e, para além disso, faltava-lhe o elemento que o distinguia do seu adversário Pompeu: a virtude, ressaltada tanto pelos instrumentos retóricos de louvor às qualidades do governante quanto pela utilização da comparação.

Ademais, deve-se frisar, como faz De Rosa, que Salutati esboça a defesa do posicionamento de Dante em seu *De tyranno* por entender que César não estava destruindo a república, tendo em vista que ela já não mais existia na consciência dos próprios cidadãos romanos. De acordo com a autora, o imaginário de Salutati para a consecução do *De tyranno* está embebido em uma perspectiva segundo a qual concentração do poder nas mãos de apenas um governante, sem participação popular, era necessária a Roma, a fim de ver restaurada a imagem da cidade aos olhos dos romanos, o que, por óbvio, autoriza-se em razão da clemência e da temperança de César.

Nel *De tyranno* l'ascesa del dittatore è presentata senza dubbio come una necessità storica. A Roma non vi erano più le condizioni per il mantenimento di una repubblica, poiché nessuno rispettava più il diritto e la libertà dei propri simili. Occorreva concentrare l'autorità nelle mani di un solo capo, per ricostruire i presupposti della convivenza civile, ripristinare l'osservanza della legge e se non la libertà politica, quella civile³⁸¹.

Destarte, ainda que o título não tenha sido, desde o princípio, justo, porque derivado de uma contenda política que colocava em xeque os interesses de concórdia

³⁸¹ “No *De tyranno*, a ascensão do ditador é apresentada, sem dúvidas, como uma necessidade histórica. Em Roma já não existiam as condições para a manutenção de uma república, pois que ninguém respeitava o direito e a liberdade dos seus semelhantes. Era necessário concentrar a autoridade nas mãos de um único líder, para reconstruir as premissas da coexistência civil, restaurar a observância da lei e se não a liberdade política, a liberdade civil” (tradução nossa). DE ROSA, Daniela. *Coluccio Salutati: il cancelliere e il pensatore politico... Op. Cit.*, p. 199.

da comuna, na perspectiva de Salutati, Júlio César teria chegado ao poder de legitimamente, sem que fosse considerado um tirano, em razão da aclamação popular, da entrega da cidade, pelo Senado, nas mãos do governante, bem como pelos desígnios divinos e pela necessidade de se eleger um Imperador que – inequivocamente vinculado à disputa contra Pompeu – precisava restaurar a imagem da cidade aos olhos dos cidadãos.

A interpretação de restauração da cidade não traduz, *per se*, a ideia de um Salutati republicano. Em verdade, a tônica do *De tyranno* é, antes de tudo, pró-monárquica. Isso porque, no Livro IV da obra, Salutati passa a fazer uma defesa inequívoca da monarquia como melhor forma governo. Em extensa passagem, o chanceler destaca que a Monarquia é o regime de governo preferível dentre todos, pelo menos [*si tamen*], se estiver nas mãos de um bom e sábio homem [*virum bonum et studiosum sapientiae*]³⁸², afirmando ainda que não há maior liberdade do que a obediência aos comandos justos de um príncipe virtuoso [*optimo principi*]³⁸³. E conclui:

*Quod si nihil divinus et melius quam mundus regitur uno solo praesidente Deo, tanto melius est humanum regimen quanto propinquius ad illud accedit. Illi vero similis esse non potest quam unico principiante. Nam et multorum regimen nihil est nisi praecipiat inis et ceteri pareant, non unum erit sed plura regimina. Quid abhorres hoc, Cicero, quod apud Aristotelem didicisti? Scis inter species principandi tam natura quam ordine, subitorum utilitate necessitateque rerum omnibus antecedere monarchiam? Natura quidem exigit ut, cum aliqui nati sint servire et aliqui principar, quad debitae proportionis aequalitas inter omnes observetur, ad meliorem perveniat principatus*³⁸⁴.

³⁸² COLUCCIO SALUTATI, *De tyranno*, IV, § 16. In: BALDASSARRI, Stefano U. *Coluccio Salutati Political Writings... Op. Cit.*, pp. 128-129.

³⁸³ COLUCCIO SALUTATI, *De tyranno*, IV, § 16. In: BALDASSARRI, Stefano U. *Coluccio Salutati Political Writings... Op. Cit.*, pp. 128-129. Salutati nesta passagem, retoma posicionamento já esboçado em carta privada a Piero da Moglio entre 1360 e 1361, oportunidade na qual ressalta que: “*Urbs tua privata tyrannide tum a domestico iugo, tum ab exteris dominis, ad iustum Romane Ecclesie remigravit imperium, cui obtemperare dulcissimum cuique servire summa libertas*”. COLUCCIO SALUTATI. Livro I, *Ep. I. In: NOVATI, Francesco. Epistolario di Coluccio Salutati*, v. 01... *Op. Cit.*, p. 04.

³⁸⁴ “Como não há melhor ou mais divino governo do mundo do que aquele presidido sob um Deus, o regime dos homens é tanto melhor quanto mais se aproxima desse ideal. Mas nada mais similar a isso do que o governo de um homem. Pois um regime popular não é nada, a não ser que a multidão esteja unida em uma visão comum; e a menos que um comande e o resto obedeça, não haverá um regime, mas vários. Por que, Cícero, condenar o que aprendeu com os dizeres de Aristóteles? Você sabe que entre os vários tipos de governo, tanto em sua natureza quanto em sua ordem, considerando a necessidade dos súditos e necessidade das coisas, a monarquia tem precedência sobre tudo. A natureza exige que, uma vez que alguns nascem para servir e outros para governar, a fim de que a igualdade seja preservada entre todos na devida proporção, o governo deve estar nas mãos melhor homem” (tradução nossa). COLUCCIO SALUTATI, *De tyranno*, IV, § 17. In: BALDASSARRI, Stefano U. *Coluccio Salutati Political Writings... Op. Cit.*, pp. 130-131.

Em aproximação que remonta aos argumentos de Aristóteles e dos aristotélicos medievais como São Tomás de Aquino e até mesmo Egídio Romano³⁸⁵, Salutati vai aproximar a ideia de um governo de Deus no mundo com o governo de um único homem. Não se pode deixar de lado o fato de que esta também é a perspectiva adotada por Dante em seu *De monarchia*, referenciando o mesmo Aristóteles da Política, estabelece que “*si ergo sic se habet in hiis et singulis que ad unum aliquod ordinatur, verum est quod assummitur supra; nunc constat quod totum humanum genus ordinatur ad unum, ut iam preostensum fuit: ergo unum oportet esse regulan sive regens, et hoc ‘Monarcha’ sive ‘Imperator’ dici debet*”³⁸⁶, o que pode também sugerir as razões pelas quais Salutati prefere defesa da monarquia como a melhor forma de governo.

Seja pelo uso retórico da história romana, pelos expedientes retóricos utilizados pela defesa de César ou, ainda, pela assertividade da defesa monarquia, não se pode descreditar o *De tyranno* como obra chave para que se possa entender, com especial atenção, o posicionamento político do autor a respeito do bom governar. Nesta obra, o medieval e o clássico encontram-se em uma profusão de estilo e de fontes que demonstram não apenas a esqualidez da separação estanque entre a Idade Média e o Renascimento, mas também a inventividade de Salutati, capaz de esposar a

³⁸⁵ Conquanto Tomás de Aquino institua uma espécie de regime misto, no qual o governo de um só deve passar também pela aprovação popular, mediante a qual todos são elegíveis, a verdade é que o argumento de aproximação entre o regime divino único e aquele terreno é similar ao desenvolvido por Salutati em seu *De Tyranno*. A passagem da Suma Teológica é explicativa: “Como há diversas espécies de regime, como diz o Filósofo, as principais são o reino, no qual um só governa com poder; e a aristocracia, isto é, o poder dos melhores, na qual alguns poucos governam com poder. Donde a melhor ordenação dos príncipes numa cidade ou reino é aquela na qual um é posto como chefe com poder, o qual a todos preside;”. TOMÁS DE AQUINO. *Suma teológica*. v. 04, São Paulo: Ed. Loyola, 2002, p. 766 (ST 1a 2ae q.105 a.1). Por sua vez, Egídio Romano, um dos maiores defensores da *plenitudo potestatis* do Medievo, em seu *Sobre o Regimento dos Príncipes*, destaca que “según la opinión del Filósofo, el reyno es muy buen principado, onde se sigue que mejor es el gobierno de uno que de muchos, mayormente si es bueno e sabio”. EGIDIO ROMANO. *Regimento de Principes*. In: PEREZ, Juan Benito. *Glosa Castellana al “Regimiento de Príncipes” de Egidio Romano... Op. Cit.*, p. 757. Valendo-se das mesmas fontes aristotélicas e, bem assim, dos mesmos argumentos de precedência na ordem natural que Egídio usa, Salutati esboça uma defesa da monarquia que em muito se aproxima dos moldes e fontes medievais conhecidas do *Trecento*.

³⁸⁶ “ora noi sappiamo che tutto il genere umano é orientato ad un fine, come si è già dimonstrato percedentemente; quindi è necessario che vi sia uno che lo guidi e lo governi, e questi va chiamato Monarca o Imperatori”// “agora sabemos que toda a humanidade está direcionada para um fim, como já foi demonstrado anteriormente; portanto, é necessário que haja um para guiá-la e governá-la, e estes devem ser chamados Monarca ou Imperadores” (tradução nossa). DANTE ALIGHIERI. *Monarchia*. In: SQUAROTTI, Giorgio Bárberi (Coord.). *Opere Minori di Dante Alighieri*. Torino: Unioni Tipografico-Editrice Torinese, 1997, pp. 550-551. A mesma defesa da monarquia, com argumentos de cunho também próximos aos que Salutati se utiliza continua nos livros VI a XIV da terceira parte do *Monarchia*.

defesa de Dante a partir de elementos históricos e políticos que desvelam a maleabilidade e a adaptabilidade da retórica.

Veja-se que Salutati, a partir dos questionamentos de Aquila, acaba não apenas por defender Dante quando da alocação de Brutus e Cassius no círculo mais baixo do inferno, como também, por via de consequência a precedência do governo monárquico frente aos demais. Esta perspectiva chega a causar fundada dúvida a respeito da sinceridade, consistência e do próprio posicionamento político do chanceler, sobretudo porque algumas missivas tornam possível a percepção de que a imagem do tirano, para o chanceler, poderia encontrar como principal antagonista a imagem da república.

É este o tom, por exemplo, da narrativa esposada pelo chanceler no texto *Contra maledicum et obiurgatorem qui multa pungenter adversus inclitam civitatem florentiae scripsit*, mais conhecida, em português como *Invectiva Contra Antonio Loschi de Vicenza* (*Invectiva in Antonium Luschem*), escrita em 1403 como resposta à *Invectiva* escrita por Antonio Loschi em 1399, sendo esta, também, a perspectiva adotada em cartas produzidas durante a Guerra dos Oito Santos. Com relação especificamente ao texto *Contra maledicum....*, deve-se destacar que Salutati tem por objetivo defender Florença das acusações a ela promovidas por Antonio Loschi em meio à guerra travada em face de Milão. Neste sentido, as acusações impostas à comuna florentina tangenciam, especialmente, a ausência de liberdade que o governo local impõe aos cidadãos quando comparada à plena liberdade da qual desfruta Milão.

Se, pois, a única maneira de se contrapor à tirania é por meio de um governo republicano, quais as razões pelas quais Salutati teria optado pela defesa da monarquia em seu *De tyranno*? E mais, se há uma defesa expressa da república nas missivas públicas, inclusive porque a única que tem o condão de salvaguardar as liberdades tão veneradas pelos florentinos, por que a menção expressa à monarquia como a melhor forma de garantia da liberdade?

Antes de adentrar, especificamente, na resposta destas perguntas e, bem assim, antes mesmo de se proceder à análise *in locu* do texto da *Invectiva* a Antônio Loschi e as *Missivas* de 1376-1377, torna-se imprescindível a explicitação das nuances históricas e políticas estabelecidas entre tirania e liberdade, porque não se pode

entender o panfleto de *Salutati* senão realizada uma incursão mais detalhada sobre a liberdade no período entre Guerras (Guerra dos Oito Santos e as Guerras Milanesas).

4.2. LIBERDADE E TIRANIA: A INVECTIVA CONTRA ANTONIO LOSCHI E MISSIVAS DE 1376

Como nos mostra Andrea Barlucchi, desde a Guerra dos Oito Santos e da insurgência em face do poderio da Igreja, Florença buscava um mote ao qual se apegar a fim de conglobar os anseios políticos locais e sua comunidade. Embora a tradição Guelfa tenha, em certo sentido, estampado a bandeira da liberdade sob o horizonte histórico de Florença, as relações com a Igreja após o final da década de 1380 impediam que a ideia de uma comuna livre estivesse atavicamente vinculada às pretensões Guelfas³⁸⁷. Neste sentido, a autora vai identificar a disputa com Giangaleazzo Visconti, de Milão, como o gatilho necessário à formação de uma ideia de liberdade que não estivesse vinculada à Cristandade.

A guerra que perdurou por cerca de 12 anos (1390-402) tem por principal ponto de partida os interesses de ambas as comunas. Giangaleazzo Visconti, Senhor de Milão desde 1385 (e Duque de Milão, a partir de 1395³⁸⁸), tinha por principal objetivo a unificação das comunas do norte da Itália em torno de uma mesma coroa, o que demandava a conquista de comunas como Florença e Bologna, suas principais rivais. Tais interesses, contudo, eram dissonantes daqueles de Florença, em uma política expansionista em franco desenvolvimento, sob pena de ver ameaçada a sua

³⁸⁷ BARLUCCHI, Andrea. La Guerra Tra Firenze e Gian Galeazzo Visconti. In: CARDINI, Roberto; VITTI, Paolo (Ed.). *Coluccio Salutati e Firenze: ideologia e formazione dello Stato*. Firenze: Maurro Pagliari Editore, 2009, p. 139.

³⁸⁸ É importante destacar que a conquista do ducado de Milão foi significativamente importante para Gian Galeazzo Visconti, tendo em vista a disputa de poder com seu tio Bernabò Visconti. Isso porque, conquanto o Imperador Carlos IV, do Sacro Império Romano-Germânico, tenha revogado o vicariato imperial de sua família, após a deposição de Bernabò ilegalmente, Gian Galeazzo buscava formas de legitimar o seu poder. O reconhecimento do vicariato imperial em 1395 e, ainda, a expansão deste às comunas sob o domínio de Milão – Brescia, Bergamo, Parma, Cremona, dentre outras –, em 1396, não apenas deu vestes de legalidade ao seu poderio, mas, ainda, o consagrou com a titulação de príncipe imperial, a qual lhe conferia uma espécie de proeminência – ao menos em tese – sob os demais *Signori* locais. De qualquer forma, mais do que o reconhecimento de uma posição superior na frágil hierarquia imperial, Gian Galeazzo buscava, mesmo, o reconhecimento formal do domínio sob Milão, buscando afastar a ideia de que seria ele um tirano/usurpador. Cf: BLACK, Jane. Giangaleazzo Visconti and the Ducal Title. In: LAW, John E.; PATON, Bernadette (Ed.). *Communes and Despots in Medieval and Renaissance Italy*. Surrey: Ashgate, 2010, pp. 119-130.

própria liberdade. Trata-se, pois, de uma disputa que tem por principal motivação a manutenção da independência comunal e, ao mesmo tempo, da salvaguarda de uma política expansionista no norte da Itália.

E invece è proprio questo l'orizzonte più sicuro nel quale collocare gli eventi della guerra: quello cioè del progressivo affermarsi di poteri statali su una base sovra-regionale, del faticoso superamento del municipalismo medievale in direzione di una semplificazione della carta geopolitica italiana, in sintonia con un più generale moto europeo verso lo Stato moderno. Quando il sanguinoso e devastante confronto giunse a fine, sulla scena politica italiana erano rimasti pochissimi attori protagonisti, là dove per secoli, sotto la debole égida dell'impero, una folla di città e potentati locali si era disputata il poco spazio a disposizione³⁸⁹.

Neste mesmo sentido, sob ponto de vista da autodefesa, as palavras de Ronald Witt são elucidativas:

Yet Florentine expansionist policy can also be justified in the name of self-defense. The very weakness which made Siena and Lucca potential victims of Florentine conquest made them susceptible to aggression by other powers. After 1385 Milan was finally reunited in the hands of one prince, Giangaleazzo Visconti, count of Virtù, and, if Florentines were in an imperialistic mood, Milanese designs were far more ambitious and pushed with greater consistency and energy. (...) As the Florentines observed Milan absorbing first Verona and then attacking Padua, they rightly suspected that the goals of Giangaleazzo extended to conquest of Tuscany as well. Enlargement of the Florentine domain would increase the Republic's resources while adding depth to its defense against a future Visconti invasion³⁹⁰.

³⁸⁹ “E, no entanto, este é precisamente o horizonte mais seguro para colocar os acontecimentos de guerra: o da afirmação progressiva dos poderes do Estado numa base supra regional, a árdua superação do municipalismo medieval, no sentido de uma simplificação do mapa geopolítico italiano, em sintonia com um movimento europeu mais geral em direção ao Estado moderno. Quando o confronto sangrento e devastador chegou ao fim, muito poucos atores permaneceram no cenário político italiano, onde durante séculos, sob a fraca égide do Império, uma multidão de cidades e potentados locais disputaram o pouco espaço disponível” (tradução nossa). BARLUCCHI, Andrea. *La Guerra Tra Firenze e Gian Galeazzo Visconti...* *Op. Cit.*, p. 137.

³⁹⁰ No entanto, a política expansionista florentina também pode ser justificada em nome da autodefesa. A própria fraqueza que fez de Siena e Lucca vítimas potenciais da conquista florentina as tornou suscetíveis à agressão de outros poderes. Depois de 1385, Milão foi finalmente reunida nas mãos de um príncipe, Giangaleazzo Visconti, conda da Virtù, e, se os florentinos estavam em um clima imperialista, os projetos milaneses eram muito mais ambiciosos e promovidos com maior consistência e energia. (...) Como os florentinos observaram Milão absorvendo primeiro Verona e depois atacando Pádua, eles corretamente suspeitaram que os objetivos de Giangaleazzo se estendem à conquista da Toscana também. A ampliação do domínio florentino aumentaria os recursos da República ao mesmo tempo em que aumentaria a profundidade de sua defesa contra uma futura invasão Visconti” (tradução nossa). WITT, Ronald. *Hercules at the crossroads...* *Op. Cit.*, p. 157.

Como destaca Barlucchi, o conflito pode ser dividido em duas principais fases: a primeira, entre 1390 e 1392, momento em que, conquanto tenham convivido pacificamente, os interesses florentinos e milaneses colidem na tentativa de dominação de Siena³⁹¹. Depois da falha tentativa florentina de atacar Bologna e livrá-la das mãos de Giangaleazzo e do também frustrado ataque milanês à Toscana, ambos os poderes firmaram, em 1392, o Tratado de Gênova, uma trégua formal aos ataques armados de ambas as comunas.

Nas palavras de Barlucchi, a segunda fase, que se seguiu até 1402, foi permeada, indiretamente, por inúmeras manobras diplomáticas de Florença e Milão. A primeira, com a conclusão do chamado Tratado de Bolonha, angariou esforços políticos de diversas comunas, em uma Liga que a uniu em um pacto de defesa mútua com os senhores de Mântua e Ferrara, ex-aliados de Giangaleazzo, bem como com líderes de Bolonha³⁹². Milão, por sua vez sob o domínio de Giangaleazzo, estabeleceu relações com Siena, onde conseguiu manter-se mesmo após os conflitos com Florença, Perugia e Pisa, que se aliou ao governo de Giangaleazzo em função de um golpe de Estado³⁹³.

Além disso, durante a segunda fase, um grupo capitaneado por Maso delgi Albizi em Florença, proeminente figura política no período, passou a defender a necessidade de uma guerra contra Milão, embora a opinião popular estivesse ainda cindida quanto a tal necessidade³⁹⁴. Maso conseguiu a nomeação de uma balia para a guerra e, bem assim, em 1396, uma aliança com Carlos VI da França. Contudo, a aliança francesa não foi bem vista perante a outras comunas italianas e as investidas florentinas, a partir de 1400, com a revogação da paz firmada no Tratado de Gênova, não foram bem sucedidas. Por outro lado, Giangaleazzo aproveitou a instabilidade política florentina – notadamente no que tange à aliança com a França – e angariou aliados desta para o seu lado da disputa.

A situação de Florença era tão instável que, durante 1401 e 1402, o que se vislumbra era apenas a possibilidade de vitória milanesa, mesmo com a aliança

³⁹¹ BARLUCCHI, Andrea. La Guerra Tra Firenze e Gian Galeazzo Visconti... *Op. Cit.*, p. 138.

³⁹² BARLUCCHI, Andrea. La Guerra Tra Firenze e Gian Galeazzo Visconti... *Op. Cit.*, p. 138.

³⁹³ BARLUCCHI, Andrea. La Guerra Tra Firenze e Gian Galeazzo Visconti... *Op. Cit.*, p. 138.

³⁹⁴ BARLUCCHI, Andrea. La Guerra Tra Firenze e Gian Galeazzo Visconti... *Op. Cit.*, p. 139.

firmada agora com o poder Imperial de Roberto III³⁹⁵. A fragilidade era tamanha que a comuna já negociava com o papado e com Veneza a possibilidade de formação de uma aliança defensiva. Contudo, em 12 de setembro de 1402 chega a Florença a notícia de que Giangaleazzo havia morrido e que as tropas milanesas recuavam, colocando fim à guerra.

O quadro político excepcional apresentado na Guerra contra Milão impôs à Florença e, especialmente, a Coluccio Salutati, a necessidade de explorar, significativamente, a atividade propagandística de seu cargo político – tal como já vinha sendo feito desde a Guerra dos Oito Santos – em defesa da comuna florentina. O chanceler, por sua vez, vale-se, mais uma vez, do mote da liberdade como principal arsenal político e retórico para fazer frente à expansão militar milanesa.

Se na Guerra dos Oito Santos, como já visto anteriormente, o que estava em jogo era a liberdade externa da comuna, a aceção de liberdade que mais interessava à Florença na disputa contra Giangaleazzo Visconti era, por outro lado, a perspectiva de uma liberdade interna. Veja-se, interna, antes de mais nada porque dentro dos limites da própria comuna. Não se trata mais, como na Guerra dos Oito Santos de uma *libertas Italiae*, porque tal signo argumentativo importava na assunção de que haveria um estrangeiro na busca pela dominação de Florença, o que, no caso de Giangaleazzo, não se aplicava³⁹⁶. O que se tem, em verdade, é a defesa de uma *libertas florentinae*, conceito que se relaciona à liberdade de autogoverno da própria comuna.

³⁹⁵ A eleição de Roberto III para o posto de Imperador não se segue sem controvérsias. Nas palavras de Volker Press: “King Wenceslaus (r. 1378-1411), a weak ruler, provoked the electors, especially the four Rhenish ones, into actions against him, as his conferral of Imperial rights on Duke Gian Galeazzo Visconti of Milan in 1400 provided the legal grounds for his deposition and the election of a new king from their own ranks, Elector Palatine Rupert III (r. 1400-1410). Rupert’s abortive Italian campaign, however, demonstrated his limits, leading to the remarkable situation of two competing but geographically quite distinct monarchies, Rupert’s and Wenceslaus’. Not only was neither able to overcome the other, they did not even overlap. Rupert held Sway in the old core region, though his power was based less on his Palatine dynastic lands – deeply fragmented, unlike Austria, Bavaria, or Bohemia – than on the region dominated. He also possessed powerful rivals in the three ecclesiastical electors, who tended to hold him in check. Rupert’s was the last attempt to build a monarchy based in the Empire’s core”. PRESS, Wolker. The Habsburg lands: the Holy Roman Empire, 1400-1555. In: BRADY, Thomas; OBERMAN, A. Heiko; TRACY, James D. (Ed.). *Handbook of European history, 1400-1600: Late Middle Ages, Renaissance, and Reformation: v.1: Structures and assertions*. Choice Reviews Online. [S.l.: s.n.], 1995, p. 440.

³⁹⁶ Não se descuida do posicionamento de Ronald Witt, o qual reconhece que o termo *libertas Italiae* correlaciona-se, diretamente, ao patriotismo italiano, podendo ser utilizado entre os governos locais quando um dos poderes tenta, injustamente, apropriar-se das terras de outro. De acordo com o autor, em ambos os casos, a noção que se veicula com esta ideia é a de que há um direito à existência autônoma de parte de uma ou mais unidades políticas. Contudo, valemo-nos da distinção esboçada

Neste sentido, pode-se dizer que o conceito de *libertas florentinae* encontra-se vinculada à ideia de possibilidade de administração da cidade de acordo com a vontade dos próprios cidadãos. Trata-se, pois, de uma ideia de liberdade que caminha lado a lado à consecução de um governo cuja atenção está centrada, antes de tudo, no bem comum, em que a comunidade política é a responsável por guiar a criação de leis e a tomada de decisões dentro da comuna. De acordo com Daniela de Rosa, na perspectiva do chanceler da República de Florença:

In un regno spetta al re aggionare le leggi, ma una città libera deve governarsi da sola, mediante magistrature elettive, che rappresentino il popolo e che permettano a tutti i cittadini, forniti di diritti politici, di contribuire ala formazione degli statuti comunali e di partecipare alle deliberazioni piu importanti, mentre, laddove i singoli non sono investiti di poteri decisionali, essi finiscono per desinteressarsi ed estraniarsi dalla vita pubblica³⁹⁷.

Destarte, como narra Paolo Vitti, o conceito de *libertas florentinae* traduz uma necessária participação da comunidade florentina na consecução desta liberdade, como parte indissociável e inalienável da comuna. Os cidadãos são parte integrante da cidade e a sua liberdade só é alcançável se os cidadãos também forem livres para tomar as rédeas da política local. De acordo com Vitti,

por De Rosa na caracterização da *libertas Italiae* e da *florentina libertas*, por entender que, a despeito da aproximação dos usos, há significativas diferenças de abrangência entre ambos os conceitos, tal como será trabalhado no decorrer do presente subtópico. Insta consignar, por oportuno, que, assim como toda conceituação, a diferença entre *libertas Italiae* e de *florentina libertas* faz um corte artificial na obra de Salutati. Embora útil ao entendimento do texto e, bem assim, à edificação de uma história das ideias políticas, fato é que o próprio Salutati não assume, de maneira estanque, a dissociação entre os dois conceitos. Isso significa dizer que, a despeito de válida para os propósitos desta Dissertação, a linha que separa ambos os conceitos, na obra de Salutati, é tênue e por vezes, o autor reafirma a *libertas Italiae* na própria *Invectiva Contra Antonio Loschi*, obra escrita em contraponto ao suposto tirano de Milão durante a Guerra travada com os florentinos. Especialmente no § 175 da obra, o chanceler deixa evidente que Florença é o único baluarte da luta contra a tirania de Giangaleazzo na Itália [*nos obiect, nos obstaculum soli sumus ne cursum perficiat per omnem Italiam ille tyrannicus dominatus, qi tot urbes, tot castra totque oppida miserima condicione subegit*], o que ressalta a possibilidade do uso da liberdade como defesa de um poder capaz de oprimir toda a latinidade italiana, em aproximação evidente ao conceito utilizado por Salutati nas missivas escritas durante a Guerra dos Oito Santos. Cf. WITT, Ronald. The De Tyranno and Coluccio Salutati's view of politics and Roman history... *Op. Cit.*, pp. 457-458. COLUCCIO SALUTATI. *Contra maledicum et obiurgatorem qui multa pungenter adversus inclitam civitatem Florentiae scripsit*, § 175. In: BALDASSARRI, Stefano U. (ed.). *Coluccio Salutati Political Writings*. Cambridge: Havard University Press, 2014, p. 385.

³⁹⁷ “Em um reino cabe ao rei endereçar as leis, mas uma cidade livre deve governar-se sozinha, por meio de magistrados eleitos, que representem o povo e permitam que todos os cidadãos, dotados de direitos políticos, contribuam para a formação de estatutos municipais e participem nas deliberações mais importantes; enquanto que, onde os indivíduos não estão investidos de poderes de decisão, eles acabam desinteressando-se e afastando-se da vida pública” (tradução nossa). DE ROSA, Daniela. *Coluccio Salutati: il cancelliere e il pensatore politico...* *Op. Cit.*, p. 147.

Nel momento in cui – sul finire del Trecento – la città incomincia ad affrancarsi dalle anteriori ideologie, Firenze sente come innata una volontà di definire la sua politica in una visione antitirannica, dando spazio a quel *populus*, parte integrante e inalienabile della *urbs*³⁹⁸.

A adaptabilidade do conceito, em uma transmutação da ideia de *libertas Italiae* para uma *libertas florentinae* pode ser entendida como um reflexo argumentativo da tentativa de fazer presente o mote da liberdade contra a tirania e, bem assim, de reafirmação da herança cultural legada por Roma a Florença – matéria que será eminentemente explorada por Salutati na *Invectiva contra Antonio Losci*. De acordo com Lamberto Borghi, “L'amore stesso per la libertà Firenze eredita dai suoi maggiori, i romani; libertà della quale una più libera e intera non esiste in Italia nè altrove, ma pure tale che non si muta in sfrenata licenza, perchè vigile custode delle leggi”³⁹⁹.

Isso não significava, por outro lado, que situações excepcionais – como no caso da guerra com Giangaleazzo Visconti – o executivo não pudesse se reunir restritamente e com maiores poderes de decisão, como resposta à emergente situação conflituosa. Ora, Salutati reconhece a dificuldade de se endereçar todas as múltiplas opiniões dentro da comuna e, bem assim, entende a premente necessidade de decisões rápidas em cenários de guerra. É por isso que vai dizer

*Cuius rei gratia, cum in magnis et arduis rebus nichil sit velocitati melius, nichil secreto er taciturnitate securius, decem prudentissimos cives elegimus, dum multitudo consulitur, deliberationibus tempus terere, aut que occultanda sunt toti populo reserare*⁴⁰⁰.

³⁹⁸ “No momento em que - ao final do século XIV - a cidade começou a libertar-se de ideologias anteriores, Florença sente como uma vontade inata de definir a sua política numa visão anti-tirânica, dando espaço a esse *populus*, uma parte integrante e inalienável da *urbs*” VITTI, Paolo. La «Florentina Libertas» e l'ideologia antitirannica. In: CARDINI, Roberto; VITTI, Paolo (Ed.). *Coluccio Salutati e Firenze: ideologia e formazione dello Stato*. Firenze: Maurro Pagliai Editore. 2009, pp. 151-157.

³⁹⁹ “O mesmo amor pela liberdade Florença herda de seus anciãos, os romanos; liberdade mais livre e completa que não existe na Itália ou em outro lugar, mas também tal que não se transforma em licença desenfreada, em razão da custódia vigilante das leis” (tradução nossa). BORGHI, Lamberto. La concezione umanistica di Coluccio Salutati... *Op. Cit.*, p. 473.

⁴⁰⁰ “Perciò, porichè nei frangenti più importanti e difficili niente è più opportuno della rapidità di decisione, niente più sicuro del segreto e del silenzio, abbiamo eletto dieci prudentissimi cittadini ai quali abbiamo decretato di affidare con autorità pubblica il disbrigo di una questione tanto frave, perchè non occorra sprecare tempo in deliberazioni durante i Consigli della moltitudine o rendere di dominio pubblico ciò che deve essere occultato al popolo”. In: DE ROSA, Daniela. *Coluccio Salutati: il cancelliere e il pensatore politico...* *Op. Cit.*, p. 160, nota 94. “Portanto, pois que no mais importante e difícil dos tempos, nada é mais apropriado do que a rapidez da decisão, nada mais certo do que o sigilo e o silêncio, elegemos dez cidadãos muito prudentes, aos quais confiamos autoridade pública no tratamento de um assunto tão grave, para que não se perca tempo em deliberações durante os Conselhos do Povo ou se torne público o que deve ser escondido do povo” (tradução nossa).

Assim, ressalvados os casos em que a própria independência da comuna estivesse em eminente risco de perecimento, a liberdade interna, na perspectiva de Coluccio Salutati, deve ser entendida como aquela na qual o cidadão se faz presente na vida política, o que demanda a igualdade de participação entre todos. Somente uma comuna em que todos os integrantes podem decidir os rumos da vida política local é que se pode antever o usufruto pleno da liberdade. É por isso que vai dizer que o dever de um governante é manter, dentro da comuna, um equilíbrio entre as facções da comuna, sem favorecer determinados partidos ou pessoas. De acordo com Salutati “*precipue quidem cuiuscunque reipublice commoda procurantibus, hoc debet esse cure, ne parti civium faveant partemque dimittant*”⁴⁰¹.

Nada obstante, Salutati ainda ressalta o papel imprescindível do respeito às leis da comuna para o alcance da liberdade interna ou local. Mais uma vez, de acordo com Daniela de Rosa, “soltanto questa ‘*libertas quod est iure vivere legibusque*’, garantisce in uno Stato sovrano, sia monarchico che repubblicano, a ciascun cittadino i proprio diritti ed i propri doveri, fissati da un sistema di norme emanate con il consenso tacito o espresso di tutta la comunità”⁴⁰², de modo que é neste sentido que a liberdade também se correlaciona com a impossibilidade da edição de leis que visam a garantir interesses particulares. Em verdade, Salutati expressamente defende, na *Invectiva Contra Antonio Loschi* que a liberdade está umbilicalmente atrelada ao respeito à lei (*quod est iure vivere legibusque, quibus omnes subiacent, oboedire*)⁴⁰³.

Sed ex te video, mibique firmiter persuasi, vos adeo servitute delectari, quod non possetis sine domino vivere, nec sciretis in libertatis licentiosa dulcedine permanere. Legibus obsequi, quae cunctos aequalitatis iustissima ratione respiciunt, grave vobis iugum et horrenda servitus est; oboedire vero tyranno, qui cuncta pro suae voluntatis moderatur arbitrio, summa vobis est libertas et inaestimabilis dignitas; et ob id putas illam Populi

⁴⁰¹ “Coloro que sono preposti alla direzione della cosa pubblica, per assicurare il benessere di tutta la comunità, devono guardarsi soprattutto dal favorire una fazione ed abbassarne un'altra”. In: DE ROSA, Daniela. *Coluccio Salutati: il cancelliere e il pensatore politico...* Op. Cit., p. 160, nota 80. “Aqueles que estão encarregados da gestão dos assuntos públicos, para garantir o bem-estar de toda a comunidade, devem ter cuidado acima de tudo em não favorecer uma facção e diminuir outra” (tradução nossa).

⁴⁰² “Somente esta ‘*libertas quod est iure vivere legibusque*’, garante, em um Estado soberano, tanto monárquico quanto republicano, a cada cidadão seus direitos e seus deveres, estabelecidos por um sistema de normas emitidas com o consentimento tácito ou expresso de toda a comunidade” (tradução nossa). DE ROSA, Daniela. *Coluccio Salutati: il cancelliere e il pensatore politico...* Op. Cit., p. 153.

⁴⁰³ COLUCCIO SALUTATI. *Contra maledicum et obiurgatorem qui multa pungenter adversus inclitam civitatem Florentiae scripsit*, § 45. In: BALDASSARRI, Stefano U. (ed.). *Coluccio Salutati Political Writings...* Op. Cit., p. 231.

*Fiorentini partem, quae degit extra nostrae civitatis moenia vel in municipiis, vel in agris, quos nescis quanta libertate fruuntur, appetere, quia subditi sunt urbi nostrae, sub vestro domino servitutem*⁴⁰⁴.

Veja-se, a ideia de liberdade interna desenvolvida por Salutati alberga não apenas a percepção de uma ausência de dominação – ou de autogoverno da comuna pelos seus próprios cidadãos – mas também a ideia de que se mostra imprescindível o respeito à lei, a igualdade entre os cidadãos e, ainda, o governo em prol do bem comum⁴⁰⁵. Em síntese, é na comuna ancorada no respeito às leis que se pode garantir a igualdade entre os cidadãos e, por consequência, a ideia de que a vida civil deve ser ordenada em prol da comunidade, o que, em última instância, não se compatibiliza com uma comuna governada por terceiros que não a própria sociedade civil.

A perspectiva esboçada na *Invectiva contra Antonio Loschi* já tinha sido desenvolvida de maneira mais robusta nas cartas de 1376, escritas no contexto da Guerra dos Oito Santos. Salutati, em carta endereçada a Bolonha, de julho de 1376, deixa evidente que não há outra saída à tirania que não seja a república. Associando a liberdade à república [*hec est magistra virtutum quoniam nemo dubiat in sua republica que libertate floreat*] e ao agir do bom cidadão [*optimorum civium*] em favor da comuna, o chanceler, em missiva pública à comuna, deixa evidente a rejeição à monarquia⁴⁰⁶.

⁴⁰⁴ COLUCCIO SALUTATI. *Contra maledicum et obiurgatorem qui multa pungenter adversus inclitam civitatem Florentiae scripsit*, § 45-46. In: BALDASSARRI, Stefano U. (ed.). *Coluccio Salutati Political Writings*. Cambridge: Harvard University Press, 2014, pp. 230-232. “Mas vejo em ti, e me persuadi firmemente, que gozaste da servidão a tal ponto que não podem mais viver sem um patrão, que não sabem mais permanecer na aberta doçura da liberdade. Obedecer às leis, que a todos contemplam com a justa medida da igualdade, é para ti um jugo pesado e uma servidão horrível. Obedecer, ao contrário, ao tirano, que a tudo regula segundo seu próprio arbítrio, é para ti uma suprema liberdade e uma inestimável dignidade. Por isso acreditas que aquela parte do povo florentino, que vive fora dos muros da cidade nos municípios e nos campos, e cuja liberdade não podes nem mesmo imaginar, deseja se submeter a teu patrão no lugar de se submeter à nossa cidade”. BIGNOTTO Newton. *Origens do Republicanismo Moderno... Op. Cit.*, p. 251.

⁴⁰⁵ De acordo com Renato Ambrósio trata-se de “Uma liberdade que, nas palavras de Cícero, é grata até aos deuses (“àquele Deus supremo nada é mais agradável na terra do que as reuniões e as sociedades humanas ligadas pelo direito, que se chamam cidades”). A essa liberdade Salutati contrapõe o domínio tirânico dos senhores de Loschi, os Visconti, e impõe a condenação a esse domínio com as palavras de Sêneca (...) Portanto, a liberdade do “viver segundo a lei e conforme o direito” traz consigo a certeza da “justíssima medida da igualdade” para todos. (...)” AMBROSIO, Renato. *Política e retórica no Humanismo Florentino entre os séculos XIV e XV: em torno do Humanismo Cívico*. 2014. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/T.8.2014.tde-12062015-114738. Acesso em: 15 out. 2020, p. 121.

⁴⁰⁶ “*Cogitate ut divinarum scripturarum attestantur oracula reges ob peccata populorum ab initio constitutos qui, quantumcunque iusti, populos non regerent sed punirent. Quicumque se domino dignum putat se reum magnum scelerum confitetur cum constet dominós non fore civitatibus ornatui sed su’ ilicio et populorum oneri fore propósitos*”

É, pois, sob essa ótica de valorização da liberdade e da participação na comuna que a elaboração salutiana acerca da tirania ganha suas principais nuances frente a conceitos já apresentados ao longo da história das ideias. E, neste sentido, o chanceler faz surgir uma espécie de contraponto a esta forma de governo que enxergava na liberdade republicana o seu único subterfúgio. É o que se vê, por exemplo, na *Invectiva contra Antonio Loschi*.

Embora o escopo central da obra endereçada a Antonio Loschi não seja a exposição de um conceito de tirania, fato é que a contraposição das argumentações trazidas pelo chanceler de Milão impõe a Salutati a necessidade de tangenciar o tema. No excerto que se passa a colacionar, há expressa menção à provocação de Antonio Loschi, com a conseqüente resposta do chanceler Florentino:

“Videbimus, ecce videbimus illam vestram in defendenda quadam foedissima libertate vel potius crudelissima tyrannide constantiam fortitudinemque Romanam; hoc enim nomine superbire soletis et vos genus praedicare Romanum. Quod quam impudenter faciatis alio dicendum erit loco”. “Videbimus”, inquis; immo videras, vides atque videbis plus quam Romanam fortitudinem atque constantiam populi Florentini in defendenda dulcissima libertate, “quod caeleste bonum” ut ille dixit, “praeterit orbis opes”, qua mens est omnibus Florentinis ut vitam, immo supra vitam, opibus ferroque defendere nostrisque posteris hanc hereditatem optimam, quam a maioribus nostris accepimus, relinquere – Deo favente – solidam et immaculatam⁴⁰⁷.

O trecho em análise é sobremaneira relevante, tendo em vista que nele consubstanciam-se, de certa forma, grande parte dos temas tratados no trabalho de Salutati, revelando, ainda, o tom da contraposição que esboça entre tirania e liberdade. Em verdade, na perspectiva de Salutati, Loschi ao imputar à comuna o caráter de regime tirânico acaba por contrapor-se à ideia de liberdade. De acordo com Renato Ambrosio:

non honor?. COLUCCIO SALUTATI *apud* WITT, Ronald. The De Tyranno and Coluccio Salutati's view of politics and Roman history... *Op. Cit.*, pp. 453-454.

⁴⁰⁷ COLUCCIO SALUTATI. *Contra maledicum et obiurgatorem qui multa pungenter adversus inclitam civitatem Florentiae scripsit*, § 19. In: BALDASSARRI, Stefano U. (ed.). *Coluccio Salutati Political Writings*... *Op. Cit.*, pp. 196. “Vejamos, vejamos vossa famosa constância e força romana, para defender uma torpe liberdade, ou melhor, uma cruel tirania. Vós estais acostumados a sustentar o nome romano e a declararem sua filiação a Roma. Oh! Quão grande é vossa impudência, direi em outro lugar’. Veremos, dissestes, todavia viu, vês e verás a força mais que romana e a constância do povo florentino na defesa da dulcíssima liberdade, que, como foi dito, é um bem celeste, que supera toda a riqueza do mundo. Todos os florentinos têm no ânimo o firme propósito de defende-la como a própria vida, mais ainda do que com a vida, com as riquezas e com a espada, para deixar aos filhos essa ótima herança, que recebemos de nossos pais, para deixa-la, com a ajuda de Deus, saudável e incontaminada. BIGNOTTO Newton. *Origens do Republicanismo Moderno*... *Op. Cit.*, p. 242.

Essa concepção que já estava presente em autores latinos como Cícero e Quintiliano, torna possível que as palavras de censura que Loschi lança contra os florentinos possam servir também como argumentos contra Loschi e seu senhor, bastando para isso trocar a palavra cidadãos, no plural, pela palavra tirano, no singular.⁴⁰⁸

Isso porque, na defesa de Florença pelo chanceler, a acusação de tirania a uma cidade inequivocamente livre só poderia ser resultado de uma inversão de valores pelo próprio Loschi. *Salutati completa:*

Sed cur “servum” te voco, qui tam valde servitute delectaris tua, quod non pudeat vocare “foedissimam” libertatem? Immo, quod stultius est, non es veritus eam “tyrannidem crudelissimam” appellare. Quod verbum, cum omnes risum isse vel ire certum sim, ferre non potui. Numquid aliquam nosti vel in Italia vel alibi libertatem quae sit Florentinorum libertate liberior aut interior, vel quam nostrae libertati possis, ne comparare dixerim, antefere? Talisne est tyrannis illa domini cui ervis, quos tyrannidem audeas Florentinorum dicere libertatem? Scio quod gravis et instar servitutis est custos legum libertas – gravis et instar servitutis est affrenae iuventuti, quae cupit suam libidinem evagari, quae possessionibus ducitur atque vivit, ut te facile putem et tui símiles non solum non intelligere libertatem quis sit, sed rem et nomem, veluti tetrum aliquid, abhorrere⁴⁰⁹.

Da mesma forma, esclarece Ambrosio, valendo-se das lições de Quentin Skinner⁴¹⁰:

Assim como a tirania pode parecer uma servidão para quem, como os florentinos, está acostumado com a liberdade e a ama como seu maior bem, a liberdade pode parecer servidão para quem, como Loschi e os lombardos, estão acostumados à servidão da tirania, e para quem se deixa guiar pelas paixões.

(...)

Na verdade, ambos se utilizam na suas invectivas da técnica que Skinner denominou de re-descrição paradiastólica, pois ambos defendem e atacam perspectivas opostas. Loschi, seguindo a análise de seu mestre Conversino

⁴⁰⁸ AMBROSIO, Renato. *Política e retórica no Humanismo Florentino entre os séculos XIV e XV... Op. Cit.*, p. 151.

⁴⁰⁹ COLUCCIO SALUTATI. *Contra maledicum et obiurgatorem qui multa pungenter adversus inclitam civitatem Florentiae scripsit*, § 20. In: BALDASSARRI, Stefano U. (ed.). *Coluccio Salutati Political Writings... Op. Cit.*, p. 198. “Mas por que te chamo de servo se a ti agrada tanto tua servidão a ponto de não envengonhar-te de chamar de torpe a liberdade, e antes de tudo, o que é a estupidez maior, de não hesitares em chama-la de tirania cruel? Palavras que fizeram rir e farão ainda todos rirem, mas que não pude tolerar. Conheceste jamais em toda Itália uma liberdade mais plena e mais pura do que a liberdade florentina, que possa, não direi superar, mas comparar-se à nossa? Essa é talvez a tirania da qual és escravo, para que tenhas a coragem de chamar de tirânica a liberdade florentina? Sei quão grave é deixar a servidão ocupar o lugar da liberdade na custódia das leis, e o valor que tem o fato da servidão parecer desenfreada à juventude, que clama por deixar-se levar livremente pelas paixões. Compreendendo bem o que tu e teus semelhantes pensam ser a liberdade, mas abominam seu nome e sua substância como se fosse algo horrível”. BIGNOTTO Newton. *Origens do Republicanismo Moderno... Op. Cit.*, p. 243.

⁴¹⁰ SKINNER, Quentin. *Rhetoric and Conceptual Change. Finnish Yearbook of Political Thought*, [S.l.], v. 3, pp. 60-73, 1999.

sobre as formas de vida (e governo) preferíveis, defende o governo de um, príncipe ou tirano, contra o governo de muitos. Enquanto Salutati, como um cidadão e parte de sua *populus sive universitas*, detentor último do *merum imperium*, defende a liberdade, o direito e a igualdade de todos sob o governo das leis. É por meio da defesa da liberdade que Salutati tenta ligar a história de Florença à história da Roma republicana, e torna-la herdeira da Roma republicana que ele a conhecia por meio dos historiadores como Tito Lívio e Salústio.⁴¹¹

E é justamente a ideia de liberdade como autogoverno, ou como meio de veicular a participação dos cidadãos na comuna, que Salutati trabalha em sua *Invectiva*, sendo certo que, como nos mostra Bignotto, a chave de leitura sobre a qual opera Salutati na *Invectiva*, não é a da oposição entre monarquia e república, mas entre república e tirania⁴¹².

É sob a ótica de valorização da liberdade e da participação, pois, que a elaboração salutariana à tirania ganha suas principais nuances frente a conceitos já apresentados ao longo da história das ideias. Antes de tudo, a tirania é o regime sobre o qual a liberdade não vigora, porque a população submete-se a um governante que rege segundo suas paixões, sendo condenável, especialmente, pela impossibilidade de participação popular da comuna nas decisões políticas.

Nesse mesmo sentido parecem apontar as cartas públicas de Salutati enquanto chanceler florentino. Isso porque, as missivas, em diversos momentos, valem-se do elemento tirânico tanto como mecanismo de afastamento para com um possível opositor aos interesses florentinos, quanto de aproximação entre os amigos do povo florentino. A carta endereçada ao Papa Gregório XI, de 19 de maio de 1375, por exemplo, deixa evidente a retórica de amizade empreendida por Salutati, na tentativa de minar a desconfiança papal com a devoção política de Florença à Igreja, o que constrói valendo-se, também, de uma proximidade entre ambas na luta contra a tirania⁴¹³.

⁴¹¹ AMBROSIO, Renato. *Política e retórica no Humanismo Florentino entre os séculos XIV e XV... Op. Cit.*, pp. 112 e 121-122.

⁴¹² BIGNOTTO, Newton. *Origens do republicanismo moderno... Op. Cit.*, pp. 117-118.

⁴¹³ “*Cognoscat apostolica sedes nos de Sancta Romana Ecclesia sincera mente confidere, tyrannorum federa et precipue Mediolanesium - nisi nova nos urgeret necessitas - abhorrere, Romanamque Ecclesiam nedum non occupaturam Tusciam sed defensuram firme probabimus nos tenere, nobisque ad plenissimum accedere gaudium in locum suum thronum maiestatis apostolice remeare.*” In: WITT, Ronald. *Coluccio Salutati and his public letters... Op. Cit.*, p. 95 (Appendix, VII).

Como nos mostra Armando Nuzzo, o tom geral das cartas escritas, por exemplo, entre 06 de abril e 06 de agosto de 1375, compiladas em obra publicada por ele em 2003, deixa emergir “il ruolo egemone assunto da Firenze e ul tentativo di pressione esercitato in nome delle necessità di guerra e della libertà”⁴¹⁴, tom este que muito deve à abordagem e à construção do conceito de tirania na tentativa de defesa de valores republicanos.

Nesse mesmo sentido, Ronald Witt evidencia que, para além das contribuições estilísticas de Salutati às missivas⁴¹⁵, o chanceler florentino na edificação da contraposição entre tirania e liberdade também passa a explorar não apenas o tema recorrente na chancelaria florentina da disputa pró-Guelfos, mas também novos fundamentos para a própria defesa da liberdade das comunas florentinas em oposição às investidas da Igreja e de governos próximos. Segundo Witt, Salutati procedeu à utilização da história de Roma como forma de, a um só tempo, evidenciar a linhagem florentina, mas também consolidar, na *imagem* de uma Roma que lega a luta contra a

⁴¹⁴ “O papel hegemônico assumido por Florença e a tentativa de exercer pressão em nome das necessidades da guerra e da liberdade” (tradução nossa). NUZZO, Armando. Coluccio Salutati, Epistole di Stato: primo contributo all'edizione: epistole I-XLIII (6 aprile-6 agosto 1375). In: Letteratura Italiana Antica, 2003, pp. 29-100. A exemplo do mencionado por Nuzzo, pode-se citar a carta ao Prior do Povo e da Comuna de Volterra, de 06 de agosto de 1375, por meio da qual Salutati assevera: “*sed vincat amor rei publicae, vincat honestas. Nec ulterius tardetis hoc postulatum imo debitum múnus impendere, quod non potestis sine ingratitude macula denegare*”. Da mesma forma, em carta de 01º de agosto de 1375, ao Prior do Povo de Arezzo, Salutati diz: “(...) *Libertatis quidem tuende studio omnia sunt viriliter supportanda; pro cuius conservatione, cum illam mostram propriam reputemos, nos offerimus astituros consiliis fauturosque subsidiis et iuxta vestros requisitus ae potentie nostre modum tam pormpte quam celeriter subvenire*”. COLUCCIO SALUTATI, Ep. XXXIV e XLII. In: NUZZO, Armando. *Coluccio Salutati, Epistole di Stato... Op. Cit.*, pp. 89-90 e 94.

⁴¹⁵ Como nos mostra Ronald Witt: “Between 1308 and 1340, officials wrote in *stilus humilis*, using simple words, limited colores, and a few proverbs and biblical citations. Highly regular *cursus* lent gravity to declarative sentences, with minimal subordination of clauses. Chancery style decidedly changed after 1340, when Bonaventura Monachi assumed the chancellorship. While *stilus humilis* still generally prevailed, ser Bonaventura, himself a vernacular poet, introduced a more elaborate style for missive sent to foreign powers. Among the missive of ser Niccolò Monachi, ser Bonaventura’s son, who succeeded him in 1348, are two further examples of *stilus rhetoricus*, but for the most part, ser Niccolò favored the *stilus obscurus* as his *stilus altus*. In tightening the syntax, rendering it more complicated, and in frequently employing an exotic vocabulary, he may have been emulating the style of the Angevin court in an effort to enhance Florence’s image in international affairs. (...) A master of *stilus rhetoricus*, Salutati proclaimed in ringing periods the justice of Florence’s cause and railed against the tyranny of the Church, eager to stifle the liberty of Florence and its own subject cities. In response to a papal interdict on the city and excommunication of government officials, including Salutati, the chancellor’s letters aimed at destabilizing papal control of the Patrimony by inciting revolt among the subjected cities. While the papacy’s spiritual arms ultimately prevailed by 1378, forcing Florence into a humiliating treaty, Salutati emerged from the conflict as the most famous chancellor in Italy.” WITT, Ronald G. *In the footsteps of the ancients’: the origins of humanism from Lovato to Bruni... Op. Cit.*, pp. 302-303.

tiranía a sua sucessora direta, a ideia de que Florença poderia – e, mais ainda, *deveria* – defender a liberdade de todas as comunas italianas.

Within a few months, Florence’s status as Rome’s daughter emerged as both an explanation of the war against the Church and a justification for Florence’s defending not only its own freedom, but that of any other Italian people struggling for Liberty. At the same time, Salutati adduced events from roman history to prove the evils of tyranny and the benefits of freedom. To vindicate the claim that Italians had a hereditary claim to freedom, he evoked at points the image of a pre-roman Italy replete with free city-states, which the greatest military power on earth could absorb only by federating with them.⁴¹⁶

A ideia de remarcar a origem da Florença, como ressalta Stefano Baldassarri é elemento constante no ambiente medieval, especialmente por meio das cartas e crônicas⁴¹⁷. De acordo com Eric Cochrane, ainda antes do século XIII, fazia parte do *ethos* familiar nas regiões da Itália a manutenção do que se chamavam *ricordanze*, escritos próximos a diários, veiculados apenas para o uso do autor e de seus descendentes. As *ricordanze* marcavam apenas datas de compras, nascimento, morte e casamento de membros da família, prestando-se também à transmissão das conquistas e do conhecimento acumulado pelos ancestrais familiares aos seus descendentes⁴¹⁸.

Nos séculos XIII e XIV, estimulados pela existência das *ricordanze* e também pela consciência que se formava no horizonte tardo-medieval e pré-humanista de que os eventos poderiam ser conglomerados com base na cronologia dos papas e Imperadores, surgem as chamadas crônicas. Esta narrativa trouxe uma das grandes contribuições e perspectivas ao humanismo italiano, uma vez que foi embasada numa rejeição despreziosa do estilo latino em face da manutenção do vernáculo italiano.

⁴¹⁶ “Em alguns meses, o status de Florença como filha de Roma emergia tanto como uma explicação da guerra contra a Igreja quanto como uma justificativa da defesa não apenas da própria liberdade florentina, mas também de qualquer outra comunidade italiana que estivesse lutando por liberdade. Ao mesmo tempo, Salutati aduziu eventos da história romana para provar os males da tirania e os benefícios da liberdade. Para justificar que a reivindicação de que os italianos teriam um direito hereditário à liberdade, ele evocou imagens de uma Itália pré-românica repleta de cidades-Estados livres, que só puderam ser absorvidas pelos grandes poderes militares federando-se a eles” (tradução nossa). WITT, Ronald G. *In the footsteps of the ancients’... Op. Cit.*, p. 303.

⁴¹⁷ BALDASSARRI, Stefano U. Like Fathers like Sons: Theories on the Origins of the City in Late Medieval Florence. *MLN*, [S.l.], v. 124, n. 1, pp. 23-44, jan de 2009. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/29734479>. Acesso em: jan. 2021.

⁴¹⁸ COCHRANE, Eric. *Historians and historiography in the Italian Renaissance*. Chicago: The University of Chicago Press, 1981, p. 10.

Deve-se destacar, ainda, que não havia qualquer preocupação com a conexão entre os eventos em termos analíticos. Os acontecimentos, nas crônicas, eram marcados pela proximidade cronológica⁴¹⁹, sem qualquer aproximação com a similaridade dos fatos, com as causas comuns a diversos eventos ou com o desenrolar destes na história. É neste sentido, pois, que Cochrane vai identificar um certo universalismo em termos de tempo, espaço e matéria tratados nas crônicas, como se todos os acontecimentos narrados, fossem eles recentes ou não, pudessem ser analisados sob os fundamentos históricos da época em que os relatos eram escritos.

Não se pode perder de vista que as crônicas eram, em sua maioria um passatempo e, por isso, não havia preocupação com a antecipação de regras, ligação e conexão de eventos para um paradigma político ou mesmo com a distinção entre o que é fato e o que é lenda.

True, they recognized that purely oral tradition was not necessarily binding, and some of them quietly omitted the fantastic stories handed down by the twelfth-century mythmakers about the amorous adventures of Catiline and the military exploits of the Italic founder of Troy, Dardanus. But they assumed that what had been written down was reliable; and whether the writer was a historian, like Sallust, or a poet, like Vergil, or a patriot, like Sanzanome, made little difference. Whenever they felt impelled, for moralistic or for political reasons, to offer an explanation of what was reported, they never had any trouble finding one in the omnipotent and incomprehensible hand of God or in the omnipresent and tireless hand of the Devil.⁴²⁰

Nesse sentido, a falta de preocupação com o espaço e tempo, bem como a destinação que era dada a tais obras, bem como as fundamentações ainda calcadas em

⁴¹⁹ Tal cronologia deve ser entendida com algumas ressalvas. A perspectiva histórico-temporal do período ainda era rudimentar, de modo que a periodização vinha das supostas Seis Eras do Mundo ou as Quatro Monarquias propostas no Livro de Daniel, do Antigo Testamento. Em algumas vezes, esta periodização advinha da astrologia, ainda que autores como Giovanni Villani tendessem a “hesitar em admitir o que a ciência contemporânea lhe assegurava ser infalíveis presságios de outra intervenção periódica de um Deus irado nos assuntos humanos”. Em outros momentos, a periodização seguia alguns cânones traçados pelas *ricordanze*, como a cronologia papal e imperial. COCHRANE, Eric. *Historians and historiography in the Italian Renaissance...* Op. Cit., p. 12.

⁴²⁰ “De fato, eles reconhecerem que a tradição oral pura não era necessariamente vinculante, e alguns deles silenciosamente omitiam as histórias fantásticas passadas pelos criadores de mitos do século doze sobre as aventuras de Catilina ou as façanhas militares de Dárdanos, o fundador italiano de Troia. Mas eles assumiram que o que estava escrito era confiável; e pouco importava se o escritor era historiador, como Salústio, ou poeta, como Virgílio, ou um patriota, como Sanzanome. Sempre que eles se sentiam impelidos, por razões morais ou políticas, a oferecer explicações ao que era reportado, eles nunca tiveram qualquer problema em encontra-la em uma mão onipotente e incompreensível de Deus ou na onipresente e incansável mão do Diabo” (tradução nossa). COCHRANE, Eric. *Historians and historiography in the Italian Renaissance...* Op. Cit., p. 13.

um ponto de vista medieval da providência divina tornavam excessivamente difícil a perspectiva de qualquer previsão histórica ou da conexão entre eventos passados e os acontecimentos presentes⁴²¹.

Embora ainda não fossem consideradas efetivamente histórias, as crônicas forneceram importantes substratos àquele gênero, que ganha importância maior a partir do século XV com as *Histórias do Povo Florentino* de Leonardo Bruni. Inicialmente, as crônicas forneceram importantes e confiáveis relatos, ao menos do período sobre o qual elas haviam sido escritas⁴²². Ademais, os temas tratados nas crônicas eram fundamentalmente expressões de um orgulho cívico florentino ou das facções da política comunal, o que também remonta à manifestação das *Histórias* de Bruni, que, em certa medida também buscam uma retomada dos grandes feitos do povo Florentino⁴²³.

Conquanto seja inegável a dissociação das crônicas quando comparadas as *Invectivas*, missivas e obras historiográficas elaboradas pelos pensadores do humanismo – tal como a História do Povo Florentino, de Leonardo Bruni⁴²⁴ –, obras como *Il Libro fiesolano*, também conhecido como *Chronica de origine civitatis*, de autor desconhecido, escrito entre o final do século XIII e início do século XIV e também a *Cronica* de Matteo e Giovanni Villani, escrita no mesmo período, são exemplos que influem na perspectiva histórica que Salutati desenvolve ao longo de sua *Invectiva* e demais cartas. Com efeito, valendo-se da abordada reconstrução histórica elaborada por ambos os autores, Salutati desenvolve uma nova narrativa para a origem de Florença.

⁴²¹ COCHRANE, Eric. *Historians and historiography in the Italian Renaissance...* Op. Cit., p. 14.

⁴²² Entretanto, como ressalta Ernst Breisach, os novos padrões de exatidão e de cronologia fizeram com que Bruni percorresse inúmeras fontes, não apenas as crônicas disponíveis, mas obras da Antiguidade Clássica, grega e latina, como forma de afastar as intervenções divinas como causas de eventos particulares. BREISACH, Ernst. *Historiography: ancient, medieval and modern*. 3 ed. Chicago: Chicago University Press, 2007, p. 155.

⁴²³ COCHRANE, Eric. *Historians and historiography in the Italian Renaissance...* Op. Cit., p. 15.

⁴²⁴ Cf. BRUNI, Leonardo. History of the Florentine People. In: HANKINS, James (Ed.). *Leonardo Bruni History of the Florentine people (Books I-IV)*. Cambridge; London: Harvard University Press, 2001, v. 1; BRUNI, Leonardo. History of the Florentine People. In: HANKINS, James (Ed.). *Leonardo Bruni History of the Florentine people (Books V-VIII)* Cambridge; London: Harvard University Press, 2041, v. 2; IANZITI, Gary. *Writing History in Renaissance Italy: Leonardo Bruni and the Uses of the Past*. Massachusetts: Harvard University Press, 2002.

Isso porque, como nos mostra Nancy Struever, os humanistas passaram a desenvolver a percepção de que a simples elaboração da história como um aglomerado de informações não era suficiente para que se tomasse consciência do todo que se formava e, conseqüentemente, para gerar no interlocutor a vontade pelo agir, propósito último da retórica. Neste sentido, a ideia de *gravitas* é extremamente relevante para a própria forma de fazer história tal como pensada por Coluccio Salutati⁴²⁵. Struever vai dizer:

But, as Borinski pointed out, one of the first discoveries of the Renaissance was of the magnitude and solidity of antique art. Humanist historiography is not only constrained by the rhetorical principle of decorum but marked by a devotion to the rhetorical values of gravitas and magnitudo. When the fragments are not related the meaning of the whole is inaccessible; the inconsistent and ahistorical criteria of the chronicles—religious, antiquarian, partisan—serve to provide the materials for history, not history. The philosophical principle of to prepon and the rhetorical principle of decorum which it underwrites saved Humanist history from the mere piling up of facts, from the kind of history Collingwood characterizes as “scissors-and-paste”⁴²⁶.

Desta forma, os elementos históricos devem gravitar em torno da história em si, formando o arsenal necessário para que seja possível o seu entendimento e, mais do que isso, para que a própria história seja capaz de ensejar no outro a mudança moral e ética que se espera nele criar⁴²⁷. Mais do que reunir fatos e passagens históricas,

⁴²⁵ Para aprofundamento da matéria, Cf: COLUCCIO SALUTATI. Livro VII, *Ep.* III. In: NOVATI, Francesco. *Epistolario di Coluccio Salutati*, v. 02... *Op. Cit.*, p. 261.

⁴²⁶ “Mas, como Borinski apontou, uma das primeiras descobertas do Renascimento foi da magnitude e solidez da arte antiga. A historiografia humanista não é apenas limitada pelo princípio retórico do decoro, mas marcada por uma devoção aos valores retóricos da *gravitas* e *magnitudo*. Quando os fragmentos não estão relacionados, o significado do todo é inacessível; os critérios inconsistentes e a-históricos das crônicas - religiosos, antiquários, partidários - servem para fornecer o material para a história, não para a história em si. O princípio filosófico de preponderar e o princípio retórico de decoro que ele subscreve salvou a história humanista do mero empilhamento de fatos, do tipo de história que Collingwood caracteriza como ‘recorta e cola’” (tradução nossa). STRUEVER, Nancy. *The Language of History in the Renaissance: Rhetoric and Historical Consciousness in Florentine Humanism*. Princeton: Princeton University Press, 1970, p. 79.

⁴²⁷ De acordo com Salutati: “*sint que scribuntur subtilia, sint ex moralibus documentis, sint etiam ex fidei preceptis instituentia vitam nostram, generant tamen aliquando fastidium mentibusque legentium tedium ingerunt; ut nulla sit tam vebemens applicatio mentis, que non quasi defatigata retundatur atque torpescat. et quam dulce quamque iocundum est videre maiorum exemplis salubria monita confirmari vel inter rerum gestarum monimenta colligi que sequi debeas taliterque sectanda narrari, quod inter legendum nausea non succrescat?*”. COLUCCIO SALUTATI. Livro VII, *Ep.* XI. In: NOVATI, Francesco. *Epistolario di Coluccio Salutati*, v. 02... *Op. Cit.*, p. 295.

o humanismo vivenciado e produzido por Salutati entende a história, por meio da retórica, como produção da realidade e do agir ético que a envolve.

Ademais, a despeito do uso das fontes medievais⁴²⁸, o chanceler se utiliza de autores como Cícero e Salústio para defender as origens republicanas de Roma. Diferentemente do que fazem os autores do *Il libro fiesolano* e da *Cronica*, Salutati apaga a influência de César na origem de Florença após a disputa com Fiesole⁴²⁹, remontando à conquista e fundação da cidade ao período republicano⁴³⁰. De acordo com Baldassarri:

In order to prove that Florence was founded with the express intent of stifling Fiesole's hatred for the Roman Republic, Salutati quotes from Sallust's *Bellum Catilinae* (28.4) and Cicero's second *Oratio in L. Catilinam* (9.20). In his opinion, these passages on the presence of the republican army in Tuscany after Catiline's conspiracy and Sulla's allotment of lands to his veterans provide ample proof of the city's Roman origin.⁴³¹

Nada obstante, Salutati remonta a um elogio da cidade de Florença e de suas origens romanas, ao estilo do humanismo nascente no período, tendo como base a arquitetura, obras de arte e organização da cidade. De acordo com o chanceler, a

⁴²⁸ “Se Roma e l'impero si erano intrecciati nell'età medievale, quando la memoria della città era più saldamente ancorata alle figure e alle imprese degli imperatori, ora torna una rivalutazione della Roma repubblicana e della sua storia: ad essa, in fondo, fa riferimento sempre più spesso Salutati anche nelle sue lettere pubbliche, chiamando l'esperienza di Roma, dei suoi «viri illustres» e delle «res gestae» a testimonio e a garanzia della storia che si andava costruendo sotto i suoi occhi, a Firenze – e pure altrove –, e che grazie a Filippo Villani e poi a Goro Dati sarebbe stata definitivamente delineata e storicizzata”. VITTI, Paolo. La «Florentina Libertas» e l'ideologia antitirannica. In: CARDINI, Roberto; VITTI, Paolo (Ed.). *Coluccio Salutati e Firenze: ideologia e formazione dello Stato...* *Op. Cit.*, p. 156.

⁴²⁹ De acordo com o autor do *Il libero fiesolano*, a conquista de Fiesole, que, sob o domínio romano daria origem à cidade de Florença, teria se dado em razão das investidas de César na região. Cf.: GARGANI, Giuseppe Torquato. *Il libro fiesolano: leggenda del buon secolo della lingua*. Firenze: Tipografia Galileiana, 1854, pp. 15-16. Da mesma forma, é interessante notar que, para Giovanni Villani, a reconstrução de Florença deve-se, especialmente, a duas forças imperiais: os descendentes dos antigos romanos que fundaram a cidade sob o Império de César e, ainda, Carlos Magno, Imperador romano que, pessoalmente, participou da reconstrução da cidade. Cf.: VILLANI, Giovanni. *Novna Cronica...* *Op. Cit.*, pp. 112-113 (IV, I). Sobre o tema, também sugerimos a leitura de BALDASSARRI, Stefano U. Like Fathers like Sons: Theories on the Origins of the City in Late Medieval Florence... *Op. Cit.*, pp. 25-27 e 33-35.

⁴³⁰ COLUCCIO SALUTATI. Contra maledicum et obiurgatorem qui multa pungenter adversus inclitam civitatem Florentiae scripsit, §§ 25-26. In: BALDASSARRI, Stefano U. (ed.). *Coluccio Salutati Political Writings...* *Op. Cit.*, p. 204-207.

⁴³¹ “Com o objeto de provar que Florença foi fundada com a intenção expressa de sufocar o ódio de Fiesole pela República Romana, Salutati cita a *Bellum Catilinae* (28.4) de Salústio e a segunda *Oratio in L. Catilinam* (9.20). Em sua opinião, essas passagens sobre a presença do exército republicano na Toscana após a conspiração de Catilina e a cessão de terras de Sulla a seus veteranos fornecem ampla prova da origem romana da cidade.”. BALDASSARRI, Stefano U. Like Fathers like Sons: Theories on the Origins of the City in Late Medieval Florence... *Op. Cit.*, p. 43.

presença de um *capitolium*, um *fórum* e até mesmo de um templo dedicado ao Deus Marte, sem contar a presença de aquedutos e arcos românicos, seriam indícios de que a cidade seria legatária direta dos influxos de Roma, o que comprovaria a sua origem⁴³².

Trata-se, aqui, da utilização da demonstração ocular – *demonstratio*, para o anônimo da retórica a Herênio⁴³³ e *evidentia repraesentatio sub oculos subiectio* para Quintiliano⁴³⁴ – da origem romana de Florença. Como mostra Salutati, em elemento que será amplamente utilizado por autores como Leonardo Bruni na *Laudatio florentinae urbis*⁴³⁵, um simples olhar para a construção da cidade torna possível a confirmação do ponto de vista defendido pelo chanceler e a narrativa por ele esposada busca, justamente, trazer a imagem de Florença-romana aos olhos de Loschi.

Não se descuida, ainda, de uma defesa da origem romana empregada pelo chanceler por meio de um estudo filológico de obras históricas que se referem a Florença. O estudo de textos de Ptolemeu⁴³⁶ e ainda de Plínio⁴³⁷ sugerem não apenas a grandeza de Florença citada, desde os primórdios, como cidade digna de nota, mas

⁴³² “*Quod autem haec urbs Romanos habuerit autores urgentissimis colligitis coniecturis, stante siquidem fama, quae fit obscurior annis, urbem Florentiam opus fuisse romanum: sunt in hac civitate Capitolium, et iuxta Capitolium Forum; est et regio Parionis, est et locus quem ‘Capaciam’ vocant, est et templum olim Martis in signe, quem gentilitas Romani generis volebat auctorem (et templos non Graeco, non Tusco more factum, sed plane Romano). Unum adiungam, licet nunc non extet, aliud originis nostrae signum, quod usque ad tertiam partem quartidecimi saeculi post incarnationem mediatoris Dei et hominum Ihesu Christi apud pontem qui ‘Vetus’ dictur erat: aequestrís statua Martis, quam in memoriam Romani generis iste populus reservabat, quam una cum pontibus tribos rapuit vis aquarum, annis iam complendis pridie nonas Novembrias septuaginta. Quam quidem vivunt ad huc plurimi qui viderunt’.* COLUCCIO SALUTATI. *Contra maledicum et obiurgatorem qui multa pungenter adversus inclitam civitatem Florentiae scripsit*, §§ 24-25. In: BALDASSARRI, Stefano U. (ed.). *Coluccio Salutati Political Writings...* Op. Cit., pp. 204-205.

⁴³³ “*Demonstratio est cum ita verbis res exprimitur ut geri negotium et res ante oculos esse videatur*”. [CÍCERO]. *Rhetorica Ad Herennium...* Op. Cit., p. 404 (IV, LV).

⁴³⁴ “*Ilia vero, ut ait Cicero, sub oculos subiectio turn fieri solet, cum res non gesta indicatur, sed ut sit gesta ostenditur, nee universa, sed per partes; quern locum proximo libro subiecimus evidentiae, et Celsus hoc nomen isti figurae dedit*”. QUINTILIANO, *Institutio Oratoria...* Op. Cit., p. 396 (IX, 2, 38-40).

⁴³⁵ BRUNI, Leonardo. *Laudatio Florentinae Urbis*. In: MAGALHÃES PINTO, Fabrina. *O Elogio da cidade de Florença (Laudatio Florentinae Urbis)*, de Leonardo Bruni. *Morus (UNICAMP)*, Campinas, v. 11, n. 2, pp. 243-335, 2016; IANZITI, Gary. *Writing History in Renaissance Italy: Leonardo Bruni and the Uses of the Past...* Op. Cit.

⁴³⁶ Cláudio Ptolemeu, ou apenas Ptolemeu ou Ptolomeu, foi um cientista grego que viveu durante o século II d.C. em Alexandria. Ele é reconhecido pelos seus trabalhos em matemática, astronomia, geografia e cartografia. Realizou também trabalhos importantes em óptica e teoria musical. O texto utilizado por Salutati, *Geografia* (Γεωγραφικὴ Ὑφήγησις), trabalha algumas características das cidades no período, inclusive Florença, o que faz com que tenha sido considerado uma importante fonte filológica para Salutati.

⁴³⁷ Caio Plínio Segundo (Como, 23 d.C. - Estábria, 79 d.C.), conhecido também como Plínio, o Velho, foi um naturalista romano que viveu no século I d.C. Foi autor de *História Natural*, o texto utilizado por Salutati para trabalhar a nomenclatura de Florença e, também, um dos principais compêndios das ciências antigas desenvolvidas até o seu período.

também, a posição geográfica de Florença atravessada pelo rio Arno, o que poderia ter levado Plínio a chamá-la de *Fluentia*⁴³⁸. Tal nome e o signo que originalmente se percebia como a raiz do termo Florença – *Florentia* – não se distanciam daqueles utilizados pelos romanos para nomear as suas cidades, especialmente se considerado que a própria cidade de Roma teria, por exemplo uma parte nomeada pelos romanos como *Campus Flore* ou *Campus Floris*⁴³⁹.

De acordo com Nancy Struever, ressalta-se, a autoavaliação dos autores humanistas do século XIV em sua relação com a história deve-se sobremaneira à utilização da retórica como paradigma de dissociação do passado. Neste sentido, a utilização do estudo filológico como reconhecimento da origem e das acepções do termo Florença é marca de como a retórica impõe ao pensamento humanista um modo distinto de se estudar e conceber a história.

The humanist availed himself of rhetorical analysis to determine his priorities in historical narration; at the same time purely formal motives of rhetoric appear as historical moments in his pursuit of the meaning of classical antiquity. Rhetoric mediates on two levels: to make judgments on the past as well as to transmit these values to posterity⁴⁴⁰.

Tem-se, com efeito, que uma defesa salutiana da origem de Florença perpassa não apenas pela sua edificação no período republicano de Roma, mas sobretudo pela exaltação de características e peculiaridades caras aos humanistas do período e, bem assim, em uma aproximação filológica importante para o humanismo nascente, cujos influxos literários são marca distintiva. Trata-se de uma verdadeira

⁴³⁸ Salutati destaca a possibilidade de uma corrupção do texto original que pode ter levado a versão que possuía a considerar *Fluentia* onde deveria ser escrito *Florentia*. Ademais, aduz a possibilidade de a proximidade com o rio Arno influenciar a nomenclatura original *Fluentia* e, só depois, com o desabrochar milagroso de um olmo seco. COLUCCIO SALUTATI. *Contra maledicum et obiurgatorem qui multa pungenter adversus inclitam civitatem Florentiae scripsit*, §§ 29-30. In: BALDASSARRI, Stefano U. (ed.). *Coluccio Salutati Political Writings... Op. Cit.*, pp. 209-211.

⁴³⁹ COLUCCIO SALUTATI. *Contra maledicum et obiurgatorem qui multa pungenter adversus inclitam civitatem Florentiae scripsit*, §§ 31. In: BALDASSARRI, Stefano U. (ed.). *Coluccio Salutati Political Writings... Op. Cit.*, p. 210.

⁴⁴⁰ “O humanista valeu-se da análise retórica para determinar suas prioridades na narração histórica; ao mesmo tempo, propósitos puramente formais de retórica aparecem como momentos históricos em sua busca do significado da Antiguidade Clássica. A retórica medeia em dois níveis: para fazer julgamentos sobre o passado, bem como para transmitir esses valores para a posteridade” (tradução nossa). STRUEVER, Nancy. *The Language of History in the Renaissance... Op. Cit.*, p. 67.

defesa histórica do legado republicano de Florença que remonta indissociavelmente, da sua origem Romana.

A retórica, neste sentido, para além de possibilitar a criação artística do panfleto, torna, paradoxalmente, mais próximo e mais distante o passado romano de Florença. Mais próximo, na medida em que a demonstração ocular permite ao interlocutor vislumbrar a história romana. Por sua vez, mais distante, em razão da consciência do lapso temporal que separa a Florença do século XIV da Roma da Antiguidade – o que se torna possível pela análise crítica permitida pelos instrumentos filológicos à disposição do arsenal retórico dos humanistas. Roma é próxima no que lhe é possível historicamente aproximar e a consciência de tal distanciamento – bem como das pertinentes proximidades – são marcas distintivas do fazer retórico humanista.

Destarte, a nomenclatura, os elementos artísticos e arquetípicos das edificações, a história da luta com Fiesole, tudo torna possível ao interlocutor do panfleto salutiano – de acordo com o próprio autor do texto – tocar com as próprias mãos o passado romano⁴⁴¹ e, porque não, republicano de Florença e, bem assim, a sede de liberdade do povo florentino.

É a liberdade que, para Salutati, se torna pré-requisito para a cidadania romana e florentina: quem deixa de ser livre não pode razoavelmente ser chamado de cidadão romano e nem florentino⁴⁴². E todos aqueles que têm a glória de poder chamar-se florentino, todos aqueles que estão sob o domínio florentino, não importa qual meio (nascimento, lei ou fortuna), são livres porque são florentinos, e deixarão de ser livres, e se tornarão escravos sob o domínio dos Visconti⁴⁴².

A *libertas florentinae* é tamanha que até mesmo uma aliança monárquica com o Rei Carlos VI da França, torna-se exemplo de justificação de sua liberdade. Respondendo à acusação de Loschi, segundo quem Florença estaria extremamente enganada em confiar no rei francês, um dos principais inimigos da Itália, segundo a

⁴⁴¹ *Videtis, ut cunctis loquar, immo digito tangitis nostrae civitatis exortum Romano genere, civibus optimis atque fortissimis ex coloniis Faesulanis!* COLUCCIO SALUTATI. *Contra maledicum et obiurgatorem qui multa pungenter adversus inclitam civitatem Florentiae scripsit*, §§ 32. In: BALDASSARRI, Stefano U. (ed.). *Coluccio Salutati Political Writings... Op. Cit.*, p. 212.

⁴⁴² AMBROSIO, Renato. *Política e retórica no Humanismo Florentino entre os séculos XIV e XV... Op. Cit.*, p. 122.

*Invectiva in Florentinos*⁴⁴³, Salutati vai dizer que a esperança [*sperare*] depositada em Carlos VI é um ato de vontade [*voluntatis actus*] e, como tal, decorrente da capacidade dos florentinos de se orientar entre dois distintos lados de um tema posto em contradição⁴⁴⁴. Depositar, ou não, esperança em determinada pessoa é produto da vontade e a possibilidade de escolher ou não fazê-lo só reafirma, com mais força, a liberdade dos florentinos, em pleno uso do seu poder da vontade⁴⁴⁵. Salutati vai concluir dizendo, “*quae sine libertatem foret necessitas, non voluntas*”⁴⁴⁶.

Da mesma forma, o chanceler também destaca que o rei da França, para além de um justo título, é também um dos mais serenos homens que já governou a Gália [*posuimus, faetor, magnam spem in serenissimo Fracorum rege*]⁴⁴⁷, o que demonstra não apenas uma aproximação com os conceitos trabalhados no *De tyranno*, mas também a ideia de que não se trataria de uma aliança de poder entre Florença e uma tirania⁴⁴⁸.

Em verdade, Florença estava em pleno exercício de sua liberdade na aliança com a França e, mais do que tudo, estavam em pleno gozo do seu poder de autodeterminação comunal na escolha de como conduzir a sua política. Salutati, inclusive questiona, em aguçado uso da retórica, a inteligência e esperteza de seu adversário, capaz até mesmo de adivinhar ou deduzir as razões pelas quais os florentinos e seus cônsules adotaram determinada postura⁴⁴⁹. Em suma, a aliança com

⁴⁴³ LOSCHI, Antonio. *Invectiva in florentinos*. In: BALDASSARRI, Stefano U. (ed.). *Coluccio Salutati Political Writings*. Cambridge: Harvard University Press, 2014, pp. 144-168.

⁴⁴⁴ “*Squidem cum sperare sit voluntatis actus, quae semper ad utramque partem contradictionis se habeat libere (...)*”. COLUCCIO SALUTATI. *Contra maledicum et obiurgatorem qui multa pungenter adversus inclitam civitatem Florentiae scripsit*, §§ 118. In: BALDASSARRI, Stefano U. (ed.). *Coluccio Salutati Political Writings... Op. Cit.*, p. 312.

⁴⁴⁵ COLUCCIO SALUTATI. *Contra maledicum et obiurgatorem qui multa pungenter adversus inclitam civitatem Florentiae scripsit*, §§ 118. In: BALDASSARRI, Stefano U. (ed.). *Coluccio Salutati Political Writings... Op. Cit.*, p. 312.

⁴⁴⁶ “sem liberdade, haveria apenas necessidade, não vontade” (tradução nossa). COLUCCIO SALUTATI. *Contra maledicum et obiurgatorem qui multa pungenter adversus inclitam civitatem Florentiae scripsit*, §§ 118. In: BALDASSARRI, Stefano U. (ed.). *Coluccio Salutati Political Writings... Op. Cit.*, p. 312.

⁴⁴⁷ COLUCCIO SALUTATI. *Contra maledicum et obiurgatorem qui multa pungenter adversus inclitam civitatem Florentiae scripsit*, §§ 122. In: BALDASSARRI, Stefano U. (ed.). *Coluccio Salutati Political Writings... Op. Cit.*, p. 319.

⁴⁴⁸ COLUCCIO SALUTATI. *Contra maledicum et obiurgatorem qui multa pungenter adversus inclitam civitatem Florentiae scripsit*, §§ 121. In: BALDASSARRI, Stefano U. (ed.). *Coluccio Salutati Political Writings... Op. Cit.*, p. 312.

⁴⁴⁹ “*Tunc putas acumine mentis experientia rerum vel ingenii bonitate ad consiliorum nostrorum raationem attingere, vel quid dicere facereque decernat Florentinorum prudentia divinare?*”. COLUCCIO SALUTATI. *Contra maledicum et obiurgatorem qui multa pungenter adversus inclitam civitatem Florentiae scripsit*, §§ 125. In: BALDASSARRI, Stefano U. (ed.). *Coluccio Salutati Political Writings... Op. Cit.*, p. 322.

a França foi feita não como alguém que se socorre a um poder mais forte por estar em apuros, mas, antes, como alguém que tem o direito de exigir o seu direito em função de acordos realizados com outros poderes [*non requirebamus, igitur, opem ut perituri, sed ut quibus ex foedere debeat*]⁴⁵⁰. Em última instância, a aliança com um governo monárquico, tal como o francês, na *Invectiva*, deve ser entendida como expressão da vontade da comuna, ancorada em seu poder de autodeterminação.

O que se pode inferir, pois, não apenas da disputa com Giangaleazzo Visconti, mas especialmente do *Contra maledicum...*, é uma postura que, como já mencionado, contrapõe república e tirania, tendo a liberdade como pano de fundo para a defesa de um regime que não apenas faz frente aos poderes tirânicos, como também que luta para que o respeito à lei e a participação de todos na comunidade seja efetivado. O texto, diferentemente do que se observou no *De tyranno*, avoca não apenas temas e conceitos caros ao humanismo, como também fontes que integram o horizonte do paradigma humanista de revalorização dos clássicos. A construção histórica de uma Florença herdeira da Roma republicana e, bem assim, responsável por preservar seus espaços públicos ao mais fiel estilo românico são espaços argumentativos que não foram ocupados, de maneira tão sistemática e contundente por autores do Medievo, não tendo sido, tampouco, objeto de preocupação do autor no *De tyranno*.

A liberdade, por sua vez, ganha destaque como peça-chave de um quebra-cabeças que se monta ao longo do panfleto do chanceler. Isso porque, a comunhão não apenas da defesa do republicanismo, como também das alianças forjadas com poderes que representam a institucionalidade da monarquia e do Império – como a França, por exemplo –, impôs a Salutati o dever de testar os limites do conceito. E o que nos parece mais marcante é que, a despeito da vinculação atávica à ideia de república, o conceito de liberdade se mostra, na maior parte do texto, autocentrado.

Ora, não há, ao menos explicitamente, uma busca pela defesa de um governo republicano para todas as comunas, ou um rechaço inequívoco a todos os que não se filiam a esta forma de governo. Ao contrário, Salutati não apenas esboça uma defesa do Reino Franco – aliado na disputa contra Giangaleazzo Visconti – como também

⁴⁵⁰ COLUCCIO SALUTATI. *Contra maledicum et obiurgatorem qui multa pungenter adversus inclitam civitatem Florentiae scripsit*, §§ 127. In: BALDASSARRI, Stefano U. (ed.). *Coluccio Salutati Political Writings... Op. Cit.*, p. 324.

reconhece as autoridades do Império e da Igreja durante o panfleto⁴⁵¹, relegando a defesa de uma liberdade republicana para os assuntos internos de Florença. Isso não significa dizer que Salutati tenha emprego um teor “menos republicano” à *Invectiva*, porque se trata, de fato, do que Bignotto chama de “típica peça da retórica cívica, que caracterizou os humanistas, sobretudo no momento de afirmação da identidade republicana de Florença”⁴⁵². Contudo, também se mostra necessário que se avalie, com maior cautela, os limites de uma defesa salutatiana do republicanismo, com curial atenção às alianças políticas construídas ao longo da disputa com Giangaleazzo Visconti e dos objetivos do panfleto político endereçado a Antonio Loschi.

Trata-se, ademais, de uma liberdade autocentrada, porque eminentemente *florentina*, escorada significativamente na histórica republicana de Florença e na própria ideia de que os cidadãos florentinos são aqueles que, a todo tempo, buscam defender a liberdade. O sentimento de pertencimento caminha *pari passu* ao de cidadania e, se a disputa contra a tirania é uma disputa contra um poder italiano, logo, não se mostra mais adequada a aplicação de uma ideia de liberdade italiana – conceito este que incorreria no risco de fragmentar-se tanto quanto a Itália do período.

É, pois, sob este paradigma que a ideia de tirania se forja. Em contraponto à república, ser um tirano esbarra não apenas no desrespeito à lei ou na ausência da virtude, mas, antes de tudo, no governar de modo a tolher a liberdade dos cidadãos da comuna, de acordo com os próprios interesses do monarca. E se a liberdade se encontra atavicamente atrelada ao governo republicano, tal como foi feito nas cartas de 1375 e 1376, lado outro, não há como conceber uma tirania que não se contraponha à república.

O gênio inventivo de Salutati produz, pois, uma das mais efusivas defesas do republicanismo na comuna italiana e amplia, da mesma forma, os limites do próprio conceito de tirania por ele trabalhados no *De tyranno* anos antes. A partir de elementos de defesa humanistas, o autor desenha os limites de uma liberdade que não se compatibiliza com qualquer poder tirânico e que demanda a república como forma central de sua consecução. A inventividade da obra, ao fornecer uma história

⁴⁵¹ COLUCCIO SALUTATI. *Contra maledicum et obiurgatorem qui multa pungenter adversus inclitam civitatem Florentiae scripsit*, §§ 128. In: BALDASSARRI, Stefano U. (ed.). *Coluccio Salutati Political Writings... Op. Cit.*, p. 327.

⁴⁵² BIGNOTTO, Newton. *Origens do republicanismo moderno... Op. Cit.*, p. 237.

florentina cujo passado remonta à Roma republicana, é patente, o que leva Daniela de Rosa a comentar que

Ora per la prima volta, grazie ad un umanista, nelle missive pubbliche del Comune si torna alla storia della Roma classica e repubblicana come ad una vicenda paradigmatica da cui trarre un insegnamento ed un monito per l'azione politica, e la situazione presente si proietta nel passato leggendario.⁴⁵³

É, pois, na encruzilhada da liberdade, que Salutati explora as nuances da inventividade típicas dos ensinamentos retóricos de Cícero e Salústio, dando não apenas um novo passado a Florença, como também um novo futuro ao humanismo e às suas feições políticas. Neste sentido, a retórica essencial não apenas como modo de trabalhar a história, imprescindível para a formação do pensamento republicano de Salutati, mas também como meio de encontrar caminhos argumentativos para questões que lhe foram diretamente impostas por Loschi. A tópica do republicanismo não se limita ao político, mas esbarra também nos instrumentais artísticos, arquitetônicos e no manejo das fontes que o pensador acaba por eleger como centrais à defesa do seu ponto de vista sobre a liberdade da comuna florentina em contraponto à tirania. E a intersecção de todos esses elementos só é possível com o aparato hermenêutico que os estudos da retórica fornecem ao chanceler da República de Florença.

Contudo, por mais inventiva, adequada e inspirada que tenha sido a defesa da república, a pergunta acerca da sinceridade da obra de Salutati acaba por rondar aqueles que estudam o pensamento político do autor. Como comungar a defesa de uma monarquia como a melhor forma de governo trabalhada no *De tyranno* com a expressa predileção pela república nos escritos políticos do chanceler, nomeadamente no *Contra maledicum...*, e nas Cartas produzidas em meio à Guerra dos Oito Santos?

Acredita-se, como se verá no próximo e último capítulo, que encontrar a coerência de Salutati demanda não apenas um olhar apurado para a retórica – e para

⁴⁵³ “Agora, pela primeira vez, graças a um humanista, nas cartas públicas da Comuna se volta à história de Roma clássica e republicana como a um acontecimento paradigmático, do qual se deve extrair um ensinamento e uma advertência para a ação política, e a situação presente se projeta no passado lendário”. Tradução de: AMBROSIO, Renato. *Política e retórica no Humanismo Florentino entre os séculos XIV e XV...* Op. Cit., p. 116. DE ROSA, Daniela. *Coluccio Salutati: il cancelliere e il pensatore politico...* Op. Cit., p. 131.

o que ela representava no período – mas, também, para os fundamentos históricos e políticos que circundam a produção intelectual de *Salutati*, sem contar, ademais, com a própria ideia de liberdade desenvolvida pelo autor nos trabalhos ora confrontados. Política, Direito e retórica encontram-se na delimitação dos conceitos *salutatianos* e na busca por sua sinceridade.

5. TIRANIA ENTRE REPÚBLICA E PRINCIPADO: RETÓRICA E CONSISTÊNCIA DO PENSAMENTO DE COLUCCIO SALUTATI

Como identificar a coerência política no pensamento de Coluccio Salutati? Os expedientes até aqui lançados são, todos, alicerces fundamentais à consecução da finalidade do presente trabalho. Desde a explicitação da retórica no horizonte dos pensadores do século XIV, até as delimitações das relações políticas e pessoais de Salutati com o Império e a Igreja, perpassando também pela posição do autor no aparato institucional da comuna, todos os influxos mostram-se pertinentes para a construção de uma defesa da coerência de Salutati.

Mas antes mesmo de sublinhar o modo como política, retórica e filosofia se entrecruzam nas conclusões que pretendemos dar ao trabalho, mostra-se salutar identificar algumas respostas já fornecidas ao tema, na tentativa de situar a defesa que aqui esboçamos, bem como para que seja possível a formação de um negativo – ainda que parcial – a partir do qual as críticas passarão a se desenvolver.

De acordo com Hans Baron, um dos primeiros estudiosos a tratar do tema da inconsistência observada entre a defesa explícita da monarquia como principal forma de governo no *De tyranno* e as demais cartas políticas de Salutati, de tom eminentemente republicano, “What makes *De Tyranno* a problematical book (...) is the astounding lack of a normal and natural osmosis between its intellectual intention and the political exigencies of the moment in which it was composed”⁴⁵⁴. A resposta que Baron dá à questão esbarra, especialmente, na aliança instituída com o pretense Imperador e, bem assim, na ausência de uma completa absorção dos preceitos humanistas pela sociedade civil florentina até o final da guerra contra Milão⁴⁵⁵.

⁴⁵⁴ “O que faz o *De Tyranno* um livro problemático (...) é a espantosa falta de uma osmose natural e normal entre a sua intenção intelectual e as exigências políticas do momento em que foi composta” (tradução nossa). BARON, Hans. *Crisis of the Early Italian Renaissance: Civic Humanism and Republican Liberty in an Age of Classicism and Tyranny... Op. Cit.*, p. 137.

⁴⁵⁵ Essa perspectiva é também explorada pelo autor em artigo escrito em 1958 (três anos após o lançamento da primeira versão do *Crisis*), como resposta às críticas e ele endereçadas por Wallace Fergusson: “It should now be clear in what sense a transition from “medievalism” to “mature Renaissance” may be said to have occurred at that moment. As long as the genesis of the early Renaissance was considered to lie almost exclusively in the growth of individualism, realism, and familiarity with ancient literature, scholars—with the exception of the historians of art—did not become aware of the magnitude of the changes about 1400; for the growth of individualism, or of a realistic grasp of life, or even of the knowledge of the ancient authors, cannot be anything but a slow and

Ademais, o autor ainda esclarece que, não obstante à tenacidade do escrito de Salutati em defesa da monarquia, as fontes históricas que devem servir como aparatos políticos para a mudança de mentalidade da Itália no século XIV são os escritos panfletários⁴⁵⁶.

Baron, ao que tudo indica, como resposta à possível incongruência política de Salutati – figura que ganha papel central na tese do republicanismo cívico do autor – acaba por relegar o *De tyranno* a um segundo plano de importância e de sinceridade, porque, a um só tempo, o escrito não possuía tanto valor para a mudança de mentalidade do período quanto as missivas de Salutati, e, ainda, teria sido redigido em um momento de necessidade de aproximação política para com os poderes imperiais.

Ronald Witt, por sua vez, aposta em uma visão distinta, em certo sentido, daquela trabalhada por Baron. Para o autor, a suposta incongruência entre tais cartas e o pensamento conservador e pró-monárquico de Salutati pode ser solucionada com a leitura de cartas privadas redigidas ao final de sua vida. Isso porque, de acordo com Witt, o final da vida de Salutati fora marcado por uma mudança de cosmovisão, em uma espécie de reorientação do autor para uma visão religiosa da cultura humana e da história, em função da morte de sua esposa Piera, em 1396. Na percepção de Witt, como já observado no capítulo anterior, a mudança ocasionada pelas leituras de Dante e por uma reaproximação de Salutati com o Cristianismo influi no seu estilo, nas fontes que se utiliza e, ainda, na defesa de formas de governo que não se dissociava, em grande medida, dos padrões jurídicos e políticos trabalhados por autores da Idade Média⁴⁵⁷.

Este retorno ao Cristianismo iria ao encontro da própria ideia de liberdade edificada pelo autor ao longo de toda a sua vida. De acordo com Witt, para Salutati a liberdade não deveria ser entendida senão como a existência autônoma das cidades e a obediência à lei, sem qualquer tendência a uma orientação política próxima à monarquia ou ao republicanismo. Para o autor, conquanto não se possa olvidar o orgulho de Salutati quanto as instituições republicanas de Florença e a consistência

steady process". BARON, Hans. Moot Problems of Renaissance Interpretation: An Answer to Wallace K. Ferguson. *Journal of the History of Ideas*, [S.1], v. 19, n. 1, pp. 26-34, jan. de 1958, p. 28.

⁴⁵⁶ BARON, Hans. *Crisis of the Early Italian Renaissance: Civic Humanism and Republican Liberty in an Age of Classicism and Tyranny...* *Op. Cit.*, pp. 138-139.

⁴⁵⁷ WITT, Ronald G. *Coluccio Salutati and his public letters...* *Op. Cit.*, pp. 81-85.

do sentimento republicano do autor na escrita de suas cartas públicas, por outro lado, o conceito de liberdade por ele desenvolvido também albergaria uma defesa do princípio monárquico, haja vista que não haveria, no horizonte salutatiano, uma necessidade de aderência inequívoca ao republicanismo. E é justamente em razão dessa maleabilidade que se pode encontrar a consistência no pensamento político do autor.

Trata-se do que Witt vai chamar de plasticidade da mente do autor, por meio da qual “unconsciously he was able to move with great ease by means of this ambiguous general term [liberty] from republicanism to a monarchical defense”⁴⁵⁸. Essa plasticidade da mente, na construção de um perfil de Salutati pouco preocupado com a abrangência e a precisão do conceito de liberdade⁴⁵⁹, ganha também especial colorido quando o próprio Witt – aliando-se, em certo sentido, à perspectiva de Baron, ainda que para chegar a conclusões distintas – esclarece que Salutati encontrase em um período de transição, o que o faz, de fato, caminhar por entre as figuras e perspectivas medievais e humanistas. Contudo, diferentemente de Baron, Witt entende que as visões extremamente republicanas de Salutati correspondem a situações esporádicas na vida do autor e que, conquanto consciente da realidade política comunal de Florença, Salutati esteve, ao final de sua vida, apegado a uma visão de ordem hierárquica e estruturalmente edificada nas remansosas lições do cristianismo medieval. Em conclusão, estabelece que:

Salutati’s life spans this age of transition. In him existed both commitments to the old order and allegiances to the new. He had grown up imbed with a deep respect for the Empire and for its traditions; a Florentine subject, he also felt himself a subject of the Emperor. When already middle-aged, he found himself a member of a people growing conscious of its political power and therefore of its identity⁴⁶⁰.

⁴⁵⁸ “Inconscientemente, ele foi capaz de se mover com grande facilidade, por meio deste termo geral ambíguo [liberdade], entre o republicanismo e uma defesa da monarquia” (tradução nossa). WITT, Ronald G. *The De Tyranno and Coluccio Salutati’s view of politics and Roman history...* *Op. Cit.*, p. 471.

⁴⁵⁹ “He himself never seemed bothered by the confusion”. WITT, Ronald G. *The De Tyranno and Coluccio Salutati’s view of politics and Roman history...* *Op. Cit.*, p. 471.

⁴⁶⁰ “A vida de Salutati abrange essa era de transição. Nele existiam compromissos com a velha ordem e alianças com a nova. Cresceu imbuído de um profundo respeito pelo Império e por suas tradições; súdito florentino, também se sentia súdito do imperador. Já na meia-idade, viu-se membro de um povo que se tornava cada vez mais consciente de seu poder político e, portanto, de sua identidade” (tradução nossa). WITT, Ronald G. *The De Tyranno and Coluccio Salutati’s view of politics and Roman history...* *Op. Cit.*, p. 471.

É interessante notar, ainda, que Witt deixa claro que a interpretação do *Contra maledicum...*, deve ser enterpretado como uma defesa de um jurista e não de um republicano, o que faria com que a ênfase ao teor republicano estivesse deslocada da própria perspectiva desenvolvida por Salutati ao longo do panfleto, mormente porque, segundo Witt, o teor medieval da obra seria marcante⁴⁶¹.

Neste sentido, se é verdade que Salutati estaria imerso em um contexto em que tanto uma defesa monárquica como uma defesa republicana das formas de governo fariam sentido – levando em conta, inclusive, a sua ideia de liberdade –, é também verdade, para Witt, que a plasticidade do pensamento do chanceler, comungada com a reorientação de seu olhar ao final da vida, representam um Salutati ainda vinculado aos arquétipos medievais. Embora, como já ressaltado, Witt não deixe de lado a valorização das instituições republicanas de Florença, seu compromisso seria, antes de tudo, com a liberdade – uma liberdade que se aproxima mais da ideia de autodeterminação da comuna e da vida de acordo com a lei, sem inclinações estanques à monarquia ou a república. A explicação de uma defesa monárquica esboçada no *De tyranno*, com efeito, seria possível a partir de uma análise da reorientação cristã desenvolvida ao final da vida de Salutati, que orientou o já dúbio conceito de liberdade, para uma liberdade que se compatibilizava com os institutos hierárquicos da cristandade.

A plasticidade da mentalidade salutatiana alça seus mais altos voos com a mudança de foco do autor ao final de sua vida, o que possibilita os mais diversos usos do termo da liberdade e, ainda, a defesa sincera tanto da monarquia quanto da república, embora esta última, na percepção de Witt, não seja defendida de modo exclusivo ou radical.

Daniela De Rosa, por sua vez, começa por traçar a noção de que a tirania nem sempre esteve contraposta à ideia de uma república. Isso porque, segundo a autora, o tirano no pensamento político Grego estava vinculado a uma má forma de governo e

⁴⁶¹ “Within the context of the *Invectiva* as a whole a republican emphasis would have been quite out of place. The political and historical associations that predominate in the work are medieval; Salutati attacks the tyranny of Giangaleazzo not as a republican but rather as a jurist. (...) The *Invectiva* is unquestionably ‘a solemn hymn to triumph’: Florence had vanquished its bitter enemy and the Republic was saved. Yet, as in Salutati’s official propaganda, the ideological framework in which this triumph was conceived seems strikingly medieval.” WITT, Ronald. *Hercules at the crossroads... Op. Cit.*, pp. 390-391.

não, necessariamente, ao regime de governo adotado. Por outro lado, na Idade Média, o tirano não se incompatibilizava com um regimento comunal popular, mas à ideia de um regimento monárquico. Foi só com Salutati que os florentinos passaram a identificar o governo comunal como republicano e opor as instituições republicanas com aquelas monárquicas. De acordo com Salutati, mesmo diante de um bom governo monárquico, ainda era melhor ser governado por uma república em que a população tivesse participação efetiva. Ainda sob o ponto de vista de uma abordagem republicana, Salutati emprega a história de Roma como paradigma para uma construção do passado florentino que vê na República o seu berço. O regime republicano de Florença no pensamento salutatiano, reconhece De Rosa, estava ancorado na hereditariedade⁴⁶².

Contudo, o mesmo homem que criticava um poder imperial é aquele que, no *De tyranno*, defende o posicionamento adotado por Dante na Divina Comédia e destaca a monarquia como a melhor forma de governo. De acordo com De Rosa, Cesar, para o Salutati do *De tyranno*, não poderia ser considerado um tirano, justamente porque não teria exercido o poder *ex parte exercitii* e tampouco porque não se enquadrava no conceito *ex defectu tituli*. De Rosa reconhece posicionamentos como os de Witt, segundo o qual os sentimentos monárquicos estiverem sempre presentes na mente de Salutati, “anche nel período dei suoi più accesi proclami repubblicani”⁴⁶³. Sobretudo em razão de suas fontes históricas, Salutati, segundo Witt, estaria munido de uma plasticidade no pensamento que lhe era própria, permitindo a defesa de ambos os regimes.

Entretanto, De Rosa deixa claro que a posição de Salutati lhe parece “più coerente di quanto non sai sembrata allo studioso americano”⁴⁶⁴. Neste sentido, De Rosa advoga que a consistência do pensamento político de Salutati encontra-se, justamente, no fato de ser o chanceler um representante do relativismo político. “In altre parole il Salutati credeva che una forma di governo, come tale, non fosse applicabile sempre e dovunque e riteneva legittimo, ma soltanto in determinate

⁴⁶² DE ROSA, Daniela. *Coluccio Salutati: il cancelliere e il pensatore politico...* Op. Cit., pp. 177-183.

⁴⁶³ “mesmo nos momentos de suas proclamações republicanas mais ardentes” (tradução nossa). DE ROSA, Daniela. *Coluccio Salutati: il cancelliere e il pensatore politico...* Op. Cit., p. 131.

⁴⁶⁴ “mais consistente do que pareceu ao estudioso americano” (tradução nossa). DE ROSA, Daniela. *Coluccio Salutati: il cancelliere e il pensatore politico...* Op. Cit., p. 187.

circostanze storiche”⁴⁶⁵. De Rosa, neste sentido, aproxima até mesmo Maquiavel de Salutati, diferenciando-os apenas no fundamento de seus pessimismos com relação à natureza humana – enquanto para Salutati o fundamento seria religioso, para Maquiavel, seria eminentemente laico⁴⁶⁶.

Seja como for, para Daniela de Rosa, a defesa da monarquia por Salutati esbarra no fato de que o chanceler possuía plena consciência da realidade em que vivia. Se é certo que, para ele, o homem, derivado do pecado capital, não poderia alcançar a perfeição, é também verdade que o sistema político local dependia do condicionamento moral de seus cidadãos. Isso significa dizer, em um sentido, que, de acordo com De Rosa, se num mundo ideal todos possuem condições de participar da política, exercer a liberdade na comuna em direção ao bem comum e defender as instituições justamente, considerando a igualdade, por outro lado, tem-se que a realidade do mundo não é, inexoravelmente, reflexo da perfeição humana, mas de sua decadência. Nesse sentido, embebido em ganância e em egoísmo, o ser humano nem sempre terá condições de lutar por uma cidade republicana. A liberdade política é uma luta constante e nem todos estão dispostos – ou são dignos o suficiente – a participar dela. É, pois, neste sentido, para De Rosa, que Salutati defende a monarquia. Mas não se trata, é importante notar, de uma monarquia absoluta – elemento este que, desde o princípio, Salutati vê com maus olhos. Trata-se de uma monarquia jurídica, legal, por meio da qual o Monarca também estaria submetido às leis – tanto à Lei Natural quanto às Leis da Comuna.

Em uma palavra, a visão de Daniela de Rosa busca amenizar a defesa da monarquia no *De tyranno* relegando-a um argumento, a um só tempo, relativista e realista. Isso significa dizer que, para a autora, a visão de Salutati quanto à situação ético-política e teológica do homem como pecador e não necessariamente virtuoso

⁴⁶⁵ “Em outras palavras, Salutati acreditava que uma forma de governo, como tal, não era sempre e em todos os lugares aplicável e considerada legítima, mas apenas em certas circunstâncias históricas” (tradução nossa). DE ROSA, Daniela. *Coluccio Salutati: il cancelliere e il pensatore politico...* Op. Cit., p. 187.

⁴⁶⁶ “Tuttavia una differenza essenziale distingue il pensiero del Machiavelli da quello del Salutati: alla base del relativismo politico di entrambi vi è il loro pessimismo circa la natura umana, ma, mentre nel primo esso ha un fondamento laico e naturalistico, nel secondo la sua origine è profondamente religiosa. Se per “mondo moderno” si intende “l’epoca della secolarizzazione”, soprattutto nell’ultima parte della sua vita Coluccio può essere definito “uomo del medioevo”, ma sarebbe più giusto chiamarlo umanista cristiano”. DE ROSA, Daniela. *Coluccio Salutati: il cancelliere e il pensatore politico...* Op. Cit., p. 188.

impõe a ele a necessidade de se submeter ao governo de um só, sendo esta a melhor forma de governo diante deste cenário – e por isso, realista. Contudo, o relativismo político encontra seu reduto também na perspectiva de De Rosa, na medida em que a interpretação que a autora faz de *Salutati* perpassa pela condição de que o homem é produto da decadência, o que, se assim não fosse, permitiria a defesa de uma república, irrestritamente.

A resposta relativista de De Rosa é a que consegue captar, de modo mais teoricamente consistente, a mudança de perspectiva de *Salutati*, se se busca entendê-la sob a chave de leitura da coerência. De Rosa, ao advogar em defesa de um chanceler relativista, contextualiza seu estudo até mesmo junto aos influxos da cristandade, aprofundando e contrastando o que Witt se propôs a fazer em seus trabalhos.

Porém, talvez uma das mais inovadoras e historicamente centradas respostas ao problema de *Salutati* tenha sido esboçada por James Hankins. Hankins entende a visão renascentista sobre o poder como uma política das virtudes (uma releitura da ética das virtudes), que tem como escopo o constante aperfeiçoamento do caráter e da sabedoria da classe governante, a fim de possibilitar o desenvolvimento de uma comunidade feliz e próspera⁴⁶⁷. De acordo com Hankins, para os humanistas, a legitimidade política “does not come from divine sanction or from hereditary right or from the constitutional form of the polity or from the express consent of the governed”⁴⁶⁸, sendo que em verdade, “what ultimately makes a regime legitimate is power well exercised, what may be called legitimacy of exercise, a species of moral legitimacy”⁴⁶⁹. Desta forma, a virtude moral dos governantes era condição *sine qua non* ao exercício político por eles desenvolvido no seio do pensamento humanista do Renascimento.

Hankins afirma que se constrói, nesta ótica de uma política das virtudes, um maior senso de igualdade no fazer político, uma vez que uma vez que, para os

⁴⁶⁷ HANKINS, James. *Virtue Politics: soulcraft and statecraft in renaissance Italy...* *Op. Cit.*, p. 37.

⁴⁶⁸ “não vem de uma sanção divina ou do direito hereditário, nem mesmo da forma da política constitucional adotada pela comuna ou do consentimento expresso dos governantes” (tradução nossa). HANKINS, James. *Virtue Politics: soulcraft and statecraft in renaissance Italy...* *Op. Cit.*, p. 37.

⁴⁶⁹ “o que ao final, torna um regime legítimo é o poder bem exercido, o que pode ser chamado de legitimação pelo exercício, uma espécie de legitimação moral” (tradução nossa). HANKINS, James. *Virtue Politics: soulcraft and statecraft in renaissance Italy...* *Op. Cit.*, p. 37.

Renascentistas – valendo-se de Aristóteles –, as virtudes poderiam ser apreendidas⁴⁷⁰. Isso não significa dizer, por outro lado, que a ideia de uma política das virtudes empreendesse uma valorização irrestrita da igualdade. Em verdade, e Hankins tem consciência disso, os humanistas do século XIV correlacionavam a virtude ao mérito e à hierarquia, de modo que, ainda que mais aberta às participações populares, o governo estava destinado a determinadas pessoas virtuosas, perspectiva esta que, em função do acesso à educação política e moral na comuna, com frequência era atrelada à elite.

Ademais, Hankins desenvolve a noção de que o suposto republicanismo renascentista não poderia ser entendido sob a égide de um republicanismo exclusivista. Neste sentido, a associação entre o republicanismo renascentista e aquele moderno, exclusivista, que na obra de Rousseau vê a vontade popular como única forma legítima de governo, não se mostraria inequívoca, especialmente porque – ao menos até o *Quattrocento*, “In the premodern period, by contrast, *respublica* was a term applied to a wide variety of regimes, to kingship as well as to aristocracy and popular government, sometimes even to oligarchy”⁴⁷¹.

Com relação a *Salutati*, Hankins destaca que a sua obra vem sendo entendido ora como um “lapso senil” de conservadorismo e piedade, ora como “um exercício retórico insincero” ou ainda como um sentimento medieval provocado em resposta ao hiperclassicismo de autores como Niccolò Niccoli e Poggio Bracciolini. Contudo, para o autor, de uma perspectiva de virtudes políticas, os escritos políticos são facilmente inteligíveis. Isso porque, vai argumentar, *Salutati* estava mais preocupado com a defesa da legitimidade moral de um governo legal (constitucional) do que com

⁴⁷⁰ “The humanist conception of the path to virtue—how one acquires virtue—also stands in contrast with Aristotle’s. Whereas Aristotle saw the acquisition of virtue as a matter of practice, philosophical reflection, and habit, and aided by good birth, wealth, good upbringing, and good friends, the humanists as a rule see liberal education – full stop – as the path to virtue. The path to virtue and thus to just political authority runs through the humanities or *studia humanitatis*. (...) Moral philosophy and history, precept and example, couched in the noble language learned from the ancient poets and orators, would give future citizens and rulers both the moral character to govern well and the eloquence needed for the finest form of leadership”. HANKINS, James. *Virtue Politics: soulcraft and statecraft in renaissance Italy... Op. Cit.*, p. 42.

⁴⁷¹ “No período pré-moderno, ao contrário, *respublica* era um termo aplicado a uma ampla variedade de regimes, tanto à realeza quanto à aristocracia e ao governo popular, às vezes até mesmo à oligarquia” (tradução nossa). HANKINS, James. *Virtue Politics: soulcraft and statecraft in renaissance Italy... Op. Cit.*, p. 71.

uma maneira de justificar um ideal republicano ou monárquico⁴⁷². Em verdade, de acordo com Hankins, a defesa das repúblicas era perfeitamente compatível com o argumento de que a monarquia era a melhor forma de governo no Império Universal. E explica:

To premodern ways of thinking the defense of civil republics was perfectly compatible with the argument that monarchy was the best form of government in the universal empire. Universal empire was a kind of legal fiction invented by medieval jurists to conceptualize the political order of Christendom. (...) According to a common view in the late middle ages, found for example in Tolomeo Fiadoni (a.k.a. Ptolemy of Lucca), the great scholastic theorist of republican government, and elaborated in the politicolegal thought of Baldo degli Ubaldi, the greatest jurist of Salutati's time, monarchy was the best form of universal government because, when functioning properly, it ensured internal peace within Christendom, provided a defense against barbarians, and imposed a legal structure for resolving interstate disputes. At the provincial or local level, nevertheless, civitates were perfectly free to follow the forms of governance best suited to their traditions, moral character and relative size, whether kingships, aristocracies or popular governments. Constitutional governments, whether of the one, the few or the many, were always liable to degenerate into tyrannies, and tyrants should be resisted, but that unfortunate circumstance did not invalidate good regimes⁴⁷³

Destarte, Hankins esclarece o verdadeiro significado de um republicanismo renascentista no *Trecento* para explicitar o fato de que autores como Salutati, quando defendem um regime monárquico a nível imperial, não contradizem as suas assertivas na defesa de uma república a nível local. De acordo com o autor, para além de não exclusivistas, os pensadores do humanismo estavam mais preocupados com a virtude

⁴⁷² HANKINS, James. Republicanism, virtue and tyranny. In: CAPELLI, GUIDO (Ed.). *Al di là del republicanesimo: modernità politica e origini dello Stato*. Napoli: UniorPress, 2020, pp. 147-164, p. 152.

⁴⁷³ “Para os modos de pensar pré-modernos, a defesa das repúblicas civis era perfeitamente compatível com o argumento de que a monarquia era a melhor forma de governo no Império Universal. O Império Universal era um tipo de ficção jurídica inventada por juristas medievais para conceituar a ordem política da cristandade. (...) De acordo com uma visão comum na Idade Média tardia, encontrada por exemplo em Tolomeo Fiadoni (também conhecido como Ptolomeu de Lucca), o grande teórico escolástico do governo republicano, e elaborada no pensamento político-legal de Baldo degli Ubaldi, o maior jurista da época de Salutati, a monarquia era a melhor forma de governo universal porque, funcionando corretamente, assegurava a paz interna dentro da cristandade, fornecia uma defesa contra os bárbaros e impunha uma estrutura legal para resolver disputas interestaduais. No nível provincial ou local, no entanto, os civilizados eram perfeitamente livres para seguir as formas de governo mais adequadas às suas tradições, caráter moral e tamanho relativo, fossem reinos, aristocracias ou governos populares. Os governos constitucionais, sejam de um, de poucos ou de muitos, sempre estiveram sujeitos a se degenerarem em tiranias, e os tiranos devem ser resistidos, mas essa circunstância infeliz não invalidou os bons regimes” (tradução nossa). HANKINS, James. Republicanism, virtue and tyranny... *Op. Cit.*, p. 153.

dos governantes do que, necessariamente, com a forma de governo por eles adotada. É por meio da ética das virtudes que o pensamento de Salutati pode ser entendido como consistente, especialmente porque, tanto no *De tyranno* quanto no *Contra maledicum...*, o chanceler é explícito ao conceituar o tirano como aquele que governa de modo a prejudicar os seus concidadãos, preocupando-se apenas com o seu próprio proveito. Virtudes como temperança, justiça, serenidade, sabedoria e clemência são atributos que faltam ao tirano em ambos os escritos políticos do autor.

Jerrold Seigel, por sua vez, estabelece uma visão de Salutati preocupado com a retórica e com o papel associado à oratória na chancelaria de Florença. Talvez um dos primeiros autores a adentrar, com profundidade, na temática da comunhão entre filosofia e retórica no pensamento de Salutati, Seigel acaba por concluir que, mesmo ciente da demanda filosófica pela consistência, o chanceler da república de Florença adota uma postura cética com relação ao conhecimento e atrela-o à busca pela eloquência, sendo que esta somente poderia ser alcançada por meio do seu estudo independente⁴⁷⁴. Em carta escrita em 1402, Salutati vai dizer que o estudo da eloquência, *per se*, é um dever da sabedoria [*non enim eloquentie studium non etiam sapientie munus est*], porque nada pode ser dito que não seja perfeitamente conhecido [*neque etiam aliquid bene dicitur quod perfectissime non sciatur*]⁴⁷⁵.

A despeito de pouco preocupado com a consistência política de Salutati na disputa entre monarquia e república, Seigel destaca a visão do chanceler na defesa do estudo das técnicas de oratória e eloquência. Neste sentido, narra Seigel, Salutati pode transitar livremente por entre os diversos conceitos e perspectivas presentes no horizonte do humanismo italiano, por mais que opostos. Sem se contradizer – em razão de um exercício retórico de aprimoramento da eloquência do discurso – Salutati poderia até mesmo defender dois posicionamentos distintos em um curto período de tempo⁴⁷⁶.

⁴⁷⁴ SEIGEL, Jerrold E. *Rhetoric and Philosophy in Renaissance Humanism...* Op. Cit., p. 97.

⁴⁷⁵ COLUCCIO SALUTATI. Livro XIII, Ep. III. In: NOVATI, Francesco. *Epistolario di Coluccio Salutati*, v. 03... Op. Cit., p. 602.

⁴⁷⁶ De acordo com Seigel, ao comentar uma troca de cartas com Francesco Zabarella sobre a filosofia estóica, “In total contradiction to what he had written ten days earlier, and would repeat five months later, Salutati now said that to mourn for the dead was worse than foolish. ‘Death is not an evil, except to men who are evil and base’. Pagans were not the Only ones to say so. Christianity taught that ‘the souls of the righteous are in the hand of God’. Death is not destruction for man, but salvation; it is the best of things, not the worst. Salutati could embrace or reject philosophical

Enquanto exemplo de um fazer retórico mais preocupado com o aprimoramento do estilo do que, necessariamente, com a assertividade de adoção de determinada posição política, Salutati poderia transitar sem problemas por entre os mais diversos caminhos da política, sem qualquer compromisso com uma ideia de verdade ou de consistência, uma vez que não era este o objetivo dos escritos do chanceler da República de Florença.

No Brasil, o pensamento do autor esteve, com frequência, vinculado ao republicanismo. Poucos são os trabalhos – como os de Leticia Schirm – que se aventuram pelas veredas do *De tyranno* ou que pretendem enfrentar a problemática acerca da monarquia, como faz Newton Bignotto⁴⁷⁷. Este parece aceitar a tese de De Rosa no que tange tanto ao realismo político, quanto ao relativismo da obra, ressaltando o aspecto da corrupção da comuna e do risco de perecimento da Roma pré-César – como faz De Rosa – como justificativa ao posicionamento da defesa do Imperador. Renato Ambrósio, ademais, inserido na ótica do republicanismo renascentista, desenvolve um trabalho eminentemente focado na perspectiva de Salutati desenvolvida na *Invectiva*, sem abordar de forma sistemática a obra *De tyranno*.

A partir do que foi trabalhado ao longo da presente dissertação, entendemos que nenhuma das teses anteriormente formuladas pelos autores consegue responder de maneira satisfatória, por si só, à pergunta acerca da consistência da defesa da república ou da monarquia no pensamento de Coluccio Salutati. E, com efeito, isso se deve não apenas à visão distorcida que geralmente se delineia na relação estabelecida entre república e monarquia, como também a uma deturpação da retórica no fazer discursivo político, mormente porquanto associado, com frequência, à ideia de insinceridade.

É por esta razão que se construiu, em um primeiro momento, uma leitura mais detida do elemento retórico na formação da cultura humanista e jurídica do *Trecento*, com o fito de se identificar, com maior clareza, o modo como a *inventio* poderia ter sido apreendida e, bem assim, utilizada por Salutati em seus escritos políticos.

doctrines as the occasion demanded”. SEIGEL, Jerrold E. *Rhetoric and Philosophy in Renaissance Humanism...* Op. Cit., p. 73.

⁴⁷⁷ BIGNOTTO, Newton. *O Tirano e a Cidade...* Op. Cit.

Neste sentido, autores como Cícero, Quintiliano e o Anônimo da Retórica a Herênio trazem importantes contribuições à retórica de Salutati e, bem assim, para aqueles que integram o aparato administrativo das comunas de Florença no século XIII.

Se é verdade que o sistema da *inventio* romana é legatário da retórica de Aristóteles⁴⁷⁸, é também verdade que pensadores como Cícero e Quintiliano, bem como o autor da Retórica a Herênio, conseguiram produzir uma análise retórica que, em determinados pontos cruciais, dá nova configuração aos mecanismos e ao sentido de elaboração do discurso. Seja na concepção da ideia de *inventio*, ou, nas suas correlações com a *mimesis*, a *imitatio* e, até mesmo, com a forma de se perceber a interrelação da retórica com a natureza, fato é que Cícero, Quintiliano e o Anônimo da Retórica a Herênio são autores que conseguem expressar a complexidade da teoria das ideias retóricas no mundo romano.

Em síntese, deve-se entender este movimento de produção retórica na Antiguidade Latina em duas vertentes. A primeira delas corresponde à abertura semântica do próprio fazer retórico, para além do sistema lógico de Aristóteles. Esta vertente congloba não apenas a mudança da visão da retórica – que passa a ser entendida como *ars* (arte) –, mas, sobretudo, um distanciamento das amarras impostas pela necessidade de adequação a um *telos* e a uma natureza que vinculavam o mister do orador aos procedimentos biopsicológicos subjacentes capazes de produzir o discurso. Neste sentido, a *inventio* como *excogitatio* e as ideias de *mimesis* e de *metáfora* são alguns dos expedientes que nos permitem concluir por uma teoria da invenção latina que leve em consideração tanto a possibilidade de domínio da arte da retórica por aquele que, a princípio, não possui a disposição para a prática oratória, quanto os contrastes entre os modos de aprendizado e os professores de oratória. Tal perspectiva não descuida, igualmente, do caráter mais inventivo e menos estático da ideia de *imitatio* romana quando comparada à *mimesis* grega. Trata-se de uma abertura que tem início nos trabalhos de Cícero e da Retórica a Herênio, mas que ganha maior

⁴⁷⁸ SOLMSEN, Friedrich. The Aristotelian Tradition in Ancient Rhetoric. *American Journal of Philology*, [S.l.], v. 62, n. 01, pp. 35-50, 1941, p. 40.

amplitude com Quintiliano e autores posteriores, como Veleio e Messala⁴⁷⁹. A *imitatio*, é importante frisar, na perspectiva latina, está muito mais atrelada à imaginação, à invenção e à disposição, por que elabora o discurso, de criar algo que se dissocia daquilo que o seu mestre o teria ensinado.

A segunda abertura, talvez menos explícita, está no modo como a Retórica em Roma torna possíveis os usos da história. Não se descuida do fato de que a história, em Aristóteles, por exemplo, tem importante papel na reprodução da argumentação por paradigmas ou, ainda, nos argumentos que se repousam na probabilidade⁴⁸⁰. Contudo, é possível notar que a ideia de *inventio*, tal como trabalhada na retórica por pensadores como Cícero, Quintiliano e o anônimo da *Rhetorica Ad Herennium*, ganha, nos contrastes apontados, a tarefa de aportar a preparação da História que se materializará no discurso e, a um só tempo, será criada, de forma eloquente e em consonância com os fins que se pretende alcançar.

Herdeiro de um aprofundado estudo da Retórica a Herênio e, bem assim, das lições de Quintiliano, é evidente que Salutati detinha o conhecimento da importância da *inventio* para o fazer do orador. E isso se torna ainda mais palpável na medida em que se debruça sobre as suas obras de caráter político. A construção da imagem do tirano, a despeito dos institutos jurídicos e termos técnicos da conceituação, arvora-se na criação de arquétipos e imagens capazes de sustentar a verdade que se pretende fazer presente na obra política.

No *De tyranno*, a figura central – em volta da qual orbitam todas as questões políticas – é a imagem de Júlio César. E por meio de uma construção não apenas da Roma pré-imperial, como também do próprio Imperador como alguém virtuoso, é que faz possível a defesa de Dante. Nada obstante, a própria passagem da coroação de César por Marco Antônio também é readaptada pelo chanceler para conferir legitimidade ao poder do Imperador, embora os relatos de Plutarco e Suetônio atestem que tal ato não seria, com efeito, considerado como um ato de benevolência, mas marca de um símbolo monárquico do qual César buscava desvincular-se. Da

⁴⁷⁹ FANTHAM, Elaine. Imitation and Evolution: The Discussion of Rhetorical Imitation in Cicero De Oratore 2. 87-97 and Some Related Problems of Ciceronian Theory... *Op. Cit.*, pp. 14-16.

⁴⁸⁰ ADEODATO, João Maurício. Uma crítica retórica à retórica de Aristóteles. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, [S.l.], v. 110, s.n., pp. 35-74, 17 jun. 2015.

mesma forma, no *De tyranno*, a narrativa de Salutati acerca das aclamações do Senado em favor de César após a sua morte, com a entrega de todas as honras divinas e humanas ao Imperador, constitui forte elemento discursivo capaz de ensejar a potencialização da imagem, por meio da *inventio*, de uma Roma grata a César – em contraponto a uma das principais fontes de admiração de Salutati, Cícero.

É fato que o *De tyranno* não corresponde a uma obra cujo principal escopo seja o treinamento retórico ou o aprimoramento estilístico de Salutati. Entretanto, não se pode perder de vista que o autor esteve, durante toda a sua vida, imerso em um contexto de produção literária, poética e jurídica que tinha como principal fonte um maior apego à ornamentação do discurso e à utilização de um aparato teórico e técnico que via na retórica a meio de incitar o agir ético ao qual se vinculavam os propósitos da obra, o que dialoga diretamente com a necessidade de formação de imagens capazes de conduzir o leitor às conclusões as quais o trabalho pretende chegar. As cartas privadas de Salutati demonstram não apenas a consciência de que a virtude dos homens está nas suas ações [*omnis enim virtus in actione consistit*]⁴⁸¹, mas que o discurso bem escrito é uma das armas mais poderosas de se transformar uma ideia em ação⁴⁸².

Não se descuida, ainda, da noção de que a maior parte das fontes utilizadas por Salutati são medievais – especialmente na conceituação do tirano. Contudo, a obra está em constante diálogo com figuras presentes no horizonte humanista de redescoberta dos textos clássicos, nomeadamente Cícero e Florus (que Salutati acreditava ser Sêneca), o que sugere, ainda, uma discussão contextualizada não só com relação à temática ou estilística, mas também, ao conteúdo dos posicionamentos adotados por autores valorizados sobremaneira pelo neoclassicismo humanista.

Salutati esforça-se, na defesa de Dante, para criar um cenário político a partir do qual não se vislumbrava saída ao conflito político que era travado por César e

⁴⁸¹ COLUCCIO SALUTATI, Livro II, *Ep.* V. In: NOVATI, Francesco. *Epistolario di Coluccio Salutati*, v. 01... *Op. Cit.*, p. 65.

⁴⁸² “*affuit enim vehementie verborum lenocinium et sententiarum profundissima gravitas, quorum illud iocunditate quadam animum movit, istud potenter impulit iam commotum*”. COLUCCIO SALUTATI. Livro III, *Ep.* XXIV. In: NOVATI, Francesco. *Epistolario di Coluccio Salutati*, v. 01... *Op. Cit.*, p. 219. Conclusões semelhantes Salutati esboça em carta a Piero da Moglio, de 1396, a Pietro Turchi em 1400 e a Lodovico Degli Alidosi, de 1402. Cf.: COLUCCIO SALUTATI. Livro II, *Ep.* XIX. In: NOVATI, Francesco. *Epistolario di Coluccio Salutati*, v. 01... *Op. Cit.*, p. 114; COLUCCIO SALUTATI. Livro XI, *Ep.* XII e Livro XIII, III. In: NOVATI, Francesco. *Epistolario di Coluccio Salutati*, v. 03... *Op. Cit.*, pp. 376-377 e 601-605.

Pompeu. E, mais do que isso, empreende a tarefa de produzir uma obra com o objetivo de justificar a chegada ao poder do Imperador como legítima. Para tanto, mesmo o justo título foi ressignificado na edificação da imagem de César, podendo ser considerado como cumprido o requisito delineado pelo próprio Salutati na medida em que a cidade lhe fora entregue, de forma grata, pelo Senado e por seus concidadãos. Mais uma vez, a coroação de César por Marco Antônio e a concessão de honrarias pelo Império são imagens que forjam a legitimidade do Imperador e a redenção de Dante. Neste sentido, frisa-se que a utilização da história por Salutati como elemento capaz de comprovar a ideia de que César não era um tirano é marca típica do fazer retórico que surgia no Renascimento italiano. As palavras de Nancy Struever são elucidativas:

Humanist rhetoric is the mediator of the effect of this sensibility on the specifically historical consciousness of the Humanists. The new rhetoric is a preperceptive set, a *facultas praeformandi*, that allows a valuation of experience which could be considered historicist; it is a cluster of not only aesthetic but pragmatic and psychological attitudes which permit contemplation of significance within the flux of phenomena⁴⁸³.

Não buscamos, como já ressaltado anteriormente, desconsiderar a aproximação medieval da obra de Salutati, tanto na temática quanto na escolha de algumas fontes, nem mesmo descaracterizar a inserção do *De tyranno* dentro da lógica de hierarquia da cristandade. Entretanto, estabelecer um corte estanque à referida obra, como se dela se esvaissem todos os influxos humanistas tão caros a Salutati, parece-nos uma medida sobremaneira artificial e incompatível ao gênio salutatiano. Não se pode deixar de lado, consoante alhures mencionado, que o presente trabalho está imerso na visão que privilegia os estudos do Renascimento como dialética entre continuidade e descontinuidade, de modo que tal perspectiva não pode escapar à realidade do chanceler Florentino.

E se é, pois, pertinente a leitura do *De tyranno* que privilegia os usos retóricos da linguagem e a elaboração das imagens por meio da inventividade do autor, com

⁴⁸³ “A retórica humanista é a mediadora do efeito dessa sensibilidade na consciência especificamente histórica dos humanistas. A nova retórica é um conjunto pré-perceptivo, uma *facultas praeformandi*, que permite uma valorização da experiência que poderia ser considerada historicista; é um agrupamento não apenas de estética, mas de atitudes pragmáticas e psicológicas que permitem a contemplação do significado dentro do fluxo dos fenômenos” (tradução nossa). STRUEVER, Nancy. *The Language of History in the Renaissance...* Op. Cit., p. 79.

mais razão ainda se mostra pertinente que se sublinhe o caráter inovador da *inventio* em obras como o *Contra maledicum...* O texto, reconhecido como um dos principais panfletos propagandísticos da política florentina, explora com fervor os limites da verdade, o que se pode perceber com a construção de um passado republicano à formação de Florença.

Nas passagens da *Invectiva contra Antonio Loschi* ressaltadas no capítulo anterior pode-se antever não apenas a preocupação filológica de Salutati com a construção do termo *Florentia* como denominação da comuna, mas também a detida edificação do argumento que privilegia os espaços comuns de Florença como indícios de uma herança romana que justificaria o amor pela liberdade e o apreço ao republicanismo. De forma explícita, a criação de lugares comuns aos cidadãos florentinos – e ao próprio Antonio Loschi, que já teria visitado Florença por diversas vezes – torna-se recurso visual de identificação da história compartilhada pelos florentinos e pelos romanos.

Da mesma forma, elementos retóricos – precipuamente a *inventio* – também são utilizados com especial incisividade na tentativa de relegar a um segundo plano a importância de César na construção de Florença. Salutati não aborda, como fazem as fontes que cita no próprio trabalho, o papel do Imperador na disputa com os fiesolanos, o que indica, mais uma vez, o aspecto inventivo da história e do uso de suas fontes.

Com efeito, se a *inventio* corresponde tanto à abertura semântica do fazer retórico quanto à utilização da história em um processo que, de acordo com a parábola das abelhas retomada por Petrarca, aproveita-se do que existe e cria algo eminentemente novo, tem-se por inequívoco que o trabalho de Salutati com relação à formação histórica de Florença encaixa-se a tal expediente. O papel de Salutati na chancelaria, por meio da preocupação com o estilo na condução de suas cartas, como não poderia deixar de ser, caminha lado a lado com a importância da retórica para atribuir um caráter eminentemente inovador da escrita salutatiana em seu cargo como chanceler.

Da mesma forma Salutati dá um novo foco à participação de figuras políticas como Carlos Magno e do próprio interlocutor da missiva como forma de alocar em conjunto gauleses e italianos, especialmente no escrito de 1376, endereçado ao Rei da

França. Na carta, o chanceler deixa evidente o papel do Renascimento carolíngio para a restauração da cidade de Florença, relembrando expressamente as vezes em que franceses e florentinos partilharam, como aliados, o campo de batalha, da mesma forma em que faziam na luta contra a Igreja na Guerra dos Oito Santos. Conquanto a edificação da *inventio* aqui seja mais sutil, a suposta devoção dos florentinos à coroa francesa [*Florentinos, maiestatis vestrae devotos*] é conclusão que não parece se amoldar, tão incisivamente, aos interesses florentinos ou às próprias investidas da comuna pela sua independência política.

O elemento retórico, seja pela *inventio* nos usos da história por Salutati, ou mesmo pelo modo de defesa dos argumentos – que privilegia a formação de imagens e a ornamentação do discurso em uma escrita que se dissocia daquela desenvolvida no ambiente medieval –, é o ponto central, que circunda a construção da obra de Salutati e que o permite transitar de maneira inovadora por entre temas trabalhados à exaustão por seus predecessores. É por esta razão que se deve considerar, na análise sobre o seu posicionamento político, a perspectiva de um condicionamento da verdade que não enraíza, inequivocamente, seus fundamentos em uma ou em outra forma de governo.

Seria, pois, o caso de adotar a tese do relativismo político ou histórico de Salutati, como fazem autores como Ronald Witt e Daniela de Rosa? Não nos parece ser essa a melhor saída. Neste sentido, concordamos com Robert Black, para quem a dificuldade de ver Salutati como um relativista reside no fato de que este fez afirmações absolutas e categóricas em favor de um governo monárquico e, também, de um governo que via na república a única possibilidade de garantia da liberdade dos florentinos⁴⁸⁴.

Mostra-se, pois, salutar, na tentativa de se fornecer uma resposta adequada ao problema, que se observem os limites políticos e históricos da interpretação da obra de Salutati – tal como faz De Rosa –, limites estes que podem servir como um contrapeso a uma hermenêutica anacrônica ou dissociada da realidade social em que estava inserido o autor.

⁴⁸⁴ BLACK, Robert. Review: The Political Thought of the Florentine Chancellors. *The Historical Journal*, [S.l.], v. 29, n. 4, 1986, pp. 991-1003. Disponível em: www.jstor.org/stable/2639367. Acesso em: 10 mai. 2020.

Neste sentido, não nos parece absurdo entender, assim como fazem Ronald Witt e Alexander Lee, que Salutati nutria um apreço pela figura do Império e, bem assim, que identificava, em certa medida, a sua posição na ordem jurídica estabelecida a partir da figura do Imperador. Insta considerar, como já trabalhado nos capítulos anteriores, que durante o período da Guerra contra Milão – época em que foi redigido o *De tyranno* – Florença esteve aliada à força Imperial de Roberto da Baviera e, ainda, a Carlos VI, da França, sem mencionar ainda a admiração do chanceler pela figura do Império e o reconhecimento, em grande parte de suas obras, da autoridade por ele emanada. Com maior razão poderia ser entendida a necessidade de se proceder à defesa de um regime político monárquico como a melhor forma de governo, principalmente em um período sensível – como no ano de 1400 – em que Florença não conseguia administrar favoravelmente os influxos da guerra contra os Visconti.

Da mesma maneira, na *Invectiva contra Antonio Loschi* – escrita já após o fim da disputa contra os Visconti – ou nas cartas de 1375 e 1376, em meio à Guerra dos Oito Santos, seja em razão do teor panfletário dos textos ou ainda pela necessidade de uma defesa pungente da liberdade florentina frente às ferrenhas acusações de seu adversário, no caso do *Contra maledicum...*, é a república a forma de governo escolhida como contraponto às investidas argumentativas.

Não se pode deixar de lado que a simples assunção da ausência de autoridade da Igreja, por exemplo, não era uma opção para Salutati – como explicita De Rosa –, não apenas em razão da sua fé, como também, da necessidade de aliança com a Cristandade em determinados momentos, bem como em função da forte presença Guelfa na comuna. Em verdade, Florença lutava, politicamente, contra a insurgência dos poderes locais e dos demais poderes externos para manter não só a sua independência, mas especialmente a sua própria subsistência. Neste sentido, a adoção de posicionamentos estratégicos por Salutati não se mostra como uma escolha, mas como um dever decorrente do fazer político ao qual estava envolvido. Isso permite perceber, por exemplo, os elogios à França na *Invectiva* e na carta ao Rei dos Francos com maior consciência histórica, de modo a entender a importância do instrumento retórico na transição entre a defesa de um governo republicano ou monárquico.

A perspectiva histórica também nos ajuda a entender o significado dos conceitos elaborados por Salutati. Neste ponto, filiamo-nos, ainda que parcialmente,

às valiosas contribuições de James Hankins no que tange à política das virtudes, por entendermos que, mais do que inicialmente preocupado com a defesa de uma forma exclusiva de poder, o pensamento de Salutati encontra-se vinculado à ideia de que o governante escolhido para o cargo seja o mais virtuoso.

Entretanto, com ressalva ao pensamento de Hankins e tendo em vista as mais incisivas manifestações de Salutati em favor de uma república como única forma de governo capaz de ensejar a liberdade de Florença e a derrota dos poderes tirânicos na Itália, entendemos que o fato de Salutati não estar incluído no rol do que Hankins denomina pensadores “exclusivistas” não o impede de ser categórico em sua defesa da monarquia ou da república, especialmente em razão da força retórica que os discursos e cartas deveriam possuir a fim de convencer o leitor. Neste sentido, a plasticidade da mentalidade salutatiana – para valermos também parcialmente dos trabalhos de Ronald Witt – deve ser considerada como qualidade de relevância para que se entenda a possibilidade de trâmite por entre defesas tão expressas da república ou da monarquia em seus trabalhos.

Contudo, é o elemento retórico que importa para fins de explicitar a coerência salutatiana na defesa tanto da monarquia quanto da república. Partindo do pressuposto de que não se tratam de perspectivas excludentes – tendo o próprio Salutati reconhecido, em diversos momentos das defesas republicanas, inclusive na *Invectiva*, a autoridade do Império – mostra necessário entender que Salutati advoga, *verdadeiramente*, em favor tanto da república quanto da monarquia como melhores formas de governo.

É por isso que a expressão da liberdade como *libertas florentinae* ou *libertas Italiae* ganha central destaque na perspectiva adotada pelo autor nas missivas políticas. Ambas estão calcadas na ideia de liberdade, mas o contraste delas, no limite da verdade e do real, pode ser amplamente trabalhada pelo chanceler sem que se implique em uma exclusão de qualquer delas e sem que haja riscos de se incorrer em insinceridade. Enquanto conceitos com abrangências e consequências diversas, não se pode dizer que Salutati não tenha defendido, verdadeiramente, o uso de nenhuma delas.

Do mesmo modo, na contraposição à tirania, valendo-se ora de fundamentos mais vinculados à tradição jurídica medieval – como Bartolo da Sassoferrato ou de

Baldus Degli Ubaldi – ou de preceitos de cunho humanista e republicano, Salutati fornece-nos um aparato argumentativo maleável, que brinca com os limites da verdade e torna possível alocar as formas de governo de diversas maneiras na defesa pela liberdade de Florença ou da necessidade de um governante virtuoso.

E a assunção deste posicionamento decorre, nomeadamente, da noção de que, para o autor, verdade e retórica não são incompatíveis. Não há, em síntese, um descompromisso com a verdade, porquanto, seja na *Invectiva* quanto no *De tyranno* ou nas missivas de Salutati, está a lidar-se com uma construção discursiva da verdade e da história que circunda o momento sobre o qual são escritos os trabalhos, o que se faz possível pelo uso consciente da retórica que o autor desenvolve. Isso significa dizer, a um só tempo, que a imagem criada se confunde com a verdade do autor e que, a despeito de uma ou outra forma de governo, Salutati busca a edificação de um governo calcado na virtude do bom governante, seja ele um só ou vários. A luta política é contra o tirano e não a favor de determinada forma de governo.

Salutati reconhece a maleabilidade da retórica e a possibilidade de criação da imagem da verdade que se quer transmitir ao interlocutor⁴⁸⁵. Com efeito, a construção de imagens da realidade, veiculadas por meio das cartas e escritos políticos de Salutati, deve ser entendida, justamente, no equacionamento dos limites da verdade e da retórica. É neste sentido que Struever vai asseverar que “the Humanists are convinced that the use of rhetorically instead of logically oriented discourse leads one to reality through illusion”⁴⁸⁶.

A defesa política de Salutati da monarquia e da república, ambas como melhores formas de governo, não corresponde, então, a uma simples dispersão da realidade ou à falta de preocupação com ela. Veja-se, Salutati transita pela ideia de um passado republicano que se põe aos olhos de Antonio Loschi, ao mesmo tempo em que se arvora aos grandes feitos de Júlio César enquanto monarca e Imperador,

⁴⁸⁵ “*quis est enim qui Q. Mutii patientiam et ardorem erga rempublicam, dum sue salutis neglector pro patria regem inimicum intra sua castra, inter stipatorum suorum gladios, solus invasit et errantem dexteram in igne consumpsit, non admiretur et laudetur et qui, titillante quasi quodam virtutum pruritu, ad idem audendura non animetur?*” COLUCCIO SALUTATI. Livro II, *Ep.* XVIII. In: NOVATI, Francesco. *Epistolario di Coluccio Salutati*, v. 01... *Op. Cit.*, p. 105.

⁴⁸⁶ “Os humanistas estão convencidos de que o uso retórico do discurso, em vez do discurso logicamente orientado, leva à realidade por meio da ilusão” (tradução nossa). STRUEVER, Nancy. *The Language of History in the Renaissance...* *Op. Cit.*, p. 77.

ressaltando a assertividade das penas espirituais impostas a seus algozes, sem deixar de classificar a monarquia como a melhor forma de governo. E não há insinceridade em nenhum dos posicionamentos adotados, especialmente porque a defesa de ambas as formas de governo é fruto de uma produção retórica da realidade. A palavra, nos escritos de Salutati, é responsável por edificar a verdade que coloca diante dos olhos do interlocutor a ideia que se pretende escudar.

A proximidade com Górgias, esboçada por Struever⁴⁸⁷, aqui, parece-nos mais pertinente à hermenêutica do pensamento político de Coluccio Salutati do que as aproximações feitas pelos demais estudiosos do chanceler já mencionados anteriormente. Isso porque, se para Górgias o discurso seria o estabelecedor da verdade dos enunciados⁴⁸⁸, em Salutati a retórica e a eloquência seriam responsáveis pela possibilidade de criação de imagens que ensejariam não apenas o embelezamento, mas, também, a delimitação de novas fronteiras da verdade, a partir da maleabilidade da história.

Salutati, pois, como homem de seu tempo, imbrincado nos dualismos característicos do momento de transição entre a Idade Média e o Renascimento nos permite, mais do que antever o seu próprio posicionamento sobre o assunto, extrair a imagem de um conceito de tirania que representa exatamente a descoberta dos usos da retórica e da ideia de que há espaço para a dança por entre os conceitos políticos. Salutati explora, por meio da construção discursiva da verdade, os usos políticos dos conceitos e vale-se dos problemas de época para a defesa dos interesses florentinos, sejam eles de cunho republicano ou, ainda, atavicamente vinculados a uma chave de leitura monárquica. E é esta percepção que faz o pensamento político de Salutati coerente, enquanto republicano e monárquico.

⁴⁸⁷ STRUEVER, Nancy. *The Language of History in the Renaissance...* *Op. Cit.*, p. 40-100.

⁴⁸⁸ COELHO, Maria Cecília Miranda Nogueira. Retórica, filosofia e lógica: verdade como construção discursiva. In: ASSUNÇÃO, T., FLORES, O., SANTOS, M.(Org.) *Ensaio de Retórica*. Belo Horizonte: Tessitura, 2010, pp. 27-57, p. 45.

CONCLUSÕES

O presente trabalho chega ao fim evidenciando não apenas a discursividade do pensamento de Coluccio Salutati, mas, especialmente, a confluência entre retórica e política na definição da melhor forma de governo por uma das mais representativas figuras do humanismo italiano do século XIV.

A partir das delimitações esboçadas na primeira parte do trabalho, tornou-se possível entender as nuances que o estudo da retórica ganhou por meio de seus diálogos mais próximos com os cânones do humanismo. Diante de um contato direto com os trabalhos de Marco Túlio Cícero e Quintiliano, desabrochou no humanismo nascente a consciência de que a inventividade, associada com a percepção de distanciamento para com a Antiguidade Clássica, tornava mais fluídos os limites da verdade, ainda mais se considerada a associação entre a retórica e a política. Se é com Cícero e Quintiliano que o papel do orador e, bem assim, a força histórica e política que a retórica possui no agir ético do cidadão são apreendidos, é também com Petrarca, Bocaccio e Mussato que as lições sobre a *similitudo* e a *mimesis* passam a provocar no humanista do século XIV a tentativa de criar uma realidade histórico-política que despertasse nos interlocutores o desejo pelas virtudes e pelas glórias de um governo independente.

O agir humano, que ganha importância significativa no transcorrer do século XIV, é força motriz para as mudanças que a retórica causa no pensamento político do *Trecento*. Neste sentido, o contexto de época, que vê no fazer epistolar a principal forma de comunicação e de afirmação de posições políticas, torna ainda mais central o papel da retórica na definição dos limites de atuação das comunas, máxime em razão da necessidade de subsistência de Florença no instável cenário de disputas locais e estrangeiras que se delineia no século XIV. As alterações estilísticas encontradas na diferenciação do fazer epistolar da *ars dictaminis* e do *stilus rhetoricus* empregado, ainda que parcialmente, por Salutati na Chancelaria da República de Florença refletem não apenas uma diferença de paradigma nos ensinamentos e na disseminação dos estudos retóricos na comuna, mas também a mudança de perspectiva do próprio fazer retórico, mais consciente da força política que a retórica possui.

É interessante ressaltar que o papel da retórica na política se mostra, pois, sobremaneira mais sensível nas comunas italianas – como era o caso de Florença. Isso porque, para além da necessidade de manter estável a comunidade politicamente dividida em diversas guildas e instituições com interesses muitas vezes conflitantes, a Chancelaria era instituição da política local com central importância para a definição dos rumos e, por vezes, da própria subsistência de Florença. Neste sentido, a atuação do chanceler nas *Consulte e Pratiche*, bem como nos círculos de reuniões extraoficiais dos líderes políticos de Florença, demonstra não apenas a complexidade do seu ofício institucional no desenvolvimento da política local, mas, também, a imposição do desafio de veicular os interesses de Florença de maneira a garantir alianças e preservar os seus próprios interesses políticos.

Imerso neste cenário de um legado direto do fazer retórico medieval e, bem assim, de uma nova forma de atuação humanista do século XIV, sem deixar de lado as complexas nuances que circundam o fazer político na Chancelaria da República de Florença, Salutati enfrenta seus principais desafios e ensaia os voos mais altos da cultura epistolar comunal nas disputas com a Igreja e na confluência com o Império. Deve-se destacar que Salutati não nega a relevância histórica e a força institucional de ambas as instituições, especialmente nos influxos que exercem sobre a política e sobre o direito locais. Contudo, é na exposição de suas percepções sobre ambos os poderes que o chanceler acaba por fornecer importantes elementos para que se possa entender, com mais profundidade, os limites da retórica em seu pensamento.

Deve-se ponderar, na defesa, por exemplo, de um Salutati eminentemente defensor da república como melhor forma de governo, a admiração do autor pelo Império e a ausência de tentativa de alocá-la fora do aparato jurídico-institucional imperial. Neste sentido, a exposição de cartas escritas pelo chanceler ao Rei da França, ou ainda, as missivas de aconselhamento de Carlo III só ressaltam a ideia de que Salutati, verdadeiramente, não buscava desenvolver uma oposição à monarquia e nem mesmo ao Império, a partir do qual toda a hierarquia monárquica descendia. A retórica, neste ponto, se faz presente em especial quando se percebe a forma como o chanceler consegue amalgamar a defesa da liberdade de Florença sem negar conceitos e instituições que são próprias ao Império ou a um governo tipicamente monárquico.

Neste sentido, valiosos são os ensinamentos jurídicos de Bartolo da Sassoferrato e Baldus degli Ubaldi, responsáveis por fornecerem instrumentos jurídicos que possibilitaram a assunção dos posicionamentos de Salutati no período.

Sob outra perspectiva, os embates diretos com a Igreja Católica, destacadamente na Guerra dos Oito Santos, explicitam a amplitude dos usos da retórica por Salutati. Isso porque a utilização dos elementos estilísticos de embelezamento do discurso e, bem assim, a importância da eloquência apreendida com os clássicos tornam possível a veiculação de uma tenaz defesa da liberdade de Florença em detrimento da tentativa de investida da Igreja Católica sobre o poder político local. Isso não significava, como buscou-se ressaltar no trabalho, que Salutati estivesse rompendo com a sua fé cristã. Ao contrário, o chanceler buscava oportunamente ressaltar a importância do poder religioso e até mesmo institucional da Igreja Católica em suas missivas, frisando sempre a subserviência de Florença aos comandos por ela emanados. Contudo, explorando a inventividade retórica, Salutati conseguia, com o mesmo fervor com o qual declamava a fé cristã de Florença, denunciar as práticas por ele consideradas abusivas à Florença.

Não se descuida, ainda, do fato de que a contribuição de Salutati para o período da Guerra dos Oito Santos perpassa também por sua atuação política no envio de missivas para outros poderes locais que pudessem fazer frente ao poder da Igreja no século XIV, a evidenciar um caráter propagandístico que será sobremaneira explorado a partir do século XV. Mas não é esta a única contribuição de Salutati para o período. Em verdade, o autor apresenta, por meio da retórica, uma nova forma de se fazer frente às conhecidas pretensões universalistas da Igreja, em uma argumentação que encontra respaldo na história de Florença para a salvaguarda dos seus interesses.

Frisa-se, não se vê mais um apego inequívoco às fontes e às autoridades da Igreja como únicos redutos possíveis ao endereçamento de uma crítica política a ela, tal como faziam questão os medievais. E é neste sentido, pois, que a retórica contribuiu efetivamente para a formação de um pensamento político dissonante daquele trabalhado pela Idade Média, ainda que dele legatário. Salutati não deixa de reforçar a sua fé ou de mencionar passagens bíblicas para o endereçamento de suas defesas contra a Igreja. Mas o uso delas é menos pungente do que quando se está diante de

um trabalho de cunho eminentemente medieval, geralmente produzido dentro dos próprios muros da Igreja, como é o caso de João de Paris, por exemplo.

É, pois, dentro desta dualidade de análise do poder religioso e do poder temporal, em uma chave de leitura muito familiar aos autores medievais dos séculos XII e XIII, que Salutati, valendo-se dos ensinamentos retóricos de Cícero e Quintiliano e, ainda, munido da autoridade política que o cargo de chanceler lhe proporcionava, encontra um conceito a partir do qual as críticas políticas podem ser endereçadas tanto a um quanto a outro poder, sem que se deixe de lado a consistência do pensamento: a ideia de liberdade.

Seja nas proximidades com as estruturas hierárquicas imperial e monárquica, ou ainda, em uma defesa da não subserviência de Florença aos desígnios da Igreja, fato é que a liberdade e o seu contraponto central – a tirania – são os motes dos escritos políticos de Salutati. Neste sentido, duas frentes abrem-se e são utilizadas por Salutati em momentos distintos de seus trabalhos: a *libertas florentinae* e a *libertas Italiae*. Ambos os conceitos evidenciam a liberdade como elemento chave para a atuação política do chanceler, ainda que de maneiras peculiares a cada um dos termos. Seja ela atavicamente vinculada à participação do cidadão na comuna ou ainda entendida enquanto ausência de influência externa, os usos empregados por Salutati à liberdade deixam transparecer a maleabilidade do signo e a sua abrangência. E é a partir dela que se traça o principal contraponto político ao bom governo para Salutati, qual seja, a tirania.

As principais obras nas quais o termo é trabalhado de forma mais sistemática pelo autor são a *Invectiva Contra Antonio Loschi (Contra maledicum et obiurgatorem qui multa pungenter adversus inclitam civitatem Florentie scripsit)* e o *De tyranno*, escritas em contextos e em momentos distintos, com o fito de alcançar conquistas políticas diversas. Embora a *Invectiva* não tenha um tratamento tão aprofundado e detido sobre o tirano, a obra evidencia a tirania como forma de governo contrária à liberdade, não somente na medida em que se contrapõe à lei, mas também em razão do exercício do poder visando ao interesse pessoal, de modo a cercear a liberdade dos cidadãos da comuna. Tem-se, aqui, não apenas uma ideia de liberdade autocentrada – porque, como se viu, Salutati não descarta as alianças monárquicas da França como forma de combate ao

governo de Milão –, mas inclusive uma noção de tirania que se contrapõe a um governo republicano, que conta com a participação efetiva dos concidadãos e a subsunção de todos ao Direito. A obra, que pode ser entendida como panfletária, em razão do ápice da disputa com Milão, acaba por ensejar uma das mais ferrenhas contraposições à tirania e um dos mais significativos exemplos retóricos que Salutati produziu.

A história no *Contra maledicum...* também é elemento de central importância no escrito, mormente porque a defesa do passado romano – e republicano – de Florença revela o papel da retórica nos escritos do autor. É por meio da reconstrução das raízes romanas da comuna que Salutati explora a inventividade do fazer discursivo e a criação de imagens que aproximam o leitor do passado, tornando-o tangível ao interlocutor da missiva. Igualmente, também se desvela robusta o ideal de uma liberdade republicana desenvolvida pelo autor, especialmente pela exaltação dos símbolos e dos lugares comuns que remontam à preponderância do direito e da participação popular na comuna. “Veja e toque com seus próprios dedos a origem romana de nossa cidade!”⁴⁸⁹ é o convite que Salutati faz a Loschi. A hereditariedade romana é palpável. A construção da imagem que se pretendia fazer quase que se materializa diante dos olhos do próprio leitor e é justamente este o efeito que um bom uso dos instrumentos retóricos e estilísticos deveria causar no discurso, como bem sabia Salutati.

A diferença central entre Milão e Florença, incessantemente buscada pelo Salutati redator da *Invectiva*, está na república e no seu desejo por uma liberdade que, em oposição à tirania de um governo voltado à consecução dos interesses pessoais do governante, faz vigorar na comuna o respeito às leis e à igualdade. Salutati, neste sentido, não mede esforços para contrapor-se ao conceito de liberdade e de tirania esboçados por Loschi em sua missiva, ressaltando, de forma explícita, a inversão de valores na qual incorre o chanceler de Milão. Ora, em uma comuna governada por alguém que usurpou o poder – colocando em xeque o modo como Gian Galeazzo Visconti teria chegado ao poder – e, ainda, na qual os flagelos da usurpação ainda são

⁴⁸⁹ “Vidētis, ut cunctis loquar, immo digito tangētis nostrae civitatis exortum Romano genere, civibus optimis atque fortissimis ex coloniis Faesulanis!”. COLUCCIO SALUTATI. *Contra maledicum et obiurgatorem qui multa pungenter adversus inclitam civitatem Florentiae scripsit*, §§ 32. In: BALDASSARRI, Stefano U. (ed.). *Coluccio Salutati Political Writings... Op. Cit.*, p. 212.

constantemente sentidos pela população, tolhida da participação dos assuntos públicos, não pode haver liberdade, mas tão somente tirania.

Neste sentido, tanto nos usos políticos e retóricos da história, quanto no desenvolvimento da argumentação e das fontes utilizadas por Salutati em sua defesa de Florença frente aos ataques de Antonio Loschi, o notário de Stignano vale-se do contraponto da tirania para fazer um inequívoco elogio à liberdade republicana, aut centrada e, sobremaneira, legatária da história romana que a antecedeu.

A postura adotada no *De tyranno*, por sua vez, contrapõe-se à perspectiva formulada na *Invectiva*, na medida em que não apenas uma defesa estrita da monarquia como melhor forma de governo aparece, mas porque o tom da obra está centrado em fontes e problemáticas eminentemente medievais. A exaltação dos desígnios de Deus no proêmio da obra deixa antever, de plano, que não se está a falar de uma exposição da tirania nos mesmos moldes como feito na *Invectiva*.

No *De tyranno*, Salutati aposta a caracterização do tirano no encontro entre alguém que governa sem justo título [*ex defectu tituli*] e de forma orgulhosa [*superbe*], no que chama de tirania *ex parte exercitii*. Embora a liberdade não seja aqui trabalhada com tamanha centralidade como o foi no *Contra maledicum...*, ela tangencia o vício *ex parte exercitii* do governante, haja vista que o governo calcado no benefício de um só impõe o desrespeito aos interesses e à liberdade dos demais.

Veja-se, dois são os requisitos impreterivelmente necessários à configuração desta forma de governo e eles são colocados à prova no governo de Júlio César. Mais uma vez, a história aqui é manuseada de modo tal que não apenas possibilita uma defesa da legitimidade do governo do Imperador, como também de Dante, que colocou Brutus e Cassius nos círculos mais baixos do Inferno em sua *Divina Comédia*. Ressaltando a maneira como César chegou ao poder e a aclamação popular de uma Roma que se entrega ao governante, sem descuidar, ainda, do próprio papel dos desígnios divinos na definição da disputa com Pompeu, Salutati parece opor-se à tirania, ressaltando a monarquia como a melhor forma de governo. É a monarquia que tem o condão de, fazendo frente ao governo tirânico, levar a comunidade à paz.

Na argumentação do chanceler, não se escapam os usos retóricos e políticos da história romana, em abordagem que formalmente aproxima-se àquela desenvolvida pelo autor na *Invectiva*. Em verdade, é o passado romano e a sua interpretação que

ocupam o espaço central da obra. E é a partir deles que os instrumentos retóricos – tais como a comparação com o curso alternativo das ações – se fazem mais presentes.

Nada obstante, é inequívoca a aparente contradição esposada por Salutati na *Invectiva* e no *De tyranno*, especialmente em razão da defesa da monarquia e da república em obras separadas por cerca de três anos. E este é o ponto de cumeada do presente trabalho; a pergunta que se objetivava solucionar: há mesmo uma incompatibilidade ou uma incongruência de Salutati na defesa da melhor forma de governo? Qual delas deve, efetivamente, ser considerada a melhor? E a resposta que se esboça é: ambas. Monarquia e república são, verdadeiramente, defendidas por Salutati como as melhores formas de governo, cada qual em sua particularidade, em obras com propósitos e fontes distintas, mas ambas sinceramente defendidas pelo autor.

E isso se torna possível na medida em que se passa a observar a política através das lentes da retórica. Salutati edifica a imagem de ambas as formas de governo a partir de expedientes retóricos que conglobam o passado romano da comuna e que, seja pela valorização do Império ou do passado republicano de Roma, servem como respaldo à salvaguarda dos interesses políticos de Florença e, ainda, do próprio Salutati, que se propôs a redigir a defesa de Dante. A discursividade da retórica, pois, como se viu, permite a criação de imagens do passado e do próprio presente que refletem o posicionamento político do chanceler enquanto republicano e monárquico.

Neste sentido, não se pode descuidar, como já visto anteriormente, que uma leitura “não-excludente” como a que o presente trabalho busca fazer se compatibiliza não apenas com a ideia de política das virtudes desenvolvida por James Hankins, mas também com a da plasticidade do pensamento político do autor, como quer Ronald Witt. Sem deixar de lado, ainda, os influxos históricos que marcam as simpatias políticas pela república e pela monarquia e, bem assim, a importância do agir político do autor enquanto chanceler da república de Florença, o presente trabalho não vê solução outra à suposta incongruência política de Salutati senão a de ressaltar a construção retórica de ambas as perspectivas.

Mais do que evidenciar seus elementos estilísticos – embora ciente do valor de tais instrumentos para ilustrar o caráter retórico das obras e para a construção das ideias que se pretendiam veicular – o presente trabalho buscou extrair das lições políticas de Salutati a *essência* do fazer discursivo na construção do seu pensamento,

porque é a partir dos usos da retórica na fundamentação das missivas e na defesa dos pontos de vista do autor que se afigura possível vislumbrar aquilo que ele efetivamente buscava alcançar com seus escritos políticos.

A visão dual de Salutati, pois, sobre a monarquia e a república, e a descoberta de sua coerência nesta dualidade são teses que não apenas se compatibilizam com as leituras dos autores supramencionados e com as perspectivas históricas – elementos de central importância ao desenvolvimento do trabalho –, mas que alinham precipuamente à central da noção de Renascimento como retórica de continuidade e descontinuidade. Salutati, imerso em um contexto de transição, entre os vivos influxos medievais do passado e a realidade do humanismo que se coloca como futuro palpável, esboça suas ideias políticas no limite daquilo que lhe era possível fazer.

A defesa de melhor forma de governo por Salutati não pode ser, então, entendida “nem como republicana nem como monárquica”, como querem, por exemplo, os relativistas. Mas deve, antes, ser analisada como republicana e monárquica, coerente na dualidade que desenvolve não apenas em razão da ideia de uma política das virtudes, como quer Hankins, mas, em especial, porque os posicionamentos esboçados pelo chanceler se apegam à construção retórica da verdade. República e monarquia são discursivamente edificadas sob o seio da história e da retórica, cada qual com suas fontes, com seus símbolos e defensores. A partir delas, Salutati cria imagens de densidade e espessuras suficientes para que a verdade seja palpável em cada uma, mas de superficialidade tal que a colisão de ambas não passe de uma superposição. Antes de tudo, a consciência de que a retórica joga com os limites da verdade sem dela prescindir traduz o que de mais humanista há no pensamento político de Salutati.

Monarquia e república encontram-se no fazer retórico, e Salutati, consciente da discursividade da política, transita, coerentemente, pelas veredas de ambas as formas de governo, o que confere originalidade ao seu pensamento. Na redescoberta humanista e verdadeiramente renascentista da densidade da verdade, por meio da retórica, Salutati elabora a defesa da melhor forma de governo republicana e monárquica, sem incorrer em incompatibilidade ou incongruência. E é a consciência do poder do discurso e, por conseguinte, da discursividade da verdade, à imagem do

que ocorre com o próprio humanismo nascente, que dá a sistematicidade ao pensamento salutiano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I. Obras e Missivas de Coluccio Salutati

COLUCCIO SALUTATI. *Collegio cardinalium*. In: BALDASSARRI, Stefano U. (ed.). *Coluccio Salutati Political Writings*. Cambridge: Harvard University Press, 2014, pp. 8-16.

_____. *De seculo et religione*. Tradução: Tina Marshall. Introdução: Ronald Witt. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

_____. *Italicis*. In: BALDASSARRI, Stefano U. (ed.). *Coluccio Salutati Political Writings*. Cambridge: Harvard University Press, 2014, pp. 34-47.

_____. *Regi Francorum*. In: BALDASSARRI, Stefano U. (ed.). *Coluccio Salutati Political Writings*. Cambridge: Harvard University Press, 2014, pp. 16-29.

_____. *Romanis*. In: BALDASSARRI, Stefano U. (ed.). *Coluccio Salutati Political Writings*. Cambridge: Harvard University Press, 2014, pp. 2-7.

_____. Livro I, Ep. I. In: NOVATI, Francesco. *Epistolario di Coluccio Salutati*. Roma: Forzani E.C. Tipografi del Senato, 1891. v. 01, p. 04.

_____. Livro II, Ep. V. In: NOVATI, Francesco. *Epistolario di Coluccio Salutati*. Roma: Forzani E.C. Tipografi del Senato, 1891. v. 01, p. 65.

_____. Livro II, Ep. XI. In: NOVATI, Francesco. *Epistolario di Coluccio Salutati*. Roma: Forzani E.C. Tipografi del Senato, 1891. v. 01., pp. 82-84.

_____. Livro II, Ep. XII. In: NOVATI, Francesco. *Epistolario di Coluccio Salutati*. Roma: Forzani E.C. Tipografi del Senato, 1891. v. 01, p. 86.

_____. Livro II, Ep. XVIII. In: NOVATI, Francesco. *Epistolario di Coluccio Salutati*. Roma: Forzani E.C. Tipografi del Senato, 1891. v. 01, p. 105.

_____. Livro II, Ep. XIX. In: NOVATI, Francesco. *Epistolario di Coluccio Salutati*. Roma: Forzani E.C. Tipografi del Senato, 1891. v. 01, p. 114.

_____. Livro III, Ep. XV. *In: NOVATI, Francesco. Epistolario di Coluccio Salutati.*
Roma: Forzani E.C. Tipografi del Senato, 1891. v. 01, p. 183.

_____. Livro III, Ep. XXIII. *In: NOVATI, Francesco. Epistolario di Coluccio Salutati.*
Roma: Forzani E.C. Tipografi del Senato, 1891. v. 01, p. 217.

_____. Livro III, Ep. XXIV. *In: NOVATI, Francesco. Epistolario di Coluccio Salutati.*
Roma: Forzani E.C. Tipografi del Senato, 1891. v. 01, p. 219.

_____. Livro IV, Ep. XII. *In: NOVATI, Francesco. Epistolario di Coluccio Salutati.*
Roma: Forzani E.C. Tipografi del Senato, 1891. v. 01, pp. 289-292.

_____. Livro V, Ep. VI. *In: NOVATI, Francesco. Epistolario di Coluccio Salutati.*
Roma: Forzani E.C. Tipografi del Senato, 1893. v. 02., p. 13.

_____. Livro V, Ep. XVII. *In: NOVATI, Francesco. Epistolario di Coluccio Salutati.*
Roma: Forzani E.C. Tipografi del Senato, 1893. v. 02, pp. 83-98.

_____. Livro VI, Ep. XVI. *In: NOVATI, Francesco. Epistolario di Coluccio Salutati.*
Roma: Forzani E.C. Tipografi del Senato, 1893. v. 02, p. 192.

_____. Livro VII, Ep. III. *In: NOVATI, Francesco. Epistolario di Coluccio Salutati.*
Roma: Forzani E.C. Tipografi del Senato, 1893. v. 02, p. 261.

_____. Livro VII, Ep. XI. *In: NOVATI, Francesco. Epistolario di Coluccio Salutati.*
Roma: Forzani E.C. Tipografi del Senato, 1893. v. 02, p. 295.

_____. Livro X, Ep. IV. *In: NOVATI, Francesco. Epistolario di Coluccio Salutati.*
Roma: Forzani E.C. Tipografi del Senato, 1896. v. 03, pp. 206-207.

_____. Livro XI, Ep. X. *In: NOVATI, Francesco. Epistolario di Coluccio Salutati.*
Roma: Forzani E.C. Tipografi del Senato, 1896. v. 03, p. 371-373.

_____. Livro XIII, Ep. III. *In: NOVATI, Francesco. Epistolario di Coluccio Salutati.*
Roma: Forzani E.C. Tipografi del Senato, 1896. v. 03, p. 602.

_____. Livro XI, Ep. XII. In: NOVATI, Francesco. *Epistolario di Coluccio Salutati*. Roma: Forzani E.C. Tipografi del Senato, 1896. v. 03, p. 376-377.

_____. Livro XIII, Ep. III. In: NOVATI, Francesco. *Epistolario di Coluccio Salutati*. Roma: Forzani E.C. Tipografi del Senato, 1896. v. 03, pp. 601-605.

_____. Livro XII, Ep. XXIV. In: NOVATI, Francesco. *Epistolario di Coluccio Salutati*. Roma: Forzani E.C. Tipografi del Senato, 1896. v. 03, p. 424.

_____. Ep. XXXIV e XLII. In: NUZZO, Armando. Coluccio Salutati, Epistole di Stato: primo contributo all'edizione: epistole I-XLIII (6 aprile-6 agosto 1375), *Letteratura Italiana Antica – rivista annuale di testi e studi*, anno IV, pp. 29-99, 2003, pp. 89-90 e 94.

II. Obras de autores da Antiguidade, Medievo e Renascimento

[ANÔNIMO]. *Rhetorica Ad Herennium*. Tradução: Theodor Nüsslein. Zurique: Artemis und Winkler, 1998.

[CICERO]. *Retórica a Herênio*. Tradução e Introdução: Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.

[CICERO]. *Rhetorica Ad Herennium*. Tradução e Introdução: Harry Caplan. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1999.

[CORNIFICI]. *Rhetorica Ad C. Herennium*. Introduzione, testo critico, commento a cura di Gualtiero Calboli. Bologna: Pàtron Editore, 1993.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução: Quintín. Racionero. Madrid: Gredos, 1990.

_____. *Retórica*. Tradução: Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2019.

BARTOLUS DA SASSOERRATO. *Tractatus De Tyranno*. In: QUAGLIONI, Diego. *Politica e diritto nel trecento italiano: Il “De Tyranno” di Bartolo da Sassoferrato (1314-1357)*. Firenze: Olschki, 1983, pp. 171-215.

_____. *Tractatus De Guelphis et Gebellinis*. In: QUAGLIONI, Diego. *Politica e diritto nel trecento italiano: Il “De Tyranno” di Bartolo da Sassoferrato (1314-1357)*. Firenze: Olschki, 1983, pp. 129-147.

_____. *On Guelfs and Ghibellines*. In: ROBINSON, Jonathan. *Bartolus da Sassoferrato: On Guelfs and Ghibellines*. Toronto: Toronto University, 2014. Disponível em: http://individual.utoronto.ca/jwrobinson/translations/bartolus_de-guelphis-et-gebellinis.pdf. Acesso em: 15 out. 2020, pp. 1-10.

BOCCACCIO, Giovanni. *Genealogia Deorum Gentilium*. In: OSGOOD, Charles G. *Boccaccio On Poetry*, 2ª ed. New York: The Liberal Arts Press, 1956, pp. 14-143.

_____. *O Decamerão*. Tradução: Raul de Polillo. Introdução de Edorado Bizzarri. São Paulo: Livraria Martins Fonte, 1956.

BRUNETTO LATINI. *La Rettorica*. In: COPELAND, Rita; SLUITER, Ineke (org.) *Medieval Grammar and Rhetoric: language arts and literary theory, AD 300 – 1475*. Oxford: Oxford University Press, 2012, pp. 757-780.

BRUNI, Leonardo. *Ad Petrum Palum Histrum Dialogus*. In: GARIN, Eugenio (Ed.). *Prosatori Latini del Quattrocento, Le Letteratura italiana storia e testi*. Milano, Napoli: Riccardo Ricciardini, 1952. v. 13, pp. 41-103.

_____. *History of the Florentine People*. In: HANKINS, James (Ed.). *Leonardo Bruni History of the Florentine people (Books I-IV)*. Cambridge; London: Harvard University Press, 2001, v. 1.

_____. *History of the Florentine People*. In: HANKINS, James (Ed.). *Leonardo Bruni History of the Florentine people (Books V-VIII)* Cambridge; London: Harvard University Press, 2041, v. 2.

_____. *Laudatio Florentinae Urbis*. In: MAGALHÃES PINTO, Fabrina. O Elogio da cidade de Florença (*Laudatio Florentinae Urbis*), de Leonardo Bruni. *Morus (UNICAMP)*, Campinas, v. 11, n. 2, pp. 243-335, 2016.

CÍCERO, Marcus Tullius. *Epistulae ad Familiares*. Disponível em: <http://data.perseus.org/citations/urn:cts:latinLit:phi0474.phi056.perseus-lat1:4.9>. Acesso em: 11 jan. 2021.

_____. *M. Tulli Ciceronis Orationes*: Recognovit brevique adnotatione critica instruxit Albertus Curtis Clark Collegii Reginae Socius. Oxford: Oxford University Press, 1918. Disponível em: <http://data.perseus.org/citations/urn:cts:latinLit:phi0474.phi032.perseus-lat1:25>. Acesso em: 10 jan. 2021.

_____. *De Oratore*. In: CÍCERO, Marcus Tullius. *Opere Retoriche: De Oratore, Brutus, Orator* a cura di Giuseppe Norcio. Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1970, pp. 87-540.

DANTE ALIGHIERI. *Monarchia*. In: SQUAROTTI, Giorgio Bárberi (Coord.). *Opere Minori di Dante Alighieri*. Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1997.

EGIDIO ROMANO. Regimento de Príncipes. In: PEREZ, Juan Benito. *Glosa Castellana al "Regimiento de Príncipes" de Egidio Romano*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2005, pp. 11-1072.

_____. *Sobre o Poder Eclesiástico*. Tradução: Luis. A. De Boni. Petropolis: Vozes, 1989.

FLORUS. Epitome of Roman History. Tradução: E. S. Forster. Loeb Classical Library 231. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1929. Disponível em: https://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Florus/Epitome/2E*.html#XIII. Acesso em: 10 jan. 2021.

GUIDO FABBA. *Rota nova*: preface. In: COPELAND, Rita; SLUITER, Ineke (org.) *Medieval Grammar and Rhetoric: language arts and literary theory, AD 300 – 1475*. Oxford: Oxford University Press, 2012, pp. 699-706.

JOÃO DE PARIS. *Sobre o poder régio e o poder papal*. Tradução e Introdução: Luis A. de Boni. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 1989.

JOÃO DE SALISBURY. *Metalogicon*. Tradução, Introdução e Notas: Daniel D. McGary. Glouceter, Massachusetts: Peter Smith, 1971.

MARSÍLIO DE PÁDUA. *O Defensor da Paz*. Tradução e Notas: José Antônio de Camargo Rodrigues de Souza Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

PETRARCA, Francesco. *Rerum Familiarium Libri I-VIII*. Tradução: Aldo S. Bernardo. New York: State University of New York Press, 1975.

_____. *Rerum Familiarium Libri XVII-XXIV*. Tradução: Aldo S. Bernardo. New York: State University of New York Press, 1985.

_____. Invective against a detractor of Italy. In: PETRARCA, Francesco. *Inventives*. Tradução: David Marsh. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 2003, pp. 364-476.

_____. On his own Ignorance and that of many others. In: PETRARCA, Francesco. *Inventives*. Tradução: David Marsh. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 2003, pp. 222-364.

PETRARCHAE, Francesco. *Africa*. Prefácio e Notas: L. Pingaud. Paris: Apud Ernest Thorin editorem, 1871.

PLATÃO. *Górgias*. Tradução: Jaime Bruna. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

_____. *Fedro*. Tradução: Carlos Alberto Nunes. Belém: Editora Universitária UFPA, 1975.

SÊNECA, Lucio Aneu. *Cartas a Lucílio*, Tradução, Prefácio e Notas: J. A. Segurado e Campos. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

_____. *Hercules furens*. In: MARCHIORI, Luciano Antonio B. S. *Hércules furioso de Sêneca: estudo introdutório, tradução e notas*. 2008. Dissertação (Mestrado).

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SEXTO EMPIRICO. *Contra os retóricos*. Tradução, apresentação e comentários: Rafael Huguenin e Rodrigo Pinto de Brito. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SUETONIO. *Vidas de Los Doce Césares (Libros I-III)*. Tradução: Rosa M. Agudo Cubas. Madrid: Editorial Gredos, 1992.

SUETONIUS. *Lives of the Caesars - volume I: Julius. Augustus. Tiberius. Gaius. Caligula*. Tradução: J. C. Rolfe. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1914.

THIERRY OF CHARTRES. Prologue to Heptateuchon. In: COPELAND, Rita; SLUITER, Ineke (org.) *Medieval Grammar and Rhetoric: language arts and literary theory, AD 300 – 1475*. Oxford: Oxford University Press, 2012, pp. 439-443.

TOMÁS DE AQUINO. 1. ed. *Suma Teológica*. São Paulo: Ed. Loyola, 2002. v. 04.

_____. *Suma Teológica*. 3. ed. São Paulo: Edições. Loyola, 2009. v. 01.

VALLA, Lorenzo, et. al. *Humanismo y Renacimiento*: selección de Pedro R. Santidrian. Tradução: Pedro R. Santidrian, Madrid: Alianza Editorial, 2007.

VILLANI, Giovanni. *Crónica florentina*. Tradução, prólogo e notas: Nilda Guglielmi. Buenos Aires: Editorial Tekne, 1984.

_____. *Nouva Cronica*. Parma: Einaudi, 1991.

III. Comentadores

ADEODATO, João Maurício. Uma crítica retórica à retórica de Aristóteles. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, [S.l.], v. 110, s.n., p. 35-74, 17 jun. 2015.

ADVERSE, Helton. Política e retórica no humanismo do Renascimento. *O que nos faz pensar*, [S.l.], v. 19, n. 27, p. 27-58, may 2010. ISSN 0104-6675. Disponível em:

<http://www.oquenosfazpensar.fil.puc-rio.br/index.php/oqnf/article/view/298>.

Acesso em: 17 ago. 2020.

AGUZZI-BARBAGLI, Danilo. Dante e la poetica di Coluccio Salutati. *Italica*, [S.l.], v. 42, n. 1, pp.108-131, mar. 1965.

ALAIN, Michel. *Rhétorique et philosophie chez Cicéron: essai sur les fondements philosophiques de l'art de persuader*. Paris: Presses Universitaires de France, 1960.

ALMEIDA, Philippe Oliveira de. *Raízes medievais do Estado moderno: a contribuição da Reforma Gregoriana*. 2013. 200f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

AMBRÓSIO, Renato. O tirano entre a história e a tragédia. *Hypnos*, [S.l.], n. 21, pp. 231-244, 2º semestre de 2008.

_____. Política e retórica no Humanismo Florentino entre os séculos XIV e XV: em torno do Humanismo Cívico. 2014. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/T.8.2014.tde-12062015-114738. Acesso em: 15 out. 2020.

_____. A República de Florença como a segunda Roma Republicana na Inectiva In Antonium Luschum Vicentinum de Lino Coluccio Salutati. *Estudos Linguísticos e Literários* (UFBA), Salvador, n. 55, pp. 270-291, 2016.

_____. Leonardo Bruni e a tradução no humanismo italiano. *MORUS – Utopia e Renascimento*, [S.l.], v. 11, n. 2, pp. 337-370, 2016. Disponível em: <http://www.revistamorus.com.br/index.php/morus/article/view/295/270>. Acesso em: 10 jan. 2021.

ARANOVICH, Patrícia Fontoura. Maquiavel, Retórica e Política. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, [S. l.], v. 1, n. 24, pp. 62-74, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/85747>. Acesso em: 15 out. 2020.

_____. As armas em Maquiavel. *Revista Crítica Histórica*, [S.l.], ano VI, nº 12, pp. 1-16, dezembro de 2015.

AZNAR, Bernardo Bayona. *El Origen del Estado laico desde la Edad Media*. Madrid: Grupo Anaya. 2009.

BALDASSARRI, Stefano U. Like Fathers like Sons: Theories on the Origins of the City in Late Medieval Florence. *MLN*, [S.l.], v. 124, n. 1, pp. 23-44, jan. 2009. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/29734479>. Acesso em: jan. 2021.

_____. (ed.). *Coluccio Salutati Political Writings*. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

BANKER, James R. Giovanni di Bonandrea and civic values in the context of the Italian rhetorical tradition. *Manuscripta: a journal of manuscript research*, [S.l.], v. 18, n. 01, 1974.

BARBOSA, João Morais; DE SOUZA, José Antônio de C. R. *O reino de Deus e o Reino dos homens: as relações entre os poderes espiritual e temporal na Baixa Idade Média (da Reforma Gregoriana a João Quidort)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

BARLUCCHI, Andrea. La Guerra Tra Firenze e Gian Galeazzo Visconti. In: CARDINI, Roberto; VITTI, Paolo (Ed.). *Coluccio Salutati e Firenze: ideologia e formazione dello Stato*. Firenze: Maurro Pagliai Editore, 2009.

BARON, Hans. Moot Problems of Renaissance Interpretation: An Answer to Wallace K. Ferguson. *Journal of the History of Ideas*, [S.l.], v. 19, n. 1, pp. 26-34, jan. 1958.

_____. *Crisis of the Early Italian Renaissance: Civic Humanism and Republican Liberty in an Age of Classicism and Tyranny*. Princeton: Princeton University Press, 1966.

BARROS, José D'Assunção. Cristianismo e política na Idade Média: relações entre Papado e Império (Christianity and politics in the Middle Ages: the relations between the Papacy and the Empire). *HORIZONTE-Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, [S.l.], v. 07 n. 15, pp. 53-72, 20 dez. 2009.

BARTHES, Roland. A retórica antiga. In: COHEN, Jean *et al.* *Pesquisas de retórica*. Tradução: Leda Pinto Mafra Iruzun. Petrópolis: Vozes, 1975, pp. 147-232.

BECKER, Marvin. *Florence in Transition: Studies in the Rise of the Territorial State*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1968, 02 vols.

BERTELLONI, Francisco. *La crisis de la monarquía papal mediante un modelo causal ascendente*: Juan de Paris, De Regia potestate et papali. *Veritas*, Porto Alegre, v. 51, n. 3, setembro, 2006, pp. 51-66.

BIGNOTTO, Newton. *Origens do republicanismo moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

_____. *O Tirano e a Cidade*. São Paulo: Discurso Editorial, 1998.

BLACK, Jane. Constitutional ambitions, legal realities and the Florentine state. In: CONNELL, William J.; ZORZI, Andrea (Ed.). *Florentine Tuscany: structures and practices of power*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, pp. 48-64.

_____. Giangaleazzo Visconti and the Ducal Title. In: LAW, John E.; PATON, Bernadette (Ed.). *Communes and Despots in Medieval and Renaissance Italy*. Surrey: Ashgate, 2010, pp. 119-130.

BLACK, Robert. *Benedetto Accolti and the Florentine Renaissance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

_____. Review: The Political Thought of the Florentine Chancellors. *The Historical Journal*, [S.l.], v. 29, n. 4, 1986, pp. 991-1003. Disponível em: www.jstor.org/stable/2639367. Acesso em: 10 de maio de 2020.

BOLGAR, R. R. *The Classical Heritage and its Beneficiaries: from the Caroligian Age to the Renaissance*. New York, 1964.

BONAINE, Francesco. Gli Ordinamenti Di Giustizia del Comune e Popolo di Firenze compilati nel 1293 e nuovamente pubblicati da francesco bonaini, soprintendente al r. archivio di stato sopra l'abbozzo che si conserva nel medesimo archivio. *Archivio Storico Italiano*, [S.l.], v. 1, n. 1, pp. 1-93, 1855.

BORGHI, Lamberto. La concezione umanistica di Coluccio Salutati. *Annali della R. Scuola Normale Superiore di Pisa. Lettere, Storia e Filosofia*, [S.l.], serie II, v. 3, n. 4, pp. 469-492, dez. 1934.

BOUTIER, Jean; SINTOMER, Yves. La république de florence (12^e - 16^e siècle) enjeux historiques et politiques. *Revue française de science politique*, [S.l.], v. 64, n. 6, pp. 1055-1081, dez. 2014. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43550826>. Acesso em: 15 out. 2020.

BRAZZAROLA, G. A vida, a sociedade, a política e a cultura nos tempos de Dante Alighieri. *FRAGMENTOS (UFSC)*, Florianópolis, v. 33, pp. 331-341, jul. – dez. 2007.

BREISACH, Ernst. *Historiography: ancient, medieval and modern*. 3 ed. Chicago: Chicago University Press, 2007.

BROWN, Alisson. Florence, Renaissance and Early Modern State: Reappraisals. *The Journal of Modern History*, [S.l.], v. 56, n. 2, junho de 1984, pp. 285-300.

BRUCKER, Gene A. *Florentine politics and society, 1343-1378*. Princeton: Princeton University Press, 1962.

_____. Un documento fiorentino sulla guerra, sulla finanza e sulla amministrazione pubblica (1375). *Archivio Storico Italiano*, [S.l.], v. 115, n. 2, pp. 165-176, 1957.

BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio*. Tradução: Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

BURKE, Peter. *El Renacimiento Europeo: centros y periferias*. Tradução: Magdalena Chocano Mena. Barcelona: Editorial Crítica, 2000.

_____. *The Renaissance*. New York: St. Marin's Press Inc, 1987.

CASSIRER, Ernst et al. *The Renaissance philosophy of man*. Chicago: University of Chicago Press, 1956.

CHENU, Marie-Dominique. *Nature, man, and society in the twelfth century*. Tradução: Jerome Taylor. Toronto: University of Toronto Press, 1997.

CIRILLO, Marco. Coluccio Salutati and the Tyrant. *Philosophy Pathways electronic journal*, n. 148, p. 6-9, 2009. Disponível em: <http://klempner.freeshell.org/newsletter/issue148.html>. Acesso em: janeiro de 2021.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e Persuasão*. São Paulo: Editora Ática, 2002.

CLARKE, Martin L. *Rhetoric at Rome: a historical survey*. New York: Routledge, 1996.

COCHRANE, Eric. *Historians and historiography in the Italian Renaissance*. Chicago: The University of Chicago Press, 1981.

COELHO, Maria Cecília Miranda Nogueira. Retórica, filosofia e lógica: verdade como construção discursiva. In: ASSUNÇÃO, T., FLORES, O., SANTOS, M. (Org.) *Ensaio de Retórica*. Belo Horizonte: Tessitura, 2010, pp. 27-57.

CONSTABLE, Giles. Dictators and Diplomats in the Eleventh and Twelfth Centuries: Medieval Epistolography and the Birth of Modern Bureaucracy. *Dumbarton Oaks Papers*, [S.l.], v. 46, 1992. pp. 37-46.

CONTI, Elio (Ed.). *Le "consulte" e "pratiche" della Repubblica fiorentina nel Quattrocento*: edito a cura di un seminario guidato da Elio Conti., Pisa: Giardini, 1981.

COPELAND, Rita. Thierry of Chartres and the causes of rhetoric: from the heptateuchon to teaching the ars rhetorica. In: HEYWORTH, Melanie; RUYS, Juanita Feros; WARD, Jhon O. (Ed.). *The Classics in the Medieval and Renaissance Classroom*. Turnhout: Brepols Publishers, 2013, pp. 81-102.

COSTA, Ricardo da. A retórica na Antiguidade e na Idade Média. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 42, n. spe, p. 353-390, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010131732019000500353&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 jun. 2020.

COX, Virginia. Ciceronian Rhetoric in Late Medieval Italy: the Latin and the vernacular traditions. In: WARD, John O; COX, Virginia (Ed.). *The Rhetoric of Cicero in Its Medieval and Early Renaissance Commentary Tradition*. Leiden, The Netherlands: Brill, 2006. v. 02, pp 109-136.

CUNHA, Edilson Alkmim (Coord.). *Corpus iuris civilis: Digesto: livro I.* - Brasília: TRF1, ESMAF, 2010.

CURTIUS, Ernst Robert. *European literature and the Latin Middle Ages.* Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2013.

DAL RI JR., Arno; NUNES, Diego. A tirania como categoria jurídica de governo: a construção do ius publicum medieval na obra de Bartolo de Saxoferato. *Revista Justiça do Direito*, v. 32, n. 3, p. 480-508, 12 fev. 2019.

DAL RI JÚNIOR, Arno. A secularização do estado e o humanismo medieval: a contribuição da *Monarchia* de Dante Alighieri. In: BOMBASSARO, Luiz Carlos; DAL RI JÚNIOR, Arno; PAVIANI, Jayme (Org.). *As interfaces do humanismo latino.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, pp. 91-112.

DAYOUB, Khazzoun Mirched. *A Ordem das Ideias – Palavra, Imagem, Persuasão: A Retórica.* Barueri, São Paulo: Manole, 2004.

DE ANGELIS, Laura; WHITTAKER Vicki. Florence's ruling class at the turn of the fourteenth and fifteenth centuries. *Revue française de science politique* (English Edition), v. 64, n. 6, 2014, pp. 1123-1137.

DE BONI, Luis Alberto. *A entrada de Aristóteles no Ocidente Medieval.* Porto Alegre: EST Edições/Editora Ulisses, 2010.

DE ROSA, Daniela. *Coluccio Salutati: il cancelliere e il pensatore politico.* Roma: Aracne Editrice, 2014.

DEAN, Trevor; WALEY, Daniel. *The Italian City Republics.* London and New York: Routledge, 2010.

DEL LUNGO, Isidoro. *Dino Compagni e la sua crônica.* Firenze: Successori Le Monnier, 1979. v. 02.

DIGIVATLIB. *Digital Vatican Library.* Cappon 147. Disponível em: https://digi.vatlib.it/view/MSS_Cappon.147?ling=it. Acesso em: 03 dez. 2020.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese em ciências humanas*. Tradução: Ana Falcão Bastos e Luis Leitão. Queluz de Baixo: Editorial Presença, 2007.

EMERTON, Ephraim. *Humanism and tyranny: studies in the Italian Trecento*. Gloucester: Harvard, 1964.

ERCOLE, Francesco. *Da Bartolo all'Albusio: saggi sulla storia del pensiero pubblicistico del rinascimento italiano*. Florença: Vallecchi, 1932.

FANTHAM, Elaine. Imitation and Evolution: The Discussion of Rhetorical Imitation in Cicero De Oratore 2. 87-97 and Some Related Problems of Ciceronian Theory. *Classical Philology*, [S.l.], v. 73, n. 1, pp. 1-16, jan. 1978.

_____. *The Roman World of Cicero's De Oratore*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

FLICHE, Augustin. *Storia della Chiesa: Dalle origini fino ai Giorni Nostri*. vol. VIII – La Riforma Gregoriana e la Riconquista Cristiana (1057-1123). Torino: Edizioni S.A.I.E., 1959.

FRAZÃO JOSÉ, N. Marco Antônio: De Herdeiro a Inimigo de Roma. *Revista Caminhos da História*, [S.l.], v. 21, n. 2, p. 77-97, 28 fev. 2020.

GAMBERINI, Andrea. Orgogliosamente tiranni: I Visconti, la polemica contro i regimi dispotici e la risignificazione del termine tyrannus alla metà del Trecento. In: ZORZI, Andrea (Org.). *Tiranni e tirannide nel Trecento italiano*. Roma: Vilella, 2017.

GARBINI, Paolo. Ars dictaminis e storiografia. In: GRÉVIN, Benoît; TURCAN-VERKERK, Anne-Marie. *Le Dictamen Dans Tous ses États: Perspectives de Recherche sur la Théorie et la Pratique De L'ars Dictaminis (XI-XV Siècles)*. Turnhout: Brepols, 2015, pp. 181-190.

GARGANI, Giuseppe Torquato. *Il libro fiesolano: leggenda del buon secolo della lingua*. Firenze: Tipografia Galileiana, 1854.

GARIN, Eugenio. *La revolución cultural del Renacimiento*. Tradução: Domenec Bergada. Barcelona: Editorial Critica, 1984.

_____. *El Renacimiento italiano*. Tradução: Antoni Vicens. Barcelona: Editorial Ariel. 1986.

_____. *Ciência e Vida Civil no Renascimento Italiano*. Tradução: Cecília Prada. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

_____. *History of Italian philosophy*. New York: Rodopi, 2008. v. 1.

GHERARDI, Alessandro. La Guerra dei Fiorentini con Papa Gregorio XI detta La Guerra Degli Otto Santi. *Archivio Storico Italiano*, Serie Terza, [S.l.], v. 6, n. 2, pp. 31-131, 1867.

GILLI, Patrick. *Cidades e sociedades urbanas na Itália medieval (séculos XII-XIV)*. Tradução: Marcelo Cândido da Silva e Victor Sobreira. Campinas: Editora da Unicamp; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

GILSON, Étienne. *O Espírito da Filosofia Medieval*. Tradução: Eduardo Brandão. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GOLTHWAITE, Richard. *The economy of Renaissance Florence*. Baltimore, Maryland: John Hopkins University Press, 2009.

GRANADA, Miguel A. *El umbral de la modernidad*. Barcelona: Herder, 2000.

GROSSI, Paolo. *A Ordem Jurídica Medieval*. Tradução: Denise Rossato Agostinetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

GRUDIN, Michaela Paasche; GRUDIN, Robert. *Boccaccio's Decameron and the Ciceronian Renaissance*. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

GUALTIERI, Piero. Les pratiques institutionnelles de la République Florentine: du regime del Popolo de 1282 à la réforme électorale de 1328. *Revue française de science politique*, [S.l.], v. 64, n. 06, pp. 1101-1121, 2014.

HAMILTON, Desirae. *The Captain of the People in Renaissance Florence*. 2015. Dissertação (Mestrado em Artes/História) – University of North Texas, Denton, 2015.

HANKINS, James. The 'Baron Thesis' after Forty Years and Some Recent Studies of Leonardo Bruni. *Journal of the History of Ideas*, [S.l.], n. 56, v. 2, p. 309-338, 1995.

_____. Exclusivist Republicanism and the Non-Monarchical Republic. *Political Theory*, v. 38, n. 4, p. 452–482, ago. 2010.

_____. Coluccio Salutati e Leonardo Bruni. In: CLERICUZIO, Antonio (dir.), RICCI, Saverio (dir.). *Il Contributo Italiano alla Storia della Cultura - Filosofia*. Rome: Treccani, 2012. p. 1-10.

_____. *Virtue Politics: soulcraft and statecraft in renaissance Italy*. Cambridge, Massachusetts and London: Harvard University Press, 2019.

_____. Republicanism, virtue and tyranny. In: CAPELLI, GUIDO (Ed.). *Al di là del republicanesimo: modernità politica e origini dello Stato*. Napoli: UniorPress, 2020, pp. 147-164.

HASKINS, Charles H. The Life of Medieval Students as Illustrated by their Letters. *The American Historical Review*, [S.l.], v. 03, n. 02, jan. 1898, pp. 203-229.

_____. *The Renaissance of the twelfth century*. Massachusetts: Harvard University Press. 1927.

HAURÉAU, Barthélémy. Jean de Hesdin: le gallus calumniator de Pétrarque. *Romania*, [S.l.], v. 22, n. 86, 1893, pp. 276-281.

HENDERSON, Ernest F. *Select Historical Documents of the Middle Ages*. London: George Bell and Sons, 1896. Disponível em: <https://avalon.law.yale.edu/medieval/golden.asp>. Acesso em: 20 jan. 2021.

HERLIHY, David *et al.* *Florentine Renaissance Resources, Online Tratte of Office Holders, 1282-1532*. Machine readable data file. STG: Brown University, Providence, R. I.,

2002. Disponível em: <http://cds.library.brown.edu/projects/tratte/>. Acesso em: 15 out. 2020.

HESPAÑA, Antonio Manuel. *Cultura Jurídica Europeia: síntese de um milénio*. Coimbra: Almedina, 2012.

IANZITI, Gary. *Writing History in Renaissance Italy: Leonardo Bruni and the Uses of the Past*. Massachusetts: Harvard University Press, 2002.

INNES, Doreen. Cicero on Tropes. *Rhetorica: A Journal of the History of Rhetoric*, [S.l.], v. 6, n. 3, pp. 307-325, verão de 1988.

JAEGGER, Werner. *Paideia: a formação do homem grego*. Tradução: Artur M. Parreira. 6ª edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

JONES, Philipp J. Communes and Despots: The City State in Late-Medieval Italy. *Transactions of the Royal Historical Society*, [S.l.], v. 15, pp. 71-96, 1965.

KALLENDORE, Craig. The Rhetorical Criticism of Literature in Early Italian Humanism from Boccaccio to Landino. *Rhetorica: A Journal of the History of Rhetoric*, [S.l.], v. 1, n. 2, pp. 33-59, outono de 1983.

KANTOROWICZ, Ernst. *The King's Two Bodies: a study in medieval political theology*. Princeton: Princeton University Press, 2016.

KASTELY, Amy H. Cicero's De legibus: law and talking justly toward a just community. *Yale Journal of Law & the Humanities*, v. 3, n. 01, pp. 1-31, 1991.

KENNEDY, George Alexander. *A Classical Rhetoric and its Christian & Secular Tradition from Ancient to Modern Times*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1980.

_____. *Aristotle on Rhetoric: a theory of civic discourse*. New York: Oxford University Press, 1991.

_____. *A new history of classical rhetoric*. New Jersey: Princeton University, 1994.

KRISTELLER, Paul Oskar. Humanism and Scholasticism in the Italian Renaissance. *Byzantion*, [S.l.], v. 17, pp. 146-374, 1944-1945.

_____. Philosophy and humanism in Renaissance perspective. In: O'KELLY, Bernard (Ed.). *The Renaissance Image of Man and the World*. Columbus: Ohio State University Press, 1966, pp. 29-53.

_____. *Renaissance thought and its sources*. New York: Columbia University Press, 1979.

LABARBE, Jules. L'apparition de la notion de tyrannie dans la Grèce Arcaïque. In: *L'Antiquité Classique*. Bruxelles, tomo 40, fasc. 2, pp. 471-504, 1971.

LANTSCHNER, Patrick. Revolts and the Political Order of Cities in the Late Middle Ages. *Past&Present*, [S.l.], v. 225, n. 01, pp. 3-46, nov. 2014.

LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. Tradução: Marcos de Castro. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

_____. *Para uma outra Idade Média: tempo, tabalho e cultura no Ocidente*. Tradução: Thiago Abreu e Lima Florêncio e Noéli Correia de Melo Sobrinho. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

LEE, Alexander. *Humanism and Empire: the Imperial Ideal in Fourteenth-Century Italy*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

_____. Coluccio Salutati and Charles IV of Luxembourg (1368-1378). In: RANDO, Daniela, et. Al (Ed.). *Carlo IV e l'Italia*. Roma: ISIME. No prelo.

LEE, Daniel. *Popular Sovereignty in Early Modern Constitutional Thought*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

LEVI, Mario Attilio. *La controversia sull'uccisione di Giulio Cesare e le fonti latine del De Tiranno di Coluccio Salutati*. Milão: Istituto Lombardo Accademia di Scienze e Lettere, 1967.

LOMBARDO, Paul A. Vita Activa versus Vita Contemplativa in Petrarch and Salutati. *Italica*, [S.l.], v. 59, n. 2, pp. 83-92, verão de 1982.

LOSCHI, Antonio. *Invectiva in florentinos*. In: BALDASSARRI, Stefano U. (ed.). *Coluccio Salutati Political Writings*. Cambridge: Harvard University Press, 2014, pp. 144-168.

MAGALHÃES PINTO, Fabrina. Retórica e filosofia na formação do pensamento moderno. *O que nos faz pensar*, [S.l.], v. 19, n. 27, pp. 59-91, mai. 2010. Disponível em: <http://www.oquenosfazpensar.fil.puc-rio.br/index.php/oqnf/p/article/view/299>. Acesso em: 10 dez. 2020.

MAGALHÃES, Fernão de. *Dicionário português-latim*. São Paulo: Lep, 1955.

MANN, Nicholas. KRAYE, Jill (Ed.). *The Cambridge Companion to Renaissance Humanism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MARTINS, José Antônio. Sobre as origens do vocabulário político medieval. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 34, n. 3, pp. 51-68, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732011000500006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 jan. 2021. doi: <https://doi.org/10.1590/S0101-31732011000500006>

MARZI, Demetrio. *La cancelleria della Repubblica fiorentina*. Rocca S. Casciano, 1910.

MASTERS, Roger D. *Da Vinci e Maquiavel: um sonho renascentista*. Tradução: Maria Luiza Xavier da A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

MAYOS, Gonçal; COLLADO, Francis García; COELHO, Saulo de Oliveira Pinto. *Cultura, Historia y Estado: pensadores en clave macrofilosófica*. Barcelona: La Busca, 2013.

MAZZARINO, Santo. *Fra Oriente e Occidente: ricerche di Storia greca arcaica*. Florence: La Nuova Italia, 1947.

MCLAUGHLIN, Martin L. *Literary Imitation in the Italian Renaissance: The Theory and Practice of Literary Imitation in Italy from Dante to Bembo*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

MEIRA, Silvio Augusto de Bastos. A aquisição da propriedade pela usucapião. *Revista de informação legislativa*, [S.l.], v. 22, n. 88, pp. 195-228, out./dez., 1985. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181652/000420293.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 14 jun. 2020.

MICHELET, Jules. *História da França*, Tomo IV – Livros VII, VIII e IX (anos 1380 a 1422). Rio de Janeiro: Luiz Fernando Serra Moura Correia, 2014.

MILNER, Stephen J. Communication, consensus and conflict: rhetorical precepts, the *ars concionandi* and social ordering in late medieval Italy. In: WARD, John O; COX, Vignia (Ed.). *The Rhetoric of Cicero in Its Medieval and Early Renaissance Commentary Tradition*. Leiden, The Netherlands: Brill, 2006. v. 02.

MOMMSEN, Theodor; KRUEGES, Paul (Ed.). *Corpus Iuris Civilis*. Cambridge Library Collection - Classics. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. v. 1. Disponível em: <https://droitromain.univ-grenoble-alpes.fr/Corpus/d-14.htm>. Acesso em: 12 nov. 2020.

MORGANTI, Bianca Fanelli. Petrarca e a imitação de Cícero. *Revista Limiar*, [S.l.], v. 2, n. 3, pp. 91-120, 24 mar. 2019.

MORRALL, John B. *Political Thought in Medieval Time*. Toronto: University of Toronto Press, 1997.

MORRISON, Karl F. (Org.). *The Investiture Controversy: Issues, Ideals, and Results*. New York: Hold, Rinehart and Winston, 1971.

MURPHY, James J. Rhetoric in the Fourteenth-Century Oxford. *Medium Ævum*, [S.l.], v. 34, n. 01, pp. 1-20, 1965.

_____. *Rhetoric in the Middle Ages*. Los Angeles: University of California Press, 1990.

NADEAU, Ray. Rhetorica Ad Herennium: commentary and translation of book I. *Speech Monographs*, [S.l.], v. 16, n. 01, pp. 57-68, 1949.

NAJEMY, John. *A history of Florence 1200-1575*. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

_____. *Corporatism and Consensus in Florentine Electoral Politics, 1280-1400*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1943.

_____. Guild Republicanism in Trecento Florence: The Successes and Ultimate Failure of Corporate Politics. *The American Historical Review*, [S.l.], vol. 84, n. 1, pp. 53-71, fevereiro de 1979.

NEDERMAN, Cary J. Humanism and Empire: Aeneas Sylvius Piccolomini, Cicero and the imperial ideal. *The Historical Journal*, [S.l.], v. 36, n. 03, pp. 499-515, 1993.

NUNES, Ruy Afonso da Costa. As artes liberais na Idade Média. *Revista de história*, [S.l.], v. 51, n. 101, pp. 1-21, jan-mar, 1975. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/132722>. Acesso em: nov. 2020.

NUZZO, Armando. Coluccio Salutati, Epistole di Stato: primo contributo all'edizione: epistole I-XLIII (6 aprile-6 agosto 1375), *Letteratura Italiana Antica – rivista annuale di testi e studi*, anno IV, pp. 29-99, 2003.

OLIVEIRA, Lucas Mafaldo. Paidéia, Retórica e Dialética No "Fedro" de Platão. *Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação*, [S.l.], v. 3, n. esp, pp. 71-87, 12 jan. 2011.

OLIVEIRA, Terezinha. *A Escolástica no Debate acerca da Separação dos Poderes Eclesiástico e Laico*. São Paulo/Porto: Mandruvã, 2005.

PADGETT, John F. Open Elite? Social Mobility, Marriage, and Family in Florence, 1282–1494. *Renaissance Quarterly*, [S.l.], vol. 63, n. 2, pp. 357-411, verão de 2010.

PADGETT, John F., *et al.* Political Discussion and Debate in Narrative Time: the Florentine Consulte e Pratiche, 1376–1378. *Poetics*, [S.l.], v. 78, s.n., pp. 1-28, fev. 2020. doi:10.1016/J.POETIC.2019.101377. Acesso em: 17 out. 2020.

PADGETT, John Frederick; POWELL, Walter W (Ed.). *The Emergence of Organizations and Markets*. Princeton&Oxford: Princeton University Press, 2012.

PADGETT, John F.; PRADJA, Katalin; ROHR, Benjamin; SCHROOTS, Jonathan. Conflict and Revolt in the Name of Unity: Florentine Factions in the Consulte e Pratiche on the Cusp of the Ciompi Revolt. *Poetics*, [S.l.], v. 78, s.n., pp. 1-23, 2020. doi: <https://doi.org/10.1016/j.poetic.2019.101386>. Acesso em: 17 out. 2020.

PANCERA, Carlo Gabriel Kszan. *Maquiavel entre Repúblicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2010.

PANELLA, A. La guerra degli Otto Santi e le vicende della legge contro i vescovi. *Archivio Storico Italiano*, [S.l.], v. 99, n. 1, pp. 36-49, 1941.

PANOFSKY, Erwing. *Renacimiento y renacimientos en el arte occidental*. Tradução: Maria Luisa Balseiro. Madrid: Alianza, 1975.

PARKER, Deborah. *Commentary and Ideology: Dante in the Renaissance*. Durham: Duke University Press, 1993.

PETERSON, David S. Out of the Margins: Religion and the Church in Renaissance Italy. *Renaissance Quarterly*, [S.l.], v. 53, n. 3, pp. 835-879, outono de 2000.

_____. The War of the Eight Saints in Florentine Memory and Oblivion. In: CONNELL, William J. (Ed.). *Society and Individual in Renaissance Florence*, Berkeley: University of California Press, 2002, pp. 173-214.

PETERSON, David S. Religion and Church. In: NAJEMY, John (Ed.). *Italy in the Age of the Renaissance*. New York: Oxford University Press, 2004, pp. 59-82.

PIGMAN, George. W. Versions of Imitation in the Renaissance. *Renaissance Quarterly*, [S.l.], v. 33, n. 1, pp. 1-32, 1980.

POLETTI, Ronaldo Rebello de Britto. *Elementos para um conceito jurídico de Império*. 2007. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

POLONI, Alma. Oltre Coluccio Salutati. La fiorentina libertas nel contesto del conflitto politico interno nella Firenze del XIV secolo. *Revista de Historia*, [S.l.], n. 21, pp. 31-55, 2020.

PRESS, Wolker. The habsburg lands: the Holy Roman Empire, 1400-1555. In: BRADY, Thomas; OBERMAN, A. Heiko; TRACY, James D. (Ed.). *Handbook of European history, 1400-1600: Late Middle Ages, Renaissance, and Reformation: v.1: Structures and assertions*. Choice Reviews Online. [S.l.: s.n.], 1995.

PRIETO, José Maria Requejo. *Cicerón: los discursos cesarinos*. Madrid: Editorial Gredos, 2011.

QUAGLIONI, Diego. Da un immaginario all'altro: teoriche del potere imperiale e costruzione dell'ideario statuale nella prima modernità. In: CAPPELLI, Guido; DE VITA, Giovanni (Ed.). *Al di là del Republicanesimo: Modernità politica e origini dello Stato*. Napoli: UniorPress, 2020.

_____. *Politica e diritto nel trecento italiano: Il "De Tyranno" di Bartolo da Sassoferrato (1314-1357)*. Firenze: Olschki, 1983.

QUINTILIANO. *Institutio Oratoria*. Tradução: H. E. Butler. New York: G. P. Putnam's Sons, 1921.

RISSET, JACQUELINE. Dante Humaniste. *Revue Des Deux Mondes*, [S.l.], pp. 122-128, set. 2011. Disponível em: www.jstor.org/stable/44193166. Acesso em: 02 fev. 2021.

ROSA, José Maria Silva. O Rex Pacificus. In: SOUZA, José Antônio de C.R.; AZNAR, Bernardo Bayona. *Igreja e Estado: Teorias Políticas e Relações de Poder no tempo de Bonifácio VIII (1294-1303) e João XXII (1316-1334)*. Braga: Axioma – Publicações da Faculdade de Filosofia, 2016, pp. 83-130.

RUBINSTEIN, Nicolai. Florence and the Despots Some Aspects of Florentine Diplomacy in the Fourteenth Century. *Transactions of the Royal Historical Society*, [S.l.], v. 02, pp. 21-45, 1952.

RUST, Leandro Duarte; SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. Reforma Gregoriana: trajetórias historiográficas de um conceito. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, [S.l.], v. 2, n. 3, p. 135-152, 8 nov. 2009.

SALGADO, Karine. *A filosofia da dignidade humana: por que a essência não chegou ao conceito*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2011.

_____. O Direito Tardo Medieval: entre o *ius commune* e o *ius proprium*. *Revista da faculdade de direito da UFMG*, [S.l.], n. 56, pp. 243-264, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/119/111>. Acesso em: 14 mai. 2020.

SANTOS, Igor Moraes. *A res publica entre a ideia e a história: filosofia, eloquência e tradição no pensamento político-jurídico de Marco Túlio Cícero*. 2018. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SCHIRM, Leticia Dias. *Omnem e iurisdictio: comentários de Bartolus da Sassoferrato (1314-1357) sobre Dominium*. 2011. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-8LXJEV>. Acesso em: 08 out 2020.

_____. *Le città d'Italia tutte piene son di tiranni: tirania, bem comum, cidade e governo na península itálica da segunda metade do século XIV e início do século XV*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SEIGEL, Jerrold E. *Rhetoric and Philosophy in Renaissance Humanism*. Princeton: Princeton University Press. 1968.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Tradução: Renato Janine Ribeiro e Lavra Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. Rhetoric and Conceptual Change. *Finnish Yearbook of Political Thought*, [S.l.], v. 3, pp. 60-73, 1999.

SOLMSEN, Friedrich. The Aristotelian Tradition in Ancient Rhetoric. *American Journal of Philology*, [S.l.], v. 62, n. 01, pp. 35-50. 1941.

SOUTHERN, Richard W. *The Making of the Middle Ages*. New Haven: Yale University Press, 1961.

SOUTHERN, Richard W. *Western society and the church in the Middle Ages*. London: Penguin, 1990.

SOUZA, José Antônio de C. R. O Poder Papal No Livro III Do Tratado Sobre a Consideração De Bernardo De Claraval. *Revista Portuguesa De Filosofia*, [S.l.], vol. 60, n. 3, pp. 601–620, 2004.

SOUZA NETO, César Cardoso de. Reforma Gibelina: o Concílio Vaticano II à luz da filosofia do Estado e da filosofia da cultura. 2017. Tese de doutorado (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

STERN, Laura Ikins. *The Criminal Law System of Medieval and Renaissance Florence*. Denton: University of North Texas Libraries, 2017.

STERZI, Eduardo. *Por que ler Dante*. Globo: São Paulo, 2008.

STEVENSON, Tom. *Julius Caesar and the transformation of the Roman Republic*. London: Routledge, 2015.

STREFLING, Sérgio Ricardo. A disputa entre o Papa Bonifácio VIII e o Rei Felipe IV no final do Século XIII. *Teocomunicação*, Porto Alegre, v. 37, n. 158, pp. 535-536, dez. 2007.

STRUEVER, Nancy. *The Language of History in the Renaissance: Rhetoric and Historical Consciousness in Florentine Humanism*. Princeton: Princeton University Press, 1970.

SWIFT, Laura. *Archilocus: the poems – introduction, text, translation and commentary*. Oxford: Oxford University Press, 2019.

TEIXEIRA LOPES, J. F. La escuela de Chartres y la tradición del Quadrivium. *Cuestiones Teológicas*, [S.l.], v. 41, n. 96, pp. 403-424, 6 ago. 2020.

TEIXEIRA, Felipe Charbel. O melhor governo possível: Francesco Guicciardini e o método prudencial de análise da política. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 50, n.2, p. 325-349 2007.

_____. Uma construção de fatos e palavras: Cícero e a concepção retórica da história. *Varia hist.*, Belo Horizonte, v. 24, n. 40, pp. 551-568, dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752008000200014&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 jun. 2020. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752008000200014>. p. 556.

TERRIL, Robert E. Reproducing Virtue: Quintilian, Imitation, and Rhetorical Education, *Advances in the History of Rhetoric*, [S.l.], v. 19, n. 2, pp. 157-171, 2016.

TORRINHA, F. *Dicionário latino-português*. 2. ed. Porto: Gráficos Reunidos, 1942.

TREXLER, Richard C. Who were the Eight Saints? *Renaissance News*, [S.l.], v. 16, n. 2, pp. 89-94, verão de 1963.

TURCHETTI, Mario. *Tyrannie et tyrannicide de l'Antiquité à nos jours*. Paris: Classiques Garnier, 2013.

ULLMANN, Walter. *Short History of Papacy in the Middle Ages*. New York: Routledge. 2003.

_____. *The humanism of Coluccio Salutati*. Padova: Antenore, 1963.

VICKERS, Brian. The recovery of rhetoric: Petrarch, Erasmus and Perelman. *History of human sciences*, [S.l.], v. 03, n. 03, pp. 79-86, 1990.

VILLEY, Michel. *A formação do pensamento jurídico moderno*. Tradução: Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VIRGÍLIO, Eneida. In: MENDES, Manuel Odorico. *Eneida Brasileira*: tradução poética da Epopeia de Públio Virgílio Maro. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

VITTI, Paolo. La «Florentina Libertas» e l'ideologia antitirannica. In: CARDINI, Roberto; VITTI, Paolo (Ed.). *Coluccio Salutati e Firenze: ideologia e formazione dello Stato*. Firenze: Mauro Pagliai Editore. 2009, pp. 151-157.

WARD, John. O. Rhetorical Theory and the Rise and Decline of Dictamen in the Middle Ages and Early Renaissance. *Rhetorica: A Journal of the History of Rhetoric*, [S.l.], v. 19, n. 2, pp. 175-223, primavera de 2001.

_____. The Medieval and Early Renaissance Study of Cicero's *De inventione* and the *Rhetorica ad Herennium*: commentaries and contexts. In: WARD, John O; COX, Virginia (Ed.). *The Rhetoric of Cicero in Its Medieval and Early Renaissance Commentary Tradition*. Leiden: Brill, 2006. v. 02, pp. 3-77.

WITT, Ronald G. *Coluccio Salutati and his public letters*. Genebra: Librairie Droz, 1976.

_____. *Hercules at the crossroads: the life, works, and thought of Coluccio Salutati*. Durham: Duke University Press, 1983.

_____. *In the footsteps of the ancients': the origins of humanism from Lovato to Bruni*. Leiden, Boston, Köln: Brill, 2000.

_____. Medieval "Ars Dictaminis" and the Beginnings of Humanism: a new construction of the problem. *Renaissance Quarterly*, [S.l.], v. 35, n. 1, pp. 1-35, primavera, 1982. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2861451>. Acesso em: 14 mai. 2020.

_____. The *De Tyranno* and Coluccio Salutati's view of politics and Roman history. *Nuova Rivista Storica*, [S.l.], v. 53, pp. 434-474, 1969.

_____. The *Poeta-Theologus* from Mussato to Landino. *The European Legacy*, [S.l.], v. 20, n. 5, pp. 450-461, 2015.

WOOLF, Cecil N. Sidney. *Bartolus of Sassoferrato: his position in the History of Medieval Political Thought*. Cambridge Library Collection - European History. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.